



CIÊNCIAS SOCIAIS

Licenciatura
IFISP | UFPEL

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

PELOTAS, OUTUBRO DE 2023



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LICENCIATURA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

PELOTAS, OUTUBRO DE 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política

Curso de Ciências Sociais – Licenciatura

Núcleo Docente Estruturante

Francisco dos Santos Kieling -

Coordenação – Ciências Sociais

Álvaro Augusto de Borba Barreto

Área de Ciência Política

William Héctor Gómez Soto

Área de Metodologia

Marcus Vinicius Spolle

Área de Licenciaturas

Rosane Aparecida Rubert

Área de Antropologia

Áttila Magno e Silva Barbosa

Área de Sociologia

Colegiado de Curso

Área de Ciências Sociais

Titulares:

Francisco dos Santos Kieling
(Coordenador)

Álvaro Augusto de Borba Barreto

Carlos Artur Gallo Cabrera

Áttila Magno e Silva Barbosa

Marcus Vinicius Spolle

Patrícia Rodrigues Chaves da
Cunha

Romério Jair Kunrath

William Héctor Gómez Soto

Suplentes:

Rodrigo Cantu de Souza

Pedro Alcides Robertt Niz

Simone da Silva Ribeiro Gomes

Bianca de Freitas Linhares

Elaine da Silveira Leite

Leo Peixoto Rodrigues

Daniel de Mendonça

Rosângela Marione Schulz

Área de Geografia

Titular: Maria Regina Caetano Costa

Suplente: Giancarla Salamoni

Área de Antropologia

Titular: Rosane Aparecida Rubert

Suplente: Francisco Luiz Pereira da
Silva Neto

Área de História

Titular: Adhemar Lourenço da Silva
Junior

Suplente: Lorena Almeida Gill

Área de Filosofia

Titular: Manoel Luís Cardoso
Vasconcellos

Área de Matemática e Estatística

Titular: Giselda Maria Pereira

Suplente: Ana Rita de Assumpção
Mazzini

Área de Fundamentos da Educação

Titular: Márcia Alves da Silva

Suplente: Paulo Lisandro Amaral
Marques

Área de Ensino

Titular: Analisa Zorzi

Representação Discente

Titular: Milena Pedra Drawanz

APRESENTAÇÃO

A reforma do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura efetiva-se após um longo período de reflexão e debate realizados pelos/as professores/as e estudantes do Curso. Nos últimos anos, realizaram-se diagnósticos e avaliações permanente no sentido de identificar as potencialidades e as fragilidades do Curso. Este Projeto sintetiza esses diagnósticos e busca – a partir das práticas exitosas realizadas nos componentes curriculares, projetos e programas individuais, coletivos e institucionais – a superação dos limites e dificuldades encontrados no processo de formação do professor da Educação Básica na área das Ciências Sociais.

No contexto de reforma do Projeto Pedagógico do Curso ocorreram também os processos institucionais de atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (UFPEL, 2022) e do Projeto Pedagógico Institucional (UFPEL, 2023), que balizam e coordenam as práticas acadêmicas da Universidade Federal de Pelotas.

Esta reforma também levou em consideração as discussões nacionais (BRASIL, 2015) e institucionais que conduziram a formulação da Política Institucional da UFPEL para a Formação de Professores da Educação Básica (UFPEL, 2017), constituída por princípios, objetivos e orientações balizadoras da construção dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura. A Política Institucional foi elaborada atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (BRASIL, 2015 – Resolução CNE nº 2, de 2015).

Entre outros aspectos, as DCN's destacam a necessidade das instituições formadoras elaborarem suas políticas institucionais para os cursos de licenciatura, bem como busca atender demandas da Educação Básica, especialmente da região de abrangência da Instituição de Ensino Superior (IES). As Diretrizes Curriculares Nacionais e a Política Institucional para Formação de Professores da Educação Básica inspiraram o Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante a conduzir o processo de reforma curricular que constitua e fortaleça a identidade própria do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura.

Neste sentido, as discussões e as reflexões sobre a formação inicial e continuada de professores/as, conduzidas pela Comissão das Licenciaturas¹ produziram reflexões que embasam este documento. Projeta-se aqui um Curso de licenciatura que tenha como foco a formação qualificada de professores/as para a Educação Básica. Esta deve compreender [1] sólida formação (com unidade entre teoria e prática), [2] compreensão do necessário trabalho coletivo como eixo norteador do trabalho docente; [3] o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério; [4] compromisso público e social do profissional da educação, [5] princípio da gestão democrática das relações escolares e comunitárias; [6] valorização da profissão docente; [7] compromisso com a formação permanente e continuada, contemplando as especificidades das áreas de formação; e [8] a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

Esse PPC segue também as Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso da UFPEL (UFPEL-CEC-PRE, 2022), produzido pela equipe técnica da Coordenação de Currículo e Ensino, da Pró-Reitoria de Ensino, e contempla nas próximas seções uma estrutura que versa sobre contextualização, condições de oferta, organização didático-pedagógica, organização curricular, infraestrutura e gestão acadêmica, entre outros.

¹ Vinculada ao Núcleo das Licenciaturas e Estágios (Nulice), da Coordenação de Ensino e Currículo (CEC), da Pró-Reitoria de Ensino (PRE), e articulada aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de licenciatura da UFPEL.

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO	9
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	9
Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas	9
QUADRO 1: Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	9
Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas	9
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA	15
Dados de Identificação do Curso	15
QUADRO 2 – Dados de Identificação do Curso	15
Histórico e Contexto do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura.....	16
Legislação balizadora do Projeto Pedagógico do Curso	22
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	27
Pressupostos e Estrutura do PPC.....	27
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	28
CONCEPÇÃO E JUSTIFICATIVA DO CURSO	29
OBJETIVOS DO CURSO.....	32
Objetivo Geral.....	32
Objetivos Específicos.....	32
PERFIL DO EGRESSO	34
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	35
FORMAS DE INGRESSO	37
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	38
Estrutura Curricular.....	38
TABELA SÍNTESE – Estrutura Curricular.....	41
Eixos Curriculares.....	43
QUADRO 3 – Matriz Curricular.....	52
Fluxograma Do Curso.....	57
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS.....	58
QUADRO 4 – Componentes Curriculares Optativos	58
ESTÁGIOS	61
Estágio Curricular Obrigatório.....	62
Objetivo Geral.....	63
Objetivos Específicos.....	63

Estágio Curricular Obrigatório: relação com a rede de educação básica	65
Estágio não obrigatório	66
ESTUDOS INTEGRADORES	68
QUADRO 5 – Atribuição de Carga Horária dos Estudos Integradores	69
QUADRO 6 – Atribuição de Carga Horária dos Estudos Integradores	69
FORMAÇÃO EM EXTENSÃO	70
QUADRO 7 – Transposições didáticas – Disciplinas de Extensão	70
TABELA 2 – Tabela Síntese da Formação em Extensão	72
REGRAS DE TRANSIÇÃO	72
QUADRO 8 – Componentes Equivalentes para adaptação Curricular	73
CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	75
1º semestre	75
2º semestre	92
3º semestre	107
4º semestre	121
5º semestre	135
6º semestre	151
7º semestre	157
8º semestre	161
Disciplinas Optativas	163
METODOLOGIAS DE ENSINO, ACOMPANHAMENTO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO	273
APOIO AO DISCENTE	274
GESTÃO DO CURSO	283
Processos de Avaliação Interna e Externa.....	283
Colegiado de Curso	286
Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	288
ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	290
INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO – Estratégia de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Gestão	292
INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO	294
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	296
A Educação a Distância	296
INFRAESTRUTURA	300
Biblioteca	301

QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	303
Servidores Docentes – DESP/IFISP	303
Servidores Técnico-Administrativos	306
GRUPOS DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA	307
REFERÊNCIAS	308

CONTEXTUALIZAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas

QUADRO 1: Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Mantenedora: Ministério da Educação		
IES: Universidade Federal de Pelotas – UFPEL		
Natureza Jurídica: Fundação de Direito Público - Federal	CNPJ/MF: 92.242.080/0001-00	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 1 – Centro, CEP 96010-610, Pelotas, RS – Brasil	Fone: +55 53 3284.4000	
	Site: www.ufpel.edu.br e-mail: reitor@ufpel.edu.br	
Ato Regulatório: Credenciamento/ Decreto Nº documento: 49.529 Data de Publicação: 13/12/1960	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento Decreto Nº documento: 484 Data de Publicação: 22/05/2018	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Credenciamento EAD Portaria Nº documento: 1.265 Data de Publicação: 29/09/2017	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI – Conceito Institucional:	4	2017
CI – EAD - Conceito Institucional EAD:	3	2013
IGC – Índice Geral de Cursos:	4	2021
IGC Contínuo:	3,5813	2021
Reitora: Isabela Fernandes Andrade	Gestão 2021-2024	

Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas

A Universidade Federal de Pelotas está localizada no Sul do estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 280 km da capital Porto Alegre. Pelotas é o município mais populoso e importante da metade sul do Estado, sendo a quarta cidade mais populosa do Rio Grande do Sul. Com

aproximadamente 325.689 habitantes (IBGE/2022), cerca de 93% residentes na zona urbana (IBGE/2016). A cidade ocupa uma área de 1.609 km² e tem localização geográfica privilegiada no contexto do MERCOSUL, pois está situada entre São Paulo e Buenos Aires, e a 587 km de Montevideú.

A história da cidade está associada à produção de charque, a partir do trabalho de escravizados, em grandes propriedades; e à cultura de pêssego e aspargo, nas colônias de imigrantes europeus, em pequenas propriedades rurais. Também a produção do leite é de grande destaque na pecuária, constituindo a maior bacia leiteira do Estado. Pelotas apresenta um comércio ágil e diversificado com serviços especializados e empresas de pequeno, médio e grande porte.

A mistura de etnias que caracteriza Pelotas se traduz na cultura local, pois a cidade é conhecida por sua riqueza cultural. Pelotas tem um belo patrimônio cultural arquitetônico, de forte influência europeia, sendo um dos maiores de estilo Eclético do Brasil, em quantidade e qualidade, com 1300 prédios inventariados, é patrimônio histórico e artístico nacional e patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Foi berço e morada de várias personalidades da cultura nacional, como do escritor regionalista João Simões Lopes Neto, de Hipólito José da Costa, do pintor Leopoldo Gotuzzo e de Antônio Caringi. No ano de 2006, Pelotas foi eleita, pela Revista Aplauso, como a cidade “Capital da Cultura” do interior do estado.

É neste contexto que a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) está localizada, com sua reitoria instalada na Rua Gomes Carneiro, 1, Centro, Pelotas/RS, foi criada em 1969, a partir da transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (composta pela centenária Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária e a Faculdade de Ciências Domésticas) e da anexação das Faculdades de Direito e Odontologia, até então ligadas à Universidade do Rio Grande do Sul, do Conservatório de Música de Pelotas, da Escola de Belas Artes Dona Carmem Trápaga Simões, do Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior do Sul do Estado e do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG). A área agrária, de grande importância para o desenvolvimento da região, de economia predominantemente agropastoril, teve, por sua vez, importante contribuição na formação da

Universidade. Posteriormente, iniciou-se a implementação de cursos em diferentes áreas, no Instituto de Ciências Humanas, no Instituto de Biologia, no Instituto de Química e Geociências, no Instituto de Física e Matemática e no Instituto de Letras e Artes, todos previstos no Decreto nº 65.881/1969, que estabeleceu a estrutura organizacional da UFPEL.

Foram também relevantes, no processo de desenvolvimento da Universidade Federal de Pelotas, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem, visto que ambas deram origem a toda a estrutura da área da saúde na UFPEL. Estrutura essa que, através dos ambulatórios da Faculdade de Medicina e do Hospital Escola da Universidade contribui até hoje, decisivamente, para a saúde da população de Pelotas e cidades vizinhas, visto o grande número de atendimentos realizados a pacientes do SUS.

Em 2007, a UFPEL aderiu ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (BRASIL, 2007), viabilizando um salto no número de cursos de 59, no ano de 2007, para 101 cursos, até 2013, período no qual a instituição passou de oito mil para 21 mil alunos. Ao longo do tempo, a UFPEL vem registrando expressivos avanços, que se configuram tanto na ampliação de sua atuação acadêmica, através do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, quanto na expansão de seu patrimônio edificado.

Atualmente a Universidade conta com cinco campi: Campus do Capão do Leão, Campus da Palma, Campus da Saúde, Campus das Ciências Sociais e o Campus Anglo, onde está instalada a Reitoria e demais unidades administrativas. Fazem parte também da estrutura atual da UFPEL diversas unidades dispersas. Dentre elas, estão a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Direito, o Serviço de Assistência Judiciária, o Conservatório de Música, o Centro de Artes (CA), o Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA), o Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTEc), o Centro das Engenharias (CEng), a Escola Superior de Educação Física (ESEF), o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, a Agência para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim (ALM).

Transcorridos 54 anos da criação da Universidade Federal de Pelotas, em processo constante de construção/reconstrução e de ampliação, a UFPEL se

mantém atenta às necessidades educacionais e de formação profissional do Século XXI. Nesse sentido, tem como Missão:

Proporcionar formação pessoal e profissional, sócio referenciada, construindo criticamente e difundindo conhecimentos universais que garantam o acesso à ciência e à cultura, com respeito à diversidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e orientada pela perspectiva da inclusão e da sustentabilidade socioambiental (UFPEL, 2023 - PPI).

Atualmente, a UFPEL conta com 102 cursos de Graduação: 98 cursos de Educação Presencial (68 Bacharelados, 23 Licenciaturas e 7 Tecnológicos) e 4 cursos de Licenciatura na Modalidade a Distância (os cursos de Licenciatura na Modalidade a Distância fazem parte do programa Universidade Aberta do Brasil - UAB); e com 70 cursos de Pós-Graduação: 26 cursos de Doutorado e 44 cursos de Mestrado (distribuídos em 45 programas de pós-graduação), 17 cursos de Especialização, 09 programas de Residência Médica e 01 programa de Residência Multiprofissional.

Com relação à formação de professores/as, a criação dos cursos de licenciatura, como os demais cursos de graduação, tem como base legal o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que outorga às universidades a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, tendo como princípio a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O processo de criação de cursos ocorre de acordo com o cenário social, político e econômico regional, visando ao atendimento de demandas de formação profissional.

No caso dos cursos de licenciatura, a implementação ocorreu como indicado a seguir:

Década de 1970

Educação Física (1972); **Artes Visuais** (1974); **Música** (1975); **Pedagogia** (1979).

Década de 1980

Letras Português/Inglês (1984); **Letras Português/Francês** (1984); **Filosofia** (1985).

Década de 1990

Geografia (1990); **História** (1990); **Letras Português** (1990); **Física** (1991); **Matemática** (1992); **Letras Espanhol e Letras Inglês** (1994), atualmente extintos; **Ciências Biológicas** (1995); **Ciências Sociais** (1995); **Química** (1997).

Década de 2000

Pedagogia (noturno – 2006); **Teatro** (2008); **Dança**(2008); **Matemática** (noturno – 2008); **Letras Português/Espanhol** (2008); **Letras Português/Alemão** (2009).

Década de 2010

Educação Física (noturno – 2010).

Década de 2020

LIBRAS (2023)

Os Cursos do REUNI foram criados no período de 2008 a 2012.

Embora na UFPEL, os cursos de formação de professores/as sejam preferencialmente na modalidade presencial, existem cursos na modalidade à distância. Dos já ofertados nesta modalidade, 4 cursos estão sendo ofertados atualmente, conforme indicado a seguir:

Década de 2000

Matemática Pró-licenciatura 1 (2006) (IFM-UAB) e **Matemática Pró-licenciatura 2** (2008) (IFM-UAB) – extintos; **Pedagogia** (CEAD-UAB) (2007) e **Educação do Campo** (CEAD-UAB) (2009) – extintos; **Matemática** (IFM-CEAD-

UAB (2008) - com turmas em andamento; Geografia Pró-licenciatura (2008) e Letras-Espanhol Pró-licenciatura (CLC-UAB) (2008) – extintos; **Letras Espanhol** (CLC-CEAD-UAB) (2009).

Década de 2010

Filosofia (IFISP-UAB) (2014); e **História** (ICH-UAB) (2018) – com turmas em andamento.

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

Dados de Identificação do Curso

QUADRO 2 – Dados de Identificação do Curso

Curso: Graduação em Ciências Sociais – Habilitação Licenciatura Código do Curso no e-Mec: 113743	
Unidade: Instituto de Filosofia, Sociologia e Política - IFISP – UFPel	
Endereço: Rua Cel. Alberto Rosa, 154, 2º andar	Fone: + 55 53 3284.5545
	Site: Graduação em Ciências Sociais (ufpel.edu.br) E-mail: ciencias.sociais@ufpel.edu.br
Diretora da Unidade: Elaine da Silveira Leite	Gestão: 2022-2025
Coordenador do Colegiado: Francisco dos Santos Kieling	Gestão: 2023-2025
Número de Vagas do Curso: 44	Modalidade: presencial
Regime Acadêmico: semestral	Carga Horária Total: 3.315 horas Hora/Aula Total: 3.978 horas-aula Créditos: 221
Turno de Funcionamento: Noturno	Tempo de Integralização Mínimo: 08 semestres Máximo: 14 semestres
Titulação Conferida: Licenciatura em Ciências Sociais	
Ato de autorização do curso: Parecer favorável do Conselho Universitário Portaria Nº 008, de 26 de novembro de 1999, (Processo nº 23110.003966/99).	
Reconhecimento do Curso: Portaria nº 008, de 05 de julho de 1995, do Conselho Universitário. O Curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 52, de 26 de maio de 2006. Foi reconhecido pela Renovação do reconhecimento pela Portaria nº 921 de 27/12/2018. Publicada na Seção 1, página 264 do D.O.U. de 28/12/2018.	
Resultado do ENADE no último triênio: 3	

<p>Conceito de Curso (CC): 3; não houve avaliação <i>in loco</i> em 2017, nem em 2021. (http://emec.mec.gov.br)</p>
<p>Formas de ingresso: Sistema de seleção Unificada (SiSU); Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE); · Reingresso · Reopção · Transferência Voluntária · Transferência Compulsória · Portador de Diploma, Aproveitamento de Estudos.</p>
<p>Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento da Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão: Não consta para o curso de Ciências Sociais – Licenciatura.</p>
<p>Convênios Firmados: Mercosul e Universidades através da pesquisa “Perfil do ingresso, pontos de bifurcação na trajetória e desfiliação do ingresso para a universidade: um estudo dos casos comparados em quatro universidades de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No âmbito da Pós-Graduação em Ciência Política Edital n. 71/2013 – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD. O PROCAD tem por objetivo apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, que estimulem a formação pós-graduada e, de maneira complementar a graduada, e também a mobilidade docente e discente; intitulado "Tendências contemporâneas da teoria política: as controvérsias sobre justiça e democracia" e reúne nosso PPGCPol e os PPGs em Ciência Política da UnB e da Unirio. A pós-graduação em Sociologia possui convênios firmados com a Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC) e a Comisión Sectorial de la Enseñaza (CSE), ambas de la Universidad de la República.</p> <p>Termo de Cooperação UFPel-CAPES – Execução do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Residência Pedagógica (PRP)</p>
<p>Organização Curricular: O aluno das Ciências Sociais – Habilitação Licenciatura deverá integralizar 221 créditos e 3.315 horas distribuídas da seguinte forma: Disciplinas curriculares: 2.250h; Estágio Curricular: 420h; Prática como Componente Curricular: 435h; Disciplinas optativas: 480h e Estudos Integradores: 210h.</p>

Histórico e Contexto do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura

Em 1957, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou, junto à Faculdade de Direito de Pelotas, por sugestão da UNESCO, o Instituto de Sociologia e Política - ISP, com o objetivo de difundir a Sociologia, a Ciência Política e outras ciências afins. Com a criação da Universidade Federal de Pelotas, em 1969, foi ele uma das seis entidades básicas que deram sustentação inicial à nova instituição de ensino superior (Decreto-Lei nº. 750, de 08 de agosto de 1969). Desativado durante certo tempo, o Instituto de Sociologia e Política voltou a funcionar quando, em 1982, uma comissão interdepartamental decidiu

por sua reativação, a partir de 1983, na gestão do Reitor Professor José Emílio Gonçalves Araújo (Portaria nº. 23/83-GR-UFPel). O Instituto de Sociologia e Política foi criado como uma unidade especializada, voltada para a pesquisa e a extensão, com compromisso de participar do debate público, da formulação de propostas e da produção de conhecimentos sobre a realidade em que está inserido.

Nesta caminhada, o ISP transformou-se, no início da década de oitenta, num instituto básico, ministrando disciplinas para vários cursos e faculdades da Universidade, tais como Ciência Política, Teoria Geral do Estado, Sociologia e Desenvolvimento de Comunidade. Em 1985, preocupado com a formação de cientistas políticos e sociais capazes de atuar de maneira transformadora na realidade brasileira, o ISP implantou um Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, em nível de especialização, hoje extinto. Segundo esta mesma linha de raciocínio, o Instituto ofereceu, no vestibular de 1991, seu primeiro curso de graduação, o Bacharelado em Ciências Sociais, e, quatro anos mais tarde, em 1995, a Licenciatura na mesma área.

A partir de 13 de dezembro de 2011 (Portaria 031/2012) com a incorporação do Departamento de Filosofia, antes pertencente ao Instituto de Ciências Humanas - ICH, o ISP passou a se denominar Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP), e em 2020 recebeu o curso de graduação em Relações Internacionais. Hoje funcionam no IFISP os seguintes cursos de pós-graduação: doutorado e mestrado em Filosofia, Especialização em Ensino de Filosofia, doutorado e mestrado em Sociologia, e doutorado e mestrado em Ciência Política. A existência destes programas de pós-graduação, e ainda do mestrado e doutorado em Antropologia, que funciona no Instituto de Ciências Humanas, permite que nossos alunos dos Cursos de Ciências Sociais contem com a oportunidade de continuar seus estudos na área.

A administração do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política é realizada por um Diretor (a) e pelo Conselho Departamental que, por sua vez, é composto pelo Diretor(a), Vice-Diretor(a), Chefe(a) do Departamento de Sociologia e Política, Chefe(a) do Departamento de Filosofia, Coordenadores(as) dos Colegiados dos Cursos de Pós- Graduação, Coordenadores(as) dos Colegiados dos Cursos de Graduação, representante dos/as professores(as) associados,

representante dos/as professores(as) adjuntos, representante dos/as professores(as) assistentes, representante dos/as funcionários(as) e representantes discentes.

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura tem como instância máxima de gestão pedagógica o seu Colegiado de Curso, coordenado por um/a professor/a do Departamento de Sociologia e Política (Coordenador/a de Curso), composto por 7 (sete) representantes desse departamento e por 8 (oito) representantes dos demais departamentos que ministram disciplinas no curso, quais sejam: (1) Departamento de Antropologia, (2) Departamento de Filosofia, (3) Departamento de História, (4) Departamento de Geografia, (5) Departamento de Ensino, (6) Departamento de Fundamentos da Educação, (7) Centro de Letras e Comunicação e (8) Departamento de Estatística e Matemática. Além dos representantes dos/as Técnicos Administrativos (Secretário (a) do Curso) e dos/as representantes discentes.

O processo de redemocratização da sociedade brasileira na década de 1980 permitiu a reabertura do debate sobre a relevância do ensino de Sociologia como integrante do currículo da Educação Básica, tendo sido essa área incorporada progressivamente nos currículos escolares de diferentes redes, em especial, na etapa do Ensino Médio. Entretanto, esse processo não aconteceu sem dificuldades e resistências, o longo período de ditadura no país concentrou a formação da área no bacharelado, e a escassa mão de obra qualificada para ocupar o espaço profissional no ensino básico serviu de argumento para adiar a incorporação da disciplina de Sociologia como obrigatória no Ensino Médio. Assim, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFPel deu início às suas atividades em 20/07/1990, antes da exigência legal da incorporação dessa área de conhecimento como disciplina específica na educação básica. O Curso de Licenciatura teve início 5 anos depois, em 1995. Os Cursos foram reconhecidos pelo MEC em 26 de maio de 2006, o que propiciou o atendimento de uma demanda regional reprimida na formação de professores/as na área.

Atualmente, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional da UFPel o Curso de Ciências Sociais – Licenciatura partilha do compromisso com a democracia, a autonomia universitária, as demandas sociais e o

desenvolvimento sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, garantindo uma formação integrada de qualidade; e o entendimento do processo didático-pedagógico como interativo, colaborativo e multidimensional, desenvolvendo o senso crítico reflexivo e criativo no percurso formativo (UFPEL, 2023 – PPI, p. 8).

Em articulação com as escolas de educação básica com quais mantemos parcerias para a formação dos licenciandos, desenvolvemos projetos de pesquisa, ensino e extensão universitária que contemplem demandas da rede pública de ensino médio e fundamental, tal como prescrito pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (UFPEL, 2022, OE 6, p.24).

No Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, projetamos a formação inicial do/a professor/a a partir dos princípios das Diretrizes Nacionais para a Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com destaque para o § 5º, do artigo 3º, que indica que essa formação se dá por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, contemplando: [a] sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais; [b] a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente; [c] o contexto educacional da região onde será desenvolvido; [d] as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos; [e] a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras); [f] as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade (BRASIL, 2015 – DCN).

Nesse contexto, nossa cidade conta com uma rede de escolas de ensino fundamental e médio; estaduais, municipais, federais e privadas. Considerando a formação de nível médio, para a qual projetamos prioritariamente a formação de professores de Sociologia (Ciências Sociais), nossa região concentra 77 escolas públicas e 17 escolas privadas, onde estudam 22.267 estudantes (BRASIL/MEC, 2022).

Atualmente, os Estágios Curriculares Obrigatório são realizados em Escolas públicas de ensino médio da cidade de Pelotas, a partir de prévia articulação com as escolas selecionadas. Além dessas, o Curso mantém relação com três escolas campo, vinculadas ao PIBID; e outras três escolas vinculadas ao RP.

Apesar de Pelotas constituir um polo universitário, que congrega cinco Instituições de Ensino Superior (IES), o Curso de Ciências Sociais – Licenciatura da UFPel é o único presencial na região sul do Estado. Dessa forma, a qualificação na área de Ciências Sociais para as escolas da região e a formação de professores/as presencialmente é feita exclusivamente pelo curso. Além disso, após o SiSU, a UFPel tem contribuído com a formação de profissionais para as diversas unidades da federação brasileira, o que faz com que o quadro regional seja complementado pelo nacional. Nesse caso, a demanda de professores para a educação básica tem-se mostrado significativa: o Grupo de Trabalho de Formação Inicial de Professores, do Ministério da Educação, a partir de análise dos dados do Censo Escolar, encontrou apenas 40,7% dos docentes formados em Cursos de Licenciatura em Ciências Sociais ou Sociologia, ministrando aulas de Sociologia nas escolas de Ensino Médio. Com isso, essa área ficou na pior situação entre todas aquelas que participam da formação geral básica dessa etapa de escolarização (BRASIL/MEC, 2023, p.8).

Conforme relatório de pesquisa intitulado “Construção do Conhecimento, Metodologia e Prática Profissional nas Ciências Sociais”, realizada por Kunrath (2016), o perfil dos/as alunos/as do Curso de Licenciatura demonstra que 90% das(os) estudantes eram oriundos do estado do Rio Grande do Sul, sendo que, destes 61% eram de Pelotas e 29% de outros municípios, 10% eram de outros estados do país, dentre os quais se destaca o estado de São Paulo com 6%. Em relação à distribuição de gênero havia uma predominância de presença de mulheres, com 57%, enquanto 43% correspondiam ao sexo masculino. A faixa etária observada de jovens era de 45% na faixa entre 15 e 24 anos, e 53% da amostra com mais de 24 anos de idade. Em relação a identificação racial ou étnica dentre os/as pesquisados/as indicava que 55 estudantes (66%) se declararam brancos, 16 estudantes (19%) negros, 9 estudantes (11%) pardos, dois estudantes (2%) indígenas. E, um estudante apenas (1%) disse ser de

origem oriental. Em relação ao estado civil, do total das(os) estudantes pesquisados/as 68% se declararam solteiros, enquanto 18% eram casados, 6% separados e 2% viúvos, outros 5% assinalaram outra situação e apenas 1% não respondeu à questão. Observa-se que 76% dos/as estudantes eram provenientes do ensino público. Enquanto outros 12% fizeram todo o ensino médio em escola particular. Há também estudantes que estudaram em ambas, sendo 8% que fizeram a maior parte em escola pública, e 4% a maior parte em escola privada².

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura tem vida ativa na comunidade escolar desenvolvendo atividades, além de seus estágios obrigatórios, através de projetos como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Residência Pedagógica (RP). Cumpre de forma diversificada com atividades de extensão que se caracterizam por ser um “processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”. (Fonte: BRASIL/CNE, 2018 – Resolução nº 7/2018).

Enquanto a extensão possui grande potencial na formação de professores. Pelo domínio característico da área, tem atuado no suporte à atualização pedagógica referente, principalmente, ao desenvolvimento de temas transversais como inclusão de necessidades especiais, gênero, raça, questões geracionais, meio ambiente, entre outras. A realização de eventos como palestras, seminários e colóquios, além de abrir um canal de interlocução com a sociedade supre a necessidade de informação e formação de temas contemporâneos e atuais da agenda pública nacional e local, através da realização anual de sua Semana Acadêmica, por exemplo.

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, através de seus estudantes possui um núcleo ativo dentro do Projeto de Extensão Estratégico da UFPel Desafio Pré-Universitário Popular, onde exercícios como de coordenação,

² Relatório disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ifisp/files/2017/05/O-PERFIL-SOCIOECONOMICO-E-CULTURAL-LICENCIATURA.pdf> acesso em 25/07/2023.

elaboração de conteúdo, regência de sala de aula e desenvolvimento de material pedagógico são desenvolvidos e permitem que nossos estudantes ministrem aulas preparatórias para o ingresso no Ensino Superior para uma população vulnerável socialmente. A ação visa promover a inclusão e democratização do Ensino Superior.

Institucionalmente o Curso tem participação nos diversos fóruns de integração entre Universidade e Escola, como o FIESEB, e busca promover também essa integração com outras áreas do conhecimento dentro da Universidade visando o desenvolvimento de ações conjuntas com a comunidade escolar local, através de iniciativas como o II Seminário de Integração entre Universidade e Escola: Ciências Humanas, realizado em 2019. Neste sentido, observa princípios e objetivos do PDI/UFPel (UFPel, 2022) relativos ao objetivo estratégico 9: “Intensificar as relações entre UFPel e a sociedade”.

Legislação balizadora do Projeto Pedagógico do Curso

A formação proposta neste Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura está fundamentada nas normas nacionais e institucionais que balizam formação de professores/as e a formação de Cientistas Sociais como indicado a seguir:

LEIS

- BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei 13.409/2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 2016.
- BRASIL. Lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Brasília, 2014

- BRASIL. Lei nº 12.852/2013 – Dispõe sobre os Direitos dos jovens. Brasília, 2013
- BRASIL. Lei nº 11.788/2008 – Lei de Estágio. Brasília, 2008
- BRASIL. Lei nº 11.645/2008 - Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.
- BRASIL. Lei 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004.
- BRASIL. Lei 10.639/2003 – Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, 2003.
- BRASIL. Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005 – Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2002.
- BRASIL. Lei nº 10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília; 2000
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.
- BRASIL. Lei nº 6.888/1980 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo, regulamentada pelo Decreto Nº 89.531/1984. Brasília, 1980

DECRETOS

- BRASIL. Decreto 9.057/2017 – Regula a oferta da EAD. Brasília, 2017.
- BRASIL. Decreto nº 4.281/2002 que Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 2002.

RESOLUÇÕES

CNE-MEC

- BRASIL/CNE. Resolução CNE nº 07/2018 – Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018
- BRASIL/CNE. Resolução nº 03/2016 - Diretrizes Curriculares Nacionais para atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Brasília, 2016.
- BRASIL/CNE. Resolução CNE/CP nº 02/2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores. Brasília, 2015.
- BRASIL/CNE. Resolução CNE nº 08/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, 2012a.
- BRASIL/CNE. Resolução CNE nº 05/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, 2012b.
- BRASIL/CNE. Resolução CNE nº 01/2012 – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012c.
- BRASIL/CNE. Resolução CNE nº 01/2012 – Estabelece Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental. Brasília, 2012d.
- BRASIL/CNE. Resolução CNE/CEB, nº 04/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, 2010.
- BRASIL/CNE. Resolução CNE/CP nº1, de 17 de junho de 2004
- BRASIL/CNE. Resolução CNE/CES nº 17/2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Brasília, 2002.

COCEPE-UFPEL

- UFPEL. Resolução COCEPE nº 30/2022 – Dispõe sobre o Regulamento da Integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da UFPEL. Pelotas, 2022.
- UFPEL. Resolução COCEPE nº 08/2021 – Dispõe sobre o aproveitamento de estudos realizados no âmbito do Programa de

Residência Pedagógica para cômputo de carga horária dos estágios curriculares supervisionados e/ou estudos integradores dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPel, 2021.

- UFPEL. Resolução Nº 29/2018/COCEPE/UFPEL – Regulamento do Ensino de Graduação –Pelotas: UFPel, 2018.
- UFPEL. Resolução COCEPE nº 27/2017 – Aprova Indicadores de Qualidade para os Projetos, Programas e Atividades de Ensino a Distância. Pelotas: UFPel, 2017.
- UFPEL. Resolução COCEPE nº 25/2017 – Aprova Política Institucional da Universidade Federal de Pelotas para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. Pelotas: UFPel, 2017
- UFPEL. Resolução COCEPE nº 10/2015 – Dispõe sobre o Regulamento geral dos programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão da UFPEL. Pelotas, 2015.
- UFPEL. Resoluções COCEPE UFPel nº 03 e 04/2009 – Dispõe sobre os estágios obrigatórios e não obrigatórios no âmbito dos cursos da UFPel. Pelotas, 2009

PARECERES

- BRASIL. Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012
- BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3/2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
- BRASIL. Parecer CNE/CES nº 492/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, 2001.

Outras Normas

- UFPEL. Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Pelotas: UFPel, 2023.

- UFPEL. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022–2026 da UFPEl. Pelotas: UFPEl, 2022.
- UFPEL. Diretrizes para elaboração do Projeto Pedagógico de Curso. Pelotas: UFPEl/Coordenação de Ensino e Currículo/Pró-Reitoria de Ensino, 2022.
- UFPEL. Guia de Integralização da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da UFPEl. Pelotas: UFPEl, 2019, disponível em: [Guia-de-integralizacao.pdf \(ufpel.edu.br\)](https://ufpel.edu.br/Guia-de-integralizacao.pdf), acesso em 02/03/2023;
- BRASIL. Portaria MEC nº 1.134/2016 - Faculta às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade à distância, integral ou parcialmente. Brasília, 2016.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Bases Legais. Ministério da Educação: CNE. 2000.
- UFPEl. Regimento Geral da Universidade – Pelotas, 1977.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Pressupostos e Estrutura do PPC

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura foi construído ao longo dos últimos anos, a partir do processo de implantação e avaliação do PPC anterior, de 2016. O último Projeto Pedagógico já incorporava ações relevantes para a formação de professores de Ciências Sociais para a educação básica, como disciplinas de Práticas de Ensino (de I a V), ampliação e desdobramento da carga horária de Estágio Curricular Supervisionado, nos três últimos semestres de curso; e articulação dos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica (RP), ambos financiados pela CAPES/MEC, ao processo de formação dos estudantes do Curso de Licenciatura.

Especialmente o Estágio Curricular e os Programas Institucionais constituíram-se em caminhos bastante produtivos para a articulação com as Escolas de educação básica da cidade de Pelotas. O envolvimento dos estudantes e o trabalho colaborativo entre docentes da Universidade e das Escolas revelou-se meio necessário para a qualificação da formação dos futuros professores.

O processo de construção do novo PPC fez parte, portanto, da avaliação permanente realizada pelos/as professores/as, técnicos/as e estudantes; Colegiado e Núcleo Docente Estruturante sobre os avanços e contingências identificados ao longo das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas a partir dos componentes curriculares do Curso. Soma-se a isso a adequação do Projeto às normativas nacionais e institucionais para a formação de professores e os desafios postos por mudanças intempestivas na estrutura curricular das Escolas de educação básica, em especial aquelas decorrentes da implantação do “novo” ensino médio (Lei 13.415/2017).

Em consonância com as intenções de formação do/a professor de Ciências Sociais para a educação básica, interessa-nos também a sólida formação nas áreas básicas do Curso de Ciências Sociais: Antropologia, Ciência

Política e Sociologia e metodologia, de modo a habilitar os egressos do Curso de Licenciatura ao magistério da educação básica e também, à participação no processo de construção do conhecimento científico e didático-pedagógico da área.

Diante disso, organizamos esse Projeto a partir da [a] contextualização da UFPel e do Curso no cenário regional; [b] organização didático-pedagógica; [c] organização curricular; [d] metodologias de ensino e sistemas de avaliação; [e] gestão do curso e processos de avaliação interna e externa; [f] acompanhamento de egressos; [g] articulações externas; e [h] infraestrutura.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Nos últimos anos a Universidade Federal de Pelotas passou por processos de consulta à comunidade acadêmica para atualização de dois documentos centrais para o planejamento da Instituição: o Plano de Desenvolvimento Institucional (2022) e o Projeto Pedagógico Institucional (2023).

Dessas normativas internas desdobram-se políticas que orientam o planejamento de rotinas e processos junto aos Cursos de Ciências Sociais – Licenciatura, tais como [a] o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa universitárias; [b] a produção, promoção e divulgação de conhecimentos acadêmico-científicos e culturais desenvolvidos no Curso e a partir das parcerias estabelecidas com outras instâncias da UFPel ou instituições externas; [c] o fortalecimento das políticas de acesso, inclusão e permanência dos estudantes, propiciando o bom aproveitamento e combatendo a evasão e a retenção; [d] o desenvolvimento de ações articuladas com a rede de educação básica visando qualificação e desenvolvimento mútuos; [e] estímulo ao sentimento de pertencimento institucional, junto aos docentes, técnicos e, especialmente, estudantes; [f] incentivo à inovação curricular, atualizando, adequando e diversificando o Projeto Pedagógico do Curso e o respectivo currículo; [g] criação de mecanismos para identificação de alunos em situação de evasão e retenção e fomento a medidas estratégicas baseadas em diagnósticos prévios; [h] incentivo a ações envolvendo a educação básica junto

a professores e alunos de escolas parceiras pertencentes à rede pública de ensino, especialmente vinculados aos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica, bem como durante os Estágios Curriculares Obrigatórios.

Em paralelo, pretende-se que a execução dos planejamento no âmbito do Curso seja orientado por princípios convergentes aqueles deliberados pela comunidade acadêmica no âmbito dos processos de discussão do Projeto Pedagógico Institucional, tais como: [a] a promoção de uma formação acadêmica sólida nas áreas de conhecimento atinentes ao Curso de Ciências Sociais e à formação de professores para a educação básica; [b] o fomento de um currículo sintonizado às necessidades humanas, sociais e do mundo do trabalho; [c] o aprofundamento da interação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação no Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, preparando os egressos para atuarem no desenvolvimento de uma sociedade plural e fortemente alicerçada em princípios e valores democráticos, engajados nas necessidades temporais de transformação social; e [d] a oferta do Curso no noturno, contemplando a inserção de pessoas trabalhadoras.

CONCEPÇÃO E JUSTIFICATIVA DO CURSO

Nossa sociedade foi constituída a partir da inserção periférica no capitalismo global também conceituado como sistema mundo contemporâneo, o que produziu, a partir da colonização portuguesa de caráter agroexportador escravocrata, uma das sociedades contemporâneas mais desiguais, com dinâmica econômica que concentra riquezas ao mesmo tempo em que conserva grande parte da população na miséria ou muito próxima a ela.

Especificamente, a região do extremo sul gaúcho foi parte relevante do processo de exploração agropecuária ao longo do século XIX, substituída em importância, progressivamente, por uma indústria alimentícia na primeira metade do século XX, que, por sua vez, entrou em decadência com a crise da dívida externa associada à quebra das políticas de proteção industrial, no final da Ditadura Militar, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980,

culminando numa economia reprimarizada nas últimas décadas, onde se destacam como polos dinâmicos a produção agrícola, especialmente da soja, arroz e gado; os serviços privados de baixo valor agregado e as instituições públicas. Com isso, mantêm-se reduzidas as oportunidades de acesso a empregos de qualidade.

Nesse cenário, de progressiva internacionalização econômica, de dinamismo tecnológico e conectividade crescente entre sujeitos e instituições locais e globais, os desafios para uma educação básica universal de caráter democrático e inclusivo impõe às instituições educacionais a complexificação das abordagens, questionamentos e soluções didático-pedagógicas, de modo a promover a autonomia para a vida em sociedade e a superação das contingências econômicas e políticas marcantes em nosso contexto.

Mais do que nunca a universalização do saber é considerada algo desejável sob o ponto de vista social, no sentido de melhoria da qualidade de vida da população. Sabe-se que a incorporação plena dos indivíduos na vida social, econômica e política do país está diretamente relacionada ao seu nível educacional, o que lhes permite participar enquanto cidadãos da construção sociocultural do ambiente de que fazem parte. É a partir da educação e da cultura que os indivíduos têm acesso à informação e aos conhecimentos necessários para usufruir e/ou produzir os recursos e serviços disponíveis na sociedade, engajar-se nela através do trabalho e cuidar melhor de si e do seu grupo social em aspectos considerados importantes para a qualidade de vida.

Nesse sentido, torna-se indispensável que cada um construa competências e assimile conhecimentos que contribuam para a melhoria do seu meio social. O primeiro requisito para a construção de uma organização social menos desigual, mais justa e humana é a procura de alternativas que apontem para a oferta de uma educação básica de boa qualidade para toda população. Através da educação básica, pode-se incorporar milhões de brasileiros à cidadania e aumentar a participação da sociedade civil organizada nas instâncias de poder institucional. A educação é condição imprescindível para o desenvolvimento autossustentado em nosso país. A cidadania, como fator que promove a igualdade, só será fortalecida pela educação quando esta se

apresentar como espaço democrático e participativo. A escola deve repensar a si mesma para garantir sua legitimidade social, para respeitar a diversidade e para oferecer respostas atualizadas aos grandes desafios que lhe são feitos por um mundo em permanente mudança.

A sociedade contemporânea caracteriza-se pelo irreversível e acelerado avanço da revolução científico-tecnológica e pela globalização das comunicações, da educação, da cultura e de todos os outros setores da vida humana. No entanto, ao lado desse avanço acelerado, observamos, em países como o nosso, a exclusão social de vastas parcelas da população que são empurradas para a periferia da ordem social. A escola, necessariamente, tem que se constituir num espaço de questionamento dessa ordem social, de tal forma que o/a estudante seja capaz de identificar os desafios colocados pela realidade e possa enfrentá-los através de uma formação humana e profissional na qual o domínio do conhecimento, articulado com criatividade e iniciativa, permita-lhe integrar-se e intervir na sociedade de forma eficiente e qualificada. Sabe-se, no entanto, que não poderá haver ensino de qualidade ou inovação pedagógica que tenha sucesso sem uma adequada formação de professores/as.

Esta formação não poderá ser apenas inicial, mas também uma formação permanente e continuada para que os/as educadores/as, junto a seus/as estudantes, construam uma educação que dialogue com os dilemas da sociedade do nosso tempo. Somente a existência de professores/as preparados/as e comprometidos com o contexto social poderá dar sustentação – a médio e longo prazo – à melhoria da qualidade na educação básica, o que implica instaurar e fortalecer processos de mudança, revendo os modelos de formação docente. Nesse sentido, o Curso de Ciências Sociais – Licenciatura se organiza na direção de desenvolvimento articulado entre Universidade e Escola básica, tendo a realidade escolar como local de preferência para a observação, diálogo e intervenção pedagógica, oferecendo atividades não só de ensino, como de pesquisa e extensão, de educação continuada, em processo concomitante, que procurem conhecer e responder às demandas democratizadoras da sociedade a partir da docência e da gestão escolar.

OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

Contribuir para a formação pessoal e profissional de professores/as de Ciências Sociais para a docência e gestão pedagógica da educação básica com base no desenvolvimento da capacidade crítica e investigativa, da autonomia intelectual, do compromisso social, estimulando esses/as professores/as a intervirem de forma qualificada na melhoria do ensino básico e da vida escolar, com base numa educação para a cidadania, pautada pelo respeito à diversidade e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e orientada pela perspectiva da inclusão e da sustentabilidade socioambiental.

Objetivos Específicos

- Garantir o pleno desenvolvimento do/a educando/a, seu aprimoramento como pessoa, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Estimular a conformação de um imaginário social comprometido com os ideais democráticos da justiça, com respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente e da solidariedade sociais e com a prática política que consagre o Estado de Direito, a democracia e as políticas sociais que combatem as desigualdades e a discriminação sexual, racial e social, que promovam práticas docentes e gestoras articuladas a esses princípios.
- Desenvolver o senso de responsabilidade perante o processo de desenvolvimento social e o comprometimento com uma relação de respeito e convivência social e escolar que rejeita toda a forma de preconceito, discriminação e exclusão e está orientada no sentido da superação das desigualdades sociais e na construção de uma sociedade solidária, compreendendo a escola como uma instituição complexa, que sintetiza múltiplas determinações socioculturais,

políticas e econômicas;

- Criar uma dinâmica de formação profissional de qualidade crescente, fundada na indissociável relação teoria-prática, do ensino, da pesquisa e da extensão, tendo como espaço-tempo institucional de formação e ação profissional tanto as escolas de educação básica e suas comunidades do entorno, como instituições, iniciativas e projetos não formais de educação, habilitando-o tanto para a docência como para a gestão democrática da escola, com foco na elaboração, execução e avaliação das políticas pedagógicas escolares;
- Traduzir os conhecimentos científicos sobre as pessoas, a sociedade, a economia, a história, as práticas sociais e culturais em condutas – de indagação, problematização, análise e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política e cultural, acionando-se os conhecimentos construídos para a mediação de problemas, conflitos e rotinas relacionados à sociedade em geral, às comunidades, escolas e outras instituições educativas onde o Licenciado em Ciências Sociais vier a trabalhar, habilitando-o a protagonizar processos de gestão democrática educacional;
- Pautar as práticas educativas que fortaleçam o princípio da gestão democrática nas relações escolares e comunitárias, inclusive habilitando-o para assumir a gestão escolar;
- Valorizar a profissão docente nos diferentes níveis, espaços e instituições educacionais;
- Reforçar o compromisso com a formação permanente e continuada, contemplando as especificidades das áreas de formação e fomentando entre os graduandos a perspectiva de aprendizado durante toda a vida, seja em espaços formais ou informais de estudo;
- Desenvolver a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura, com atenção permanente à necessidade de acesso às informações, vivência e atualização culturais.

PERFIL DO EGRESSO

Traçar o perfil profissional de referência vai além do exercício descritivo das competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo do processo de formação. Por isso, assume-se no Curso de Ciências Sociais – Licenciatura uma concepção de profissionalização como *vir a ser* histórico e cotidiano. A formação profissional é compreendida como um processo coletivo e permanente, dependendo fundamentalmente da qualidade do processo sócio-político implementado na Universidade, nas instituições de educação básica e nas salas de aulas. Está atrelado, portanto, ao processo de ensino-aprendizagem que se realiza entre educadores/as e educandos/as; à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que fundamenta o ensino superior como um dos lugares privilegiados de produção e difusão do conhecimento; e, enfim, à construção de um projeto democrático de Universidade pública. Este projeto de Universidade pretendido exige a exploração teórica e prática dos desafios emergentes na sociedade contemporânea, perpassando os muros concretos e simbólicos da instituição, num processo de articulação progressiva entre instituições e sujeitos, práticas e concepções acadêmicas e não acadêmicas.

Tanto nos aspectos jurídicos-normativos, como nas exigências políticas contemporâneas, a Universidade se reposiciona em relação à sociedade a partir do compromisso social e político com a transformação da sociedade em que se vive. Para isso, é central a formação de cidadãos/ãs livres, críticos e competentes no exercício profissional.

A formação para a cidadania implica no conhecimento da realidade social em que o/a estudante está inserido/a. A estrutura da sociedade necessita ser constantemente objeto de observação e análise no sentido de se compreender a formação histórica de tantas injustiças e exclusões, os processos socioculturais que levam a repetição de valores e práticas preconceituosas e estigmatizantes, assim como aqueles processos que encaminham para uma ação democrática e emancipadora.

Nesse processo desconhecimento e reflexão, a investigação sociológica é imprescindível. Essa experiência de pesquisa se consolida na medida em que o/a estudante vai dominando e manipulando linguagens especiais, testando e efetivando explicações, decodificando e compreendendo a estrutura do social e dos discursos sobre o mundo e sobre a pessoa.

Esse saber-fazer sociológico se articula ao papel do professor nas escolas de ensino básico. Nessas instituições, a pesquisa socioeducacional articulada ao exercício ativo da cidadania – princípio elementar da educação escolar – favorece experiências democráticas que estimulam a participação social em direção a valores e práticas constitutivas do estudante e da formação do Cientista Social. Ou seja, a prática escolar, a relação professor/a-estudante na sala de aula e fora dela, a relação administração escolar e professores/as, administração escolar e comunidades de pais, etc., deve estar aberta à discussão e à participação dos envolvidos nesse processo. Para isso, o professor de Ciências Sociais estará habilitado também a elaboração e execução de projetos, o planejamento de ações, a execução e a avaliação da gestão democrática escolar, concebida como meio necessário de se consolidar as práticas educacionais.

Aqui também a reflexão sobre este processo social pressupõe que se ponha em discussão a estrutura, os critérios, a linguagem e os compromissos que o informam. Assim, a investigação sociológica torna-se indispensável no processo de gestão democrática dos espaços educacionais. Assumir um projeto de universidade pública é também valorizar e criar mecanismos que permitam a transparência administrativa, o exercício efetivo da democracia em todas as suas instâncias e direcionar todos os esforços no sentido coletivo.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Diante destas considerações o curso deverá desenvolver:

[a] capacidade de analisar e interpretar a realidade social, política e cultural do país, articulando teoria, pesquisa e prática social;

[b] disposição para analisar e refletir sobre a problemática educacional brasileira, manifestando autonomia intelectual a partir das referências teóricas e metodológicas das Ciências Sociais;

[c] interesse em discutir o papel político pedagógico do educador na sociedade;

[d] compreensão de conhecimentos teóricos e técnicos relacionados ao processo social e político e ao processo ensino-aprendizagem e de gestão democrática da escola;

[e] afinidade com a atividade de pesquisa social e disposição para investigar temáticas clássicas das Ciências Sociais, bem como aquelas relacionadas à prática pedagógica.

[f] a compreensão do processo histórico de produção do conhecimento das Ciências Sociais referente a conceitos/princípios/teorias;

[g] a utilização dos conhecimentos das Ciências Sociais para explicar e transformar o contexto sócio-político e as relações nas quais está inserida a prática profissional escolar e não-escolar, conhecendo a legislação pertinente e planejando, articulando politicamente e exercendo funções de gestão escolar;

[h] a capacidade de transmissão do conhecimento científico acumulado pelas Ciências Sociais, a partir da transposição didática e outros recursos metodológicos disponíveis, com foco nas metodologias ativas de ensino-aprendizagem;

[i] capacidade de utilização de recursos da informática para estudo, pesquisa e desenvolvimento de materiais de trabalho.

Será desejável que o/a aluno/a desenvolva ainda: dinamismo, capacidade de questionamento, autonomia, gosto por desafios e resolução de problemas, objetividade, capacidade de trabalho em equipe e habilidade no uso de tecnologia de informação e de comunicação. De outra sorte, tendo como compromisso a formação para o exercício da cidadania, é importante formalizar estágios, atividades e projetos que coloquem o aluno frente à problemática nacional e que dirijam o seu interesse para a busca de soluções.

A maior parte do nosso ensino, equivocadamente, está calcada no modelo de reprodução do conhecimento consolidado. Para superarmos esta situação,

precisamos entender que aprender não é estar em atitude contemplativa ou de mera assimilação de informações. Aprender significa valorizar a ação, a reflexão crítica, a curiosidade, o questionamento do existente, a inquietação, características básicas do sujeito cognoscente; é partir da realidade para problematizar o conhecimento.

A pesquisa, a extensão e a gestão democrática da Escola, nesta perspectiva, passam a ter um sentido especial, pois envolvem o/a professor/a e o/a aluno/a na tarefa de investigar, analisar e transformar o seu próprio mundo. Ao finalizar o Curso, o/a licenciado/a deve ter adquirido formação que possibilite assumir a docência como compromisso social e que seja um/a pesquisador/a de sua própria prática pedagógica.

FORMAS DE INGRESSO

O ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas dar-se-á por meio dos processos seletivos institucionais, aprovados pelo COCEPE e pelo CONSUN. Até a aprovação desse PPC, o ingresso dos estudantes se dá a partir do Sistema de Seleção Unificada (coordenado diretamente pelo INEP/MEC), que utiliza as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); ou pelo Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE), processo seletivo seriado, organizado pela UFPel. Ao todo, são ofertadas 44 vagas anuais para o Curso.

O Curso também oferta vagas, eventualmente, por outras modalidades de ingresso alternativas: Reingresso, Reopção, Transferência Voluntária, Transferência Compulsória, Portador de Diploma, Retomada de Estudos e outros processos seletivos que a UFPel venha a criar durante a vigência deste Projeto.

É imprescindível que o/a candidato/a aprovado/a nesses processos assegure a sua vaga, no tempo estipulado pela Coordenação de Registros Acadêmicos mediante a confirmação da sua matrícula. O/A estudante que ingressar após o início do período letivo, e até a data limite estabelecida no

calendário acadêmico, terá sua frequência apurada a partir do dia subsequente à matrícula, sendo-lhe assegurada a recuperação de conteúdos. Caso o/a estudante ingresse após a data limite, será concedido trancamento administrativo até o início do semestre subsequente.

O sistema acadêmico adotado pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais –Licenciatura é o de crédito semestral,

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Estrutura Curricular

A organização curricular do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura explicita como se dará a integralização do currículo para que o ciclo pedagógico da formação profissional se conclua. Essa organização contempla o aprofundamento das discussões sobre as possibilidades e limites à formação do professor de Ciências Sociais para a educação básica pelo Colegiado e Núcleo Docente Estruturante do Curso, em articulação com a comunidade acadêmica, contempla também as normas nacionais, incorporadas nas Resoluções institucionais indicadas abaixo e desdobradas na seção “Legislação balizadora do Projeto Pedagógico do Curso”, contemplando: (a) a flexibilização curricular, (b) a equivalência de componentes curriculares, (c) o reconhecimento de saberes profissionais, (d) a integração entre as áreas do conhecimento e (e) as metodologias de ensino e avaliação entre outros aspectos. Diretamente, essa organização curricular adequa-se às Resoluções:

[1] COCEPE-UFPel nº 29 e nº 42 de 2018, que regulamenta o ensino de graduação na Universidade;

[2] COCEPE-UFPel nº 25/2017, que institui a política institucional de formação de professores para a educação básica; e

[3] COCEPE-UFPel nº 30/2022, que regula a integralização curricular da extensão.

A partir dessas Resoluções apresenta-se a estrutura curricular básica, a ser desdobrada nessa seção.

[1] Formação Específica – desdobrada duas dimensões gerais, a saber:

1.1 dimensão profissionalizante da área das Ciências Sociais, e

1.2 dimensão profissionalizante da área Pedagógica

1.3 formação em Extensão

A formação específica ainda se subdivide em: formação básica, aprofundamento e diversificação; das Ciências Sociais, metodologias, interdisciplinares e optativas

[2] Prática como componente curricular

[3] Estágio

[4] Estudos integradores

[1] Formação Específica – estudo das áreas específicas e interdisciplinares das Ciências Sociais; do campo educacional, seus fundamentos e metodologias e diversas realidades educacionais, contemplando estudos básicos, de aprofundamento e de diversificação, e de extensão, num total de 2.250 horas, sendo que 20,8% dessa carga horária é destinada a disciplinas da dimensão de formação pedagógica;

A Formação Específica concentra componentes curriculares obrigatórios e opcionais. Nela se realizam os estudos de formação geral e de aprofundamento e diversificação das áreas de atuação profissional, tanto do Cientista Social, como do professor da Educação Básica. O campo profissionalizante das Ciências Sociais envolve aqueles componentes que sustentam a identidade própria da área: Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Metodologia. Elas são desenvolvidas pelas disciplinas obrigatórias e optativas Na Formação Opcional o discente tem a possibilidade de traçar seu itinerário acadêmico-formativo, por meio de um conjunto de Componentes Curriculares opcionais.

[2] Prática como Componente Curricular – entendida como atividade acadêmica no âmbito do ensino articulado à docência que subsidia, mas não substitui, o estágio curricular supervisionado. Nela, são proporcionadas

experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. O conjunto dos componentes curriculares de Prática de Ensino de Ciências Sociais somam 435 horas.

[3] Estágio Curricular Supervisionado – se caracteriza como tempo de aprendizagem, envolvendo a relação teoria-prática, em espaço profissional. Para tal, as redes de ensino são demandas a participar da formação, possibilitando ao Curso a realização do estágio curricular supervisionado obrigatório na educação básica. A entrada de estagiários nos sistemas de ensino, considerado o regime de colaboração prescrito no artigo 211 da Constituição Federal, pode ocorrer por meio de um acordo entre a instituição formadora, o órgão executivo do sistema e a unidade escolar acolhedora da presença de estagiários. Os Estágios no Curso de Ciências Sociais – Licenciatura são realizados nos três últimos semestres, perfazendo um total de 420 horas, sendo 15 horas de extensão, para fins de socialização das experiências de estágio junto às comunidades escolares envolvidas, contemplando os materiais produzidos junto às escolas.

[4] Estudos Integradores – também identificados como estudos ou horas complementares. Os Estudos Integradores abrangem atividade de ensino, pesquisa e extensão, tais como seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros; atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e as instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando o aprofundamento e a diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no Projeto Pedagógico do Curso; atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de interpretar a realidade estudada, articulando-a com a vida social; num mínimo a ser comprovado de 210h.

TABELA SÍNTESE – Estrutura Curricular

Estrutura Curricular do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura			
	Créditos	Horas	%
Carga horária total do Curso	221	3.315	
1. Formação Específica	150	2.250	67,9
1.1 Atividades Formativas Obrigatórias (área básica, interdisciplinar, metodologia)	72	1080	32,6
1.2 Atividades Formativas optativas	32	480	14,5
1.3 Dimensão pedagógica (TPP, FSHFEdu, FPsi, EBOPP, LIBRAS, Extensão, SocEdu)	46	690	20,8
1.3.1 Formação em Extensão	22	345	10,4
2. Prática como componente curricular	29	435	13,1
3. Estágio supervisionado	28	420	12,7
4. Estudos Integradores	14	210	6,3

A matriz curricular do curso é constituída por um conjunto de atividades acadêmicas distribuídas da seguinte forma:

Disciplinas: os conteúdos disciplinares deverão estar relacionados com os princípios curriculares e com a perspectiva interdisciplinar. As disciplinas de cada semestre são ordenadas por um eixo norteador, coordenadas entre si para oferecer um conjunto de situações significativas que exigem a mobilização de conhecimento visando à formação de capacidades intelectuais complexas, desenvolvidas interdisciplinarmente.

[a] **Prática como componente curricular:** A Prática como componente curricular compreende as disciplinas de Prática de Ensino I, II, III, IV e V, as quais se encontram articuladas ao estágio devido à própria natureza das disciplinas. Este momento curricular será composto de atividades, projetos de ensino, pesquisa, extensão, grupos de estudo, entre outros, desenvolvidos pelos professores das disciplinas semestrais em que se buscará direcionar os conhecimentos disciplinares para a construção de instrumentos de investigação e análise sobre a realidade brasileira e a formação profissional.

A dimensão Histórico-social da educação também é abordada e nela se inclui os direitos das pessoas com deficiência, a modificação e adaptação da realidade e concepções educacionais para promoção dessa inclusão (Lei Nº 13.146/2015, Lei nº 10.098/2000), isso ocorre nas disciplinas de Prática Pedagógica, Sociologia Brasileira, Fundamentos Sócio Históricos-Filosóficos da Educação, Libras I.

Além do eixo das disciplinas de Prática como componente curricular, há também os componentes curriculares de extensão: incorporadas nas disciplinas de **Extensão e Sociedade** 1 a 11, que promovem a transposição didática relacionadas aos conteúdos das disciplinas de Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia, Sociologia Clássica, Sociologia Pós-Clássica, Sociologia Contemporânea, Sociologia Brasileira; Ciência Política II, III, IV; Antropologia I, IV, e V. Nesses espaços curriculares são propiciadas experiências de observação, análise e interpretação das experiências escolares e de sala de aula. A compreensão do cotidiano escolar e os limites e possibilidades do trabalho educativo são situados a partir das disciplinas semestrais a que estão vinculados. Por isso, os trabalhos investigativos nesse sentido são indispensáveis, bem como a produção de materiais didático-pedagógicos que qualifiquem a presença do Cientista Social na Escola Básica.

[b] **Estágios**: o estágio, enquanto componente curricular, deverá ocorrer a partir da metade do curso, porém em articulação com as práticas de ensino e embasados nos conteúdos científico-culturais. A orientação e a supervisão dos/as alunos/as deverão ser compartilhadas entre professores/as da área de Ciências Sociais e da área pedagógica.

[c] **Estudos Integradores**: são compostos por atividades complementares que integralizarão a estrutura curricular, devendo ser realizadas ao longo do curso, incluindo a participação em eventos (seminários, encontros, colóquios, simpósios, congressos, etc.), participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, apresentação de trabalhos, comunicações, publicações de artigos em jornais e revistas. Estas atividades acadêmicas e culturais deverão representar um total de 210 horas.

A matriz curricular do curso é constituída por um conjunto de atividades acadêmicas que foram distribuídas a partir de definições estabelecidas pelo

Núcleo Docente Estruturante, em adequação às resoluções vigentes. São elas: as disciplinas obrigatórias, que foram divididas em cinco núcleos de formação profissional: [1] Sociologia, [2] Ciência Política, [3] Antropologia, [4] Metodologia e [5] Ensino (licenciatura). Somam-se as disciplinas complementares de Geografia e História, que visam fornecer os conhecimentos teórico-metodológicos necessários à formação mínima dos/as futuros professores, capacitando-os/as, desta forma, para uma formação profissional voltada para a reflexão acerca da realidade social e da pesquisa.

Ao longo do processo de amadurecimento do PPC, o NDE e o Colegiado, sistematizaram os eixos curriculares que definem o sentido da formação no Curso. O texto a seguir sistematiza esse entendimento

Eixos Curriculares

[a] **Articulação entre teoria e prática:** os conhecimentos somente terão validade se estiverem dirigidos para a construção de determinadas competências. O processo de formação dos/as futuros/as Professores/as apresenta uma particularidade que precisa ser levada em consideração, isto é, por ocorrer em lugar similar àquele que irá atuar, exige que aquelas atitudes, valores e hábitos que são esperados do/a futuro/a profissional sejam experimentadas durante sua formação, no relacionamento educador/a-educando/a. Se as competências serão formadas pela prática, isso deve ocorrer em situação concreta, com conteúdos apropriados que servirão de suporte desse processo de formação e não como um fim em si mesmo. Isto não significa descartar-se dos conhecimentos, mergulhando a formação numa experiência que poderíamos denominar de “pedagogismo”. Uma sólida formação teórico-metodológica em torno dos eixos que formam a identidade do curso de Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia, Ciência Política) é fundamental para o exercício competente da complexa tarefa de ensinar a aprender; o que se está a exigir é a necessidade de não se cair em um “teoricismo” em que os conteúdos disciplinares estão desfocados da realidade e dos objetivos da formação profissional, através de um currículo passivo baseado em aulas expositivas e práticas. Nesse sentido, em consonância com o PDI da Universidade, as

atividades de extensão integram a formação da licenciatura como atividades que permitem a troca de saberes, o retorno social da Universidade para sociedade e o exercício prático teórico pedagógico.

[b] A **Dimensão Histórico-Social** é desenvolvida através do estudo e formação da história da Educação em Ciências Sociais, suas práticas e teorias, das transformações nas Leis de Educação e dos processos sociais de ensino e aprendizagem, considerando os aspectos organizacionais e institucionais que perpassam o desenvolvimento da educação. Trabalha também as formas de inclusão e formação cidadã para promoção da democracia.

[c] **Interdisciplinaridade**: o conjunto de competências que deverão ser desenvolvidas ao longo da trajetória de formação deve orientar as escolhas disciplinares e os conteúdos programáticos, assim como as metodologias de ensino e avaliação. Por outro lado, as disciplinas semestrais devem estar coordenadas entre si para oferecer um conjunto de situações significativas que exijam a mobilização de conhecimentos disciplinares. Cada disciplina não pode encerrar-se numa lógica exclusivista, em geral, orientada pelos humores do seu titular. É preciso coordenar os esforços visando à formação de capacidades intelectuais complexas, para as quais contribuam as disciplinas isoladamente e em intercessão.

[d] **Autonomia do/a Educando/a** em seu processo de formação: deverão ser adotadas metodologias de ensino e avaliação que estimulem a iniciativa dos/as estudantes. O processo de aprendizagem não pode ser passivo, tem de ser um conjunto de eventos significativos para o futuro profissional. O que interessa não é a quantidade de informações transferidas pelo/a professor/a e acumuladas ao longo dessa trajetória, mas a capacidade de lidar com elas, de se apropriar desses conhecimentos através de sua transposição para situações novas que desafiam o/a estudante. O conhecimento é algo que se constrói e se reconstrói diariamente diante de situações que são enfrentadas como problemas do cotidiano, que podem vir a ser problematizadas cientificamente. O próprio curso precisa criar uma estrutura curricular que possibilite escolhas e opções ao/a estudante para que este/a elabore autonomamente sua trajetória de formação.

[e] Aprimoramento em **Práticas Investigativas**: ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los diante de determinadas situações como compreender o processo de construção do conhecimento. Deste modo, o curso deverá disponibilizar os conhecimentos pedagógicos sistematizados que focalizam o processo de ensino e aprendizagem de maneira geral e das Ciências Sociais em particular, pois os conteúdos a serem ensinados na escola básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas. Além do mais, o curso deverá abrir linhas de pesquisas voltadas para investigar o processo de ensino-aprendizagem nas Ciências Sociais.

[f] **Avaliação** que incida sobre processos e resultados: a avaliação é parte integrante do processo de formação profissional e de construção de uma proposta pedagógica para a universidade pública. Considerando as competências a serem constituídas, a avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos/as formadores/as, permitindo-lhes identificar o acerto das escolhas adotadas e a correção de percurso quando for necessário, assim como o controle autônomo dos/as futuros/as professores/as, do seu desempenho e da sua qualificação profissional. Deverão ser periódicas e sistemáticas, com procedimentos diversos, incluindo conteúdos desenvolvidos, qualidade do trabalho interdisciplinar, desempenho institucional e do quadro de formadores/as.

Este projeto pedagógico segue, igualmente, as Diretrizes Nacionais para Educação em **Direitos Humanos** (conforme Resolução nº 01 do CNE, de 30 de maio de 2012), cujos conteúdos são trabalhados de forma específica nas disciplinas de Prática I, Ciência Política V, Antropologia IV, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das **Relações Étnico-Raciais** e para o Ensino de **História e Cultura Afro-brasileira e Africana** (conforme Resolução nº 01 do CNE, de 17 de junho de 2004), integrando, transversalmente, os respectivos conteúdos curriculares nas disciplinas do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

O projeto adequa-se às Diretrizes Curriculares sobre **Educação Ambiental** (conforme Resolução Nº 02 do CNE, de 15 de junho de 2012), pois os conteúdos referentes à Educação Ambiental são tratados nas disciplinas de Sociologia da Educação e nas Práticas de Ensino, Antropologia I, II e III, havendo

inclusive uma disciplina optativa de Sociedade e Meio Ambiente. As **questões raciais** serão tratadas nas disciplinas do eixo de Antropologia, especialmente na disciplina da Antropologia V, da mesma forma essa problemática será abordada na Sociologia Brasileira, e nas optativas de Raça e Gênero nas Ciências Sociais, Etnologia Afro-Americana I. A questão dos **direitos humanos**, assim como as relativas à cidadania são preocupações de uma ampla temática que perpassa o eixo das disciplinas da Ciência Política, Antropologia e Sociologia e de algumas disciplinas optativas, particularmente as de Movimentos Sociais e Cidadania, Política Social e Etnologia Ameríndia I, Estudos Antropológicos de Gênero e Teoria Feminista, Teorias Da Democracia.

Destaca-se na área de Ciência Política a vinculação do conteúdo específico das disciplinas obrigatórias de Ciência Política I, onde são recuperados através do pensamento da filosofia política antiga e medieval através das concepções de governo, soberania e cidadania; em Ciência Política IV, além das questões relativas aos direitos políticos no Brasil é discutido o processo de cidadania e governança eleitoral; Ciência Política V, que trata o período militar no Brasil até o período da redemocratização, traz abordagens relativas às reconfigurações dos **direitos humanos** e da cidadania e participação política no país.

Na disciplina de Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia é apresentada a discussão sobre modernidade, Iluminismo, Revolução Francesa a partir da perspectiva da construção dos direitos sociais e humanos, na discussão do surgimento da consciência coletiva por Durkheim, da moral, do direito e das leis; Juntamente com essa disciplina a Ciência Política II trabalha a questão do contrato social, que se vincula aos conceitos de soberania, de formação da própria sociedade (Hobbes, Locke e Rousseau) e do Estado Moderno.

Em relação às obrigatórias de Sociologia Contemporânea é discutido o processo civilizador (Norbert Elias), em que se trabalha o tema da transformação da sociedade de cortes para a sociedade burguesa, nesta mesma disciplina também é discutida as questões etno-raciais e de inclusão de pessoas portadoras de deficiência, das ideias dos autores vinculados às propostas pós-coloniais e a construção das identidades na pós-modernidade, das

interseccionalidades entre os conceitos de gênero, raça, classe, e novas concepções corporais, e na Sociologia Brasileira, se discute as ideias de Jessé Souza e José de Souza Martins sobre a questão da desigualdade social, a exclusão social e a construção da subcidadania no Brasil e a existência da rale brasileira. Caracterizando a transversalidade da temática, a educação, enquanto direito fundamental e sua relação com a cidadania, é discutida também na disciplina de Sociologia da Educação.

Soma-se ao rol de disciplinas que contemplam a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, as optativas de Política Social, que traz as definições, análises e histórico de constituição desses direitos e das políticas públicas respectivas em sua relação com a cidadania e a constituição de desigualdades sociais; a de Movimentos Sociais e Cidadania, que se dedica exclusivamente ao debate conceitual e histórico desses conceitos; as disciplinas de Trabalho, Sociedade e Desigualdade I e II, que tratam de todos os aspectos relativos ao trabalho, sendo este um direito humano fundamental. As questões de direitos humanos ainda são abordadas através de uma perspectiva de gênero nas disciplinas de Estudos Antropológicos de Gênero e Teoria Feminista e na disciplina Raça E Gênero Nas Ciências Sociais.

Os conteúdos relativos às leis 10.639/2003 e 11.645/2008 perpassam as disciplinas de Antropologia, Sociologia, Práticas de Ensino na medida em que estas problematizam os parâmetros que historicamente orientam as relações da sociedade ocidental com aquelas situadas em outros continentes, notadamente no continente americano e africano. A disciplina de Antropologia IV, especialmente, abordará os temas: “Emergências étnicas e populações tradicionais” e “Políticas de reconhecimento étnico e territorial”, trazendo a discussão sobre as relações étnico-raciais para um contexto mais contemporâneo. Já a disciplina de Antropologia V, ao se deter sobre o desenvolvimento da antropologia brasileira, necessariamente focará a constituição do pensamento social brasileiro sobre a diversidade étnico-racial no país, nas suas diferentes fases. Quanto à relação de disciplinas optativas na área de Antropologia, serão ofertadas as disciplinas Etnologia Ameríndia e Etnologia Afro-americana, as quais abordarão diretamente conteúdos relativos à

cultura e história indígena e afro-brasileira. Os temas relacionados com a questão étnico-racial serão debatidos na disciplina de Sociologia Brasileira, quando apresentada a sociologia cotidiana de Gilberto Freyre, a discussão sobre o mito das três raças e a formação da “democracia racial”. Em contraposição e crítica a essa visão, será também trabalhado o autor Florestan Fernandes e o seu livro a Integração do Negro na sociedade de classes, que discute a formação da democracia racial como ideologia, enquanto preconceito de ter preconceito. Além disso, ao se discutir as questões das ações afirmativas, também são trabalhadas as questões de autoafirmação identitária de raça, e também da deficiência. A disciplina obrigatória de Libras trabalha de forma específica de inclusão de pessoas com deficiência auditiva.

A questão da educação ambiental será tratada nas disciplinas obrigatórias de Antropologia III, quando através do pensamento antropológico da Escola Francesa trabalha as concepções de natureza e cultura. Ainda sobre o tema, a Sociologia Contemporânea, também aprofunda a discussão ao trazer as discussões de autores com Giddens e Beck sobre a Sociedade de Risco e Modernidade Reflexiva. Outro autor que debaterá a questão ambiental como forma de demonstrar a crise do projeto cultural da modernidade será Boaventura de Souza Santos. A disciplina de Sociologia da Educação também aborda a educação ambiental dentro de seu programa de disciplina. Nas optativas a disciplina de Sociologia, Sociedade e Meio Ambiente decide-se exclusivamente a investigar a problemática em questão. A disciplina de Prática de Ensino II tem como objetivo a formação voltada para o desenvolvimento de conteúdos que contemplem especificamente o conjunto das leis envolvendo os temas de diversidade cultural, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, história e cultura afro-brasileira.

Cabe destacar na composição curricular a discussão sobre **gestão democrática** de processos educativos, o que envolve o planejamento, a execução e a avaliação de processos nas instituições de educação básica. Com isso, habilita-se o futuro professor e Cientista Social a acompanhar e atuar nos espaços de gestão escolar. A formação para esse aspecto é realizada no curso através de momentos que perpassam toda a trajetória acadêmica do/as alunos/as em disciplinas obrigatórias como Educação Brasileira, Organização e

Políticas Públicas – EBOPP, que tem dentre seus objetivos compreender o contexto social, político e econômico atual em que são formuladas e implementadas as políticas públicas, favorecendo a análise dos sistemas educacionais e possibilitando a tomada de posições e o entendimento das transformações da realidade educacional e social; Teoria e Prática Pedagógica, que de forma programática se debruça sobre os processos de Planejamento escolar e Avaliação escolar; Sociologia da Educação, aborda diferentes dimensões que atravessam os processos educativos, contribuindo para situar o trabalho de gestão escolar numa perspectiva democrática e inclusiva; o componente curricular de Estágio em Ciências Sociais I, em particular, permite o conhecimento empírico da gestão escolar através da observação direta das práticas escolares, com focos em formas de participação e tomadas de decisões nas instituições.

Os componentes curriculares de Estágio II e III trazem a vivência das consequências de gestões democráticas de maior ou menor intensidade, que se refletem nas práticas curriculares e avaliativas. O suporte teórico para compreensão e atuação na gestão democrática de instituições de ensino, além das disciplinas obrigatórias que debatem a democracia e suas práticas, contam com as optativas, como Análise de Políticas Públicas, que trazem o conhecimento sobre modelos de análise de políticas públicas que incluem a formulação, implementação e avaliação de políticas; Políticas Sociais, que inclui a política educacional; e a optativa de Teorias da Democracia, que observa os debates teóricos entorno das concepções de democracia, e consequentemente de cidadania, das minorias, e das formas de participação política.

Contribuem também para os aspectos relativos à observação da gestão democrática, projetos de extensão voltados à atuação na escola, e projetos de atuação docente como o PIBID ou o Residência Pedagógica.

A título de Formação em **Extensão**, os discentes podem realizar atividades em projetos ou Programas de Extensão. A carga horária das atividades também pode ser aproveitada como Estudos Integradores. Além disso, a integralização da extensão, representando no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil, conforme Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do MEC, se apresenta na forma de disciplinas de

transposição didáticas ao longo do curso, considerados como conteúdos obrigatórios. Sendo atividades de Extensão Universitárias entendidas como "o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade", apresentam-se; conforme a Resolução nº 30, de 03 de Fevereiro 2022 do COCEPE da UFPel.

As ações de extensão na forma de disciplinas práticas/Projetos de Extensão e Sociedade de transposição didática estão registradas no Sistema Cobalto e compõem o Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura processo: 481.

A **dimensão pedagógica para a formação de professores** compreende os conhecimentos e as atividades voltadas à constituição de conhecimentos sobre os processos, sujeitos e objetos de ensino, constituindo-se em uma ação intencional que aproxima as discussões acadêmicas à realidade escolar e a outros espaços informais de exercício da docência.

No curso de Ciências Sociais – Licenciatura, a dimensão pedagógica das Ciências Sociais é composta pelo bloco de disciplinas teóricas, num total de 360 horas, composto por: Teoria e Prática Pedagógica (60 horas); Educação Brasileira, Organização e Políticas Públicas (60 horas); Fundamentos Sócio-Históricos e Filosóficos da Educação (60 horas); Fundamentos Psicológicos da Educação (60 horas); Libras (60 horas); e Sociologia da Educação (60 horas).

Integra também a dimensão pedagógica o bloco de disciplinas de extensão, no qual serão desenvolvidas atividades pedagógicas de Transposição Didática, dos conteúdos programáticos da área de Ciências Sociais, num total de 330 horas. As disciplinas de Extensão e Sociedade de 1 a 11, se articulam com as seguintes teóricas da área básica de Ciências Sociais: Antropologia I (30 horas), Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia (30 horas); Ciência Política II (30 horas), Sociologia Clássica (30 horas); Sociologia Pós-Clássica (30 horas), Ciência Política III (30 horas); Sociologia Contemporânea (30 horas), Antropologia IV (30 horas); Sociologia Brasileira (30 horas); Antropologia V (30 horas) e Ciência Política V (30 horas).

Essas atividades extensionistas de transposição serão coordenadas de forma articulada pelos professores titulares das disciplinas acima referidas, pelos

professores das disciplinas de prática de ensino e pela coordenação de projeto de ensino específico, de caráter permanente, sobre transposição didática, de tal forma que a produção de materiais pelos discentes seja orientada, acompanhada e avaliada regularmente e de forma interdisciplinar pelos professores do curso – e publicadas digital e fisicamente, em site do projeto e eventos acadêmicos da área de Ensino de Sociologia, com integração das redes públicas de ensino.

Reforçando que esta dimensão deve ser desenvolvida de forma articulada com os componentes curriculares da formação específica de cada disciplina teórica indicada, visando a proporcionar constantes reflexões teórico-práticas associadas com a mediação dos conhecimentos, que se constituem em objetos de atuação didática, e com a elaboração de metodologias de ensino que auxiliem a prática profissional.

Esse conjunto de atividades da dimensão pedagógica do Curso soma um total de 690 horas de disciplinas, contemplando mais de 1/5 (um quinto) da carga horária ao longo de todo o curso, em seus diferentes conteúdos/ações de formação geral e de formação profissional, conforme resolução CNE/CP, de 1 de julho de 2015, excluídos os componentes constantes nos subitens seguintes: Prática como componente curricular) e Estágio supervisionado.

QUADRO 3 – Matriz Curricular

Legenda das cores:

Atividades formativas
Prática como componente curricular
Dimensão pedagógica
Formação em Extensão
Estágio curricular obrigatório

1º SEMESTRE										
Código	Unid/Dpto	Componente	Cr	T	P	EAD	EXT	CH	H.A	Pré-Requisito
10910087	ICH/DAA	Antropologia I	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560066	IFISP/DESP	Ciência Política I	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560151	IFISP/DESP	Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560152	IFISP/DESP	Prática de Ensino I	4	2	2	0	0	60	72	Nenhum
17350029	FAE/DE	Teoria e Prática Pedagógica	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
10900075	ICH/DH	História	2	2	0	0	0	30	36	Nenhum
10910165	ICH/DAA	Extensão e Sociedade 1	2	0	0	0	2	30	36	Nenhum
6560153	IFISP/DESP	Extensão e Sociedade 2	2	0	0	0	2	30	36	Nenhum
Total			26	20	2	0	4	390	468	

2º SEMESTRE										
Código	Unid/Dpto	Componente	Cr	T	P	EAD	EXT	CH	H.A	Pré-Requisito
10910091	ICH/DAA	Antropologia II	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560002	IFISP/DESP	Ciência Política II	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560154	IFISP/DESP	Sociologia Clássica	4	4	0	0	0	60	72	Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia
6560155	IFISP/DESP	Prática de Ensino II	6	2	3	1	0	90	108	Prática de Ensino I
17360022	FAE/DFE	Fundamentos Sócio-histórico-filosóficos da Educação	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
10060104	ICH/DEGEO	Geografia	2	2	0	0	0	30	36	Nenhum
6560156	IFISP/DESP	Extensão e Sociedade 3	2	0	0	0	2	30	36	Nenhum
6560157	IFISP/DESP	Extensão e Sociedade 4	2	0	0	0	2	30	36	Nenhum
Total			28	20	4	0	4	420	504	

3º SEMESTRE										
Código	Unid/Dpto	Componente	Cr	T	P	EAD	EXT	CH	H.A	Pré-Requisito
10919988	ICH/DAA	Antropologia III	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560006	IFISP/DESP	Ciência Política III	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560158	IFISP/DESP	Sociologia Pós-Clássica	4	4	0	0	0	60	72	Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia
6560159	IFISP/DESP	Prática de Ensino III	6	4	2	0	0	90	108	Prática de Ensino I
17360021	FAE/DFE	Fundamentos Psicológicos da Educação	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560160	IFISP/DESP	Extensão e Sociedade 5	2	0	0	0	2	30	36	Nenhum
6560161	IFISP/DESP	Extensão e Sociedade 6	2	0	0	0	2	30	36	Nenhum
Total			26	20	2	0	4	390	468	

4º SEMESTRE										
Código	Unid/Dpto	Componente	Cr	T	P	EAD	EXT	CH	H.A	Pré-Requisito
10910089	ICH/DAA	Antropologia IV	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560008	IFISP/DESP	Ciência Política IV	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560162	IFISP/DESP	Sociologia Contemporânea	4	4	0	0	0	60	72	Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia
6560163	IFISP/DESP	Prática de Ensino IV	6	4	2	0	0	90	72	Prática de Ensino I
17350230	FAE/DE	Educação Brasileira, Organização e Políticas Públicas	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560164	IFISP/DESP	Extensão e Sociedade 7	2	0	0	0	2	30	0	Nenhum
6560165	ICH/DAA	Extensão e Sociedade 8	2	0	0	0	2	30	0	Nenhum
Total			26	20	2	0	4	390	360	

5º SEMESTRE										
Código	Unid/Dpto	Componente	Cr	T	P	EAD	EXT	CH	H.A	Pré-Requisito
10910090	ICH/DAA	Antropologia V	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560027	IFISP/DESP	Ciência Política V	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
6560166	IFISP/DESP	Sociologia Brasileira	4	4	0	0	0	60	72	Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia
6560167	IFISP/DESP	Prática de Ensino V	7	4	3	0	0	105	126	Prática de Ensino I
20000084	CLC	Língua Brasileira de Sinais I (LIBRAS I)	4	2	2	0	0	60	72	Nenhum
6560168	ICH/DAA	Extensão e Sociedade 9	2	0	0	0	2	30	36	Nenhum
6560169	IFISP/DESP	Extensão e Sociedade 10	2	0	0	0	2	30	36	Nenhum
6560170	IFISP/DESP	Extensão e Sociedade 11	2	0	0	0	2	30	36	Nenhum
Total			29	18	5	0	6	435	522	

6º SEMESTRE										
Código	Unid/Dpto	Componente	Cr	T	P	EAD	EXT	CH	H.A	Pré-Requisito
6560044	IFISP/DESP	Epistemologia das Ciências Sociais	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
17350239	FAE/DE	Estágio em Ciências Sociais I	8	4	4	0	0	120	144	Teoria e Prática Pedagógica; Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação; Fundamentos Psicológicos da Educação; Educação Brasileira: Organização e Políticas Públicas; Prática De Ensino I; Prática De Ensino II; Prática De Ensino III; Prática De Ensino IV e Prática De Ensino V.
6560094	IFISP/DESP	Sociologia da Educação	4	4	0	0	0	60	72	Nenhum
		Disciplina Optativa 1	4	4	0	0	0	60	72	
		Disciplina Optativa 2	4	4	0	0	0	60	72	
Total			24	20	4	0	0	360	432	

7º SEMESTRE										
Código	Unid/Dpto	Componente	Cr	T	P	EAD	EXT	CH	H.A	Pré-Requisito
6560075	IFISP/DESP	Metodologia I	4	4	0	0	0	60	72	Epistemologia das Ciências Sociais
17350240	FAE/DE	Estágio em Ciências Sociais II	10	4	6	0	0	150	180	Estágio em Ciências Sociais I
		Disciplina Optativa 3	4	4	0	0	0	60	72	
		Disciplina Optativa 4	4	4	0	0	0	60	72	
		Disciplina Optativa 5	4	4	0	0	0	60	72	
Total			26	20	6	0	0	390	468	

8º SEMESTRE										
Código	Unid/Dpto	Componente	Cr	T	P	EAD	EXT	CH	H.A	Pré-Requisito
17350241	FAE/DE	Estágio em Ciências Sociais III	10	4	5	0	1	150	180	Estágio em Ciências Sociais II
		Disciplina Optativa 6	4	4	0	0	0	60	72	
		Disciplina Optativa 7	4	4	0	0	0	60	72	
		Disciplina Optativa 8	4	4	0	0	0	60	72	
Total			22	16	6	0	0	330	396	

6560174	Estudos Integradores		14					210	252	
---------	----------------------	--	----	--	--	--	--	-----	-----	--

Fluxograma Do Curso

FLUXOGRAMA - CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA																													
1º Semestre 390h - 26cr		2º Semestre 420h - 28cr		3º Semestre 390h - 26cr		4º Semestre 390h - 26cr		5º Semestre 435h - 29cr		6º Semestre 360h - 24cr		7º Semestre 390h - 26cr		8º Semestre 330h - 22cr															
11	10910087	4	21	10910091	4	31	10919988	4	41	10910089	4	41	10910090	4	51	10910090	4	61	6560044	4	71	6560075	4	81	17350239	10			
Antropologia I		Antropologia II		Antropologia III		Antropologia IV		Antropologia V		Epistemologia das Ciências Sociais		Metodologia I		Estágio em Ciências Sociais III		Estágio em Ciências Sociais II		Estágio em Ciências Sociais I		Epistemologia das Ciências Sociais		Metodologia I		Estágio em Ciências Sociais I		Estágio em Ciências Sociais II			
Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum			
12	6560066	4	22	6560002	4	32	6560006	4	42	6560008	4	42	6560008	4	52	6566027	4	52	17350239	8	62	17350239	10	72	17350239	10	82		4
Ciência Política I		Ciência Política II		Ciência Política III		Ciência Política IV		Ciência Política V		Teoria e Prática Pedagógica, Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação; Fundamentos Psicológicos da Educação;		Estágio em Ciências Sociais I		Estágio em Ciências Sociais II		Estágio em Ciências Sociais I		Estágio em Ciências Sociais I		Estágio em Ciências Sociais I		Estágio em Ciências Sociais II		Estágio em Ciências Sociais I		Disciplina Optativa 6			
Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum			
13	6560151	4	23	6560154	4	33	6560158	4	43	6560162	4	43	6560162	4	53	6560166	4	53	6560166	4	63	6560094	4	73		4	83		4
Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia (AHISoc)		Sociologia Clássica		Sociologia Pós-Clássica		Sociologia Contemporânea		Sociologia Brasileira		Sociologia Brasileira		Sociologia Brasileira		Sociologia Brasileira		Sociologia da Educação		Sociologia da Educação		Sociologia da Educação		Sociologia da Educação		Sociologia da Educação		Sociologia da Educação			
Nenhum		AHISoc		AHISoc		AHISoc		AHISoc		AHISoc		AHISoc		AHISoc		AHISoc		AHISoc		AHISoc		AHISoc		AHISoc		AHISoc			
14	6560152	4	24	6560155	6	34	6560159	6	44	6560163	6	44	6560163	6	54	6560167	7	54	6560167	7	63	6560094	4	74		4	84		4
Prática de Ensino I		Prática de Ensino II		Prática de Ensino III		Prática de Ensino IV		Prática de Ensino V		Prática de Ensino I		Prática de Ensino I		Prática de Ensino I		Prática de Ensino II;		Prática de Ensino III;		Prática de Ensino IV;		Prática de Ensino V.		Prática de Ensino I;		Prática de Ensino II;			
Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum			
15	10900075	2	25	10060104	2	35	17360021	4	45	17350230	4	45	17350230	4	55	20000084	4	55	20000084	4	63	6560094	4	75		4	85		4
História		Geografia		Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS I)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS II)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS I)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS I)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS I)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS I)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS I)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS I)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS I)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS I)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS I)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS I)	
Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum	
16	17350029	4	26	17360022	4	36	6560160	2	46	6560164	2	46	6560164	2	56	6560168	2	56	6560168	2	63	6560094	4	75		4	85		4
Teoria e Prática Pedagógica		Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação		Extensão e Sociedade 5		Extensão e Sociedade 6		Extensão e Sociedade 7		Extensão e Sociedade 8		Extensão e Sociedade 9		Extensão e Sociedade 10		Extensão e Sociedade 11		Extensão e Sociedade 12		Extensão e Sociedade 13		Extensão e Sociedade 14		Extensão e Sociedade 15		Extensão e Sociedade 16		Extensão e Sociedade 17	
Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum	
17	10910165	2	27	6560156	2	37	6560161	2	47	6560165	2	47	6560165	2	57	6560169	2	57	6560169	2	64		4	75		4	85		4
Extensão e Sociedade 1		Extensão e Sociedade 2		Extensão e Sociedade 3		Extensão e Sociedade 4		Extensão e Sociedade 5		Extensão e Sociedade 6		Extensão e Sociedade 7		Extensão e Sociedade 8		Extensão e Sociedade 9		Extensão e Sociedade 10		Extensão e Sociedade 11		Extensão e Sociedade 12		Extensão e Sociedade 13		Extensão e Sociedade 14		Extensão e Sociedade 15	
Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum	
18	6560153	2	28	6560157	2	38	6560163	2	48	6560167	2	48	6560167	2	58	6560170	2	58	6560170	2	64		4	75		4	85		4
Extensão e Sociedade 2		Extensão e Sociedade 3		Extensão e Sociedade 4		Extensão e Sociedade 5		Extensão e Sociedade 6		Extensão e Sociedade 7		Extensão e Sociedade 8		Extensão e Sociedade 9		Extensão e Sociedade 10		Extensão e Sociedade 11		Extensão e Sociedade 12		Extensão e Sociedade 13		Extensão e Sociedade 14		Extensão e Sociedade 15		Extensão e Sociedade 16	
Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum		Nenhum	

Legenda		
A	B	C
Disciplina		
Pré-requisito		
A - Posição na tabela		
B - Código		
C - Créditos		

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

As disciplinas optativas objetivam complementar a formação dos estudantes, por meio de oportunidade de articulação entre diferentes áreas de conhecimento, bem como aprofundar estudos iniciados nas disciplinas obrigatórias. São elas que viabilizam a flexibilização curricular.

Para além das disciplinas abaixo relacionadas, as disciplinas cursadas na modalidade especial realizadas em cursos de áreas afins como Artes, Administração, Direito, Educação, Economia, Filosofia, Geografia, Gestão Pública, História, Relações Internacionais entre outros, com aderência à formação do professor de Ciências Sociais, poderão ser computadas como optativas.

A disciplinas obrigatórias exclusivas do currículo de bacharelado em Ciências Sociais, de Metodologia IV, TCC I e II, não serão aceitas como disciplinas optativas para a Licenciatura.

QUADRO 4 – Componentes Curriculares Optativos

QUADRO 4: QUADRO DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS									
Código	Unid/Depto	Componente	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
6560175	IFISP/DESP	Análise de Políticas Públicas	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560176	IFISP/DESP	Análise de Políticas Públicas e Sociais	4	2	0	0	2	60	Nenhum
10910027	ICH/DAA	Antropologia da Alimentação	4	4	0	0	0	60	Nenhum
10910038	ICH/DAA	Antropologia do Consumo	4	4	0	0	0	60	Nenhum
10910135	ICH/DAA	Antropologia e Meio Ambiente	4	3	0	0	1	60	Nenhum
10910025	ICH/DAA	Antropologia Política	4	4	0	0	0	60	Nenhum
10910041	ICH/DAA	Antropologia da Saúde	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560177	IFISP/DESP	Autorregulação da aprendizagem e as práticas em contextos educativos	4	0	0	0	0	60	Nenhum

6560049	IFISP/DESP	Comportamento Eleitoral	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560050	IFISP/DESP	Cultura Política	4	4	0	0	0	60	Nenhum
10910052	ICH/DAA	Estudos Antropológicos de Gênero e Teoria Feminista	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560178	IFISP/DESP	Estudos de Ciência Política I	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560179	IFISP/DESP	Estudos de Ciência Política II	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560180	IFISP/DESP	Estudos de Gênero e Teorias Feministas	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560087	IFISP/DESP	Etnografia Sociológica	4	4	0	0	0	60	Nenhum
10910131	ICH/DAA	Etnologia Afro-americana I	4	3	0	0	1	60	Nenhum
10910130	ICH/DAA	Etnologia Ameríndia I	4	3	0	0	1	60	Nenhum
6730028	IFISP/DFIL	Filosofia	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560182	IFISP/DESP	Instituições Políticas	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560183	IFISP/DESP	Introdução à Sociologia da Violência	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560184	IFISP/DESP	Instituições e Modelos de Capitalismos	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560185	IFISP/DESP	Juventudes e Ciências Sociais	4	0	0	0	0	60	Nenhum
10910069	ICH/DAA	Leituras Etnográficas I	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6730045	IFISP/DESP	Michael Foucault e sua perspectiva teórica estruturalista e pós-estruturalista	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560080	IFISP/DESP	Movimentos Sociais e Cidadania	4	4	0	0	0	60	Nenhum
10910053	ICH/DAA	Oficina de Imagem e Som em Antropologia	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560186	IFISP/DESP	Oficina de Pesquisa em Sociologia da Educação	4	2	2	0	0	60	Nenhum
6560101	IFISP/DESP	Partidos Políticos no Brasil	4	4	0	0	0	60	Nenhum

10910132	ICH/DAA	Patrimônio Cultural	4	3	0	0	1	60	Nenhum
10910134	ICH/DAA	Pesquisa Etnográfica I	4	3	0	0	1	60	Nenhum
6560081	IFISP/DESP	Pensamento Político Brasileiro	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560082	IFISP/DESP	Política Comparada	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560187	IFISP/DESP	Política Social	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560188	IFISP/DESP	Política e Sociedade na América Latina	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6730046	IFISP/DESP	Pós-Modernidade, Pós-estruturalismo, Pós-Marxismo, Pós-Fundacionalismo: um debate teórico Europeu	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560093	IFISP/DESP	Produção e Interpretação de textos científicos	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560089	IFISP/DESP	Raça e Gênero nas Ciências Sociais	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560189	IFISP/DESP	Regimes e Ideologias Políticas	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560190	IFISP/DESP	Sistema Político Brasileiro	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560191	IFISP/DESP	Sociologia da Arte	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560086	IFISP/DESP	Sociologia: Ciência e Profissão	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560192	IFISP/DESP	Sociologia Econômica	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560193	IFISP/DESP	Sociologia do Trabalho	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560194	IFISP/DESP	Sociologia do Trabalho (EAD)	4		0	4	0	60	Nenhum
6560090	IFISP/DESP	Sociologia da Globalização	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560091	IFISP/DESP	A Sociologia de Henri Lefebvre	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560195	IFISP/DESP	Sociologia Histórica do Estado	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560196	IFISP/DESP	Sociologia Latino-americana	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560197	IFISP/DESP	Sociologia dos Movimentos Sociais	4	4	0	0	0	60	Nenhum

6560198	IFISP/DESP	Sociologia, Sociedade e Meio Ambiente	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560199	IFISP/DESP	Teoria Crítica e Sociologia	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560200	IFISP/DESP	Teoria da Representação Política	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560054	IFISP/DESP	Teorias da Democracia	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560201	IFISP/DESP	Teoria Social Latino-americana	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560202	IFISP/DESP	Trabalho, Sociedade e Desigualdades	4	4	0	0	0	60	Nenhum
6560203	IFISP/DESP	Universidade e Mundo do Trabalho	4	1	0	0	3	60	Nenhum

ESTÁGIOS

O estágio na Universidade Federal de Pelotas, tanto o obrigatório como o não obrigatório, está regulamentado pela Lei de Estágios, nº 11.788/2008; pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de cursos de graduação, e pelo Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel (Resolução COCEPE-UFPel nº 29/2018).

O **Estágio Curricular Obrigatório** caracteriza-se como componente curricular, que visa ao aprendizado de conhecimentos teórico-práticos próprios da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o mundo do trabalho.

Conforme as DCN nº 02/2015 (p.12),

“o estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico” (DCN, nº 02/2015, p.12).

Nesse momento da formação, objetiva-se o desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional de professores. Portanto, o estágio é ato educativo exercido no futuro ambiente de trabalho. No caso dos cursos de licenciatura, preferencialmente nas escolas públicas de educação básica, visando à formação profissional através da articulação entre teoria e

prática. Trata-se de um importante momento no itinerário de formação do aluno através do qual são adquiridas e exercitadas competências profissionais e aplicados os conhecimentos curriculares.

O devido cumprimento desse componente curricular depende de compromisso firmado entre a instituição de ensino, o estudante e a instituição concedente, o que implica o adequado planejamento, acompanhamento, execução e avaliação das atividades de estágio em corresponsabilidade entre as partes envolvidas. Esse compromisso é formalizado e operacionalizado através de “Termo de Compromisso de Estágio”, regido segundo a Lei nº 11.788/2008, e pelas Resoluções nº 03 e 04/2009 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEPE) da Universidade Federal de Pelotas.

As atividades de estágio distinguem-se em obrigatórias e não obrigatórias. O estágio curricular obrigatório é aquele previsto na carga horária curricular mínima do curso, consistindo em pré-requisito essencial para a obtenção do diploma. O estágio não obrigatório, por sua vez, é opcional, excedendo à carga horária curricular mínima do curso e dispensável para a obtenção do diploma.

As atividades de estágio serão acompanhadas e avaliadas pelo Colegiado do Curso de Ciências Sociais e pelo Núcleo Docente Estruturante, segundo os princípios pedagógicos enunciados neste projeto e segundo as finalidades, objetivos, etapas e atividades a seguir especificados.

Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório é componente curricular e constitui-se como um conjunto de atividades voltadas para a aprendizagem da profissão docente, através da participação em situações reais de trabalho e deve ser realizado numa escola de educação básica. O Estágio é o momento de aprofundamento sobre os conteúdos e práticas de ensino das Ciências Sociais na educação básica. O aluno será acompanhado por um supervisor em atividades na Escola durante o estágio obrigatório. Esse componente curricular objetiva:

- I. A formação do professor para o Ensino Médio e, quando ofertado pelas redes de ensino, para os anos finais do Ensino Fundamental;

- II. A mediação didática do conhecimento das Ciências Sociais;
- III. A instrumentalização do acadêmico para a aplicação dos conhecimentos adquiridos no cotidiano acadêmico e na prática de ensino e de gestão democrática escolar;
- IV. A vinculação entre conhecimentos teóricos e da realidade educacional e social.

Objetivo Geral

O objetivo geral do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura é oportunizar ao estudante experiências de educação no Ensino Médio (e anos finais do Ensino Fundamental, quando houver) através:

- I. da mediação pedagógica de conhecimentos das Ciências Sociais;
- II. do desenvolvimento de habilidades necessárias à prática educativa e profissional.

Objetivos Específicos

- I. identificação da realidade educacional dos campos de estágio;
- II. planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem nas Ciências Sociais;
- III. apropriação e criação de metodologias de ensino de Sociologia adequadas ao Ensino Médio;
- IV. reflexão e pesquisa acerca do ensino de sociologia nas escolas.

O Estágio Curricular Obrigatório tem um total de 28 créditos que correspondem a 420 horas (ou 504 horas/aula), distribuídas da seguinte forma: No sexto semestre é ofertado Estágio I, com 08 créditos (120h ou 144 h/a); no sétimo semestre, Estágio II, com 10 créditos (150h ou 180 h/a); e no oitavo semestre, Estágio III, com 10 créditos (150h ou 180 h/a). No componente de Estágio III, 1 crédito terá natureza de extensão, com a finalidade socialização das produções acadêmicas e escolares realizadas em diálogo com os professores das escolas e da Universidade. Para supervisão dos Estágios está

previsto a visita mínima de 01 aula do Professor/a supervisor/a da UFPel na Escola.

O Estágio cumpre etapas dentro do processo de formação docente a partir do desenvolvimento das seguintes atividades:

- [1] observação geral da Escola: comunidade do entorno, estrutura, funcionamento, recursos, estudantes e profissionais;
- [2] observação da atuação didática pedagógica do professor regente da classe em que está estagiando;
- [3] participação das aulas, atuando em atividades de ensino sugeridas e/ou autorizadas pelo professor regente da classe;
- [4] regência de classe, ministrando aulas na classe em que está estagiando.

Nos componentes curriculares de Estágio, o estudante deve:

- [1] acompanhar uma turma durante o semestre letivo;
- [2] desenvolver atividades exigidas pela escola e pelo professor responsável pela turma, em adequação às normas vigentes e regulamentos da rede de ensino;
- [3] ministrar aulas durante o período, elaborando materiais didáticos;
- [4] desenvolver trabalhos e avaliações, de acordo com as condições da escola e concordância do professor da turma;
- [5] analisar livros e outros materiais didáticos de Sociologia, num trabalho de curadoria didático-pedagógica;
- [6] analisar os problemas apresentados pelos discentes;
- [7] elaborar materiais diversos e textos didáticos, bem como propostas e instrumentos de avaliação, recursos audiovisuais, planos de aula, programas, entre outros;
- [8] participar diretamente no desenvolvimento dos conteúdos e regência em salas de aula, nas escolas.

O Estágio Curricular Obrigatório será desenvolvido em escolas da rede estadual, municipal, particular e federal de ensino, que tenham em seus

currículos a disciplina de Sociologia no Ensino Médio ou anos finais do Ensino Fundamental. Os alunos estagiários serão orientados e avaliados tanto pelos professores regentes das disciplinas de Estágio como por professor orientador especialmente designado para este fim pelo Núcleo Docente Estruturante ou pelo Colegiado do Curso. Os critérios de avaliação dos estágios devem estar baseados nos princípios pedagógicos gerais enunciados neste projeto e nos objetivos e atividades acima previstas. Para fins de aprovação nos componentes de Estágio I, II e III, a nota mínima é 7,0 (sete) e não cabe a realização de Exame, para recuperação de avaliação inferior a essa nota (cf. Resolução COCEPE n 29/2018)

Considerando as características do Estágio Curricular Obrigatório e do Programa Residência Pedagógica, e em acordo com a Resolução COCEPE-UFPEL nº 08/2021, torna-se viável – diante de solicitação por parte do discente e comprovação de vínculo ao Programa – a substituição da carga horária de regência de classe prevista no componente curricular de Estágio II pelas ações do Programa, desde que atestado pelo(a) docente orientador(a) e pelo(a) preceptor(a) da Escola Campo.

Essa substituição garantirá a aprovação e integralização dos créditos nesse componente, desde que seja apresentado de relatório ao final do período correspondente ao Estágio II, com parecer assinado pelo(a) professor(a) orientador(a) da UFPEL e pelo(a) preceptor(a) da escola, a ser anexado ao relatório. A participação do PRP não substituirá, entretanto, a necessidade de realização dos Estágios I e III, cujas características diferem-nos das ações do Programa Residência Pedagógica.

Estágio Curricular Obrigatório: relação com a rede de educação básica

O estágio curricular obrigatório de ensino se caracteriza como tempo de aprendizagem, envolvendo a relação teoria- prática, em espaço profissional (cf. Parecer CNE/CP nº 28/2001). Para tal, os sistemas de ensino devem possibilitar às instituições formadoras a realização do estágio curricular supervisionado obrigatório na educação básica. A entrada de estagiários nos sistemas de

ensino, considerado o regime de colaboração prescrito no artigo 211 da Constituição Federal, ocorre por meio do Termo de Compromisso de Estágio, assinado entre a Instituição concedente (Escola de Educação Básica), a Instituição de Ensino (UFPEl) e o estudante estagiário, em acordo com a legislação vigente.

Em contrapartida, os docentes em atuação nas escolas poderão receber modalidade de formação continuada a partir da instituição formadora e se beneficiarão e serão co-protagonistas, especialmente das atividades de extensão, previstas nas disciplinas específicas dessa natureza. E, nada impede que, no seu projeto pedagógico, em elaboração ou em revisão, a própria unidade escolar possa acordar junto à instituição formadora uma participação de caráter recíproco no campo do estágio curricular supervisionado (Parecer da Resolução 02/2015, p. 31)

Estágio não obrigatório

O **Estágio Não Obrigatório**, pode ser desenvolvido como atividade opcional, com atividades compatíveis com a formação profissional, de modo a garantir o caráter educativo e de formação profissional para o acadêmico/estagiário. O Colegiado de Curso, analisa e avalia as atividades propostas pelo Plano de Trabalho, de modo a que contribuam para a formação profissional dos estagiários.

A Lei nº 11.788/08 que dispõe sobre o estágio não obrigatório, destaca no seu parágrafo segundo que o Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Esta modalidade de prática profissional se caracteriza por: não criar vínculo empregatício de qualquer natureza; possuir carga horária de até 6 horas diárias e 30 horas semanais, para estudantes do ensino superior; ter duração que não exceda 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência; o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio transporte; ser assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser

gozado preferencialmente durante suas férias acadêmicas; aplicar ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

No caso do curso de Ciências Sociais, as atividades desenvolvidas devem ser compatíveis com a formação profissional de Licenciado em Ciências Sociais, de modo a garantir o caráter educativo e de formação profissional para o acadêmico estagiário, preferencialmente no suporte à docência ou à gestão escolar, podendo também ser exercido em outras atividades típicas do trabalho do Cientista Social.

As atividades de estágio não obrigatório devem estar articuladas com as linhas de pesquisa, ensino e extensão do Curso de Ciências Sociais. Deverão ser acompanhadas por professor orientador, vinculado ao Curso, e por um supervisor indicado pela instituição concedente. A proposta de estágio não obrigatório deverá ser elaborada e encaminhada por iniciativa do aluno ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais através de um Projeto de Estágio previamente negociado entre as partes e aprovado por um professor orientador.

O Projeto de Estágio deve ser apreciado e aprovado pelo Colegiado do Curso antes do início do período de vigência do estágio. No Projeto de Estágio deverá constar:

- I. a instituição onde o estágio será realizado,
- II. o supervisor responsável indicado pela instituição concedente,
- III. o período de realização do estágio,
- IV. os objetivos do estágio,
- V. a justificativa,
- VI. linha de atuação a que se vincula,
- VII. o plano de atividades detalhado, e
- VIII. o cronograma de trabalho.

Deverão ser especificadas, ainda, as condições nas quais se realizará o acompanhamento, a orientação e a avaliação do estágio, bem como a apresentação regular de relatórios.

O relatório de estágio, apresentado com periodicidade mínima de seis meses, deverá ser entregue com introdução, desenvolvimento e conclusões, devendo conter a descrição das atividades e observações realizadas durante o estágio e sua articulação, de forma crítica, com a pesquisa e a teoria social. Ao professor orientador do estágio caberá acompanhar e avaliar o aluno ao longo de todo o processo de estágio, conhecendo o local e as condições de trabalho do estagiário e zelando pelo cumprimento do plano de atividades e cronograma de trabalho.

ESTUDOS INTEGRADORES

As atividades complementares constituem o eixo de Estudos integradores, que compreende atividades acadêmicas de livre escolha do/a estudante no contexto da UFPel. Elas têm por objetivo abrir opções de vivências e estudos de conteúdos interdisciplinares e atividades diversas para a formação do/a estudante.

Com a realização dos Estudos Integradores se amplia a possibilidade de flexibilização do currículo, ao incentivar o protagonismo dos estudantes. Nesse eixo são aproveitados os conhecimentos e experiências vivenciadas pelos acadêmicos, em estudos e/ou práticas, como ações de pesquisa, ensino, extensão, serviço/assistência etc., sendo contabilizadas como carga horária para a integralização curricular.

Nesse eixo, estão compreendidas atividades acadêmicas definidas a partir dos conjuntos temáticos das áreas específicas de formação do curso (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), bem como de atividades acadêmicas em áreas afins: (História, Geografia, Economia, Direito, Relações Internacionais e etc.), que fazem interface com aqueles conjuntos advindas de outros cursos das UFPel ou de outras instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação.

A distribuição de carga horária deve seguir preferencialmente a seguinte distribuição (Quadro 7), mas a apresentação de composição que privilegie a Extensão ou Pesquisa também serão considerados como válidas, uma vez que,

se considera o princípio da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão. Para a integralização curricular é necessário que o estudante comprove a realização de 210 horas de Estudos Integradores durante o período de realização do Curso.

QUADRO 5 – Atribuição de Carga Horária dos Estudos Integradores

Atividade	Requisitos de comprovação	Intervalo de Horas
Ensino	Certificados; Atestados	Entre 30 e 100
Pesquisa	Certificados; Atestados	Entre 30 e 100
Extensão	Certificados; Atestados	Entre 30 e 100
Representação Discente	Certificados; Atestados, Declarações, Atas.	Até 30

QUADRO 6 – Atribuição de Carga Horária dos Estudos Integradores

Atividade	Requisitos de comprovação	Horas	Máximo de Horas
Ensino			
Participação em Projeto e/ou Programas Institucionais, tais como PIBID e PRP	Certificado Institucional; Atestado assinado pelo (a) Coordenador(a)	Variável	Até 100h
Optativas ou Estudos Integradores de Graduação cursadas a mais	Registro no histórico escolar	Variável	Até 100h
Cursos de Língua Estrangeira e/ou Informática	Certificado	Até 50h	Até 70h
Monitoria ou Bolsa de Graduação	Declaração do Orientador ou Certificado	Variável	Até 100h
Participação como ouvinte em palestra, bancas de qualificação ou defesa de TCC, Mestrado e Doutorado	Certificado ou Atestado	2h/banca ou palestra	Até 70h
Participação em Semanas Acadêmicas	Certificado	20h	Até 80h
Pesquisa			
Participação em Projeto de Pesquisa e/ou Programas Institucionais tais como PIBIC	Certificado Institucional; Atestado assinado pelo (a) Coordenador(a)	Variável	Até 100h
Apresentação de trabalhos em eventos científicos (pôster ou oral)	Comprovante e cópia do trabalho	5h/por trabalho	Até 70h
Publicação em eventos (completo) e em revistas não indexadas	Comprovante e cópia do trabalho	20h cada	Até 100h
Publicações em revistas indexadas	Cópia do trabalho	40h cada	Até 120 h
Extensão			
Participação em Projeto e/ou Programas Institucionais tais como PROEXT	Certificado Institucional; Atestado assinado pelo (a) Coordenador (a)	Variável	Até 100h
Ministrante de Palestra/Comunicação	Comprovante	4h	Até 70h
Ministrante de cursos, minicursos ou ciclo estudos	Comprovante e Plano de Trabalho	20h	Até 100h
Participação em eventos de extensão	Comprovante/Certificado	10h	Até 80h
Apoio técnico em eventos de extensão	Comprovante/Certificado	5h	Até 50h

Organização de eventos de extensão	Comprovante/Certificado	10h	Até 50h
Representação Discente			
Atestado emitido pelo CAFF, DCE, COCEPE, CONSUN, UNE	Certificado Institucional; Atestado assinado pelo órgão competente	20h/semestre	Até 60h

FORMAÇÃO EM EXTENSÃO

A integralização curricular da extensão para os estudantes do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura está balizada pela Resolução COCEPE-UFPel nº 30/2022 e se dará por meio para aprovação no conjunto de disciplinas obrigatórias “Extensão e Sociedade”, que ocupam os primeiros cinco semestres do Curso, sendo numeradas de 1 a 11, contabilizando cada uma delas 2 créditos, e estando articuladas à disciplinas teóricas específicas das três áreas básicas do Curso: Antropologia, Ciência Política e Sociologia (disciplinas de Antropologia I; Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia; Ciência Política II; Sociologia Clássica; Sociologia Pós-Clássica; Ciência Política III; Sociologia Contemporânea; Antropologia IV; Sociologia Brasileira; Antropologia V e Ciência Política V), conforme quadro abaixo:

QUADRO 7 – Transposições didáticas – Disciplinas de Extensão

Semestre	Disciplina Teórica	Disciplina EXT - Transposição
1º	Antropologia I	Extensão e Sociedade I
1º	Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia	Extensão e Sociedade II
2º	Ciência Política II	Extensão e Sociedade III
2º	Sociologia Clássica	Extensão e Sociedade IV
3º	Sociologia Pós-Clássica	Extensão e Sociedade V
3º	Ciência Política III	Extensão e Sociedade VI
4º	Sociologia Contemporânea	Extensão e Sociedade VII
4º	Antropologia IV	Extensão e Sociedade VIII
5º	Antropologia V	Extensão e Sociedade IX
5º	Ciência Política V	Extensão e Sociedade X
5º	Sociologia Brasileira	Extensão e Sociedade XI

Os conteúdos das disciplinas obrigatórias das três áreas que compõem as Ciências Sociais, serão transpostos de forma didática para o contexto linguístico, sociocultural e institucional vivenciado por estudantes do Ensino Médio, preferencialmente, e do Ensino Fundamental, alternativamente. As disciplinas são obrigatórias e correspondem a 2 créditos cada (30 horas), e se distribuem ao longo dos 5 primeiros semestres do curso.

Nas disciplinas de Extensão e Sociedade serão desenvolvidos projetos pilotos de transposição didática para a produzir, divulgar e disponibilizar material pedagógico diverso sobre os conteúdos trabalhados pelas áreas básicas do Curso, uma vez que se identifica escassez de ofertas de materiais específicos.

A produção de materiais didáticos esperada nas disciplinas de “Extensão e Sociedade” assumirão a forma de livros, vídeos, jogos, estratégias e situações didáticas, entre outras. Essa ação extensionista

“se caracteriza como a produção de publicações com a obtenção de ISSN ou ISBN, por seu caráter público, e outros produtos acadêmicos decorrentes ou não das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica junto à comunidade em geral e classificam-se em: Produção Literária; Produtos Audiovisuais; Outros Produtos e Publicações. de publicações e outros produtos acadêmicos” (Fonte: PREC/UFPel, Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/prec/sobre-a-prec/acoes-extensionistas/>).

As ações de extensão previstas nesse PPC buscam, ainda, atender aos princípios e objetivos do PDI/UFPel (2022), em particular o objetivo estratégico 4: apoiar iniciativas de inovação tecnológica e de desenvolvimento regional, uma vez que possibilita o desenvolvimento de novas abordagens que professores e alunos possuem para transformar os métodos de ensino e qualificar os processos de aprendizagem.

A avaliação das ações segue os parâmetros previstos no PDI-UFPel (2022), que estabelecem as diretrizes da Extensão no Ensino Superior, e aborda a auto avaliação da extensão a partir da [1] identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular; [2] a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos; [3] a

demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante (cf Resolução 07/2018, art. 11). Sendo o impacto de distribuição e circulação de material o indicador utilizado na auto avaliação continuada da extensão.

Para além das disciplinas, os/as estudantes poderão participar de ações extensionistas através de Programas e Projetos de Extensão, conforme a Resolução COCEPE-UFPel nº 10/2015, e Programas de formação docente como o PIBID e o Programa Residência Pedagógica que contemplem ações extensionistas no seu desenvolvimento, podendo ser contabilizados, nesse caso, para as integralização da carga horária dos Estudos Integradores.

TABELA 2 – Tabela Síntese da Formação em Extensão

Possibilidades da Formação em Extensão	Créditos	Horas
Disciplinas obrigatórias (registro em EXT)	22	330
Disciplinas optativas (registro em EXT)		
Estágio curricular obrigatório (registro em EXT)	1	15
Prática como componente curricular (registro em EXT. Para licenciaturas)		
ACE (registro através da comprovação por certificação)		
Total ofertado pelo curso	23	345

REGRAS DE TRANSIÇÃO

A transição do currículo antigo para o currículo novo se realizará tendo como referências as seguintes regras:

Leia-se: CN = Currículo Novo; CA: Currículo Antigo.

2024/1: 1CN, 3CA, 5CA, 7CA

2024/2: 2CN, 4CA, 6CA, 8CA

2025/1: 1CN, 3CN, 5CA, 7CA

2025/2: 2CN, 4CN, 6CA, 8CA

2026/1: 1CN, 3CN, 5CN, 7CA

2026/2: 2CN, 4CN, 6CN, 8CA

2027/1: os/as estudantes estarão cursando o Currículo Novo

As demais disciplinas do currículo anterior, embora com conteúdos e nomes alterados, mantêm o mínimo de 75% para aproveitamentos com as equivalentes do novo currículo. É importante salientar que a integralização do currículo em horas foi mantida, bem como os códigos e carga horária da maior parte das disciplinas sendo acrescentadas ao currículo, principalmente, as disciplinas de práticas de Extensão e Sociedade, e algumas optativas, que deverão ter código próprio.

QUADRO 8 – Componentes Equivalentes para adaptação Curricular

EQUIVALÊNCIA			
COMPONENTES - CURRÍCULO(S) ANTIGO(S)		COMPONENTES - NOVO CURRÍCULO	
CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE	CÓDIGO	NOME DO COMPONENTE
COMPONENTES OBRIGATÓRIOS			
06560069	PRÁTICA DE ENSINO I	06560152	PRÁTICA DE ENSINO I
06560095	PRÁTICA DE ENSINO II	06560155	PRÁTICA DE ENSINO II
06560096	PRÁTICA DE ENSINO III	06560159	PRÁTICA DE ENSINO III
06560097	PRÁTICA DE ENSINO IV	06560163	PRÁTICA DE ENSINO IV
06560098	PRÁTICA DE ENSINO V	06560167	PRÁTICA DE ENSINO V
17350092	ESTÁGIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS I	17350239	ESTÁGIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS I
17350093	ESTÁGIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS II	17350240	ESTÁGIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS II
17350024	ESTÁGIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS III	17350241	ESTÁGIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS III
06560065	SOCIOLOGIA I	06560151	ANTECEDENTES HISTÓRICOS E INTELLECTUAIS DA SOCIOLOGIA
06560029	SOCIOLOGIA II	06560154	SOCIOLOGIA CLÁSSICA
06560005	SOCIOLOGIA III	06560158	SOCIOLOGIA PÓS-CLÁSSICA
06560009	SOCIOLOGIA IV	06560162	SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA
06560030	SOCIOLOGIA V	06560166	SOCIOLOGIA BRASILEIRA
COMPONENTES OPTATIVOS			
06560045	ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	06560175	ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS
06560067	ESTUDOS DE CIÊNCIA POLÍTICA I	06560178	ESTUDOS DE CIÊNCIA POLÍTICA I
06560067	ESTUDOS DE CIÊNCIA POLÍTICA II	06560179	ESTUDOS DE CIÊNCIA POLÍTICA II
10910011	ETNOLOGIA AMERÍNDIA I	10910130	ETNOLOGIA AMERÍNDIA I
06560100	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	06560182	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
06560012	POLÍTICA SOCIAL	06560187	POLÍTICA SOCIAL

06560046	REGIMES E IDEOLOGIAS POLÍTICAS	06560189	REGIMES E IDEOLOGIAS POLÍTICAS
06560099	SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO	06560190	SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO
06560147	SOCIOLOGIA INDUSTRIAL E DO TRABALHO	06560193	SOCIOLOGIA DO TRABALHO
06560092	SOCIOLOGIA DO TRABALHO	06560193	SOCIOLOGIA DO TRABALHO
06560092	SOCIOLOGIA DO TRABALHO	06560194	SOCIOLOGIA DO TRABALHO (oferta EAD)
06560088	SOCIOLOGIA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE	06560198	SOCIOLOGIA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE
06560052	TEORIA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	06560200	TEORIA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
06560042	TRABALHO, SOCIEDADE E DESIGUALDADES	06560202	TRABALHO, SOCIEDADE E DESIGUALDADES
06560068	TRABALHO, SOCIEDADE E DESIGUALDADES II	06560203	UNIVERSIDADE E MUNDO DO TRABALHO

CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

1º semestre

Identificação	Código
Disciplina: Antropologia I	10910087
Unidade/Responsável: ICH - Departamento de Antropologia e Arqueologia	
Professor(a) responsável: Rosane A. Rubert; Adriane Luisa Rodolpho	
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória
Carga horária total: 60	Créditos: 4
Distribuição dos créditos	
Teórico: 4	EAD: 0
Prático: 0	Ext: 0
Pré-requisito: Nenhum	
Semestre: 1	
Objetivo Geral	
Estudar os principais representantes do pensamento antropológico norte-americano, o sentido e a formulação das suas proposições.	
Objetivos Específicos	
<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar o aprofundamento de referenciais teóricos importantes para a apreensão e compreensão da diversidade cultural - Refletir sobre os desenvolvimentos metodológicos no interior de uma mesma tradição teórica 	
Ementa	
Estudo das relações entre teorias, conceitos e métodos de investigação, tal como desenvolvidos no pensamento antropológico norte-americano.	
Programa	
Sobre os primórdios da disciplina Evolucionismo cultural e determinismo racial Franz Boas: a linhagem norte-americana Culturalismo e seus desdobramentos A escola Cultura e Personalidade Marshall Sahlins: razão prática x razão simbólica O interpretativismo de Clifford Geertz Roy Wagner e a "invenção" da cultura Antropologia, feminismo e discussões de gênero Antropologia e crítica pós-moderna Controvérsias sobre o conceito de cultura Construção do conhecimento em tempos de antropoceno	

Bibliografia básica

BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2014.

Bibliografia complementar

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. Equatorial, v. 5, n. 8, p. 193-226. Natal, 2018.
Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615/12025>
BENEDICT, Ruth. Padrões de cultura. Petrópolis: Vozes, 2013.
CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
SAHLINS, Marshall. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

Identificação		Código
Disciplina: Ciência Política I		06560066
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Daniel de Mendonça		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 1		
Objetivo Geral		
Apresentar os sistemas filosóficos fundamentais do pensamento político ocidental clássico e medieval até a revolução maquiaveliana.		
Ementa		
As formas de governo de Platão e Aristóteles. O republicanismo de Políbio e Cícero. A filosofia política na Idade Média. Maquiavel e a ação política. O republicanismo maquiaveliano.		
Programa		
<p>PLATÃO</p> <p>Formas de governo.</p> <p>Degeneração das formas de governo.</p> <p>ARISTÓTELES</p> <p>Cidade, cidadão, objetivo da política; Tipologia das formas de governo.</p> <p>POLÍBIO</p> <p>Formas de governo e suas degenerações; O governo misto de Roma.</p> <p>O espírito republicano.</p> <p>CÍCERO</p> <p>A república romana;</p> <p>As disputas internas entre o povo e o senado.</p> <p>FILOSOFIA POLÍTICA NA IDADE MÉDIA</p> <p>Santo Agostinho.</p> <p>São Tomás de Aquino.</p> <p>MAQUIAVEL</p> <p>Príncipe e a ação política.</p> <p>Os Discorsi e o republicanismo maquiaveliano.</p>		
Bibliografia básica		
<p>ARISTÓTELES. Política. 3. ed. Brasília: Ed. UnB, 1997. 321 p.</p> <p>MAQUIAVEL. Nicolau. o príncipe; Escritos políticos. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 287 p.</p> <p>PLATÃO. A república. 2. ed. Belém: UFP, 1988. 416 p.</p>		

Bibliografia complementar

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. 8. ed. Brasília: Ed. UNB, [1995]. 179 p.

BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Gen, Atlas, c2021. 717 p.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 459 p.

MAQUIAVEL, Nicolau. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. 2. ed. Brasília: UnB, 1982. 436 p.

MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston. História das doutrinas políticas: desde a antiguidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 416 p.

Identificação		Código
Disciplina: Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia		06560151
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Marcus Vinicius Spolle		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 1		
Objetivo		
A disciplina visa discutir as principais influências intelectuais e o contexto histórico social na formação da Sociologia, enquanto ciência.		
Ementa*		
A disciplina visa discutir as principais influências intelectuais e o contexto histórico social na formação da Sociologia, enquanto ciência. O advento da Modernidade, a partir das revoluções Industrial, Francesa, 1848 ea primavera dos povos, e as consequências econômicas, sociais, culturais, refletidas pelos intelectuais predecessores da Sociologia (Saint-Simon, Augusto Comte, Harriet Martineau, Herbert Spencer, Gabriel Tarde, John Stuart Mill, Karl Marx, Flora Tristan). *A ementa atende a Resolução das DCN Nº 1/2012 e Parecer CNE/CP Nº 8/2012.		
Programa		
O CONTEXTO HISTÓRICO DO APARECIMENTO DA SOCIOLOGIA A emergência de novas formas de pensar: racionalismo, empirismo e iluminismo Revolução Industrial. Revolução Francesa A primavera dos Povos – 1848 PRECURSORES DA SOCIOLOGIA Saint-Simon, Augusto Comte e o Positivismo. Harriet Martineau: como observar moral e costumes Flora Tristan: União operária. John Stuart Mill: utilitarismo Marx: Manifesto Comunista Herbert Spencer e o Darwinismo Social Gabriel Tarde: imitação e invenção		
Bibliografia básica		
COMTE, Augusto: Curso de filosofia positiva ; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo: Catecismo positivista / 1996, 336 p. HOBSBAWN, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789 -1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1998. 431 p..		

Bibliografia complementar

STUART MILL, John. Utilitarismo. São Paulo Blucher 2020 1 recurso online ISBN 9788521219491.

MARX, K & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: LPM, 2017. 132 p.

MARTINEAU, H.; LIBERAL, F. G. Como Observar Moral e Costumes: requisitos filosóficos. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, v. 1, n. 24, p. 255-274, 17 maio 2020.

TARDE, Gabriel de. A opinião e as massas. São Paulo: Martins Fontes, 1992, 209 p.

TRISTAN, Flora. União Operária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
<https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/256/Uniao-Operaria-web.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Identificação		Código
Disciplina: Prática de Ensino I		06560152
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Vera Lucia Dos Santos Schwarz		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 2	EAD: 0	
Prático: 2	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 1		
Objetivo Geral		
<p>Problematizar o papel da Sociologia, na educação básica, no sentido de compreender que sua função transcende o âmbito de ser mais um componente curricular, reportando à relevância dos seus saberes para compreensão da sociedade contemporânea.</p>		
Objetivos Específicos		
<p>Propiciar reflexão sobre educação, escola contextualizando o ensino da sociologia a partir de uma leitura crítica de textos e documentos educacionais oficiais.</p> <p>Identificar a situação da disciplina de sociologia nas legislações educacionais anteriores a Lei 9.394/96.</p> <p>Trabalhar com a trajetória histórica da disciplina de sociologia no ensino médio brasileiro até sua entrada como componente curricular obrigatório no ensino médio.</p> <p>Analisar os limites e desafios na formação do educador e dos jovens do ensino médio.</p> <p>Refletir sobre os aspectos legais e legítimos da disciplina de sociologia no ensino médio.</p> <p>Identificar e analisar planos de estudos da disciplina no nível médio.</p> <p>Desenvolver leitura e compreensão dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Área das Ciências Sociais.</p>		
Ementa		
<p>Realizar o resgate e reflexão do processo de implantação da sociologia no Ensino Fundamental. Propiciar leitura crítica e compreensão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e regulações afins que dão suporte ao ensino no Brasil. Promover a construção da identidade profissional no ensino de Ciências Sociais a partir da integração Universidade-Escola através da pesquisa, entrevistas ou conferências com profissionais da área investigando práticas e atuações.</p> <p>* A ementa atende ao Parecer CNE/CP Nº3/2004, a Resolução CNE/CP Nº1/2004; ao Parecer CNE/CP Nº8/2012 e a Resolução Nº1/2012; ao Decreto Nº 4281/2002 da Lei Nº 9795/1999; a Resolução da DCN nº8/2012 e a Resolução da DCN Nº5/2012; e a Lei 13.146/2015.</p>		
Programa		
<p>Unidade I: A Educação na Constituição da República Federativa do Brasil; O ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9.394/96);</p> <p>Unidade II: Aspectos históricos da disciplina de sociologia no ensino brasileiro e no Rio Grande do Sul;</p> <p>Unidade III: Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) - Área das Ciências Humanas: eixos temáticos para o ensino da sociologia no ensino médio; Projeto Político Pedagógico nas Escolas: a sociologia como componente curricular; Os direitos e deveres dos jovens e dos professores</p>		

presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA e Estatuto da Juventude). Os direitos Inclusivos e sustentáveis: A educação relativa às diferenças e igualdade de gênero, sexual, de deficientes, ambientais, de faixas geracionais e étnico-raciais.

Bibliografia básica

MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro; PEREIRA, Luiza Helena (org.). Diálogos entre pedagogia e sociologia. Porto Alegre: Evangraf, 2013.
RAIZER, L.; MEIRELLES, M.; PEREIRA, T. I. “Escolarizar e/ou educar? As perspectivas do ensino de Sociologia na educação básica”. Pensamento plural, Pelotas, n. 2, 2008, pp. 105-123.
BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). Dicionário do ensino de sociologia. Maceió: Café com Sociologia, 2020.

Bibliografia complementar

BRASIL. Constituição da República, 1988.
BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal no 8069/1990.
BRASIL. Estatuto da Juventude. Lei Federal no 12.852/2013
CANDAU, Vera Maria Ferrão et al. Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
STRECK, Danilo Romeu (org.). Educação básica e o básico na educação. Porto Alegre: Sulina : Unisinos, 1996.
ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
ROMANELLI, Otaíza de O. História da Educação no Brasil (1930-1973). Petrópolis: Vozes.

Identificação		Código
Disciplina: História		10900075
Unidade/Responsável: ICH - Departamento de História		
Professor(a) responsável: Aristeu Elisandro Machado Lopes		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 2	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 1		
Objetivo geral		
Ensinar a disciplina História Contemporânea a partir do final do século XVIII até meados do século XIX. E a História do Brasil contemporâneo de 1930 até o golpe Civil-Militar de 1964		
Objetivos Específicos:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender o processo de formação da História Contemporânea; 2. Estudar a Revolução Industrial; 3. Estudar a Revolução Francesa e seus desdobramentos; 4. Estudar as Revoluções do Século XIX; 5. Estudar a Guerra Franco-Prussiana e as Unificações Alemã e Italiana; 6. Estudar as ideologias do século XIX, notadamente socialismo e anarquismo. 7. Estudar o Imperialismo; 8. Estudar a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa; 9. Estudar o período entre-guerras; 10. Estudar a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria; 11. Estudar a Revolução de 1930 no Brasil; 12. Estudar o período Getúlio Vargas; 13. Estudar o Golpe Civil-Militar de 1964. 		
Ementa		
Estudo da história contemporânea enfocando as revoluções surgidas na Europa a partir do final do século XVIII: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa; Análise das transformações da história ao longo dos séculos XIX e XX: as revoluções sociais na Europa no século XIX, a expansão comercial e o surgimento do capitalismo, o socialismo, as unificações italiana e alemã, o imperialismo, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, o período entre-guerras, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria. Averiguar a história do Brasil contemporâneo a partir da Revolução de 1930 até o Golpe Civil-Militar de 1964.		

Programa

A Revolução Industrial – Causas e características; a industrialização a partir da Inglaterra; a formação da classe operária.

A Revolução Francesa – A crise do Antigo Regime na França; o processo revolucionário de 1789 a 1799; o período napoleônico.

A Europa das Revoluções até a Comuna de Paris - As revoluções de 1820, 1830 e 1848; a Guerra Franco-Prussiana; a Comuna de Paris.

Unificações – Nações e nacionalismo na Europa; transformações no mapa político europeu. Ideologias políticas – Socialismo; anarquismo.

Século XX – Imperialismo, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917.

O período entre guerras – A Crise da liberal-democracia, o Nazismo e o Fascismo.

Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria – A formação das alianças, a guerra, o Holocausto e o pós-guerra.

O Brasil no século XX – A Revolução de 1930 no Brasil e o período Getúlio Vargas.

O Golpe Civil-Militar de 1964.

Bibliografia básica

BARBOSA, Elaine; MAGNOLI, Demétrio. O mundo em desordem (1914-1945). Rio de Janeiro: Record, 2011.

BERSTEIN, Serge e MILZA, Pierre. História do Século XX. 1945-1973. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África negra. São Paulo: Perspectiva, 2006.

DAVIS, Mike. Holocaustos coloniais. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FERRO, Marc. A Revolução Russa de 1917. São Paulo: Perspectiva, 1988.

GATTAZ, André. A Guerra da Palestina. Da criação do Estado de Israel à Nova Intifada. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

GELLATELY, Robert. Lênin, Stalin e Hitler. A era da catástrofe social. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Ângela. A República de Weimar e a ascensão do nazismo. Col. Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COGGIOLA, Oswaldo (org.). Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico. São Paulo: Xamã/FFLCH – História – USP, 1995.

ENGELS, F. Manchester: a situação da classe operária na Inglaterra. In: FERNANDES, Florestan (Org.). Marx e Engels. São Paulo: Ática, 1989, p.308-318.

GODECHOT, Jacques. A Revolução Francesa. Cronologia comentada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

LENIN, Wladimir. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1982.

MALATESTA e Outros. O Anarquismo e a Democracia Burguesa. São Paulo: Global, 1979.

MARQUES, Adhemar, e Outros. História Contemporânea através de textos. São Paulo: Contexto, 1991.

PROST, Antoine e VINCENT, Gerard (Orgs.). História da Vida Privada. Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

REMOND, René. O século XX. De 1914 aos nossos dias. São Paulo: Cultrix, 1990.

SADER, Emir. Século XX uma biografia não-autorizada. O século do Imperialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

STOIANI, Raquel. Da espada a águia: Construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte. São Paulo: Humanitas, 2005.

THOMPSON, David. Pequena História do Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

THOMPSON, E. P. e Outros. Extremismo e Guerra Fria. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VINCENT, Andrew. Ideologias políticas modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VOVELLE, Michel. Combates pela Revolução Francesa. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
ZIZEK, Slavoj. Robespierre. Virtude e terror. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Identificação		Código
Disciplina: Teoria e Prática Pedagógica		17350232
Unidade/Responsável: FAE - Departamento de Ensino		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 1		
Objetivos		
<p>1) Refletir sobre as relações entre educação e cultura, a escola e seus sujeitos.</p> <p>2) Analisar concepções e práticas da educação tradicional/conservadora e da educação progressista: sociedade, escolarização, sujeitos e docência.</p> <p>3) Discutir aspectos relativos à profissão docente e à construção da identidade e dos saberes docentes.</p> <p>4) Entender as relações entre teorias de currículo e os processos de avaliação e planejamento do ensino.</p> <p>5) Reconhecer a sala de aula como espaço de socialização, experiências diversas e aprendizagens múltiplas;</p> <p>6) Estudar práticas de organização do trabalho pedagógico</p>		
Ementa		
<p>Compreensão dos sentidos e das representações sociais de escola. Profissão e identidade docente. Formação de professores. Teorias de currículo. Planejamento educacional e do ensino. Avaliação escolar. A sala de aula como espaço multicultural de experiências, conflitos e aprendizagens múltiplas.</p>		
Programa		
<p>Profissão docente.</p> <p>Representações sociais da escola; Currículo escolar.</p> <p>Planejamento escolar;</p> <p>Avaliação escolar.</p>		
Bibliografia básica		
<p>CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar. Didática para a Escola fundamental e Média. 2ed. São Paulo: Cengage, 2018.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.</p> <p>TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 16ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. São Paulo: Papyrus, 2002</p>		
Bibliografia complementar		
<p>ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de (org.) Práticas inovadoras na formação de professores. 1ed. Campinas, Papyrus, 2017.</p>		

GANDIN, Danilo. Escola e Transformação Social. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa (org.) Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo. 8ed. Porto Alegre:Mediação, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu; MOREIRA, António Flávio (org.). Territórios contestados. Petrópolis, Vozes, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas. 2ed. Campinas: Papyrus, 2010.

Identificação		Código
Disciplina: Extensão e Sociedade 1		10910165
Unidade/Responsável: ICH - Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Rosane A. Rubert		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 2	
Pré-requisito: Matrícula ou Aprovação em Antropologia I		
Semestre: 1		
Objetivo		
Realizar exercício de transposição didática sobre os principais representantes do pensamento antropológico norte-americano, o sentido e a formulação das suas proposições.		
Ementa		
Transposição didática das teorias e conceitos do pensamento antropológico norte-americano. Disciplina integrada ao Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (código 481)		
Programa		
Sobre os primórdios da disciplina Evolucionismo cultural e determinismo racial Franz Boas: a linhagem norte-americana Culturalismo e seus desdobramentos A escola Cultura e Personalidade Marshall Sahlins: razão prática x razão simbólica O interpretativismo de Clifford Geertz Roy Wagner e a “invenção” da cultura Antropologia, feminismo e discussões de gênero Antropologia e crítica pós-moderna Controvérsias sobre o conceito de cultura Construção do conhecimento em tempos de antropoceno		
Bibliografia básica		
CHEVALLARD , Yves. Sobre A Teoria Da Transposição Didática: Algumas Considerações Introdutórias. Revista de Educação, Ciências e Matemática v.3 n.2 mai/ago 2013. Disponível: http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/viewFile/2338/1111 . BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010 GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.		
Bibliografia complementar		
ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. Equatorial, v. 5, n. 8, p. 193-226. Natal, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615/12025 BENEDICT, Ruth. Padrões de cultura. Petrópolis: Vozes, 2013. CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008. MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2014. SAHLINS, Marshall. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.		

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

Identificação		Código
Disciplina: Extensão e Sociedade 2		06560153
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Elaine Silveira Leite e Marcus Vinicius Spolle		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 2	
Pré-requisito: Matrícula ou Aprovação em Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia		
Semestre: 1		
Objetivo		
Realizar exercício de transposição didática das teorias e conceitos dos precursores na formação da sociologia e do pensamento sociológico clássico e suas influências intelectuais.		
Ementa		
Transposição didática das teorias e conceitos dos precursores na formação da sociologia e do pensamento sociológico clássico e suas influências intelectuais. Disciplina integrada ao Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (código 481) *A ementa atende a Resolução das DCN Nº 1/2012 e Parecer CNE/CP Nº 8/2012.		
Programa		
O CONTEXTO HISTÓRICO DO APARECIMENTO DA SOCIOLOGIA A emergência de novas formas de pensar: racionalismo, empirismo e iluminismo Revolução Industrial; Revolução Francesa; A primavera dos Povos - 1848 PRECURSORES DA SOCIOLOGIA Saint-Simon, Augusto Comte e o Positivismo; Harriet Martineau: como observar moral e costumes Flora Tristan: União operária. John Stuart Mill: utilitarismo Marx: Manifesto Comunista Herbert Spencer e o Darwinismo Social Gabriel Tarde: imitação e invenção		
Bibliografia básica		
CHEVALLARD , Yves. Sobre A Teoria Da Transposição Didática: Algumas Considerações Introdutórias. Revista de Educação, Ciências e Matemática v.3 n.2 mai/ago 2013. Disponível: http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/viewFile/2338/1111 . MONTEIRO, Solange A. de S.(Org.) As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana. E-book. Ponta Grossa(PR): Atena Editora. https://wp.ufpel.edu.br/pibidfilosofiasociologia/files/2021/03/E-book-As-Ciencias-Humanas-e-a-Producao-Criativa-Humana.pdf		

HOBBSAWN, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789 -1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1998. 431 p..

Bibliografia complementar

STUART MILL, John. Utilitarismo. São Paulo Blucher 2020 1 recurso online ISBN 9788521219491.
MARX, K & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: LPM, 2017. 132 p.
MARTINEAU, H.; LIBERAL, F. G. Como Observar Moral e Costumes: requisitos filosóficos. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, v. 1, n. 24, p. 255-274, 17 maio 2020.
TARDE, Gabriel de. A opinião e as massas. São Paulo: Martins Fontes, 1992, 209 p.
TRISTAN, Flora. União Operária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
<https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/256/Uniao-Operaria-web.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

2º semestre

Identificação		Código
Disciplina: Antropologia II		10910091
Unidade/Responsável: ICH - Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Francisco Luis Pereira Neto; Rosane A. Rubert		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 2		
Objetivo		
- Proporcionar o aprofundamento de referenciais teóricos importantes para a apreensão e compreensão da diversidade cultural - Refletir sobre os desenvolvimentos metodológicos no interior de uma mesma tradição teórica		
Ementa		
Estudar os principais representantes do pensamento antropológico britânico, o sentido e a formulação das suas proposições.		
Programa		
A ruptura funcionalista: a ênfase na sincronia. O que é Antropologia Social? A teoria funcionalista da cultura Os conceitos de “função” e “estrutura social” A etnografia enquanto método Da função à estrutura política Da função à estrutura simbólica Rito e organização social		
Bibliografia básica		
MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1984. LEACH, E. R. Sistemas políticos da Alta Birmânia. São Paulo: Edusp, 1996. RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes, 2013.		
Bibliografia complementar		
CASTRO, Celso (Org.). Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. São Paulo: Perspectiva, 2014. EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 1993. KUPER, A. Antropólogos e Antropologia. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. TURNER, Victor. O processo ritual. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.		

Identificação		Código
Disciplina: Ciência Política II		06560002
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Daniel de Mendonça e Romério Jair Kunrath		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 2		
Objetivo Geral		
Objetivo(s) geral(ais) e específico(s): Apresentar os sistemas filosóficos fundamentais do pensamento político ocidental moderno.		
Objetivos Específicos		
Objetivo(s) geral(ais) e específico(s): Apresentar os sistemas filosóficos fundamentais do pensamento político ocidental moderno.		
Ementa		
A teoria da soberania de Jean Bodin. O contratualismo de Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. A teoria dos três poderes de Montesquieu. O federalismo de Alexander Hamilton, James Madison e John Jay. A democracia e o liberalismo segundo Alexis de Tocqueville.		
Programa		
<ul style="list-style-type: none"> – Jean Bodin – Soberania; Poderes soberanos e não soberanos. – Thomas Hobbes – Estado de natureza, contrato e estado político; O soberano e suas prerrogativas; Leis, seus executores e vontade soberana. – John Locke – Estado de natureza, contrato e sociedade política; Teoria da propriedade; A liberdade na sociedade política; Os três poderes na sociedade política. – Jean-Jacques Rousseau – Estado de natureza, contrato e sociedade civil; Natureza humana e propriedade privada; Da liberdade natural à liberdade civil; Vontade de todos e vontade geral; – Montesquieu – Leis em geral, leis da natureza e leis positivas; Tipos de governo; Os três poderes. –O federalismo – Os escritos federalistas. – Alexis de Tocqueville – O novo regime após a revolução; A revolução democrática e a igualdade; A democracia na América e o interesse bem compreendido. 		
Bibliografia básica		
<p>HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 459 p.</p> <p>LOCKE, John. Carta acerca da tolerância ; Segundo tratado sobre o governo ; Ensaio acerca do entendimento humano. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 344 p.</p> <p>MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. O espírito das leis. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 851 p.</p>		

Bibliografia complementar

HOBBS, Thomas. Do cidadão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 400 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social: princípios do direito político. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 186 p.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. São Paulo: Martins fontes, 2000. 429 p.

WEFFORT, Francisco C (org.). Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, 'o federalista'. 14. ed. São Paulo: Ática, 2011, 2012. v.1.

WEFFORT, Francisco C (org.). Os clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. 11. ed. São Paulo: Ática, 2012. v.2.

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia Clássica		06560154
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Attila Magno da Silva Barbosa		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia		
Semestre: 2		
Objetivo		
<p>A disciplina visa discutir as principais correntes sociológicas clássicas a fim de entender as influências intelectuais que sofreram o contexto histórico-social europeu no qual foram concebidas e os problemas e questões sociais que os seus expoentes se propuseram analisar. Assim como também, discutir a abordagem teórica proposta por Georg Mead, enquanto um precursor da primeira Escola de Chicago, considerando o contexto social norte-americano. Em outras palavras, o que se pretende é verificar a vitalidade das análises e das categorias conceituais propostas por Marx, Durkheim, Weber e Simmel e Georg Mead, por meio de um exercício de mediação que objetiva eliminar resquícios de anacronismo e entender como estes clássicos da sociologia ainda podem ajudar a compreender o presente.</p>		
Ementa		
<p>A atualidade dos clássicos. O materialismo histórico e dialético de Karl Marx. O funcionalismo positivista de Émile Durkheim. A sociologia compreensiva de Max Weber. A sociologia formal de Georg Simmel. Georg Mead, o precursor da escola de Chicago.</p>		
Programa		
<p>Unidade I. Os clássicos da sociologia e o contexto pós-positivista de ciência Unidade II. Marx e a conjunção de tradições teóricas distintas Unidade III. Teoria e método: Marx Unidade IV. Durkheim e a escola francesa de sociologia Unidade V. Teoria e Método: Durkheim Unidade VI. Max Weber e a sociologia compreensiva Unidade VII. Teoria e Método: Weber Unidade VIII. Simmel e as formas de socialização Unidade IX. Teoria e método: Simmel Unidade X. Georg Mead, o precursor da Escola de Chicago</p>		
Bibliografia básica		
<p>DURKHEIM, Émile et al. Introdução ao pensamento sociológico. 9. ed. São Paulo: Moraes, 1992. 252 p. MORRIS, Charles W. Mente, self e sociedade. Aparecida, (SP): Ideias & Letras, 2010. 438 p. SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, c2006. 119 p.</p>		

Bibliografia complementar

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 884 p.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. 128 p.

LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas: das origens a Max Weber**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 326 p..

QUINTANEIRO, Tania; BARBOZA, M. L. O. Oliveira, M. G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 157 p.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1985. 233 p.

Identificação		Código
Disciplina: Prática de Ensino II		06560155
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Vera Lúcia dos Santos Schwarz		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 90	Créditos: 6	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 2	EAD: 1	
Prático: 3	Ext: 0	
Pré-requisito: Prática de Ensino I		
Semestre: 2		
Objetivo Geral		
Propiciar a iniciação dos alunos em atividades de planejamento e desenvolvimento de conteúdos relacionados aos temas: diversidade cultural, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, história e cultura afro-brasileira.		
Objetivos Específicos		
a) Realizar todas as etapas do planejamento docente; b) Utilizar-se dos temas: diversidade cultural, sustentabilidade e meio ambiente e direitos humanos e cultura afro-brasileira para o preparo de planos de aula c) Execução, em sala, do plano de aula construído d) Reflexão crítica sobre sua própria prática docente		
Ementa		
Realizar a interpretação das normas e dos conceitos, metodologias e práticas de ensino em Ciências Sociais para aplicação em regência de classe. As atividades de regência deverão ser desenvolvidas a partir da construção de planos de aula presenciais e EAD, com base nos temas transversais do currículo escolar como: Diversidade Cultural, Sustentabilidade do meio ambiente, História e Cultura Afro-brasileira, Juventude e etc.		
Programa		
Unidade I: Planejamento e seus tipos. Fundamento dos direitos humanos, ética, educação e direitos humanos. O significado e as consequências da Declaração Universal de 1948. Unidade II: A escola como espaço de socialização da cultura em direitos humanos. Diversidade cultural: etnia, etnicidade, etnocentrismo, diversidade de gênero, de raça. Alteridade, tolerância e respeito. Unidade III: Exercendo a docência: espaços para o desenvolvimento dos planos de aula construídos durante o desenvolvimento da disciplina de Prática de Ensino. Seminário para avaliação e replanejamento dos temas trabalhados nos planejamentos. As horas práticas serão utilizadas para atividades de pesquisa e elaboração dos planos de aula. Os planos estruturados serão reapresentados e discutidos nos encontros teóricos.		

Bibliografia básica

- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, LTC, 2004.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1991, 2006. 261 p. (Coleção magistério 2. grau. Série formação do professor).
- CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; MEDEIROS, Simone (org.). Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica: diversidade e inclusão. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2013.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2021. 255p. (Feminismos plurais).
- SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

Bibliografia complementar

- ANACHE, Alexandra Ayach; OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (org.). Da educação especial à educação na diversidade: escolarização, práticas e processos. Campo Grande: UFMS, 2010.
- CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. 5. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997 .
- LOURENÇO, Érica. Conceitos e práticas para refletir a educação inclusiva. Ouro Preto: Autêntica, 2010. 85p. (Série Cadernos da Diversidade).
- PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital a escola educativa. Porto Alegre Penso 2015. (recurso online)

Identificação		Código
Disciplina: Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação 17360022 Unidade/Responsável: FAE - Departamento de Fundamentos da Educação		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 2		
Objetivo Geral		
<p>Possibilitar aos alunos a aquisição progressiva de sensibilidade e competência para interpretar a Educação em geral e a escola em particular, através do estudo das categorias/conceitos e fundamentos histórico, sociológicos e filosóficos da educação.</p>		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Avançar na interpretação da realidade educacional, da escola e do seu cotidiano. - Analisar criticamente, a partir de sua perspectiva, os fundamentos da educação e suas relações com a sociedade. - Estabelecer relações entre abordagens educativas, contexto e direcionamento da sociedade identificando, no contexto histórico, aspectos que influenciam modificações na educação e na educação escolar. 		
Ementa		
<p>Tem como objetivo os pressupostos metodológicos, filosóficos, antropológicos, econômicos, políticos-institucionais e sociológicos de forma "interdisciplinar", centrando-os na perspectiva de possibilitar aos alunos aquisição educacional em geral e, particularmente, a escola e suas relações constitutivas mais imediatas. Espera-se que os alunos desenvolvam maior capacidade de agir no meio em que vivem com perspectiva histórica mais elaborada.</p>		
Programa		
<p>As concepções de educação através da História: A educação nas culturas clássicas: as contribuições de Sócrates, Platão e Aristóteles; A educação no período medieval: a educação na Patrística (S. Agostinho) e a Escolástica (S. Tomás de Aquino). A organização das universidades; A educação na transição do feudalismo para o capitalismo: o Renascimento, a Reforma e a Contra-Reforma; A revolução científica no século XVII e suas conseqüências para a educação: racionalismo, realismo, empirismo e romantismo; A Revolução Industrial, a Revolução Francesa e o pensamento liberal: mudanças na educação e a constituição dos sistemas públicos de ensino; Séculos XIX e XX: contribuições de Pestalozzi, Herbart, Dewey, Montessori e Makarenko.</p>		

A educação no Brasil:

A educação no Brasil colônia: o predomínio da educação jesuítica;

A educação do Império à Primeira República e a emergência dos “Pioneiros da Educação Nova”;

O período de Vargas, a nacionalização do ensino e o nacional desenvolvimentismo: repercussões no campo educacional;

A educação nos contextos dos governos militares;

A contribuição do Pensamento pedagógico liberal (Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho);

A contribuição de Paulo Freire para o pensamento e a política educacional.

Bibliografia básica

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3. ed.rev. São Paulo: Moderna, 2004. 440 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, M. *História das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003, 2005, 2008. 317 p.

LUCKESI, Cipriano. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira da Colônia ao governo Lula*. 2. São Paulo: Manole, 2009.

LOPES, PAULA. *Educação, Sociologia da Educação e Teorias Sociológicas Clássicas: Marx, Durkheim e Weber*. Repositório Institucional

Bibliografia complementar

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. Coleção Primeiros Passos, nº 20. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Filosofia da educação: construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 1994. 151 p. (Coleção aprender e ensinar).

Identificação		Código
Disciplina: Geografia		10060104
Unidade/Responsável: ICH - Departamento de Geografia		
Professor(a) responsável: Maria Regina Caetano Costa		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 2	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 2		
Objetivo Geral		
<p>Reconhecer a história do pensamento geográfico e as aproximações e distanciamentos das ciências sociais;</p> <p>Compreender os conceitos e categorias de análise geográfica;</p> <p>Reconhecer as problemáticas contemporâneas que ocupam a Geografia;</p>		
Objetivos Específicos		
<p>Promover uma introdução aos conceitos geográficos, em especial região, território e paisagem.</p> <p>Reconhecer as interfaces entre as Geografia e as Ciências Sociais;</p> <p>Compreender os processos geográficos contemporâneos, tais como novas migrações, conflitos territoriais, conflitos na cidade e no campo, planejamento territorial, questão cultural.</p>		
Ementa		
<p>O estudo da Geografia Humana, seus conceitos e categorias de análise: abordagem clássica e tendências atuais. Enfoque na interface da Geografia com outras ciências sociais, em especial Antropologia, Ciência Política e Sociologia). A compreensão dos problemas sociais, ambientais, políticos e culturais do ponto de vista da Geografia.</p>		
Programa		
<p>Introdução à Geografia Humana: Espaço; Lugar, Paisagem, Território, Região, Cultura.</p> <p>Diálogos entre Geografia e as Ciências Sociais</p> <p>Geografia rural e urbana;</p> <p>Conflitos territoriais.</p>		
Bibliografia básica		
<p>CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.</p> <p>CASTRO, Iná Elias de. Relações entre território e conflito: o campo da Geografia Política. _____. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 39-94, 2005.</p> <p>HEIDRICH, Álvaro Luiz. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 25, n. 1, 1999.</p> <p>ROSENDAHL, Zeny (Or.); CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013.</p>		

Bibliografia complementar

- ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. 2^a. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez S. (Org.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5^a ed. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014..

Identificação		Código
Disciplina: Extensão e Sociedade 3		06560156
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Daniel de Mendonça e Romério Jair Kunrath		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 2	
Pré-requisito: Estar matriculado ou aprovado em Ciência Política II		
Semestre: 2		
Objetivo		
Construir exercício de transposição didática de teorias e conceitos de Ciência Política: a teoria da soberania de Jean Bodin; o contratualismo de Hobbes, Locke e Rousseau. a teoria dos três poderes de Montesquieu; o federalismo; a democracia e o liberalismo segundo Tocqueville.		
Ementa		
Transposição didática de teorias e conceitos de Ciência Política, a começar com a teoria da soberania de Jean Bodin; O contratualismo de Hobbes, Locke e Rousseau. A teoria dos três poderes de Montesquieu. O federalismo. A democracia e o liberalismo segundo Tocqueville. Disciplina integrada ao Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (código 481)		
Programa		
<ul style="list-style-type: none"> – Jean Bodin- Soberania; Poderes soberanos e não soberanos. – Thomas Hobbes - Estado de natureza, contrato e estado político;O soberano e suas prerrogativas; Leis, seus executores e vontade soberana. – John Locke - Estado de natureza contrato e sociedade política;Teoria da propriedade; A liberdade na sociedade política; Os três poderes na sociedade política. –Jean-Jacques Rousseau - Estado de natureza, contrato e sociedade civil;Natureza humana e propriedade privada; Da liberdade natural à liberdade civil;Vontade de todos e vontade geral; – Montesquieu - Leis em geral, leis da natureza e leis positivas;Tipos de governo; Os três poderes. – O federalismo - Os escritos federalistas. – Alexis de Tocqueville - O novo regime após a revolução; A revolução democrática e a igualdade; A democracia na América e o interesse bem compreendido. 		
Bibliografia básica		
<p>HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 459 p.</p> <p>LOCKE, John. Carta acerca da tolerância ; Segundo tratado sobre o governo ; Ensaio acerca do entendimento humano. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 344 p.</p> <p>MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. O espírito das leis. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 851 p.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>HOBBS, Thomas. Do cidadão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 400 p.</p> <p>ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social: princípios do direito político. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 186 p.</p> <p>TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. São Paulo: Martins fontes, 2000. 429 p.</p> <p>WEFFORT, Francisco C (org.). Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu,</p>		

Rousseau, 'o federalista'. 14. ed. São Paulo: Ática, 2011, 2012. v.1.

WEFFORT, Francisco C (org.). Os clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. 11. ed. São Paulo: Ática, 2012. v.2.

Identificação		Código
Disciplina: Extensão e Sociedade 4		06560157
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Attila Magno da Silva Barbosa		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 2	
Pré-requisito: Estar matriculado ou aprovado em Sociologia Clássica		
Semestre: 2		
Objetivo		
Realizar exercício de transposição didática das principais correntes sociológicas clássicas (Materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, o positivismo funcionalista de Emile Durkheim, a sociologia compreensiva de Max Weber e a sociologia formal de Georg Simmel) e as influências intelectuais.		
Ementa		
Transposição didática das principais correntes sociológicas clássicas (Materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, o positivismo funcionalista de Emile Durkheim, a sociologia compreensiva de Max Weber e a sociologia formal de Georg Simmel) e as influências intelectuais. Disciplina integrada ao Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (código 481)		
Programa		
Unidade I. Os clássicos da sociologia e o contexto pós-positivista de ciência Unidade II. Marx e a conjunção de tradições teóricas distintas Unidade III. Teoria e método: Marx Unidade IV. Durkheim e a escola francesa de sociologia Unidade V. Teoria e Método: Durkheim Unidade VI. Max Weber e a sociologia compreensiva Unidade VII. Teoria e Método: Weber Unidade VIII. Simmel e as formas de socialização Unidade IX. Teoria e método: Simmel Unidade X. Georg Mead, o precursor da Escola de Chicago		
Bibliografia básica		
DURKHEIM, Émile et al. Introdução ao pensamento sociológico . 9. ed. São Paulo: Moraes, 1992. 252 p. MORRIS, Charles W. Mente, self e sociedade . Aparecida, (SP): Ideias & Letras, 2010. 438 p. SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade . Rio de Janeiro: Zahar, c2006. 119 p.		

Bibliografia complementar

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 884 p.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. 128 p.

LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas: das origens a Max Weber**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 326 p..

QUINTANEIRO, Tania; BARBOZA, M. L. O. Oliveira, M. G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 157 p.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1985. 233 p.

3º semestre

Identificação		Código
Disciplina: Antropologia III		10910088
Unidade/Responsável: ICH - Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Rogério Rosa		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 3		
Objetivo Geral		
Estudar os principais representantes do pensamento antropológico francês, o sentido e a formulação das suas proposições.		
Objetivos Específicos		
- proporcionar o aprofundamento de referenciais teóricos importantes para a apreensão e compreensão da diversidade cultural		
- refletir sobre os desenvolvimentos metodológicos no interior de uma mesma tradição teórica		
Ementa		
Estudo das relações entre teorias, conceitos e métodos de investigação, tal como desenvolvidos no pensamento antropológico francês.		
*A ementa atende a temas relativos à educação ambiental conforme previsto na Lei 9795/199 e no Decreto Nº 4281/2002.		
Programa		
Representações coletivas e sistemas de classificação. "Fato social" e "fato social total". Sistema de trocas. Indivíduo e pessoa. Natureza e cultura. Estrutura. Pensamento selvagem e científico. Hierarquia e valor. Habitus – campo do poder. Memória coletiva.		
Bibliografia básica		
DUMONT, L. Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992.		
LÉVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. Campinas: Papyrus, 1989.		
MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.		

Bibliografia complementar

DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

LATOUR, B. Jamais fomos modernos. São Paulo: Editora 34, 2000.

BRUMANA, F. G. Antropologia dos sentidos: introdução às ideias de Marcel Mauss. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GENNEP, A. V. Os ritos de passagem. Petrópolis: Vozes, 1978.

LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

Identificação		Código
Disciplina: Ciência Política III		06560006
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Rosângela Marione Schulz		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 3		
Objetivo Geral		
Apresentar a teoria democrática contemporânea e seus fundamentos constitutivos.		
Objetivos Específicos		
Estimular os/as alunos/as a ler os textos originais do autores selecionados no programa; apresentar comentadores e críticos para estimular o debate contemporâneo.		
Ementa		
A política como vocação de Max Weber. O elitismo político na Sociologia dos Partidos Políticos de Robert Michels. As Críticas do bem comum e da vontade do povo e a teoria democrática elitista de Joseph Schumpeter. O elitismo pluralista de Giovanni Sartori. A poliarquia de Robert Dahl. A democracia econômica de Anthony Downs.		
Programa		
<ul style="list-style-type: none"> – Max Weber - Objeto da política e a noção de Estado; A política como vocação. – Robert Michels - As impossibilidades mecânicas e técnicas da democracia; O papel da liderança política em uma organização; A lei de ferro das oligarquias. – Joseph Schumpeter - A crítica da democracia clássica; A impossibilidade do bem comum e da vontade do povo; A teoria realista da democracia; A centralidade da liderança política na democracia IV – Giovanni Sartori Democracia governante e democracia governada. A opinião pública e a sua construção; A elite política e o pluralismo político. – Robert Dahl - Pluralismo político; Poliarquia – Anthony Downs - O indivíduo democrático; Uma teoria econômica de democracia. 		
Bibliografia básica		
DAHL, Robert Alan. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./ ABIA, 1989. 151 p.		
MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 243p. (Coleção Pensamento Político, 53).		
WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011, 2015. 157 p		

Bibliografia complementar

CUNNINGHAM, Frank. Teorias da democracia: uma introdução crítica. Porto Alegre: Artmed, 2009. 285p. (Biblioteca Artmed. Filosofia).

DAHL, Robert Alan. Um prefácio à democracia econômica. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

DAHL, Robert Alan. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 2005. 234 p. (Coleção Clássicos. 9)

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1994. 2v. (Fundamentos; 105)

SARTORI, Giovanni. O que é democracia?. Curitiba: Atuação, 2017. 402 p. (Coletânea da Democracia; 3)

SCHUMPETER, Joseph Alois. Capitalismo, socialismo e democracia. São Paulo: Ed. da UNESP, 2017. 582 p.

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia Pós-Clássica		06560158
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Pedro Robertt		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia		
Semestre: 3		
Objetivo Geral		
<p>Analisar a capacidade analítica dos conceitos elaborados pelos teóricos que buscavam compreender e interpretar a vida social no mundo contemporâneo entre as décadas de 1920 e 1960 (pós-guerras mundiais até os anos 60). Tais intelectuais produziram teorias que formaram o perfil sociológico norte-americano da Escola de Chicago, do interacionismo simbólico, da fenomenologia, da etnometodologia; da corrente funcionalista e do estrutural-funcionalismo. Por sua vez, analisa-se a reflexão da tradição marxista pós-Marx a partir da teoria crítica da Escola de Frankfurt, de António Gramsci e de outros intelectuais dessa corrente teórica..</p>		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Recuperar a contribuição original da psicologia social de Georg Herbert Mead, da filosofia pragmática norte-americana (Dewey, Peirce) e da fenomenologia de Alfred Schütz. - Conhecer os estudos sobre cidade e mudança social de Robert Park, Ernest Burgess, William Thomas e Florian Znaniecki. - Aprofundar nos diferentes autores da chamada Escola de Chicago, nas suas diferentes gerações, com autores como Herbert Blumer, Erving Goffman e Howard Becker. - Desenvolver a perspectiva etnometodológica, a partir de Harold Garfinkel. - Examinar a teoria geral estrutural-funcionalista de Talcott Parsons sobre sistema social, estrutura e função. - Analisar a teoria geral funcionalista de Robert Merton: particularmente a teoria de médio alcance e a distinção entre funções latentes e manifestas. - Analisar as contribuições da sociologia quantitativa norte-americana, a partir dos estudos de pesquisa social de Paul Lazarsfeld. - Interpretar a reformulação do marxismo no século XX a partir de diferentes vertentes da tradição marxista. Especialmente, tratar da chamada Escola de Frankfurt. Assim, são aprofundados conceitos tais como os de ciência tradicional e teoria crítica, dominação, racionalização instrumental, indústria cultural, sociedade "unidimensional", recuperando autores como Max Horkheimer, Theodor Adorno, e Herbert Marcuse. - Trabalhar os conceitos razão instrumental e racionalidade comunicativa na modernidade, e as distinções entre trabalho e interação e entre ação instrumental/estratégica e ação comunicativa de Jürgen Habermas. - Tratar da contribuição de António Gramsci, a partir de conceitos como os de Estado ampliado, sociedade civil e sociedade política, hegemonia, guerra de posição, Oriente e Ocidente, entre outros. 		

Ementa

Abordam-se os desdobramentos da disciplina em um período posterior ao da sociologia clássica. Analisa o desenvolvimento do marxismo a partir de suas diversas perspectivas, tratando, entre outros, autores da primeira e segunda geração da Escola de Frankfurt, Gramsci e Lukács. Traz também as contribuições de diversos autores da Escola de Chicago nas suas diversas gerações. Discute a teoria estrutural funcionalista de Talcott Parsons e as contribuições de Robert Merton para um funcionalismo renovado e das teorias de médio alcance. Debate as propostas da sociologia norte-americana de pesquisas quantitativas, particularmente, de Paul Lazarsfeld; e a crítica etnometodológica como abordagem sociológica alternativa.

*A ementa atende a temas relativos a Lei 13.146/2015, de 06 de julho de 2015

Programa

A primeira Escola de Frankfurt. Ciência tradicional e teoria crítica, dominação, racionalização instrumental e indústria cultural, entre outros conceitos. As obras de Max Horkheimer e Theodor Adorno.

Contribuições iniciais psicologia social, da filosofia pragmática norteamericana e da fenomenologia sociológica para a sociologia norteamericana.

Os estudos fundacionais da Escola de Chicago sobre a cidade e a mudanças social e suas diversas gerações. Os conceito de interacionismo simbólico, de desvio e de interação social em situações de microinteração.

- A perspectiva etnometodológica. Os estudos de Gafinkel.

A teoria geral estrutural-funcionalista de Talcott Parsons sobre sistema social, estrutura e função.

A teoria geral funcionalista de Robert Merton: teoria de médio alcance e as categorias de "funções manifestas e latentes";

Um segundo momento da Escola de Frankfurt. Herbert Marcuse e Jurgen Habermas. Conceitos de dominação e de sociedade unidimensional; bem como de razão instrumental e racionalidade comunicativa na modernidade; distinção trabalho e interação e entre ação comunicativa de Jürgen Habermas.

Bibliografia básica

GOFFMAN, Erving. A representação do Eu na vida cotidiana. Prefácio e Introdução. pp. 9-24. Petrópolis, RJ. Vozes. Várias Edições.

HORKHEIMER, Max. Filosofia e teoria crítica. In: Textos escolhidos. Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979. pp. 155-161.

MERTON, Robert. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

Bibliografia complementar

ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. São Paulo: Brasiliense, 1976.

COLLINS, Randall. Quatro tradições sociológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DOMINGUES, José Maurício. A sociologia de Talcott Parsons. São Paulo: Annablume, 2012.

GIDDENS, Anthony. Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e réplicas. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

GIDDENS, Anthony. Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica. Petrópolis: Vozes, 2018.

Identificação		Código
Disciplina: Prática de Ensino III		06560159
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Francisco dos Santos Kieling		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 90	Créditos: 6	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 2	Ext: 0	
Pré-requisito: Prática de Ensino I		
Semestre: 3		
Objetivo Geral		
Desenvolver habilidades de ensino, em sala de aula, a partir de atividades de elaboração, desenvolvimento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar todas as etapas do planejamento docente - Apropriar-se dos conteúdos das ciências sociais para estruturar um plano de aula - Execução, em sala, do plano de aula construído - Reflexão crítica sobre sua própria prática docente 		
Ementa		
Explorar a utilização de ferramentas e recursos de aprendizagem, refletindo sobre o uso educativo das tecnologias da informação e da comunicação no exercício da regência de classe. Explorar a fundamentação teórica e prática para a ação educativa direcionada ao atendimento de necessidades especiais como: deficiências, síndromes, altas habilidades, o espectro autista e etc.		
*A ementa atende a 13.146/2015, de 06 de julho de 2015; e a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.		
Programa		
Unidade I: Utilizar como referência os eixos temáticos presentes nos PCNs e pelos planos de estudos da disciplina de sociologia no ensino médio. Os conteúdos da sociologia na educação básica e a incorporação tecnológica.		
Unidade II: Trabalhar com o preparo de plano de aula direcionada ao atendimento de necessidades especiais.		
Bibliografia básica		
GUARESCHI, Pedrinho. Sociologia crítica, alternativas de mudança. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 2011 (várias edições).		
GUIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.		
PENTEADO, R. Z; COSTA, B. C. G. Da; Trabalho docente com videoaulas em EAD: dificuldades de professores e desafios para a formação e a profissão docente. In: Revista Educação. rev. 37; Abr, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/KxHNB8BpTrJZLbfnbVVTkkJ/#ModalTutors		
QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de Um Toque de Clássico ed. rev. e amp. Belo Horizonte: s. 2. EdUFMG, 2003.		

Bibliografia complementar

BARBOSA-LIMA, M. C.; MACHADO, M. A.D. Educação Inclusiva e a formação de professores de Ciências: o papel das universidades federais na capacitação dos futuros educadores. Revista Ensaio. Belo Horizonte, v.13, n.03, p.99-117, set-dez. 2011.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e ousadia. O cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra, 1986 (várias edições).

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2015.

CARVALHO, A. Ma. O. Tancredi; [Et Al] (Org.). Infância, Cultura, Diversidade E Inclusão.Vol. 2. Belém - Editora da UEPA. 2022. E-Book. Disponível em:

https://paginas.uepa.br/eduepa/wp-content/uploads/2022/02/criancas_infancias_v2.pdf

Identificação		Código
Disciplina: Fundamentos Psicológicos da Educação		17360021
Unidade/Responsável: FAE - Departamento de Fundamentos da Educação		
Professor(a) responsável: Sígla Pimetel Höher Camargo		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 3		
Objetivo Geral		
Capacitar o aluno a compreender os conhecimentos da Psicologia da Educação na prática educativa.		
Objetivos Específicos		
<p>Reconhecer a Psicologia da Educação como ciência, a partir dos seus objetos, campos, métodos de estudo e das suas principais teorias sobre o desenvolvimento e a aprendizagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender as diferentes fases do desenvolvimento físico, social, afetivo e cognitivo, relacionando-as a situações de aprendizagem. - Identificar os processos que envolvem o ensino e a aprendizagem nas diferentes abordagens teóricas da Psicologia da Educação e suas implicações à prática educativa. <p>Fundamentar e compreender diferentes linhagens epistemológicas (empirista, apriorista e interacionista) e práticas pedagógicas (diretiva, não-diretiva e relacional) subjacentes a práticas educativas e a correntes teóricas da Psicologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar os papéis do professor em seu relacionamento com o aluno - Problematizar questões psicossociais e contemporâneas que atravessam a prática docente, tais como: diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa, bullying, inclusão, entre outros temas emergentes. - Desenvolver as habilidades de análise, síntese, elaboração pessoal e aplicação dos assuntos da psicologia de educação nas situações de aprendizagem. 		
Ementa		
Estudar aspectos psicológicos, cognitivos, afetivos e sociais, disponibilizando subsídios para problematizar, entender e intervir nos processos educacionais relativos à prática profissional docente.		

Programa

Um breve olhar sobre a Psicologia
Compreensão histórica
Psicologia como ciência
Objeto(s) de estudo

Desenvolvimento humano
Aspectos gerais sobre o ciclo vital
Cultura e desenvolvimento humano
Abordagens teóricas sobre o desenvolvimento

Teorias Clássicas da Psicologia e sua relação com a Educação
Psicanalítica
Behaviorista
Construtivista
Sócio-histórica
Teorias contemporâneas

Temas emergentes relacionados ao contexto escolar e ao processo de ensino aprendizagem
Diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa.
Bullying, agressividade
Inclusão x adaptação
Outros temas emergentes

Bibliografia básica

BOCK, Ana M. B. FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.
BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento. (revista e ampliada). 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2015.
COLL, César; MESTRES, Mariana Miras; ONRUVIA GOÑI, Javier; GALLART, Isabel Solé. Psicologia da Educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

Bibliografia complementar

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 27. ed. São Paulo: Summus, 1992.
LLERIS, Knud. Teorias contemporâneas da aprendizagem. Porto Alegre: Penso, 2015.
OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.
SCHULTZ, Duane P. Teorias da personalidade. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning. VOLTOLINI, Rinaldo. Educação e psicanálise. Rio de Janeiro. Zahar, 2016.

Identificação		Código
Disciplina: Extensão e Sociedade 5		06560160
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Pedro Robertt		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 2	
Pré-requisito: Matrícula ou Aprovação em Sociologia Pós-Clássica		
Semestre: 3		
Objetivo		
Realizar exercício de transposição didática do conjunto de autores, escolas e teorias constituídas entre o final da primeira guerra mundial e o final da década de 1940.		
Ementa		
<p>Transposição didática da análise do desenvolvimento do marxismo a partir de suas diversas perspectivas, tratando, entre outros, dos autores da primeira e da segunda geração da Escola de Frankfurt, Gramsci e Lukács. Trazer também as contribuições de diversos autores da Escola de Chicago nas suas diversas gerações. Traduzir conceitos como os de interação social, interacionismo simbólico e desvio. Traduzir a teoria estrutural funcionalista de Talcott Parsons e as contribuições de Robertt Merton para um funcionalismo renovado e das teorias de médio alcance. Converter em material didático as propostas da sociologia norte-americana de pesquisas quantitativas, particularmente, de Paul Lazarsfeld; e a crítica etnometodológica como abordagem sociológica alternativa.</p> <p>Disciplina integrada ao Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (código 481)</p>		
Programa		
<p>Transpor as contribuições de autores do interacionismo, da fenomenologia, da etnometodologia e da microsociologia. Transpor a teoria geral funcionalista de Robert Merton: teoria de médio alcance e as categorias “funções manifestas e latentes”;</p> <p>Traduzir a teoria geral estrutural-funcionalista de Talcott Parsons sobre sistema social, estrutura e função; Transpor didaticamente os conceitos de ciência tradicional e teoria crítica, dominação, racionalização instrumental, indústria cultural, sociedade “unidimensional”, bem como de trabalho e interação e de ação instrumental/estratégica e ação comunicativa. Transpor conceitos de Estado ampliado, sociedade civil e sociedade política, hegemonia, guerra de posição, Oriente e Ocidente, entre outros.</p>		
Bibliografia básica		
<p>GOFFMAN, Erving. A representação do Eu na vida cotidiana. Prefácio e Introdução. pp. 9-24. Petrópolis, RJ. Vozes. Várias Edições.</p> <p>HORKHEIMER, Max. Filosofia e teoria crítica. In: Textos escolhidos. Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979. pp. 155-161.</p> <p>MERTON, Robert. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1968.</p>		

Bibliografia complementar

ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. São Paulo: Brasiliense, 1976.

COLLINS, Randall. Quatro tradições sociológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DOMINGUES, José Maurício. A sociologia de Talcott Parsons. São Paulo: Annablume.2012.

GIDDENS, Anthony. Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e tréplicas. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

GIDDENS, Anthony. Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica. Petrópolis: Vozes, 2018.

Identificação		Código
Disciplina: Extensão e Sociedade 6		06560161
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Rosângela Marioni Schulz		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 2	
Pré-requisito: Matrícula ou Aprovação em Ciência Política III		
Semestre: 3		
Objetivo		
Realizar exercício de transposição didática sobre a teoria democrática contemporânea e seus fundamentos constitutivos. A partir da apropriação dos autores e seus comentadores.		
Ementa		
Transposição didática de teorias e conceitos presentes: na obra A política como vocação, de Max Weber; no elitismo político na Sociologia dos Partidos Políticos, de Robert Michels; nas críticas do bem comum e da vontade do povo e na teoria democrática elitista, de Joseph Schumpeter; No elitismo pluralista, de Giovanni Sartori; Na poliarquia, de Robert Dahl; na democracia econômica, de Anthony Downs. Disciplina integrada ao Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (código 481)		
Programa		
<ul style="list-style-type: none"> – Max Weber - Objeto da política e a noção de Estado; A política como vocação. – Robert Michels - As impossibilidades mecânicas e técnicas da democracia; O papel da liderança política em uma organização; A lei de ferro das oligarquias. – Joseph Schumpeter - A crítica da democracia clássica; A impossibilidade do bem comum e da vontade do povo; A teoria realista da democracia; A centralidade da liderança política na democracia. – Giovanni Sartori - Democracia governante e democracia governada; A opinião pública e a sua construção; A elite política e o pluralismo político. – Robert Dahl - Pluralismo político; Poliarquia – Anthony Downs - O indivíduo democrático; Uma teoria econômica de democracia. 		
Bibliografia básica		
<p>DAHL, Robert Alan. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./ ABIA, 1989. 151 p.</p> <p>MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 243p. (Coleção Pensamento Político, 53).</p> <p>WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011, 2015. 157 p.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>CUNNINGHAM, Frank. Teorias da democracia: uma introdução crítica. Porto Alegre: Artmed, 2009. 285p. (Biblioteca Artmed. Filosofia).</p> <p>DAHL, Robert Alan. Um prefácio à democracia econômica. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.</p> <p>DAHL, Robert Alan. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 2005. 234 p. (Coleção Clássicos. 9)</p>		

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1994. 2v. (Fundamentos; 105)

SARTORI, Giovanni. O que é democracia?. Curitiba: Atuação, 2017. 402 p. (Coletânea da Democracia; 3)

SCHUMPETER, Joseph Alois. Capitalismo, socialismo e democracia. São Paulo: Ed. da UNESP, 2017. 582 p.

4º semestre

Identificação		Código
Disciplina: Antropologia IV		10910089
Unidade/Responsável: ICH - Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Rosane A. Rubert; Rogério Reus Gonçalves da Rosa		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 4		
Objetivo Geral:		
- Refletir sobre as potencialidades do aporte antropológico na compreensão da diversidade sociocultural da sociedade contemporânea, indicando a pertinência do mesmo na orientação de políticas públicas e outras formas de interação/intervenção social.		
Objetivos Específicos:		
- proporcionar a realização de seminários temáticos - apontar as possibilidades de exercício de uma antropologia extra-muros		
Ementa		
Contribuições da perspectiva antropológica na abordagem da diversidade sociocultural na sociedade contemporânea – discussões temáticas.		
Programa		
Antropologia, direitos humanos e diálogos interculturais Antropoceno: o direito à continuidade da vida na terra Conflitos socioambientais e direito ao território Biopoder e marcadores de diferenças Direitos humanos nas margens da cidadania Direitos fundamentais x estado penal máximo Segurança pública e políticas de encarceramento Práticas de justiça e moralidades Encarceramento, racismo e controle social Políticas de encarceramento e gênero Olhares etnográficos sobre práticas de justiça e encarceramento		
Bibliografia básica		
EILBAUM, L. et. al. (orgs.). Antropologia e Direitos Humanos 10. Rio de Janeiro: E-Papers; Brasília: ABA Publicações, 2023. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/094568_00134863.pdf MELO, Juliana et. al (org). Ensaios sobre justiça, reconhecimento e criminalidade. Natal, RN:EDUFRN, 2016. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/92_00172135.pdf		

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, v. 12, n. 1, pp. 207-236. Rio de Janeiro, 2006.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/tRYDbBv8ZQf9SJmpvSywtjb/?format=pdf&lang=pt>

Bibliografia complementar

EILBAUM, L. et. al. (orgs.) *Antropologia e Direitos Humanos*, v. 8. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/000151_00197488.pdf

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília: ABA, 2014. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/133_00120196.pdf

VIDAL, C.; SOUZA, A. D. G. (orgs.). *Antropologia da mobilidades*. Brasília: ABA Publicações, 2021.

Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/072934_00130591.pdf

ZHOURI, Andréa (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/75_00115555.pdf

Identificação		Código
Disciplina: Ciência Política IV		06560008
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Alvaro Augusto de Borba Barreto		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 4		
Objetivo Geral		
Apresentar noções fundamentais relativas aos elementos constitutivos e às linhas de interpretação sobre: cidadania eleitoral, sistema eleitoral, partidos e sistemas partidários.		
Objetivo Específico		
Analisar, por meio de revisão bibliográfica, fenômenos político-eleitorais típicos da democracia representativa.		
Ementa		
Análise crítico-reflexiva acerca dos três elementos fundamentais da democracia representativa: os requisitos alusivos à cidadania e à governança eleitoral; os modelos de organização dos sistemas eleitorais; e os partidos políticos, encarados como unidade de análise e nas alternativas de relação entre eles (sistemas partidários).		
Programa		
<p>– Cidadania e governança eleitoral: Direito de voto; Alistamento; Exclusão eleitoral (abstenção; voto nulo; voto em branco) candidato: condição de elegibilidade; inelegibilidades; modelos de seleção partidária Padrões de governança eleitoral: Justiça Eleitoral.</p> <p>– Sistemas Eleitorais: Elementos constituintes, características, modalidades e implicações: distrito eleitoral; boletim de voto; modo de votar; fórmulas eleitorais, cláusula de exclusão, aproveitamento de sobras e mecanismos compensatórios; Tipologia:</p> <p>Sistema Majoritário: modalidades, características, implicações</p> <p>Sistema Proporcional: modalidades, características, implicações</p> <p>Sistema Misto: modalidades, características, implicações</p> <p>Algumas características e peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro</p> <p>– Partidos Políticos: Origens, etimologia e histórica - O paradigma de Duverger: partidos de massa e partidos de quadros; Partido <i>catch all</i> e cartel; Os modos de participação nos partidos políticos.</p> <p>– Sistemas Partidários - Conceituação e metodologia de classificação; Tipologia; O desafio do bipartidarismo As modalidades de pluripartidarismo</p> <p>Em busca de indicadores: número efetivo de partidos, fracionalização, fragmentação A correlação entre Sistema Partidário e Sistema Eleitoral.</p>		

Bibliografia básica

NICOLAU, Jairo Marconi. Sistemas eleitorais. 6ed. rev. amp. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2012 [324.N639s].

NICOLAU, Jairo; SCHMITT, Rogério. Sistema eleitoral e sistema partidário. Lua Nova, n. 36, p.43-51, 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/BjSPmwMm6zVht63jbNtCrnR/?format=pdf&lang=pt>

SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Brasília: UnB, 1982. [324.2 S351p]

Bibliografia complementar

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. Novos Estudos, n. 29, p. 34-58, mar.1991. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-29/#58dbd069e39ef>

MARCHETTI, Vitor. Governança eleitoral: o modelo brasileiro de justiça eleitoral. Dados, v. 51, n.4, p. 865-893, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/NKqmD93BGP9xnSfTXGSb9wG/?format=pdf&lang=pt>

NICOLAU, Jairo. Como controlar o representante? Considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. Dados, v. 45, n. 2, p. 219-236, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/vPxTZZZF6RDb8vPd4QT3KLd/?format=pdf&lang=pt>

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. Dados, v. 49, n.4, p. 689-720, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/Mm8QL3xjPYBMN4bhGQWypLS/?format=pdf&lang=pt>

SANTOS, André Marengo dos. Regras eleitorais importam? Modelos de listas eleitorais e seus efeitos sobre a competição partidária e o desempenho institucional. Dados, v. 49, n. 4, p. 721-749 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/VxBj63NYx8ChwGqDhpRB5QN/?format=pdf&lang=pt>

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia Contemporânea		06560162
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Pedro Robertt		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia		
Semestre: 4		
Objetivo Geral		
Oferecer ao aluno uma visão panorâmica e atualizada da teoria sociológica contemporânea.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir o aluno nos debates contemporâneos da teoria sociológica: estruturalismo e pós-estruturalismo; modernidade e pós-modernidade; estrutura e ação social; entre outros. - Analisar as perspectivas sociológicas de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Norbert Elias; entre outras. - Examinar a pertinência heurística dos conceitos teóricos tratados na disciplina para compreender a sociedade contemporânea. 		
Ementa		
<p>A disciplina aborda as principais sínteses e debates na teoria social desenvolvidas desde anos 1970 até os dias atuais. De um lado, aborda autores e correntes das ciências sociais que marcaram a teoria social contemporânea, tais como Bourdieu, Elias, Giddens e Luhmann. De outro, recupera debates substantivos tais como os de estruturalismo/pós-estruturalismo, modernidade/pós-modernidade e abordagens ligadas aos estudos culturais.</p> <p>*A ementa atende a Lei 13.146/2015 e Parecer CNE/CP Nº8/2012 e Resolução Nº1/2012; ao Parecer CNE/CP Nº3/2004, a Resolução CNE/CP Nº1/2004; Resolução das DCN Nº 8/2012 e Resolução das DCN Nº5/2012.</p>		
Programa		
<p>Perspectivas teóricas de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Norbert Elias. Conceitos fundamentais: campo, habitus, capital, reflexividade, dupla hermenêutica, estruturação e sociologia configuracional. Outras perspectivas teóricas. O debate modernidade/pós-modernidade. A crítica pós-moderna da modernidade. Racionalização e subjetivação na Modernidade. Pós-modernidade de oposição.</p>		
Bibliografia básica		
<p>BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p> <p>ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.</p> <p>GIDDENS, Anthony. Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica. Petrópolis: Vozes, 2018.</p> <p>HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.</p> <p>TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1999.</p>		

Bibliografia complementar

BRAH, Avta. Diferenç, diversidade, diferenciação. Caderno Pagu. Junho de 2006, nº 26, p 329-376.

CORCUFF, Phillipe. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru-SP: Edusc, 2001.

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LUHMANN, Niklas. Teoria dos sistemas na prática. Volume I: Estrutura social e semântica. Petrópolis: Vozes, 2018.

SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

Identificação		Código
Disciplina: Prática de Ensino IV		06560163
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Vera Lúcia dos Santos Schwarz		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 90	Créditos: 6	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 2	Ext: 0	
Pré-requisito: Prática de Ensino I		
Semestre: 4		
Objetivo Geral		
Propiciar o desenvolvimento da pesquisa, reflexão e construção de materiais didáticos para utilização do professor, na disciplina de sociologia, na educação básica.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisar materiais didáticos destinados ao ensino das ciências sociais - Preparar recursos materiais de ensino considerando a acessibilidade da pessoa com deficiência - Pesquisa sobre os recursos e materiais utilizados pelos professores de sociologia no ensino médio - Análise dos métodos e técnicas propostos para o ensino da sociologia junto aos jovens do nível médio 		
Ementa		
A disciplina visa estimular o uso de ferramentas e recursos de aprendizagem na regência de classe das ciências sociais na perspectiva do estímulo à cidadania e Direitos Humanos, por meio de matérias como pintura, literatura, cinema, música, dramatização, HQ, charges, tirinhas e fotografia e etc.		
*A ementa atende a Resolução das DCN Nº 1/2012 e o Parecer CNE/CP Nº 8/2012.		
Programa		
Unidade I - Metodologia e Recursos Materiais em Sala de Aula. Os recursos materiais de ensino: quadro – retroprojetor – data show – cartaz – jornal – imagens – charges – filmes – tirinhas – álbum seriado – flanelógrafo – mapas – objetos – TV/DVD – aparelho de som – recursos humanos.		
Unidade II - Reflexões sobre o uso do cinema, da música, da dramatização, da fotografia, da literatura, história em quadrinhos, dança, da pintura, das TICs etc enquanto conteúdo e recurso para o ensino da sociologia no ensino médio.		
Unidade III - Atividades Práticas em Sala de Aula- Roda de conversa para breve esboço das metodologias elaboradas pelas duplas que vão dar formato ao produto final proposto pela disciplina no início do semestre.		
Bibliografia básica		
ANTUNES, Celso. Professores e professores: reflexões sobre aula e práticas pedagógicas diversas. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.		
BRIDI, Maria Aparecida e outros. Ensinar e Aprender Sociologia no Ensino Médio. São Paulo: Contexto, 2010.		
NIDELCOFF, Maria Teresa. Ciências sociais na escola: para alunos de 12 a 16 anos. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, 2004.		

Bibliografia complementar

- ANTUNES, Celso. Antiguidades modernas: crônicas do cotidiano escolar. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Conhecimento e imaginação sociologia para o ensino médio. São Paulo Autêntica 2012 1 recurso online
- BOAL, Augusto. Jogos para atores e não - atores. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão et al. Tecendo a cidadãnia: oficinas pedagógicas de direitos humanos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999 .
- FARIA, Maria Alice de Oliveira. Como usar o jornal na sala de aula. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. .
- FREITAG,B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. O livro didático em questão.-- 3. ed.-São Paulo: Cortez, 1997.
- NAPOLITANO, Marcos. História & música: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- RANGEL, Mary. Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2010. 93 p. (Magistério : formação e trabalho pedagógico)
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

Identificação		Código
Disciplina: Educação Brasileira, Organização e Políticas Públicas		17350230
Unidade/Responsável: FAE - Departamento de Ensino		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 4		
Objetivo Geral		
Compreender a legislação, as políticas e a realidade educacional no contexto político, econômico e social do Brasil.		
Objetivos específicos		
Compreender a relação entre a qualidade da educação e as políticas educacionais;		
Analisar o contexto de elaboração da legislação educacional brasileira, seus limites e possibilidades;		
Estudar e analisar as condições de Gestão e financiamento para a Educação Nacional		
Compreender o processo de profissionalização docente no conjunto das políticas educacionais		
Ementa		
O Estado e suas relações com as políticas públicas educacionais no percurso da história da educação brasileira; Organização e funcionamento da educação básica no Brasil; Legislação, sistemas educacionais e a organização da escola; A profissionalização docente e o financiamento da educação.		
Programa		
A legislação, as políticas e a realidade educacional no contexto político, A qualidade da educação e as políticas educacionais;		
O contexto de elaboração da legislação educacional brasileira, seus limites e possibilidades; Gestão e financiamento para a Educação Nacional;		
O processo de profissionalização docente no conjunto das políticas educacionais.		
Bibliografia básica		
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 543 p. (Docência em formação saberes pedagógicos). ISBN 9788524918605.		
LIMA, Caroline Costa Nunes. Política educacional. Porto Alegre: SAGAH 2018. 1 recurso online ISBN 9788595028043.		
PINTO, José Marcelino de R. O financiamento da educação na constituição federal de 1988: 30 anos de mobilização social. Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 145, p.846-869, out.-dez., 2018. Disponível na Base Scielo: https://www.scielo.br/j/es/a/rk4wKJgNYZsdt5QdgSgkDwG/?format=pdf&lang=pt		

Bibliografia complementar

LIMA, Caroline Costa Nunes et al. Políticas públicas e educação. Porto Alegre: SER - SAGAH 2019 1 recurso online ISBN 9788595027503.

SAVIANI, Dermeval. Educação brasileira: estrutura e sistema. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1981. 146 p.

CASTRO. Jorge Abrahão de. Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 857- 876, out. 2007

HYPOLITO, A.M. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. Educação: Teoria e Prática, v. 21, n. 38, p. 59-78, 11. Disponível em CAPES Periódicos

Identificação		Código
Disciplina: Extensão e Sociedade 7		06560164
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Pedro Robertt		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 2	
Pré-requisito: Matrícula ou Aprovação em Sociologia Contemporânea		
Semestre: 4		
Objetivo		
Realizar exercício de transposição didática da teoria social desenvolvida desde os anos 1970 até os dias atuais. Abordando autores e correntes das ciências sociais que marcaram a teoria social contemporânea, tais como Bourdieu, Elias, Giddens e Luhmann.		
Ementa		
Transposição de teoria social desenvolvidas desde os anos 1970 até os dias atuais. Abordando autores e correntes das ciências sociais que marcaram a teoria social contemporânea, tais como Bourdieu, Elias, Giddens e Luhmann. Traduzir debates como de estruturalismo/pós-estruturalismo, modernidade/pós-modernidade e abordagens ligadas aos estudos culturais. Disciplina integrada ao Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (código 481) *A ementa atende a Lei 13.146/2015 e Parecer CNE/CP Nº8/2012 e Resolução Nº1/2012; ao Parecer CNE/CP Nº3/2004, a Resolução CNE/CP Nº1/2004; Resolução das DCN Nº 8/2012 e Resolução das DCN Nº5/2012.		
Programa		
O debate sobre estruturalismo e pós-estruturalismo; Perspectivas teóricas de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Norbert Elias. Conceitos fundamentais: campo, habitus, capital, reflexividade, dupla hermenêutica, estruturação e sociologia configuracional. Outras perspectivas teóricas. O debate modernidade/pós-modernidade. A crítica pós-moderna da modernidade. Racionalização e subjetivação na Modernidade. Pós-modernidade de oposição.		
Bibliografia básica		
BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004. ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. GIDDENS, Anthony. Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica. Petrópolis: Vozes, 2018. HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1999.		
Bibliografia complementar		
BRAH, Avta. Diferença, diversidade, diferenciação. Caderno Pagu. Junho de 2006, nº 26, p 329-376. CORCUFF, Phillipe. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru-SP: Edusc, 2001.		

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LUHMANN, Niklas. Teoria dos sistemas na prática. Volume I: Estrutura social e semântica. Petrópolis: Vozes, 2018.

SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

Identificação		Código
Disciplina: Extensão e Sociedade 8		06560165
Unidade/Responsável: ICH - Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Rosane Aparecida Rubert; Rogério Reus Gonçalves da Rosa		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 2	
Pré-requisito: Matrícula ou Aprovação em Antropologia IV		
Semestre: 4		
Objetivo		
Realizar exercício de transposição didática sobre as contribuições da perspectiva antropológica na abordagem da diversidade sociocultural na sociedade contemporânea.		
Ementa		
<p>Transpor pedagogicamente as contribuições da perspectiva antropológica na abordagem da diversidade sociocultural na sociedade contemporânea – discussões temáticas.</p> <p>Disciplina integrada ao Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (código 481)</p> <p>*A ementa atende ao Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012 e Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, ao Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004; -Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002 que Regulamenta a Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999; a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, a Resolução Nº 3, DE 13 de maio DE 2016, a LEI Nº 8.069, DE 13 de julho de 1990 e a LEI Nº 12.852, de 5 de Agosto DE 2013.</p>		
Programa		
<p>Antropologia, direitos humanos e diálogos interculturais</p> <p>Antropoceno: o direito à continuidade da vida na terra</p> <p>Conflitos socioambientais e direito ao território</p> <p>Biopoder e marcadores de diferenças</p> <p>Direitos humanos nas margens da cidadania</p> <p>Direitos fundamentais x estado penal máximo</p> <p>Segurança pública e políticas de encarceramento</p> <p>Práticas de justiça e moralidades</p> <p>Encarceramento, racismo e controle social</p> <p>Políticas de encarceramento e gênero</p> <p>Olhares etnográficos sobre práticas de justiça e encarceramento</p>		
Bibliografia básica		
<p>EILBAUM, L. et. al. (orgs.). Antropologia e Direitos Humanos 10. Rio de Janeiro: E-Papers; Brasília: ABA Publicações, 2023. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/094568_00134863.pdf</p> <p>MELO, Juliana et. al (org). Ensaios sobre justiça, reconhecimento e criminalidade. Natal, RN:EDUFRN, 2016. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/92_00172135.pdf</p> <p>SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. Mana, v. 12, n. 1, pp. 207-236. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/tRYDbV8ZQf9SJmpvSywtjb/?format=pdf&lang=pt</p>		

Bibliografia complementar

EILBAUM, L. et. al. (orgs.) Antropologia e Direitos Humanos, v. 8. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/000151_00197488.pdf

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (orgs.). Belo Monte e a questão indígena. Brasília: ABA, 2014. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/133_00120196.pdf

VIDAL, C.; SOUZA, A. D. G. (orgs.). Antropologia da mobilidades. Brasília: ABA Publicações, 2021. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/072934_00130591.pdf

ZHOURI, Andréa (org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: ABA, 2012. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/75_00115555.pdf

5º semestre

Identificação		Código
Disciplina: Antropologia V		10910090
Unidade/Responsável: ICH - Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Flávia Rieth		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 5		
Objetivo Geral		
Estudar os autores vinculados ao pensamento antropológico brasileiro, bem como, a influência e o sentido das suas formulações para a construção (intelectual) do país.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - proporcionar o aprofundamento de referenciais teóricos importantes para a apreensão e compreensão da diversidade cultural - refletir sobre os desenvolvimentos metodológicos no interior de uma mesma tradição teórica 		
Ementa		
Estudar as principais linhas de orientação e pesquisa que marcaram e ainda marcam a produção antropológica no Brasil.		
*A ementa atende ao Parecer CNE/CP N°3/2004, a Resolução CNE/CPN1/2004, A Resolução das DCNN°8/2012 e N° 5/2012.		
Programa		
<p>UMA INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA BRASILEIRA</p> <p>A antropologia brasileira; A antropologia no sul do Rio Grande do Sul</p> <p>A ANTROPOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX</p> <p>A teoria da miscigenação; Os estudos folclóricos; O regional e o nacional A teoria da aculturação Os conceitos de “estrutura” e “função” em Florestan Fernandes</p> <p>Os conceitos de “participação” e “cisão” em Roger Bastide</p> <p>DESENVOLVIMENTOS RECENTES</p> <p>O conceito de “fricção interétnica”; As sociedades rurais; A formação do estado e a diversidade cultural; A Antropologia das e nas “sociedades complexas” Perspectivismo e Multiculturalismo</p>		
Bibliografia básica		
<p>DE CASTRO, E. V.. Perspectivismo e multiculturalismo na América Indígena. In: A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.</p> <p>FREYRE, G. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro: Record, 1989.</p> <p>OLIVEIRA, R. C. Sobre o Pensamento Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPQ, 1988.</p>		

Bibliografia complementar

DA MATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

FERNANDES, F. A função social da guerra na sociedade Tupinambá. São Paulo: Globo, 2006.

OLIVEN, R G. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

PEIRANO, M. A teoria vivida: reflexões sobre a orientação em Antropologia. Ilha, Florianópolis, v. 6, n. 1, 2004.

VELHO, G. Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

Identificação	Código
Disciplina: Ciência Política V	06560027
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política	
Professor(a) responsável: Carlos Artur Gallo Cabrera	
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória
Carga horária total: 60	Créditos: 4
Distribuição dos créditos	
Teórico: 4	EAD: 0
Prático: 0	Ext: 0
Pré-requisito: Nenhum	
Semestre: 5	
Objetivo Geral	
Possibilitar aos alunos a aproximação com momentos chave da história política brasileira e como estes processos influenciaram na construção das instituições e sistemas políticos do país em seu período democrático pós – 1988.	
Objetivos Específicos	
Analisar qual a importâncias das instituições e dos atores econômicos, políticos e sociais, no processo de transição e consolidação da democracia no Brasil.	
Ementa	
Determinantes históricos da política brasileira; As Instituições Políticas e os Sistemas Políticos do Brasil.	
Programa	
Antecedentes Formação do Estado Clientelismo, Coronelismo e Patrimonialismo Corporativismo Interstício Democrático Regime Militar Transição Democrática Instituições e Sistemas Políticos no Brasil Cidadania e Participação Política Presidencialismo de Coalizão Sistema Eleitoral Sistema Federativo Sistema Partidário	
Bibliografia básica	
ABRANCHES, Sérgio “Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro”. Dados, vol. 31, nº 1. 1988. CARVALHO, José Murilo de. A Construção da ordem. Brasília: Ed. da UFRJ, 1996 (várias edições). STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 633 p.	

Bibliografia complementar

AVRITZER, Leonardo (org.) Sociedade civil e democratização, BH: Del Rey, 1994.

CARDOSO, F.H. O modelo político brasileiro. São Paulo, Difel, 1964.

LIMONGI, Fernando. Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. Novos Estudos, nº 76, novembro 2006.

MELO, Carlos e SÁEZ, Manuel A. A Democracia Brasileiro: Balanço e Perspectiva para o Século XXI. BH: Ed. UFMG, 2007.

SANTOS, Wanderley G. 2003. O Cálculo do Conflito: estabilidade e crise na política brasileira. BH/Rio: Editora da UFMG.

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia Brasileira		06560166
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: William Héctor Gómez Soto		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Antecedentes Históricos e Intelectuais da Sociologia		
Semestre: 5		
Objetivo Geral		
Refletir sobre a formação o desenvolvimento e a diversidade da sociologia brasileira em suas interrelações com a sociedade brasileira.		
Objetivos Específicos		
Analisar a formação do pensamento social brasileiro nas obras de seus principais representantes		
Analisar as contribuições dos clássicos da sociologia brasileira, suas perspectivas epistemológicas e diálogos teóricos.		
Analisar os desafios e a diversificação teórica e temática da sociologia brasileira contemporânea		
Ementa		
Os pensadores brasileiros no século XIX. A formação da sociedade brasileira: Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. A escola paulista e o projeto sociológico de Florestan Fernandes. A sociologia brasileira contemporânea e as interconexões com o pensamento social latino-americano. A sociologia brasileira hoje.		
*A ementa atende ao Parecer CNE/CP N°3/2004, a Resolução CNE/CP N°1/2004; Resolução das DCN N°8/2012 e Resolução das DCN N°5/2012		
Programa		
A formação do pensamento social brasileiro: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior		
Os clássicos da sociologia brasileira:		
Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, José de Souza Martins, Jessé Souza		
A sociologia brasileira contemporânea: desafios e diversificação		
Bibliografia básica		
CARDOSO, F. H. Pensadores que inventaram o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.		
FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classe. São Paulo: Domunius, 1964.		
_____. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. R.J: Zahar, 1975.		
FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal. 34. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympi, 1998.		
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 11. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1977.		

Bibliografia complementar

BASTOS, Elide Rugai et al. Conversas com sociólogos brasileiros. São Paulo: Ed. 34, 2006.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e subdesenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2010

MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Ed. 34, 2008

MEUCCI, Simone. Artesania da sociologia no Brasil: contribuições e interpretações de Gilberto Freyre. Curitiba: Appris, 2015

Identificação		Código
Disciplina: Prática de Ensino V		06560167
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Vera Lúcia dos Santos Schwarz		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 105	Créditos: 7	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 3	Ext: 0	
Pré-requisito: Prática de Ensino I		
Semestre: 5		
Objetivo Geral		
Propiciar espaço de reflexão para construção de projetos didáticos interdisciplinares como forma alternativa para o ensinar e aprender.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhar o conceito de interdisciplinaridade - Identificar experiências interdisciplinares na educação básica - Construir propostas interdisciplinares a partir dos eixos da área das ciências sociais e entre as áreas da: linguagem, da natureza, matemática e humanas - Desenvolver reflexões sobre a avaliação do processo ensino-aprendizagem 		
Ementa		
Regência de classe das Ciências Sociais através de elaboração de projetos que abordem a temática de Política e do Trabalho. Momento de inserção na escola para observação do seu entorno e realidade socioeconômica. Elaboração de Diagnóstico da comunidade escolar, Análise e sistematização de dados (qualitativos e quantitativos) relativos ao desempenho e avaliação escolar ou inserção de estudantes com necessidades especiais.		
* A ementa atende a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015; e a Lei 13.146/2015.		
Programa		
Unidade I: A Política e seus temas: cidadania, estado, participação política, democracia e etc; O Trabalho na sociedades contemporâneas; Construção de Projeto Pedagógico. Unidade II: Como observara realidade social; Como elaborar um diagnóstico social. Construção de análise de dados sociais Unidade III: Rodas de conversa para o replanejamento dos planos para o desenvolvimento durante o estágio curricular obrigatório II.		
Bibliografia básica		
CARLOS, Jairo Gonçalves. Interdisciplinaridade no ensino médio: desafio e potencialidades. Dissertação de Mestrado em Ensino de Ciências. Universidade de Brasília, Brasília, 2007. DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. (5) FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papyrus, 1995. MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo, Cortez, 2003.		

Bibliografia complementar

- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995. (3)
- MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. (7)
- MEDEIROS, Ethel Bauzer de. Provas objetivas, discursivas, orais e práticas. Rio de Janeiro: FGV, 1983. (4)
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Educação 7 Realidade, 1991. (1)
- _____. Avaliação Mediadora – uma prática em construção: da pré escola à Universidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993. (3)

Identificação		Código
Disciplina: Língua Brasileira de Sinais I (LIBRAS I)		20000084
Unidade/Responsável: CLC		
Professor(a) responsável: Mayara Bataglin Raugust; Ivana Gomes da Silva		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 2	EAD: 0	
Prático: 2	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 5		
Objetivo Geral		
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais • Propor uma reflexão sobre o conceito e experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística • Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais 		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver sua competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar • Aprender uma comunicação básica de Libras • Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural • Refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem • Refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais • Compreender os surdos e sua língua partir de uma perspectiva cultural 		
Ementa		
Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.		
Programa		
<p>Datilologia: alfabeto manual; Números cardinais (de 1-100); Saudações.</p> <p>Principais áreas de vocabulário a serem desenvolvidos (nível elementar): ambientes doméstico e escolar; espaços urbanos; calendário; natureza (elementos e fenômenos); família; cores; alimentação (frutas, bebidas e alimentos simples); animais domésticos; materiais escolares; profissões.</p> <p>Pronomes pessoais, possessivos, interrogativos, demonstrativos.</p> <p>Aspectos básicos da linguística: Fonologia (cinco parâmetros); Morfologia (singular e plural); Advérbios de tempo.</p> <p>Classificadores para formas e descrição de objetos.</p> <p>Verbos para comunicação básica (cotidiano): Verbos: formas afirmativas e negativas</p> <p>Conversação em Libras.</p> <p>Introdução aos estudos surdos: língua, educação, culturas surdas e interpretação.</p>		

Bibliografia básica

CAPOVILLA, Fernando César; *et al.* Dicionário da Língua de sinais do Brasil: a Libras em suas mãos. . LIBRAS São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- EDUSP, 2017.3v.
GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia complementar

ALBRES, Neiva de Aquino. Ensino de Libras: aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Appris, 2016
GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábola Editorial, 2012
LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007;
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscila; NAKASATO, Ricardo. LIBRAS: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012
QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Identificação		Código
Disciplina: Extensão e Sociedade 9		06560168
Unidade/Responsável: ICH - Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Flávia Maria da Silva Rieth; Francisco Pereira Neto; Rosane Aparecida Rubert		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 2	
Pré-requisito: Matrícula ou Aprovação em Antropologia V		
Semestre: 5		
Objetivo		
Realizar exercício de transposição didática sobre as principais linhas de orientação e pesquisa que marcaram e ainda marcam a produção antropológica no Brasil.		
Ementa		
Estudar as principais linhas de orientação e pesquisa que marcaram e ainda marcam a produção antropológica no Brasil. Disciplina integrada ao Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (código 481) *A ementa atende ao Parecer CNE/CP N°3/2004, a Resolução CNE/CPN1/2004, A Resolução das DCN N°8/2012 e N° 5/2012		
Programa		
A antropologia brasileira - A antropologia no sul do Rio Grande do Sul; A teoria da miscigenação - Os estudos folclóricos - O regional e o nacional; A teoria da aculturação Os conceitos de “estrutura” e “função” em Florestan Fernandes Os conceitos de “participação” e “cisão” em Roger Bastide Desenvolvimentos Recentes - O conceito de “fricção interétnica”; As sociedades rurais; A formação do estado e a diversidade cultural; A Antropologia das e nas “sociedades complexas” Perspectivismo e Multiculturalismo Multiculturalismo		
Bibliografia básica		
DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O índio e o mundo dos brancos. Brasília: Ed. da UNB, 1981.		
Bibliografia complementar		
CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2017. CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade Tupinambá. São Paulo: Globo,		

2006.

PEIRANO, Mariza. A teoria vivida e outros ensaios de Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Otávio. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

Identificação		Código
Disciplina: Extensão e Sociedade 10		06560169
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Carlos Artur Gallo Cabrera		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 2	
Pré-requisito: Matrícula ou Aprovação em Ciência Política V		
Semestre: 5		
Objetivo		
Realizar exercício de transposição didática sobre os momentos chave da história política brasileira e como estes processos influenciaram na construção das instituições e sistemas políticos do país em seu período democrático pós – 1988		
Ementa		
Transposição didática sobre os determinantes históricos da política brasileira; As Instituições Políticas e os Sistemas Políticos do Brasil. Disciplina integrada ao Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (código 481) *A ementa atende à Resolução das DCN N 1/2012 e Parecer CNE/CP Nº 8/2012 .		
Programa		
I – Antecedentes Formação do Estado Clientelismo, Coronelismo e Patrimonialismo Corporativismo Interstício Democrático Regime Militar Transição Democrática II – Instituições e Sistemas Políticos no Brasil Cidadania e Participação Política Presidencialismo de Coalizão Sistema Eleitoral Sistema Federativo Sistema Partidário		
Bibliografia básica		
ABRANCHES, Sérgio “Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro”. Dados, vol. 31, nº 1. 1988. CARVALHO, José Murilo de. A Construção da ordem. Brasília: Ed. da UFRJ, 1996 (várias edições). STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 633 p.		

Bibliografia complementar

AVRITZER, Leonardo (org.) Sociedade civil e democratização, BH: Del Rey, 1994.

CARDOSO, F.H. O modelo político brasileiro. São Paulo, Difel, 1964.

LIMONGI, Fernando. Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. Novos Estudos, nº 76, novembro 2006.

MELO, Carlos e SÁEZ, Manuel A. A Democracia Brasileiro: Balanço e Perspectiva para o Século XXI. BH: Ed. UFMG, 2007.

SANTOS, Wanderley G. O Cálculo do Conflito: estabilidade e crise na política brasileira. BH/Rio: Editora da UFMG, 2003.

Identificação		Código
Disciplina: Extensão e Sociedade 11		06560170
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: William Hector Soto		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 30	Créditos: 2	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 2	
Pré-requisito: Matrícula ou Aprovação em Sociologia Brasileira		
Semestre: 5		
Objetivo		
Realizar exercício de transposição didática sobre desenvolvimento e a diversidade da sociologia brasileira em suas interrelações com a sociedade brasileira; especificamente sobre a formação do pensamento social brasileiro nas obras de seus principais representantes; as contribuições dos clássicos da sociologia brasileira, suas perspectivas epistemológicas e diálogos teóricos; e sobre os desafios e a diversificação teórica e temática da sociologia brasileira contemporânea		
Ementa		
Os pensadores brasileiros no século XIX. A formação da sociedade brasileira: Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. A escola paulista e o projeto sociológico de Florestan Fernandes. A sociologia brasileira contemporânea e as interconexões com o pensamento social latino-americano. A sociologia brasileira hoje. Disciplina integrada ao Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (código 481) *A ementa atende ao Parecer CNE/CP Nº3/2004, a Resolução CNE/CP Nº1/2004; Resolução das DCN Nº8/2012 e Resolução das DCN Nº5/2012		
Programa		
1. A formação do pensamento social brasileiro: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior 2. Os clássicos da sociologia brasileira: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, José de Souza Martins Jessé de Souza 3. A sociologia brasileira contemporânea: desafios e diversificação		
Bibliografia básica		
CARDOSO, F. H. Pensadores que inventaram o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classe. São Paulo: Domunius, 1964. _____. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. R.J: Zahar, 1975. FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal. 34. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympi, 1998. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 11. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1977.		

Bibliografia complementar

BASTOS, Elide Rugai et al. Conversas com sociólogos brasileiros. São Paulo: Ed. 34, 2006.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e subdesenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2010

MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Ed. 34, 2008

MEUCCI, Simone. Artesania da sociologia no Brasil: contribuições e interpretações de Gilberto Freyre. Curitiba: Appris, 2015

6º semestre

Identificação		Código
Disciplina: Epistemologia das Ciências Sociais		06560044
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Léo Peixoto Rodrigues		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: 6		
Objetivo Geral		
Apresentar, expor e propiciar ao discente conhecer noções básica sobre a construção do conhecimento científico na área de Ciências Sociais, através de diferentes correntes epistemológicas e seus paradigmas (positivismo, materialismo histórico dialético, hermenêutica, construtivismo, dentre outros).		
Objetivos Específicos		
Explicar e debater a noção de “senso comum” frente o conceito de e a promoção da “ruptura e vigilância epistemológica”.		
Apresentar e problematizar ao discente o domínio conceitual de conceitos como, Epistemologia. Ontologia e Metodologia e como tais dimensões se vinculam a visões de conhecimento em ciências sociais.		
Promover no discente a capacidade de identificar os principais paradigmas que norteiam a investigação científica nas ciências sociais, bem como aqueles que formam as atuais teorias sociológicas e orientam o fazer empírico.		
Ementa		
A ruptura com o senso comum. Ontologia; Epistemologia e Metodologia - significados e diferenças. A questão dos paradigmas na pesquisa em Ciências Sociais e o papel da teoria na investigação científica		
Programa		
Unidade I: - Abordar a noção de senso comum e a promoção da ruptura epistemológica; Ontologia: significado e implicações teóricas; - Epistemologia: significado; - Metodologia: definições e diferença conceitual com método, Ontologia e Epistemologia.		
Unidade II: Apresentar os principais paradigmas das Ciências Sociais; Apresentar os fundamentos epistemológicos e sua ligação com as estratégias básicas da investigação social.		
Bibliografia básica		
ANDERY, Maria Amélia. Para compreender a ciência. Espaço e Tempo . São Paulo 1988.		
BOMBASSARO, Luiz Carlos. As Fronteiras da Epistemologia . Rio de Janeiro: Vozes, 1993.		
CHALMERS, A. O que é ciência afinal? São Paulo: Brasiliense, 2017.		
KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas . São Paulo: Perspectiva, 2011.		
LÓWY, Michael, Ideologias e Ciência Social . São Paulo: Cortez, 1991.		

Bibliografia complementar

BACON, F. Novum Organum. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

COMTE, A. Curso de filosofia positiva. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DESCARTES, René. O discurso do Método. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril cultural, 1983.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MARX, Karl, A Crítica da Economia Política. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril cultural, 1978.

LAKATOS, Imre e MUSGRAVE, Alan. **A Crítica do Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.

POPPER, Karl Raimund Sir. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2007.

STEIN, Ernildo. **Aproximação sobre hermenêutica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

Identificação		Código
Componente Curricular: Estágio em Ciências Sociais I		17350239
Unidade/Responsável: FAE - Departamento de Ensino		
Professor(a) responsável: Analisa Zorzi e Marcus Vinícius Spoller		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 120	Créditos: 8	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 4	Ext: 0	
Pré-requisito: Teoria e Prática Pedagógica; Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação; Fundamentos Psicológicos da Educação; Educação Brasileira: Organização e Políticas Públicas; Prática de Ensino I; Prática de Ensino II; Prática de Ensino III; Prática de Ensino IV e Prática de Ensino V.		
Semestre: 6		
Objetivo Geral		
Objetivo(s) geral(ais): A disciplina tem por objetivo preparar os/as estudantes para o exercício autônomo da atividade docente em sala de aula, por meio do conhecimento empírico da realidade escolar		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Refletir sobre o contexto social e educacional na sociedade atual - Problematizar e refletir sobre o cotidiano escolar pesquisado - Analisar e contextualizar os dados coletados - Participar das aulas contribuindo com relatos, debates e discussões sobre os diferentes contextos escolares - Utilizar o conhecimento filosófico e sociológico de modo a possibilitar reflexões sobre a realidade - Refletir sobre a função da escola num processo de subjetivação e autoavaliação 		
Ementa		
Pesquisa sobre o sistema de Ensino em que a escola se encontra inserida e compreensão dos modelos de gestão escolar. Inserção na escola através da observação dos princípios da gestão escolar e realização de diagnóstico de políticas públicas, espaços e experiências democráticas		
Programa		
<p>Definição da escola, campo de estágio de cada estudante;</p> <p>Conhecimento do contexto social onde está inserida a escola: entorno social características dos alunos e da escola;</p> <p>Conhecimento da administração pedagógica da escola: Plano Político-Pedagógico, Regimento Escolar, Conselhos de Classe, e outros.</p> <p>Elaboração de material pedagógico</p> <p>As Atividades Práticas da disciplina: a observação in loco da escola e aula desenvolvida pelo docente de sociologia; a pesquisa, elaboração e planejamento, em casa, de material didático e aula, que serão desenvolvidas no estágio II.</p>		

Bibliografia básica

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 211 p.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. v.14. (Coleção questões da nossa época). Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Cortez, 2022.

PIMENTA, Selma G. Professor-Pesquisador: mitos e possibilidades. **Contrapontos** - volume 5 - n. 1 - p. 09-22 - Itajaí, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/802>. Acesso em 05 set. 2023.

Bibliografia complementar

ANGROSINO, Michael, e Uwe Flick. **Etnografia e observação participante**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2009. (livro eletrônico)

ARROYO, M G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 251 p.

BODART, C. das N. (2021). O ensino de Sociologia e a BNCC: esboço teórico para pensar os objetivos educacionais e intencionalidades educativas na e para além das competências. **Cadernos Da Associação Brasileira De Ensino De Ciências Sociais**, 4(2), 131–153. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/298>

DOMINGUINI, Lucas. A Transposição Didática como intermediadora entre o Conhecimento Científico e o Conhecimento Escolar. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 7, n. 2, nov. 2008. Disponível em: <https://periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/472/361>. Acesso em 05 set. 2023.

NUNES, Débora R. P. Teoria, pesquisa e prática em educação: a formação do professor-pesquisador. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 34, n. 01, p. 97-107, abr. 2008. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 set. 2023.

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia da Educação		06560094
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Francisco dos Santos Kieling		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: nenhum		
Semestre: 6		
Objetivo Geral		
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar como os precursores da sociologia desenvolveram as análises sobre a educação na sociedade moderna. - Analisar como as transformações educacionais na sociedade contemporânea transformaram as concepções de educação na sociologia e as novas demandas sociais. - Analisar a relação Estado e Educação na sociedade brasileira e mundial, trabalhando as principais concepções de política pública. 		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Discutir a relação entre os pressupostos sociológicos dos paradigmas clássicos e as concepções educacionais correspondentes - Relacionar, a partir das transformações da sociedade industrial, capitalista e globalizada, as análises dos pressupostos sociológicos pós-modernos sobre a educação - Discutir a relação entre educação e cidadania e as novas questões sociais: educação ambiental, discussão sobre a igualdade racial - Perceber as diferentes concepções de Estado, política pública educacionais, ações afirmativas e as consequências sociais de suas implementações 		
Ementa		
A visão da educação nas teorias sociológicas da educação: reprodutivistas e críticas. Sociologia política da educação, ideologia, cultura, educação e sociologia da educação no Brasil. Os desafios da educação ante a cidadania, democracia, participação, trabalho, mercado e ambiente.		
Programa		

A Sociologia como Ciência
Contexto histórico, construção do objeto e principais concepções teóricas;
Sociologia e Educação
Sociedade, educação e vida moral
Sociedade, educação e emancipação
Sociedade, educação e desencantamento
A análise sociológica da educação contemporânea
Sociedade e Estado
Políticas Públicas de Educação
Sociologia política da Educação
Educação, trabalho e mercado.
Educação ambiental
Ações Afirmativas

Bibliografia básica

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1998,. 251 p.
GOMES, Candido. A educação em perspectiva sociológica. SP: EPU, 1985.
TORRES, Carlos Alberto. Sociologia política da educação. SP: Cortez, 1997,

Bibliografia complementar

ABRAMOVAY, Miriam (coord.). Cotidiano das escolas: entre violências. Brasília: UNESCO, Observatório da Violência nas Escolas, Ministério da Educação, 2006.
BRANDÃO, Carlos. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 1981 (várias edições).
CARNOY, Martin. Educação, economia e estado. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1984.
DA SILVA, T T .O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
DURKHEIM. Educação e sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1975 (várias edições)
GADOTTI, Moacir. A concepção Dialética da educação. SP: Cortez, 2012 (várias edições).
GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.
SOBRAL, Fernanda A. Fonseca. Educação para a competitividade ou para a cidadania ou para a cidadania social? Texto eletrônico (texto 13):
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392000000100002&script=sci_arttext

7º semestre

Identificação		Código
Disciplina: Metodologia I Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		06560075
Professor(a) responsável: Bianca de Freitas Linhares		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Epistemologia das Ciências Sociais		
Semestre: 7		
Objetivo Geral		
Propiciar ao discente noções de pesquisa quantitativa e qualitativa na área de Ciências Sociais. A capacidade de identificar os meios para construção e aplicabilidade desses métodos.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none">- Explicar a diferença dos pressupostos teóricos entre pesquisa qualitativa e quantitativa- Permitir ao discente o domínio conceitual para realizar desenhos de pesquisa e identificar as fontes de dados de pesquisa em Ciências Sociais- Promover no discente a capacidade de construir um modelo de análise.		
Ementa		
Metodologia quantitativa e qualitativa: diferença dos pressupostos teóricos. A construção de desenhos de pesquisas. Como identificar e construir fontes de dados adequadas. Problemas de validade e confiabilidade em Ciências Sociais. A construção de um modelo de análise: a formulação de um problema, a construção da hipótese e/ou questão de pesquisa, método, e revisão bibliográfica. Elaboração de um projeto de pesquisa. Normas Técnicas.		
Programa		
Unidade I: - Abordar diferença dos pressupostos teóricos entre pesquisa qualitativa e quantitativa; - Realizar a construção de desenhos de pesquisas. - Como identificar e construir fontes de dados adequadas. - Apresentar os problemas de validade e confiabilidade em Ciências Sociais; Unidade II: - Apresentar as etapas de construção de um modelo de análise: a formulação de um problema, a construção da hipótese e/ou questão de pesquisa, método, e revisão bibliográfica. - Apresentar as Normas Técnicas para construção de projetos científicos; Unidade III: - Elaboração de um projeto de pesquisa.		
Bibliografia básica		
CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2010. 164p. 300.72 C543p (BCS) CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Penso, 2021. (Recurso online) HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2013. 224 p. 001.42 H147m 14.ed. (BCS) HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. Metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p. 001.42 H557m 5.ed. (BCS)		

(BCCL)

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985. 270 p. (Temas Básicos de Pesquisa - Ação). 001.42 T444c 4.ed. (BCS)

Bibliografia complementar

BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 97 p. Número de chamada: 303 B221p (BCS)

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1985. 255p. 001.42 D383m (BCS)

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991. 159 p. 001.42 G463c 3.ed. (BEF) (BCS)

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1985. 297 p. 001.42 L192f (BCS)

Identificação		Código
Componente Curricular: Estágio em Ciências Sociais II		17350240
Unidade/Responsável: FAE - Departamento de Ensino		
Professor(a) responsável: Analisa Zorzi		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 150	Créditos: 10	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 6	Ext: 0	
Pré-requisito: Estágio em Ciências Sociais I		
Semestre: 7		
Objetivo Geral		
Preparar os estudantes para o exercício autônomo da atividade docente em sala de aula, por meio do conhecimento empírico da realidade escolar.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar a regência numa turma do Ensino Médio na Escola - Realizar criticamente a articulação entre teoria-prática, configurando-se o estágio num espaço de formação - Discutir as representações sociais reais, as ideais e as possíveis da profissão docente, das relações escolares, do currículo e do ato de ensinar - Perceber a sala de aula como espaço de socialização, experiências, conflitos e aprendizagens múltiplas. 		
Ementa		
A disciplina pretende instrumentalizar os alunos para o exercício da Docência, proporcionando ao aluno o conhecimento de meio educativo, profissional através da iniciação em sala de aula e das leituras indicadas.		
Programa		
<p>Definição da escola, o campo de estágio de cada aluno/estagiário; A dinâmica da sala de aula e gestão de classe.</p> <p>Refletir os saberes e fazeres do exercício da profissão docente.</p> <p>O papel do estágio na formação docente.</p> <p>Planejamento de atividades, recursos didático-metodológicos.</p> <p>Avaliação para determinada classe e turma.</p> <p>Exercício da gestão de classe com a orientação e acompanhamento do professor.</p> <p>Planos de aula e Relatório final.</p> <p>As Atividades Práticas da disciplina:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a regência de aula desenvolvida pelo estagiário na escola, - a pesquisa, elaboração e planejamento, em casa, de material didático e aula, que serão desenvolvidas no estágio. 		

Bibliografia básica

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: passado, presente e futuro. Disponível em: Minha Biblioteca, Cortez, 2021. (Livro eletrônico).

LIBÂNEO, José C. **Didática**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Cortez, 2017. (Livro eletrônico).

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. Disponível em: Minha Biblioteca, Cortez, 2021. (Livro eletrônico).

Bibliografia complementar

BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo A, 2012. (Livro eletrônico).

BODART, C. das N. O ensino de Sociologia para além do estranhamento e da desnaturalização: por uma percepção figuracional da realidade social. **Latitude**, Maceió-AL, Brasil, v. 14, n. Esp., p. 139-60, 2021. DOI: 10.28998/lte.2021.n.Esp.11397. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/11397>. Acesso em: 1 set. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 116p (Coleção Primeiros Passos 20).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 143 p.

Gil, Juana M., S. e Fernando Hernández-Hernández. **Professores na incerteza**: aprender a docência no mundo atual.. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016. (Livro eletrônico)

8º semestre

Identificação		Código
Componente Curricular: Estágio em Ciências Sociais III		17350241
Unidade/Responsável: FAE - Departamento de Ensino		
Professor(a) responsável: Analisa Zorzi		
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória	
Carga horária total: 150	Créditos: 10	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 5	Ext: 1	
Pré-requisito: Estágio em Ciências Sociais II		
Semestre: 8		
Objetivo Geral		
Refletir sobre as experiências de estágio, significando-as no contexto da teoria e da prática pedagógica ao mesmo tempo em que elas são registradas na forma de relatório, artigo ou projeto.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none">- Compreender de forma crítica o contexto escolar, relacionando teorias e práticas no sentido de fortalecer o processo formativo do futuro professor- Problematizar o cotidiano escolar pesquisado/trabalhado, subsidiando uma escrita auto-formativa dos relatórios de estágio- Discutir sobre as diferenças entre um discurso descritivo-explicativo e um discurso argumentativo-interpretativo, na busca pela compreensão dos fenômenos sociais do campo da educação		
Ementa		
Realização prática de projetos de ensino temáticos na escola que permitam o desenvolvimento de estratégias didático-pedagógicas no ambiente escolar relativos a questões como: Política, Trabalho, Diversidade e Inclusão social. Socialização das experiências de estágio junto às comunidades escolares envolvidas, contemplando os materiais produzidos junto às escolas no Programa Extensão e Sociedade nas Ciências Sociais – Licenciatura (cód.481)		
Programa		
As Atividades Práticas dessa disciplina são: <ul style="list-style-type: none">- Elaboração, pesquisa e leitura da bibliografia, escrita, em casa.- Orientação, na universidade, com o professor responsável pela disciplina.- Realização Prática do Projeto de ensino elaborado.		
Bibliografia básica		
MARQUES, Mario Osorio. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijui, 1998. 163 p. (Coleção Educação). CARVALHO, José Sérgio F. D. Reflexões sobre Educação, Formação e Esfera Pública. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2013. (Livro eletrônico) ALMEIDA, Maria Isabel, D. e Selma Garrido Pimenta. Estágios supervisionados na formação		

docente: educação básica e educação de jovens e adultos. Disponível em: Minha Biblioteca, Cortez, 2015. (Livro eletrônico)

Bibliografia complementar

PIMENTA, Selma, G. e Evandro Ghedin. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** Disponível em: Minha Biblioteca, Cortez, 2022. (Livro eletrônico)

CRESWELL, John, W. e J. David Creswell. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo A, 2021. (Livro eletrônico)

GÓMEZ, Ángel I. P. **Educação na era digital.** Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2015. (Livro eletrônico).

PACHECO, Maria, F. e José Pacheco. **A escola da ponte sob múltiplos olhares:** palavras de educadores, alunos e pais. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2013. (Livro eletrônico)

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008. 256 p.

Disciplinas Optativas

Identificação	Código
Disciplina: Análise De Políticas Públicas	06560175
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política	
Professor(a) responsável: Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha e Romerio Jair Kunrath	
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa
Carga horária total: 60	Créditos: 4
Distribuição dos créditos	
Teórico: 4	EAD: 0
Prático: 0	Ext: 0
Pré-requisito: Nenhum	
Semestre: Todos	
Objetivo Geral	
Apresentar noções fundamentais e conceito de Políticas Públicas para a obtenção de uma visão crítica e integrada do fenômeno.	
Ementa	
Conceitos de políticas públicas. Dimensões de análise das políticas públicas: tipos de políticas públicas, atores de políticas públicas, fases do processo do ciclo administrativo de políticas públicas.	
Programa	
Conceitos de políticas públicas - Definições e abrangência; Diferenças conceituais de política, políticas públicas e análise de políticas públicas; Dimensões da política; (<i>policy, politics, polity</i>); Tipos de políticas públicas; Tipologias de políticas públicas - Unidades de Análise: atores, instituições, ideias Principais teorias: elitismo – marxismos-pluralismo-corporativismo- estatismo ; Principais Modelos de Análises - O ciclo da política pública; Incrementalismo e etc	
Bibliografia básica	
FREY, Klaus - Políticas Públicas: Um Debate Conceitual E Reflexões Referentes À Prática Da Análise De Políticas Públicas No Brasil. In: Planejamento e Políticas Públicas. No. 21 - JUN DE 2000 http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158 RUA, Ma. Das Graças; ROMANINI, Roberta. Para aprender políticas públicas. Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas. In: http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas__unidade_01.pdf SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf	
Bibliografia complementar	
BONETI, L W. – Políticas Públicas por dentro. 3.ed. rv. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2011 – 104p. (BCS) LASSWELL, Harold. Política: quem ganha o que, quando, como. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília. 172 p. (Coleção o pensamento político; 64). (BCS)(BC&T) RODRIGUES, Marta M. Assumpção (Marta Maria Assumpção) -. Políticas públicas. São Paulo: PubliFolha. 92 p. (Folha Explica). ISBN 9788579141539. (BCS)	

Identificação	Código
Disciplina: Análise de Políticas Públicas e Sociais	
06560176	
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política	
Professor(a) responsável: Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha e Romerio Jair Kunrath	
Currículo: Semestral	Caráter: Obrigatória
Carga horária total: 60	Créditos: 4
Distribuição dos créditos	
Teórico: 2	EAD: 0
Prático: 0	Ext: 2
Pré-requisito: -	
Semestre: 5	
Ementa	
<p>Proporcionar ao estudante noções fundamentais de Teoria de análise de políticas públicas para a obtenção de uma visão crítica e integrada do fenômeno, com ênfase nas políticas sociais. Laboratório de formulação de Projetos Sociais.</p>	
Programa	
<p>Unidade I. Políticas Públicas – Pressupostos. Histórico, definição e tipologias de política públicas. Unidade II. Políticas Públicas Sociais – Origens e Definições Unidade III. As políticas públicas sociais no Brasil Unidade IV: Elaboração de Projetos Sociais</p>	
Bibliografia básica	
<p>Brasil. Tribunal de Contas da União. Política pública em dez passos / Tribunal de Contas da União. – Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex); Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma), 2021. KOGA, N.M. [Et Al]. - Políticas públicas e usos de evidências no Brasil : conceitos, métodos, contextos e práticas / organizadores: Natália Massaco Koga ... [et al.] – Brasília: IPEA, 2022. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11121/1/Politicas_publicas_e_usos.pdf JACCOUD, Luciana (Organizadora) Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo - versão 2009. IPEA. Brasília, 2009. WEB: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_5-10.pdf</p>	
Bibliografia complementar	
<p>CARLOS, E. Movimentos Sociais E Instituições Participativas: Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. In: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 30 N° 88. 2015. Web: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/i/2015.v30n88/ CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventude. In: NOVAES E VANNUCHI (ORG.) JUVENTUDE E SOCIEDADE: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível: http://diretoriodepesquisasnj.ibict.br/vivo/display/n6291 FERNANDES, Rosa M. C.; HELLMANN, Aline. (ORG.) Dicionário crítico; política de assistência social no Brasil. (Coleção CEGOV: Transformando a administração pública). Ed. UFRGS, 2016. Disponível: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198716 SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf</p>	

Identificação		Código
Disciplina: Antropologia da Alimentação		10910027
Unidade/Responsável: ICH –Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Renata Menasche		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
- Apresentar a alimentação como linguagem		
Objetivos Específicos		
- Oferecer uma introdução a perspectivas teórico-metodológicas de análise de sistemas simbólicos		
- Subsidiar projetos, análises e reflexões pertinentes a temas associados aos saberes e práticas da alimentação		
Ementa		
Estudos de teorias e abordagens pertinentes à prática da investigação antropológica dos fenômenos socioculturais relacionados à alimentação		
Programa		
Alimentação e cultura: situando o tema no campo das Ciências Sociais		
Natureza e cultura, cru e cozido, alimento e comida		
Um debate contemporâneo: a fome, entre a biologia e a cultura		
Comida e identidade: somos o que comemos		
Escolhas, prescrições e proscricções alimentares: o lugar da cultura		
A construção social do gosto		
A alimentação nas sociedades contemporâneas		
Comida, corpo e saúde		
O sentido simbólico das práticas alimentares		
Bibliografia básica		
BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.		
DOUGLAS, M. Pureza e perigo. São Paulo: Perspectiva, 1976.		
FLANDRIN, J; MONTANARI, M. (Dir.). História da alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.		

Bibliografia complementar

DE CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2002.

DA MATTA, R. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. O Correio da Unesco, v. 15, n. 7. Rio de Janeiro, 1987.

FREITAS, M. C. S. Agonia da fome. Salvador: Editora da UFBA, 2003.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.16, n.47, p.31-41, 2001.

SIMMEL, G. Sociologia da refeição. Estudos Históricos, n. 33. Rio de Janeiro, 2004.

Identificação		Código
Disciplina: Antropologia do Consumo		10910038
Unidade/Responsável: ICH – Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Renata Menasche		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Oportunizar uma introdução a perspectivas teórico-metodológicas de análise de sistemas simbólicos.		
Objetivo Específico		
Subsidiar projetos, análises e reflexões pertinentes a temas associados ao consumo.		
Ementa		
Estudo de teorias e abordagens pertinentes à prática da investigação antropológica dos fenômenos socioculturais relacionados ao consumo		
Programa		
O consumo nas Ciências Sociais contemporâneas Sociedade de Consumo Os usos dos bens: cultura, consumo e identidade Globalização e consumo Política e ambientalização do consumo Juventude e consumo Consumo étnico Um olhar antropológico sobre a publicidade A vida social das coisas		
Bibliografia básica		
APPADURAI, A. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro: Eduff, 2008. BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007. DE CERTEAU, Michel; GIARD, L.; MAYOL, P. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 2009.		

Bibliografia complementar

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C.(Org.). Cultura, consumo e identidade. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

CAMPBELL, C.. A ética romântica e o espírito do consumismo moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B.. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

LIMA, D. N. de O. Consumo: uma perspectiva antropológica. Petrópolis: Vozes, 2010.

MILLER, D. Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores. São Paulo: Ed. Nobel, 2002

Identificação		Código
Disciplina: Antropologia e Meio Ambiente		10910135
Unidade/Responsável: ICH – Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Flávia Rieth, Renata Menasche, Rosane Aparecida Rubert		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 3 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 1	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
- Expor algumas das perspectivas teóricas por meio das quais o debate sobre a relação sociedade-natureza se apresenta para as ciências sociais.		
Objetivos Específicos		
- Refletir sobre as distintas formas de percepção e apropriação da natureza, de acordo com a multiplicidade de lógicas culturais		
- Debater sobre o campo ambiental na sociedade contemporânea e seus conflitos a partir de uma perspectiva antropológica		
- Discutir sobre a relação entre saberes tradicionais, biodiversidade e sociedade de risco.		
- Aproximação de ensino e extensão com o Programa de Extensão do Bacharelado em Antropologia		
Ementa		
Relações sociedade-natureza; a diversidade de perspectivas preservacionistas; o campo ambiental, suas problemáticas e conflitos; a relação entre novas tecnologias e saberes tradicionais; problemática ambiental e sociedade de risco. Aproximação de ensino e extensão com o Programa de Extensão do Bacharelado em Antropologia Código 147. Esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018. O/a discente deverá participar, com aproveitamento integral, do projeto desse Programa que contemple os objetivos da disciplina.		

Programa

As múltiplas lógicas de relação sociedade-natureza: perspectivas teóricas.

As chamadas populações tradicionais e sua relação com os discursos preservacionistas, por meio das ações extensionistas.

Saberes tradicionais e novas tecnologias.

Representações sobre natureza no espaço urbano.

Campo ambiental: problemáticas e conflitos em uma sociedade de risco.

O movimento internacional por justiça ambiental.

Bibliografia básica

CUNHA, M. C. da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. Estudos Avançados, v.13, n.36. São Paulo, 1999.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1998.

THOMAS, K. O homem e o mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Bibliografia complementar

ACSELRAD, H. (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, A. W. B.. Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA/UFAM, 2006.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. Mana, v.10, n.2. Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, G. L.. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In: _____. Cultura e política no mundo contemporâneo. Brasília: Editora da UnB, 2000.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia UnB, n. 322. Brasília, 2002.

Identificação		Código
Disciplina: Antropologia Política		10910025
Unidade/Responsável: ICH – Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Francisco Luiz Pereira da Silva Neto; Rosane Rubert; Rogério Rosa; ClaudiaTurra Magni.		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
- Fundamentar a reflexão sobre o surgimento na noção de política na modernidade, especialmente na sua configuração diante do problema da diversidade humana.		
Objetivos Específicos		
- Analisar os principais textos que motivam o aparecimento de uma sub-área da Antropologia: A Antropologia Política		
- Reconhecer o campo da Antropologia Política nos estudos sobre poder, cultura e sociedade no contexto da sociedade brasileira		
- Proporcionar uma reflexão fundamentada sobre diferentes fenômenos sócio-culturais, tais como o exercício do poder, a ação social, a violência, os movimentos sociais		
Ementa		
Visão geral sobre os diferentes modos de abordagem e interpretação do fenômeno político que consolidaram a política como tema de interesse da antropologia. Estudo das relações entre poder e autoridade, com ênfase na pluralidade cultural dos diferentes tipos de organização política.		
Programa		
Fundamentos filosóficos da relação entre poder e diversidade humana		
Surgimento da "Antropologia Política" no seio da Antropologia Britânica		
Pierre Clastres: fundamentação de uma nova Antropologia Política		
A Antropologia Política no contexto da sociedade brasileira		
Bibliografia básica		
CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado . Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.		
LEACH, Edmund R.. Sistemas políticos da alta Brimânia : um estudo da estrutura social Kachin. São Paulo: EDUSP, 1996.		
PALMEIRA, Moacir; Goldman, Marcio (orgs.). Antropologia, voto e representação política .		

Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

Bibliografia complementar

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: uma sociologia do dilemma brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**; vol.2. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

LIMA, Roberto Kant de; EILBAUM, Lucia; PIRES, Lenin (org.). **Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada** -v2. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ZALUAR, A. **Cidadãos vão ao paraíso**. São Paulo: Ed. Escuta; Campinas, Ed. UNICAMP, 1994.

Identificação		Código
Disciplina: Antropologia da Saúde		10910041
Unidade/Responsável: ICH – Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Helen Gonçalves, Cláudia Turra Magni, Flávia Maria Silva Rieth		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
- Definir o campo da Antropologia da Saúde.		
Objetivo Específico		
- Buscar reflexões antropológicas sobre o corpo através de literatura pertinente ao campo da Antropologia da Saúde.		
Ementa		
Discussão das definições e teorizações culturais do corpo, da saúde e da doença, numa perspectiva comparada entre sociedades e grupos humanos distintos.		
Programa		
Biologia e cultura. A construção social do corpo; Conceitos de saúde e doença. Práticas de cura e manipulação simbólica. Importância dos fatores culturais e sociais na consideração do binômio saúde-doença. Sexualidade, reprodução e novas tecnologias.		
Bibliografia básica		
FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. MAUSS, M. Técnicas do corpo. In: _____. Sociologia e Antropologia, vol.II. São Paulo: Epu/Edusp, 1974. RABELO, M.; ALVES, P. C.; SOUZA, I. Experiência de doença e narrativa. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.		

Bibliografia complementar

BIEHL, J. G. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. Revista de Antropologia, 51(2), p. 413-449, 2008.

DUARTE, L. F. D.. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença”. Ciênc. saúde coletiva. 8(1), p. 173-183, 2003.

GOFFMAN, E. Estigma - Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MONTERO, P. Da doença à desordem: a magia na umbanda. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

RABELO, M.; ALVES, P. C. Corpo, Experiência e Cultura. In: LEIBNING, A. (Org.) Tecnologias do corpo: uma antropologia das medicinas no Brasil. Rio de Janeiro: Nau Editora

Identificação		Código
Disciplina: Autorregulação da aprendizagem e as práticas em contextos educativos 06560177		
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Vera Lúcia dos Santos Schwarz		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60h	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: nenhum		
Semestre:		
Objetivo Geral		
Propiciar condições de aprendizagem para que o estudante se aproprie de conhecimentos que promovam reflexão e ação sobre seu percurso de formação no ensino superior		
Objetivos Específicos		
a) Promover o desenvolvimento de escrita da narrativa (auto)formativa de seu percurso de formação b) Explorar estratégias de aprendizagem associadas as dimensões cognitivas, motivacionais e emocionais c) Contribuir para reforçar o protagonismo do estudante, tornando-o sujeito ativo e autônomo sobre seu processo de aprendizagem no ambiente universitário.		
Ementa		
A disciplina visa oportunizar estudos da abordagem teórica-metodológica da autorregulação da aprendizagem em contexto de educação formal, especialmente entrelaçada ao paradigma da Pesquisa (Auto)biográfica, com ênfase nas narrativas de formação.		
Programa		
I – Autorregulação da Aprendizagem (ARA): principais conceitos e bases teóricas - A Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura - As dimensões da ARA: cognitivo, metacognitivo, emocional, comportamental, motivacional e ambiental. - Os modelos teóricos de: Zimmerman e Rosário - Processos cíclicos: fases, subprocesso e estratégias de autorregulação da aprendizagem II – Autorregulação da aprendizagem e o entrelaçamento com experiências narrativas de (trans)formação. - Dimensões epistemológicas e teórico-metodológicas em pesquisa (auto)biográfica. - Experiência e memória - Narrativa em Educação - Modos de fazer pesquisa narrativa em Educação		

Bibliografia básica

SIMÃO, Ana Margarida Vieira da Veiga; FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). Autorregulação da aprendizagem e narrativas autobiográficas: epistemologia e práticas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. V.10 (Coleção pesquisa (auto)biográfica).

ROSÁRIO, Pedro. Cartas do Gervásio ao seu umbigo comprometer-se com o estudar na educação superior. São Paulo Almedina 2012 1 recurso online .

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). (Auto)biografia e formação humana. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

Bibliografia complementar

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn (orgs.). Aprendizagem & inclusão: implicações curriculares. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2010.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas et al. Avaliação da aprendizagem no ensino superior: um retrato em cinco dimensões. Londrina: UEL, 2001.

CORDIE, Anny. Os atrasados não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MUITO além da visão: narrativas de pessoas com deficiência visual. Juiz de Fora: Siano, 2019. 5 v.

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). Pesquisa (auto)biográfica em rede. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. V.8 (Coleção pesquisa (auto)biográfica. Temas transversais ; 8).

Identificação		Código
Disciplina: Comportamento Eleitoral		06560049
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Bianca de Freitas Linhares		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Introduzir teorias sobre escolhas e comportamento eleitoral.		
Objetivos Específicos		
Apresentar as teorias que tratam as escolhas e o comportamento eleitoral. Abordar os determinantes do voto nas diferentes teorias. Compreender casos específicos como o comportamento eleitoral brasileiro.		
Ementa		
Compreender, interpretar e analisar a opção política do eleitor a partir dos condicionantes que influenciam a organização e estruturação desta preferência ou identificação partidária.		
Programa		
Comportamento eleitoral e a Sociologia Comportamento eleitoral na Teoria Comportamentalista Comportamento eleitoral na Teoria da Escolha Racional Comportamento eleitoral brasileiro		
Bibliografia básica		
CASTRO, Mônica Mata Machado. Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política. Rio de Janeiro, 1994. 239f. T0703T (BCS)		
FIGUEIREDO, M. A decisão do voto: democracia e racionalidade. São Paulo: Sumare; ANPOCS, 1991. 324.981 F475d (BCS)		
GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir G. Soares (Orgs.). Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1986. 235 p. 306 A636 (BCS)		
LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. 263p. 324.981 L435c 5.ed. (BCS)		

Bibliografia complementar

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*. Campinas, Vol.XI, nº 1, Março, 2005, p. 147 - 168.

CASTRO, Mônica M. M. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, São Paulo, ANPOCS.

CASTRO, Mônica Mata Machado. Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política. Rio de Janeiro, 1994. 239f.

DOWNS, ANTHONY. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: EDUSP, 1999.

MOISÉS, José Alvaro. Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática.

Identificação		Código
Disciplina: Cultura Política		06560050
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Compreender o processo de construção do conceito de cultura política; identificar os principais autores da temática; tomar contato com a prática de estudos de cultura política.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar a metodologia e teoria sobre variáveis culturais que se relacionam com fenômenos políticos - Tratar noções de materialismo e pós-materialismo - Compreender o conceito de capital social na cultura política - Compreender os diferentes tipos de apoio à democracia - Analisar a Cultura Política no Brasil. 		
Ementa		
A disciplina busca familiarizar os alunos com as temáticas da Cultura Política, levando-os a compreender suas origens, modelos e críticas.		
Programa		
<p>O que é a Cultura Política: origem e principais ideias</p> <p>Algumas críticas aos estudos de Cultura Política</p> <p>Socialização Política</p> <p>Comportamento Político</p> <p>Capital social</p> <p>Teoria Pós-Material</p> <p>O uso de Bancos de Dados e Estudos de Opinião Pública</p>		
Bibliografia básica		
<p>BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara R. A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2007.</p> <p>INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. Modernização, mudança cultural e democracia. São Paulo: Ed. Verbená, 2009.</p> <p>MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia: bases sócio políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Editora Ática, 1995. Número de chamada: 320.0981 M714b (BCS)</p> <p>PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro:</p>		

FGV, 2005. Número de chamada: 321.800945 P989c 4.ed. (BCS)

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil. Maringá: Eduem, 2011. Número de chamada: 320.981 R484v (BCS)

Bibliografia complementar

BAQUERO, Marcello; GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002a 2010. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 369–399, nov. 2011.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina. In: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16745>

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11 -43, fev. 2008.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. Capital social e confiança: questões de teoria e método. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 35 – 49, nov. 2003.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Valores pós materialistas e cultura política no Brasil. Maringá: UFPR, 2011. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/17740>

Identificação	Código
Disciplina: Estudos Antropológicos de Gênero e Teoria Feminista	10910052
Unidade/Responsável: - ICH – Departamento de Antropologia e Arqueologia	
Professor(a) responsável: Lori Altmann; Flavia Silva Rieth	
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa
Carga horária total: 60	Créditos: 4
Distribuição dos créditos	
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0
Pré-requisito: Nenhum	
Semestre: Todos	
Objetivo Geral	
<p>- Adquirir uma visão histórica e conjuntural das abordagens antropológicas sobre o gênero enquanto categoria social de diferenciação através da análise das principais correntes teóricas, problemáticas e metodologias de investigação.</p> <p>- Analisar as principais correntes teóricas, problemáticas e metodologias de investigação.</p>	
Ementa	
<p>Esta disciplina visa realizar um diálogo entre as abordagens antropológicas do gênero e a antropologia feminista. Introduzirá a trajetória dos estudos antropológicos de gênero e da antropologia feminista a partir dos anos 70. Abordará o gênero não apenas como um objeto da investigação antropológica, mas como um paradigma de análise. Serão estudados temas centrais como: natureza e cultura; corpo e saúde; raça, classe e geração; gênero, poder e masculinidades; sexualidade e etnicidade.</p>	
Programa	
<p>Diferentes abordagens das teorias feministas e diálogos com a antropologia. Origens da discussão a respeito da antropologia da mulher e dos papéis sexuais. O debate natureza/cultura como paradigma da diferença. O desenvolvimento dos estudos sobre gênero: sociedade civil, movimentos feministas, antropologia Sexualidade nos estudos antropológicos. Desnaturalização das diferenças corporais. O gênero como categoria de diferenciação social. Gênero, trabalho e educação. Gênero, etnia e poder. Gênero, violências e emoção. Gênero nas concepções de corpo e de saúde</p>	

Bibliografia básica

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas 8(2), p.9-42, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35, jan. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2004000200003/7860>

Bibliografia complementar

BUTLER, J. Deshacer el género. Barcelona/ Buenos Aires/Mexico: Ediciones Paidós Ibérica.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, p.7-41, 1995. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

HOOKS, B.; BRAH, A.; SANDOVAL, C.; ANZALDÚA, G. (Org.). Otras inapropiables:feminismos desde las fronteras, Madrid, Traficantes de Sueños, 2004.

MACHADO, P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. Cadernos Pagu, Campinas, n. 24, p. 249-281, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a12.pdf>

MAYORGA, C.; COURA, A.; MIRALLES, N.; CUNHA, V. M. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. Rev. Estud. Fem. [online]. vol.21, n.2 [citado 2014-08-12], 2013, p. 463-484.

Identificação	Código
Disciplina: Estudos de Ciência Política I	06560178
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política	
Professor(a) responsável: Álvaro Augusto de Borba Barreto	
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa
Carga horária total: 60	Créditos: 4
Distribuição dos créditos	
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0
Pré-requisito: Nenhum	
Semestre: Todos	
Objetivo	
Aprofundar o estudo de temas neoinstitucionalistas contemporâneos, com vistas a atualizar e qualificar a formação dos acadêmicos	
Ementa	
Revisão bibliográfica relativa à análise de fenômenos político-institucionais contemporâneos, seguindo os ditames da corrente interpretativa neoinstitucionalista. Conteúdo específico livre, girando em torno dos seguintes temas: composição da elite política sistema eleitoral e partidário.	
Programa	
Carreira Política Perfil social da elite política Eleições Partidos Outros temas livres	
Bibliografia básica	
<p>BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Como o neoinstitucionalismo analisa os que vivem da política no Brasil contemporâneo. In: IPAR, Ezequiel; TONKONOFF, Sergio (Ed.). Teoría, política y sociedad: reflexiones críticas desde América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Clacso, 2018, p. 471-490. Disponível em: http://diferencias.com.ar/congreso/ICLTS2015/ponencias/Mesa%2021/ICLTS2015_Mesa21_Ba_rreto.pdf&gt;.</p> <p>HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfNMP4fj75gb/?lang=pt&gt;</p> <p>PERES, Paulo. Comportamento ou instituições? A Evolução histórica do neoinstitucionalismo da Ciência Política. RBCS, v. 28, n. 68, p. 53-71, out. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XjdpGqs7MqJkhVKh3nPyrgb/&gt;.</p>	

Bibliografia complementar:

BORCHERT, Jens. Ambition and opportunity in federal systems: the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany and the United States. Universidade de Frankfurt, 2009. Disponível em; http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1450640>

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. Opinião Pública, v. 9, n. 1, p. 44-67, maio 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/8rN4mwqvyXjdq6mFZsZrGjQ/?format=pdf&lang=pt>.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. Rev. Sociol. Polit., n. 20, p. 115-134, jun.2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GZdWQw5qbZmzfNnNhMq6j4F/?format=pdf&lang=pt>

ROHDE, David W. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais dos Estados Unidos. Rev. Bras. Ciênc. Polit., n. 8, p. 209-236, maio-ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/9CrMTL4r3wHGpRbZJpRYNwc/?format=pdf&lang=pt>

SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Brasília: UnB, 1982. [324.2 S351p]

Identificação		Código
Disciplina: Estudos de Ciência Política II		06560179
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Álvaro Augusto de Borba Barreto		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
Desenvolver estudos temáticos sobre temas relativos à interface direito e política, a partir da vertente analítica neoinstitucionalista		
Ementa		
Revisão bibliográfica relativa à análise de fenômenos político-institucionais contemporâneos, seguindo os ditames da corrente interpretativa neoinstitucionalista. Conteúdo específico livre, girando em torno dos seguintes temas: judicialização da política; governança eleitoral; outros temas livres		
Programa		
Judicialização da Política Governança Eleitoral Outros temas livres		
Bibliografia básica		
CARVALHO, Ernani Rodrigues de. Em busca da Judicialização da Política no Brasil: Apontamentos para uma nova abordagem. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 23, p. 115-126, nov. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/N7mbY9C3VmBv7866K974jfP/?format=pdf&lang=pt		
HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As Três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova, n.58,2003, p.193-224. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf&gt;		
MARCHETTI, Vitor. Governança eleitoral: o modelo brasileiro de justiça eleitoral. Dados, v. 51, n.4, p. 865-893, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/NKqmd93BGP9xnSfTXGSb9wG/?format=pdf&lang=pt		
Bibliografia complementar		
ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Ministrocrazia – o Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro. Novos Estudos , v. 37, n. 1, p. 13-32, jan.-abr. 2018. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25207/2-s2.0-85044766159.pdf?sequence=1&isAllowed=y		
ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano; Criatura e/ou criador: transformações do Supremo Tribunal Federal sob a Constituição de 1988. Revista Direito GV , v. 12, n. 2, p. 405-440, maio-ago. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdgv/a/hCRPpBpxFwSv4JhVJbhBKbK/?format=pdf&lang=pt		
DA ROS, Luciano. Decretos Presidenciais no banco dos réus: análise do controle abstrato de constitucionalidade de medidas provisórias pelo Supremo Tribunal Federal no Brasil (1988-2007).		

2008, 212f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13819>

GOMES NETO, José Mário Wanderley. Como decidem os juízes? Comparando os modelos formais explicativos do comportamento judicial. Revista Estudos Institucionais, v. 6, n. 1, p. 228-255, jan./abr. 2020. Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9p5BAosydnQJ:https://estudosinstitucionais.com/REI/article/download/372/485+&cd=15&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>>

KOERNER, Andrei. Instituições, decisão judicial e análise do pensamento jurídico: o debate norte-americano. Bib, São Paulo, n. 63, p. 61-87, 1º sem. 2007. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/303/291>

Identificação		Código
Disciplina: Estudos de Gênero e Teorias Feministas		06560180
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Simone da Silva Ribeiro Gomes e Rosangela Schultz		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
O objetivo da disciplina é apresentar aos estudantes teorias de gênero e feministas		
Ementa		
Apresentação histórica do gênero. Sistema sexo-gênero. Pioneiras do feminismo. Feminismo de primeira, segunda e terceira onda. Gênero e desigualdades. Interseccionalidades. Estudos sobre Masculinidades. Gênero e participação política. Feminismos Pós-Coloniais e do Terceiro Mundo. Feminismo Negro. Feminismo e Teoria Crítica. Teoria Queer.		
Programa		
Gênero: Histórico Sistema sexo-gênero Pioneiras do feminismo Feminismo de primeira, segunda e terceira onda Gênero e desigualdades Interseccionalidades Estudos sobre Masculinidades Gênero e participação política Feminismos Pós-Coloniais e do " Feminismo Negro Feminismo e Teoria Crítica Teoria Queer		
Bibliografia básica		

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Bibliografia complementar

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
TILLY, Charles. Contention and democracy in Europe: 1650-2000. Cambridge: Cambridge University Press.
WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Identificação		Código
Disciplina: Etnografia Sociológica		06560087
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Pedro Robertt Niz		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Introduzir o aluno nos estudos etnográficos desde a perspectiva sociológica.		
Objetivos Específicos		
Propiciar no discente a compreensão dos fenômenos sociais desde a perspectiva dos atores.		
Desenvolver a abordagem analítica e interpretativa da pesquisa etnográfica.		
Explorar as diversas possibilidades técnicas desse tipo de pesquisa..		
Ementa		
A etnografia no campo dos estudos sociológicos. História, trabalho de campo, posição do pesquisador, perspectivas analíticas e interpretativas.		
Programa		
Unidade I. Descrição histórica da etnografia. Estudos clássicos. Unidade II. Estudos etnográficos contemporâneos		
Unidade III. O pesquisador no trabalho de campo.		
Unidade IV. Possibilidades técnicas: observação participante, entrevista etnográfica e outros registros.		
Unidade V. Análise e interpretação de dados etnográficos.		
Bibliografia básica		
BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 4. Ed. São Paulo: Hucietec, 1999.		
COLLINS, Randall [d 1941-]. Quatro traduções sociológicas. Petrópolis: Vozes, 2009.		
ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante. Porto Alegre ArtMed. 2011. (Livro eletrônico em Biblioteca de Ciências Sociais/UFPel)		

Bibliografia complementar

- BECKER, Howard S. Outsiders estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, Várias edições.
- SUPERVIELLE, Marcos; ROBERTT, Pedro, Observación etnográfica en un contexto industrial. Aplicación práctica de algunos principios de investigación, in: Revista Latino-americana de Metodología de la Investigación Social, ano 5, 2013. Disponível em: <http://relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/124/127>. Data de acesso: 04/09/2023.
- WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina (Street Corner Society) a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro Zahar 2005. (Livro eletrônico). Disponível em: <https://csociais.files.wordpress.com/2014/05/whyte-william-foote-sociedade-de-esquina.pdf>. Data de acesso: 04/09/2023.

Identificação		Código
Disciplina: Etnologia Afro-americana I		10910131
Unidade/Responsável: ICH – Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Rosane Aparecida Rubert		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 3 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 1	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
<p align="center">Objetivo Geral</p> <p>- Apresentar e debater sobre as diversas perspectivas teóricas que buscam explicar a incorporação dos segmentos afro-descendentes nas sociedades latino-americanas pós-coloniais, especialmente Brasil.</p> <p align="center">Objetivos Específicos</p> <p>Discutir sobre o impacto de tais teorias na conformação das identidades nacionais, constituídas no bojo de lutas narrativas, contemplando-se na discussão uma perspectiva histórica.</p>		
<p align="center">Ementa</p> <p>Afro-descendentes e Estado-Nação na América Latina; pós-abolição e cidadania; paradigmas teóricos sobre a diversidade étnico-racial. Prática extensionista junto ao Programa de Extensão do Bacharelado em Antropologia Código 147. Esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE no 7 de 18 de dezembro de 2018. O/a discente deverá participar, com aproveitamento integral, do projeto desse Programa que contemple os objetivos da disciplina.</p>		
<p align="center">Programa</p> <p>Constituição dos Estados-nação e afro-descendentes na América Latina. Teorias raciológicas e ideologia do branqueamento O paradigma culturalista: mestiçagem e hibridização/crioulização Os estudos da UNESCO no Brasil e a “escola paulista”. A problemática da desigualdade racial e o retorno da “raça” como categoria social e analítica. Nação e alteridades “raciais” na América Latina. Prática extensionista.</p>		

Bibliografia básica

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global Editora, 2007

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Bibliografia complementar

ANDREWS, George Reid. América Afro-latina, 1800-2000. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

FRY, Peter et. al. (org.). Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. São Paulo: FAUSP; Editora 34, 2002.

HASENBALG, C. A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOFBAUER, Andréas. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. São Paulo: Editorada Unesp, 2006.

RAMOS, Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

Identificação		Código
Disciplina: Etnologia Ameríndia I		10910130
Unidade/Responsável: ICH – Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Rogério Réus Gonçalves da Rosa e Lori Altmann		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 3 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 1	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
- Introdução à área de etnologia ameríndia;		
Específico		
- Apresentação teórica e etnográfica dos grupos étnicos, seus sistemas de pensamentos, seus territórios;		
- Discussão sobre relações interétnicas, seus sistemas de dádivas, a origem e formação étnica dos estados nacionais.		
-Aproximação de ensino e extensão com o Programa de Extensão do Bacharelado em Antropologia		
Ementa		
Estudos teóricos e etnográficos de temas diversos acerca dos ameríndios no Brasil e no Cone Sul. Atividades extensionistas vinculadas ao Programa de Extensão do Bacharelado em Antropologia Código 147. Esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018. O/a discente deverá participar, com aproveitamento integral, do projeto desse Programa que contemple os objetivos da disciplina		
Programa		
Teorias Etnológicas. Metodologia. Jê Meridionais, Central e Setentrional. Guarani (Mbyá-Guarani, Xiripá, Nandewa e Xetá). Guarani-missioneiro, Patos e Arachanes. Charrua, Minuano, Chaná, Guenoa. Povos Ameríndios no Nordeste brasileiro. Povos Ameríndios na Amazônia. Povos Ameríndios em situação de isolamento voluntário.		

Bibliografia básica

BECKER, Ítala Irene Basile. Os índios Charrua e Minuano na antiga Banda Oriental do Uruguai. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.

TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco S. (orgs.). Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Eduel, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Bibliografia complementar

CLASTRES, Hélène. Terra Sem Mal: o profetismo tupi-guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

JOAQUIM, Dorvalino Kógjá. Kanhgás jinjén - Armadilhas kaingang. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.

TEMPASS, Martín César. Doce cosmologia mbyá-guarani: uma etnografia de saberes e sabores. Curitiba: Appris, 2012.

Identificação		Código
Disciplina: Filosofia		06730028
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento Filosofia		
Professor(a) responsável: Manoel Vasconcellos		
Currículo: Semestral		Caráter: Optativa
Carga horária total: 60		Créditos: 4
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0		EAD: 0 Ext: 0
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Introduzir as ferramentas conceituais básicas para a compreensão do pensamento filosófico e sua interface com as Ciências Sociais.		
Ementa		
O contexto histórico de formação da filosofia. A perspectiva filosófica de construção do conhecimento: objeto e método de investigação. Panorama do pensamento filosófico sobre o viverem sociedade. Ciência e construção do conhecimento.		
Programa		
O filosofar Características da Filosofia I – A origem da Filosofia A origem histórica O ponto de partida do filosofar O conhecimento filosófico II – A Filosofia e sua História A Filosofia Antiga A Filosofia Medieval A Filosofia Moderna A Filosofia Contemporânea IV – Discussão de Temas Filosóficos O Homem e a Sociedade Questões Éticas Temas de Filosofia Política Outros Temas		
Bibliografia básica		
CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995. PERINE, Marcelo. Ensaio de Iniciação ao Filosofar. São Paulo: Loyola, 2007. SANTOS, Robinson dos. Filosofia – Uma Breve Introdução. Pelotas: Nepfil online, 2014. Disponível em nepfil.ufpel.edu.br/incipiens/3.pdf		

Bibliografia complementar

BONJOUR, Laurence, BAKER, (01/2010). Filosofia: Textos Fundamentais 39 Comentados, 2^a edição. [VitalSource Bookshelf Online]. Retrieved from <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536323633/>

MARCONDES, Danilo. (1999-09-01). Textos Básicos de Filosofia, Dos pré-socráticos a Wittgeinstein. [VitalSource Bookshelf Online]. Retrieved from <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537802854/>

REZENDE, [organizador], A. (1986-11-28). Curso de filosofia, Para professores e alunos dos cursos de ensino médio e de graduação. [VitalSource Bookshelf Online]. Retrieved from <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537809013/>

Identificação		Código
Disciplina: Instituições Políticas		06560182
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Álvaro Augusto de Borba Barreto		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
Discutir os elementos teóricos que fundamentam a análise institucional na Ciência Política em suas variadas abordagens, com especial atenção à concepção de instituição política e sua aplicação à interpretação do sistema político contemporâneo.		
Ementa		
Análise do paradigma neoinstitucionalista e de estudo empírico produzidos a partir dele nos sistemas políticos contemporâneos; regras institucionais e comportamento dos atores; reformas políticas.		
Programa		
Teoria Institucional Instituição políticas Estudos aplicados ao sistema político contemporâneo (Migração partidária; Poder de agenda; Veto legislativo)		
Bibliografia básica		
GROHMANN, Luis Gustavo (Org.). Comportamento e instituições políticas. Porto Alegre: Cegov-UFRGS, 2016. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_96.pdf		
PERES, Paulo Sérgio. Comportamentos ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 68, p. 53-71, out. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XjdpGqs7MqJkhVKh3nPyrgb/?format=pdf&lang=pt		
SANTOS, André Marengo dos. Quando comparamos para explicar: desenhos de pesquisa e sequências temporais na investigação de instituições políticas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, n. 80, p. 203-217, out. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/cTrd8qrDV65XkzVY4j7swyN/?format=pdf&lang=pt		

Bibliografia complementar

AMORIM NETO, Octávio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados*, v. 43, n. 3, 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/3xyyXsZD8NdvxFcSLJjbKrN/>

CAREY, John / SHUGART, Matthew. Poder de decreto – chamando os tanques ou usando a caneta? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, p. jun. 1998. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/6dZGwgfvHfQYCK5nhy6rQt/?format=pdf&lang=pt>

COUTO, Cláudio. O avesso do avesso – conjuntura e estrutura na recente agenda política brasileira. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n 4, p. 32-44, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/XZwtbpQTshxRZfVMFqqcgdk/?format=pdf&lang=pt>

FREITAS, Andrea; SILVA, Glauco Peres da. Das manifestações de 2013 à eleição de 2018 no Brasil: buscando uma abordagem institucional. *Novos Estudos*, v. 38, n. 1, p.137-155, abr. 2019.

Disponível: <https://www.scielo.br/j/nec/a/kZmgBYXhY6CMvYYLnv7w6yp/?format=pdf&lang=pt>

MARIANO, Marcelo Passini; FERREIRA, Guilherme Augusto Guimarães; NEVES, Bárbara Carvalho. Uma crítica do conceito de conjuntura crítica: a questão da mudança no institucionalismo histórico. *Revista de Sociologia e Política*, v. 31, p. 1-19, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/ccnVhFHMZhXTLVqRXmdMkRn/?format=pdf&lang=pt>

Identificação		Código
Disciplina: Introdução à Sociologia da Violência		06560183
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Simone da Silva Ribeiro Gomes e Rosangela Schultz		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
Abordar as principais contribuições da sociologia da violência desde o século XX. Descrever as principais escolas das abordagens do desvio e do crime e das organizações criminosas.		
Ementa		
Conceituação de violência. Violência urbana e rural. Violência política. Feminicídio e violência de gênero. Violência estatal. Gangues e facções criminosas. Sistema prisional. Violência urbana e ilegalismos. * A ementa atende a Resolução Nº 3, de 13 de maio de 2016.		
Programa		
As principais contribuições da sociologia da violência desde o século XX As abordagens iniciais sobre desvio e crime. As formas políticas contemporâneas assumidas pelo paramilitarismo e pelas facções prisionais. As abordagens do Sul e Norte globais em relação à violência e sua prevenção.		
Bibliografia básica		
BECKER, H. S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor. 231 p., 2008. GARLAND, David. A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, Revan, 2008. CARVALHO, Ma. Alice R. Cidade escassa e violência urbana. Série estudos, 1995, no 91, p.2.		
Bibliografia complementar		
TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 84, p.153-173, 2009. VARGAS, Joana Domingues. Em busca da "verdade real": tortura e confissão no Brasil ontem e hoje. <i>Sociologia & Antropologia</i> , 2012, vol. 2, no 3, p. 237-265.		

Identificação		Código
Disciplina: Instituições e Modelos de Capitalismos		06560184
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável:	Rodrigo Cantu	
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
<p>Objetivo geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar aos estudantes o estudo comparativo de diferentes formas de capitalismo, com base em institucionalidades sociais, corporativas, previdenciárias, educativas e laborais. <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Discutir o conceito de capitalismo, suas comunalidades e diferenças ao redor do globo. - Discutir os ramos institucionais relevantes para o estudo comparativo: sistema educacional, sistema financeiro, relações trabalhistas, relações entre empresários, política social e sistema político. - Discutir a variedade de modelos de capitalismo no mundo e na América Latina: regime fordista e pós-fordista, economias de mercado liberais, coordenadas, mediterrâneas, socialdemocrata, asiática e hierárquicas. - Discutir os modelos comparativamente com relação a seus resultados sociais em termos de desigualdade, crescimento econômico e inovação. 		
Ementa		
Teorias das bases institucionais de economias capitalistas; Modelos de capitalismo no centro do capitalismo: EUA, Alemanha, Suécia, Itália e Japão; Modelos de capitalismo na América Latina.		
Programa		
<p>Unidade 1 - Conceito de capitalismo, suas comunalidades e diferenças ao redor do globo. Unidade 2 - Ramos institucionais relevantes para o estudo comparativo: sistema educacional, sistema financeiro, relações trabalhistas, relações entre empresários, política social e sistema político.</p> <p>Unidade 3 - Variedade de modelos de capitalismo no mundo e na América Latina: regime fordista e pós-fordista, economias de mercado liberais, coordenadas, mediterrâneas, socialdemocrata, asiática e hierárquicas.</p> <p>Unidade 4 - Os modelos comparativamente com relação a seus resultados sociais em termos de desigualdade, crescimento econômico e inovação</p>		

Bibliografia básica

- WALLERSTEIN, I. O capitalismo histórico. São Paulo: Brasiliense, 1985. 330.122 W198c (BCP)
- LIJPHART, Arend. Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 321.1 L727m (BCS)
- HALL, P.; SOSKICE, D. Variedades de capitalismo: Algunos aspectos fundamentales. Desarrollo Económico. vol.45, n.180, p.573-590, 2006. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/3655881>> (Acesso em 3/9/2023).
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. Lua Nova. n.24, pp. 85-116, 1991. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ln/a/99DPRg4vVqLrQ4XbpBRHc5H/>> (acesso em 3/9/2023).

Bibliografia complementar

- AMABLE, Bruno. Los cinco capitalismos: diversidad de sistemas económicos y sociales en la mundialización. Revista de Trabajo. n.7, pp.203-213, 2007. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2010n07_revistadetrabajo.pdf (acesso em 3/9/2023)
- CARDOSO JR, J.; SILVA, L.; MATIJASCIC, M. Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3250/1/livro02_trajetoriasrecentes.pdf (acesso em 3/9/2023).
- DELGADO, I.; CONDÉ, E.; ESTHER, A.; SALLES, H. Cenários da diversidade: variedades de capitalismo e política industrial nos EUA, Alemanha, Espanha, Coreia, Argentina, México e Brasil (1998-2008). Dados. vol.53, n.4, pp.959-1008, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/dados/a/K5pRcpLpVX8yPT6JmHdCqdS/> (acesso em 3/9/2023).
- GUIMARÃES, Alexandre Q. O capitalismo coordenado alemão: do boom do pós-guerra à Agenda 2010. Lua Nova. v.66, pp.23-56, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/SfZ5GxyWkbDkzdkZYNxWWBF/> (acesso em 3/9/2023).
- GUIMARÃES, A. et al. Instituições e desenvolvimento no Japão: modelo de capitalismo, trajetória pós 1990, desafios atuais. Revista de Sociologia e Política, v.24, n.60, p. 3-28, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/LdySJ6f7sJc4mz8Sv7zKrGQ/> (acesso em 3/9/2023).
- RUIN, Olof. O desenvolvimento do modelo sueco. Lua Nova. n.24, pp. 211-226, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/PS4tFQQh4KKtLTgBmbcrsXD/> (acesso em 3/9/2023).
- ROSS SCHNEIDER, B.; Karcher, S. 2012. La política de las empresas en Latinoamérica: investigando sus estructuras, preferencias e influencia. Apuntes: Revista de Ciencias Sociales. v.39, n.70, p. 7-28, 2012. Disponível em <https://revistas.up.edu.pe/index.php/apuntes/article/view/644/644> (acesso em 3/9/2023).

Identificação		Código
Disciplina: Juventude e Ciências Sociais		06560185
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Francisco dos Santos Kieling		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
Debater a categoria Juventude sob o ponto de vista das Ciências Sociais e os temas contemporâneos relacionados a experiência juvenil.		
Ementa		
A Juventude como construção social. Desafios para a conceituação sociológica sobre Juventude. Juventude e Educação. Teoria sociológica das gerações. Juventude e Classes Sociais. Etapas da vida e as transições para a vida adulta. Temáticas contemporâneas: participação política, violência e discriminação, tecnologias, trabalho, culturas e meio ambiente		
Programa		
Introdução a Sociologia da Juventude Teoria sociológica das gerações Juventude e classes sociais A constituição das etapas da vida Transição para a vida adulta Culturas juvenis Os jovens no mundo do trabalho Juventude e participação política Políticas públicas de juventude Temáticas contemporâneas		
Bibliografia básica		
ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO Mary (org). Políticas Públicas de/para/com Juventudes. Brasília, UNESCO, 2004. Disponível on-line EM: Políticas públicas de/para/com juventudes - UNESCO Digital Library , Acesso em 20/08/2023.		
ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO Mary (Org). Juventude, juventudes: o que une e o que separa? Brasília: UNESCO, 2006. Disponível on-line em: Juventude, juventudes: o que une e o que separa - UNESCO Digital Library , acesso em 01/09/2023.		
TEMPO SOCIAL. Revista de Sociologia da USP. V17, Nº 2. (2005). São Paulo, USP, FFLCH, 2005. Disponível on-line em: v. 17 n. 2 (2005) Tempo Social (usp.br) , acesso em 10/08/2023.		

Bibliografia complementar

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, 448 pp.
- CAMARANO, Ana Amélia (org) Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição. Brasília: IPEA, 2006, Disponível on-line em: [folha de rosto.pmd \(ipea.gov.br\)](http://folha.de.rosto.pmd(ipea.gov.br)), acesso em 15/08/2023
- CORROCHANO, M. C.; ABRAMO, L. W. (2016). Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda. Linhas Críticas, 22(47), 110–129 – Disponível on-line: [Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda | Linhas Críticas \(unb.br\)](http://Linhas Críticas (unb.br)), acesso em 24/07/2023.
- FORACCHI, Marialice. M. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Edusp, 1978.
- FORACCHI, Marialice. M (org). Mannheim – Sociologia. São Paulo: Ática, 1982.
- GROPPO Luis Antonio. Juventude e Políticas Públicas. Desidades – Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude, n. 14, 2017, p.9-17.. Disponível on-line: [Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude | Groppo | DESIDADES - Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude \(ufrj.br\)](http://Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude | Groppo | DESIDADES - Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude (ufrj.br)), acesso em 20/07/2023
- OLIVEIRA, Maristhela Bergamim de; ROSA, Edinete Maria. Juventude, violência e alteridade. Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 18, n. 1, p. 113-121, 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 set. 2023.
- SEVERO, Ricardo; BARCELLOS, Sérgio; GOMES, Simone. Confiança e socialização política nas mídias digitais – perspectiva de jovens no ensino médio do Rio Grande do Sul. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 23, n. 76, p. 493-514, jan./mar. 2023
- SPOSITO, M. (2002). Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: Ministério da Educação e Cultura. Juventude e escolarização (1980-1998). Brasília: MEC/INEP/Comped. Série Estado do Conhecimento, 7, 7-25
- WEISHEIMER, N. . Marialice Foracchi e a formação da sociologia da juventude no Brasil. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais , v. 77, p. 91-117, 2015
- WEISHEIMER, N. . Apontamentos para uma sociologia da juventude. Diálogos possíveis: revista da Faculdade Social da Bahia. , v. v.13, p. 8 - 26, 2014.

Identificação		Código
Disciplina: Leituras Etnográficas I		10910069
Unidade/Responsável: ICH – Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Adriane Luisa Rodolpho, Cláudia T. Magni, Rosane A. Rubert		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Ampliar a gama de leituras etnográficas, tanto clássicas quanto contemporâneas, incluindo diversas áreas da Antropologia (urbana, indígena, visual, da saúde, do esporte, da religião, etc.).		
Ementa		
Leitura de trabalhos etnográficos clássicos e reflexão sobre sua contribuição para a Antropologia.		
Programa		
Etnografias clássicas Etnografias contemporâneas		
Bibliografia básica		
BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada. São Paulo: Perspectiva, 2006. GEERTZ, Clifford. Negara: o Estado teatro no século XIX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Difel, 1980. LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.		

Bibliografia complementar

DESCOLA, Philippe. Outras naturezas, outras culturas. São Paulo: Ed. 34, 2016.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

MAGNANI, José Guilherme. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Sortilégio de sabers: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros, (1900-1990). São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2004.

Identificação		Código
Disciplina Michael Foucault e sua perspectiva teórica estruturalista e pós-estruturalista		06560045
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Léo Peixoto Rodrigues		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar e discutir os principais conceitos sobre o estruturalismo e o pós-estruturalismo; - Situar historicamente o pensador Michel Foucault no movimento estruturalista e pós-estruturalista. - Explicar e debater os principais conceitos foucaultianos tais como episteme, arqueologia, genealogia, discurso e poder, 		
Ementa		
Esta disciplina situar os movimentos Estruturalista e pós-estruturalista, tanto histórica como teoricamente, enfocando os principais conceitos que formam o pensamento estruturalista e Pós-estruturalismo, Além das contribuições de Michel Foucault, através de alguns conceitos centrais tais como: episteme, arqueologia, genealogia, discurso e poder,		
Programa		
Situando o pensamento do autor. Breve revisão sobre o estruturalismo; pressupostos epistemológicos (filosofia, história, literatura, interdisciplinaridade); noção de Episteme; noção de arqueologia; noção de discurso; noção de genealogia; noção de saber-poder.		
Bibliografia básica		
DOSSE, François. História do estruturalismo. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1993. FOUCAULT, Michel. História da loucura na idade clássica. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. [Sao Paulo]: Martins Fontes, 1966. PETERS, Michael P. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.		

Bibliografia complementar

FOUCAULT, Michel. Microfísica del poder. 3.ed. Madrid: Las ediciones La Piqueta, 1992.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do saber. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. Os anormais: curso no Collège de France (1974 - 1975). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010, 2014.

FONSECA, Tania Mara Galli; ARANTES, Esther Maria de M. (Org.). Cartas a Foucault. Porto Alegre: Sulina, 2014

Identificação		Código
Disciplina: Movimentos Sociais e Cidadania		06560080
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável:	Romerio Jair Kunrath	
Currículo: Semestral		Caráter: Optativa
Carga horária total: 60		Créditos: 4
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4		EAD: 0
Prático: 0		Ext: 0
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
- Abordar as diferentes perspectivas de análise sobre os movimentos sociais e a construção da cidadania na modernidade.		
Objetivos Específicos		
- Conhecer os principais conteúdos das lutas dos movimentos sociais (operário, feminista, ambientalista, contra-cultura, indígena, negro, LGBT, terra, direitos humanos e anti-globalização)		
- Conhecer a trajetória e as teorias em que se ancoraram os movimentos sociais no Brasil fortalecendo a produção do saber e a consciência do uso do poder		
Ementa		
Estudar as principais abordagens e perspectivas analíticas sobre movimentos sociais. Conhecer os principais conteúdos das lutas dos movimentos sociais contemporâneos. Refletir sobre a contribuição destes na ampliação da esfera pública de modo a compreender a dimensão educativa dos movimentos sociais na formação de sujeitos políticos, atores na elaboração e implementação de políticas públicas e sociais nas democracias modernas.		
Programa		
- Movimentos Sociais: A História dos Movimentos e Lutas Sociais. Formação do Estado, Democracia e Movimentos Sociais. Novos Movimentos Sociais e suas Redes. A dinâmica do movimento: estrutura de mobilização e confronto político. O futuro dos Movimentos Sociais.		
- Cidadania A construção da cidadania e das classes sociais no Brasil. A cidadania após a redemocratização. A construção social da subcidadania. Redes de indignação e de esperança.		

Bibliografia básica

- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.. 254 p.
- QUEVEDO, Júlio; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Org.). Movimentos sociais na América Latina desafios teóricos em tempos de globalização. Santa Maria: Evangraf, 2007. 326 p.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989. 150 p. (Série didática).

Bibliografia complementar

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991. 208 p. (Ensaio, 136).
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2013. 189 p.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- MOISÉS, José Álvaro et al. Contradições urbanas e movimentos sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 86 p. (Coleção CEDEC / Paz e Terra; 1).
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 138 p. (Contribuições em ciências sociais; 1).

Identificação		Código
Disciplina: Oficina de Imagem e Som em Antropologia		10910053
Unidade/Responsável: ICH – Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Cláudia T. Magni		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
-Capacitar técnica e teoricamente para utilização básica de recursos imagéticos no desenvolvimento de pesquisas antropológicas.		
Específico		
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas antropológicas sobre ou através da imagem, do som e/ou do audiovisual.		
Ementa		
Iniciação à instrumentalização para o desenvolvimento de pesquisas antropológicas sobre ou através da imagem, do som e/ou do audiovisual.		
Programa		
Vídeo, realidade e ficção: fronteiras porosas Fotografia e Etnografia Luz, composição, enquadramento, ângulo, edição Visualidade e textualidade		
Bibliografia básica		
BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar Teodoro da. Antropologia e imagem . Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. 70 p. (Passo-a-passo; 68). ISBN 9788571109360.		
BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar Teodoro da; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana (org.). Imagem-conhecimento: antropologia, cinema e outros diálogos . Campinas: Papyrus, 2009. 319 p. ISBN 9788530808785.		
SAMAIN, Etienne (org.). Como pensam as imagens . Campinas: UNICAMP, 2014. 239 p. ISBN 9788526809611.		

Bibliografia complementar

NOVAES, Sylvia Caiuby et al. (org.). **Escrituras da imagem**. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2004. 217 p. ISBN 8531408369.

MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby (org.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2005. 314 p. (Coleção Ciências Sociais). ISBN 857460304X.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. **Imagem-violência**: etnografia de um cinema provocador. São Paulo: Terceiro Nome, c2012. 190 p. (Antropologia hoje). ISBN 9788578161026.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas**. Brasília: ABA, [2015]. 195 p. ISBN 9788587942340. Disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/0000ae/0000aeaba.jpg>. Acesso em: 17 dez. 2018.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papirus, 2012. 270 p. (Coleção campo magnético). ISBN 9788530807856.

Identificação		Código
Disciplina: Oficina de pesquisa em Sociologia da Educação		06560186
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Francisco dos Santos Kieling		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 2	EAD: 0	
Prático: 2	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
A oficina de pesquisa em Sociologia da Educação objetiva construir um exercício coletivo de pesquisa socio-educacional. Parte-se da construção do objeto, deliberação dos elementos teórico-bibliográficos, organização do projeto, definição dos procedimentos, até a execução da pesquisa e redação final do texto.		
Ementa		
Teoria crítica da educação. Educação e Desenvolvimento. Escola básica. Universidade. Trajetórias estudantis. Sistema educacional. Políticas Públicas. Políticas Afirmativas. Escolas Democráticas. Criatividade e subjetividade. Direito à Educação. Prática de pesquisa social.		
Programa		
Unidade I. Construção do objeto Revisão bibliográfica Redação do projeto		
Unidade II Definição dos procedimentos Construção dos instrumentos de coleta de dados Realização da coleta de dados		
Unidade III Organização dos dados Sistematização teórico-empírica Redação do texto final		

Bibliografia básica

- APPLE, M. BALL, S. GANDIN, L.A. Sociologia da Educação – análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (várias edições).
- LAHIRE, Bernard. Sucesso Escolar nos Meios Populares – as razões do improvável. São Paulo: Ática, 2004.

Bibliografia complementar

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. As pesquisas sobre o efeito das escolas: contribuições metodológicas para a Sociologia da Educação. Brasília: Sociedade e Estado, v. 22, n. 2, p. 435-473, maio/ago. 2007.
- BAUER; GASKELL. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2015, 13^a. ed.
- COSTA RIBEIRO, Carlos Antonio. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 54, núm. 1, 2011, pp. 41-87.
- DUBET, François; DURU-BELLAT, Marie; VERETOUT, Antoine. As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas. Sociologias, Porto Alegre, v. 14, n. 29, 2012, p. 22-70.
- KOSLINSKI, Mariane Campelo; BARTHOLLO, Tiago Lisboa. Desigualdades de oportunidades educacionais no início da trajetória escolar no context brasileiro. Lua Nova, São Paulo, 110: 215-245, 2020.
- PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar. São Paulo: T.A. Queiroz. 1990.
- SENKEVICS, Adriano. O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020. São Paulo: FE-USP, 2021.
- YOUNG, Michael. Para que servem as escolas. In: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007

Identificação		Código
Disciplina: Partidos Políticos no Brasil		06560101
Unidade/Responsável: IFISP – Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Alvaro Augusto de Borba Barreto		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
Análise da trajetória histórica dos partidos políticos no Brasil, com ênfase ao período constitucional pós-1988 e à participação dessas instituições no sistema político		
Ementa		
Revisão da teoria dos partidos políticos e dos sistemas partidários, verificar a aplicabilidade dessas contribuições ao caso brasileiro, abordagem das configurações históricas dos partidos e dos sistemas partidários brasileiros (período monárquico; primeira república; república nova; pluripartidarismo 1946-64; bipartidarismo durante a ditadura civil-militar; pluripartidarismo durante redemocratização; configuração pós-Constituição 88)		
Programa		
Teoria dos Partidos Políticos Teoria dos Sistemas Partidários Configurações históricas no Brasil Partidos no pós-1988		
Bibliografia básica		
MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias – o caso brasileiro. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Fundação Getúlio Vargas / Mercado Aberto, 2001 [324.281 M227s (BCS)]. MELO, Carlos Ranulfo. Por que chegamos a tanto e que importância isso tem? Considerações sobre a fragmentação partidária no Brasil. In: PERLIN, Giovana; SANTOS, Manoel Leonardo (Org.). Presidencialismo de coalizão em movimento. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019, p. 201-227. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/38299 SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Brasília: UnB, 1983 [324.2 S351p (BCS)].		

Bibliografia complementar

- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JÚNIOR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 271-303, nov. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/yBzsBCXGzsPK5GyMCQbwJ5L/?format=pdf&lang=pt>
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, v. 66, n. 2, p.1-29, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/zzyM3gzHD4P45WWdytXjZWg/?format=pdf&lang=pt>
- KRUPER, Julian; MERTEN, Heike (Org.). *Partidos políticos: um enfoque transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2020. Disponível em: https://www.kas.de/documents/265553/0/PARTIDOS_POLITICOS_dgtl+%282%29.pdf/7fac81ab-3dd6-591a-d7a3-c9b796a1471b?version=1.0&t=1626445766081
- MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/9MxGbtBskSyCqp37JKBWfbH/?format=pdf&lang=pt>
- SPECK, Bruno Wilhelm; CAMPOS, Mauro Macedo. Questionando a tese da cartelização: o financiamento das organizações partidárias no Brasil (1998-2016). *Opinião Pública*, v. 27, n. 3, p. 923-959, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/FyJ3Gt43nWpbRvxPVY7QJJs/?format=pdf&lang=pt>

Identificação		Código
Disciplina: Patrimônio Cultural		10910132
Unidade/Responsável: ICH – Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável: Cláudio B. Carle; Claudia T. Magni; Flavia Ma. S. Rieth; Louise P. Alfonso		
Currículo: Semestral		Caráter: Optativa
Carga horária total: 60		Créditos: 4
Distribuição dos créditos		
Teórico: 3		EAD: 0
Prático: 0		Ext: 1
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
- Discutir como é tratado o patrimônio cultural no Brasil a partir de parâmetros internacionais.		
Objetivos Específicos		
- Conceituação de patrimônio cultural e patrimonialização, seus princípios internacionais e nacionais, legislação e identificação.		
- Aproximação de ensino e extensão com o Programa de Extensão do Bacharelado em Antropologia		
Ementa		
Discussão dos conceitos antropológicos e arqueológicos de patrimônio cultural. Elaboração de ações de extensão junto ao Programa de Extensão do Bacharelado em Antropologia Código 147. Esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE no 7 de 18 de dezembro de 2018. O/a discente deverá participar, com aproveitamento integral, do projeto desse Programa que contemple os objetivos da disciplina.		
Programa		
Conceituação de patrimônio cultural e patrimonialização:		
<ul style="list-style-type: none"> - Princípios internacionais sobre patrimônio cultural; - Princípios nacionais sobre patrimônio cultural; - Legislação vigente sobre patrimônio cultural; - Processos de salvaguarda do patrimônio cultural; - Identificação e diversificação do patrimônio cultural; - Estudos de casos sobre patrimônios culturais vinculados ao Programa de extensão. 		
Bibliografia básica		
FUNARI, P. P. A. Arqueologia e patrimônio. Erechim: Habilis. 2007.		
JORGE, V. O. Arqueologia, patrimônio e cultura. Porto: Editora Piaget. , 2007		
OOSTERBEEK, L. Arqueologia, patrimônio e gestão do território. Erechim: Habilis. 2007.		

Bibliografia complementar

- ALBANO, M. C. (Org.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. B.H.: Editora da UFMG. 2002
- CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. Lisboa: Edições 70. 2003
- FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Minc/IPHAN. 2005
- FUNARI, P. P. A.; JÚNIOR, C. O.; SCHIAVETTO, S. N. de O. (Org.). Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia Contemporânea. São Paulo: Annablume; Fapesp. 2005
- HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. Ano 11, n. 23. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2005.

Identificação		Código
Disciplina: Pesquisa Etnográfica I		10910134
Unidade/Responsável: ICH – Departamento de Antropologia e Arqueologia		
Professor(a) responsável:	Adriane Luisa Rodolpho, Cláudia Turra Magni, Flavia Maria Silva Rieth, Francisco Luiz Pereira da Silva Neto, Lori Altmann, Louise Prado Alfonso, Renata Menasche, Rogério Réus Gonçalves da Rosa, Rosane Aparecida Rubert	
Currículo: Semestral		Caráter: Optativa
Carga horária total: 60		Créditos: 4
Distribuição dos créditos		
Teórico: 3		EAD: 0
Prático: 0		Ext: 1
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
- Acompanhar e fornecer apoio teórico-metodológico para o desenvolvimento de pesquisa etnográfica ou antropológica.		
Objetivo Específico		
- Elaborar uma pesquisa etnográfica e extensionista junto à comunidade.		
Ementa		
Esta disciplina tem por objetivo pensar o método etnográfico, sua inserção em projetos de pesquisa e extensão e desenvolver ações junto às comunidades pelo viés extensionista propondo atividades segundo as demandas locais. Atividades extensionistas vinculadas ao Programa de Extensão do Bacharelado em Antropologia Código 147. Esse Programa contém projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018. O/a discente deverá participar, com aproveitamento integral, do projeto desse Programa que contemple os objetivos da disciplina		
Programa		
Desenvolvimento de projeto de pesquisa e extensão; acompanhamento coletivo dos projetos, realização campo etnográfico junto às comunidades e ações de extensão.		
Bibliografia básica		
GEERTZ, C. Nova luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. DINIZ, D. et al. (Org.). Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: Letras Livres, 2008. ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas nas coleções etnográficas. Porto Alegre: Marca Visual, 2013..		

Bibliografia complementar

VELHO, G. Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

PEIRANO, Mariza G. S. O. Uma Antropologia no plural: três experiências contemporâneas. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

LAPLANTINE, F. Aprender Antropologia. São Paulo/SP: Brasiliense, 1988.

SARTI, C.; DUARTE, L. F. D. (Org.). Antropologia e ética: desafios para a regulamentação. Brasília: ABA, 2013.

THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1981.

Identificação		Código
Disciplina: Pensamento Político Brasileiro		06560081
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Carlos Artur Gallo Cabrera		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Analisar os principais autores e ideias do pensamento político brasileiro.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar as principais correntes do pensamento político brasileiro, situando os autores dentro de cada corrente. • Analisar as visões dos principais intérpretes do Brasil e os desdobramentos que essas visões tiveram ao longo da história política brasileira. • Analisar as principais categorias teóricas de análise da realidade brasileira. 		
Ementa		
O pensamento político no Brasil. Utopias fundadoras das matrizes liberal e autoritária. As visões de federalismo no pensamento liberal e no pensamento autoritário. O pensamento dos principais intérpretes do Brasil. Os autores e obras que analisam o processo de desenvolvimento nacional, enfatizando o grupo do ISEB e o da USP. Coronelismo, clientelismo, modernização conservadora, cidadania regulada, bem como temas da agenda contemporânea como: reforma do Estado, reforma política, neoliberalismo, entre outros. O debate político institucional ao longo da história brasileira.		
Programa		

O liberalismo à brasileira:

- José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu); Paulino Soares de Souza (Visconde do Uruguai); Tavares Bastos; Frei Caneca; Rui Barbosa.

As bases do pensamento autoritário brasileiro

- Oliveira Vianna; Azevedo Amaral; Alberto Torres.

Os intérpretes e interpretações sobre a formação política do Brasil

- Sérgio Buarque de Holanda; Victor Nunes Leal; Raimundo Faoro.

Os nacionalistas e os críticos de São Paulo

- Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado; Florestan Fernandes; Fernando Henrique Cardoso.

Bibliografia básica

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 440 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. 415 p.

WEFFORT, Francisco C. Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens. São Paulo: Ática, 2006, 360 p.

Bibliografia complementar

BARRETO, Vicente & PAIM, Antonio. Evolução do Pensamento Político Brasileiro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 2. Ed. Porto Alegre: Globo, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.

Identificação		Código
Disciplina: Política Comparada		06560082
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Romerio Jair Kunrath		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
-Introdução ao método comparativo e à política comparada.		
Objetivos Específicos		
-Introduzir e discutir metodologias e temas relevantes da Política Comparada		
-Examinar a comparação como método que permite a verificação empírica de hipóteses, propicia generalizações e, quando bem sucedida, auxilia-nos na produção de teorias		
-Examinar a Política Comparada como campo específico da Ciência Política, interessada no desenvolvimento do próprio método comparativo e na ampliação do alcance das explicações relativas a temas e problemas que se mostram propícios à investigação por esse meio		
-Dar atenção a estudos comparativos sobre três temas ou problemas: transições democráticas, qualidade das democracias, instituições políticas e processo decisório		
Ementa		
O método comparativo e os usos da comparação nas Ciências Sociais.		
Programa		
O que é o método comparativo e quais seus pressupostos teóricos.		
Teorias da modernização aplicadas à análise da política; análise contemporânea sobre o que cria e o que mantém as democracias.		
Os estudos pioneiros da Cultura Política; Pósmaterialismo e Capital Social; o estudo da qualidade da democracia e seus críticos.		
O modelo consensual e o modelo majoritário de democracia; desenvolvimentos recentes no estudo de federações e descentralização.		
A construção dos direitos sociais; os três modelos de Esping-Andersen; continuidade e mudança de sistemas de saúde e de bem-estar social.		
Geopolítica do estudo da política; a América Latina no mundo; o Brasil na América Latina.		

Bibliografia básica

CHILCOTE, R. Teorias de Política Comparativa: a busca de um paradigma reconsiderado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 257 p.

STEPAN, A. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do demos". Dados 42(2), 1999, p. 197-252.

Bibliografia complementar

ALMOND, Gabriel A. Uma teoria de política comparada. Rio de Janeiro: Zahar, [1972]. 206 p.
ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State". Lua Nova, 24, set./1991, p.85-116.

INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lucio (Org.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 479 p.

LA PALOMBARA, Joseph G. A política no interior das nações. Brasília: Ed. da UnB, 1982. 559 p. (Pensamento Político).

LIJPHART, Arendt. Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 389 p.

SARTORI, G. A política: lógica e método nas ciencias sociais. Brasília: Ed. Univ. de Brasilia, 1997. 257 p

Identificação		Código
Disciplina: Política Social		06560187
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Analisar as políticas sociais brasileiras a partir da análise de políticas públicas e das concepções do Estado de bem-estar social e do neoliberalismo.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a origem, a história, o conceito e o conteúdo da política social - Conhecer as teorias políticas que interpretam a política social - Analisar a relação entre o sistema político e a política social 		
Ementa		
Definição de política social. Política Social como instrumento essencial para a construção da cidadania em regimes democráticos. Política Social como direito e políticas públicas. Política social no Brasil. Projeto social.		
* A ementa atende a Resolução das DCN Nº 1/2012 e Parecer CNE/CP Nº 8/2012.		
Programa		
Unidade I – Políticas Públicas: conceitos básicos. Política social: Definições		
Unidade II – Política Social: Direitos		
Unidade III – As políticas públicas sociais no Brasil		
Unidade IV - Elaboração de Projetos Sociais		
Bibliografia básica		

PIANA, MC. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In: A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em:
<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (ORG.) PÓS-NEOLIBERALISMO: as políticas sociais e o Estado democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 205 p. ISBN 8521901208. (BCP)

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. Em Torno do Conceito de Política Social: Notas Introdutórias, 2002. WEB: < [Texto 1: VIANNA, Maria Lúcia T. W. "Em torno do conceito de política social: notas introdutórias"](#). Rio de Janeiro: IUPERJ, dezembro de 2002. — [Escola de Serviço Social \(unirio.br\)](#)

Bibliografia complementar

ARRETCHE, Marta. Relações federativas nas políticas sociais. Educação & Sociedade [online]. set.2002, vol.23, no.80 p.25-48. Disponível na World Wide Web:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/EDS/VOL23_N80/EDS_ARTIGO23N80_

CARDOSO Jr. José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas Sociais no Brasil: Organização, Abrangência e Tensões da Ação Estatal, Brasília: IPEA, 2009.
<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8435>.

JACCOUD, Luciana (Org.) Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. IPEA. Brasília, 2005. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5491

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. Lua Nova, n. 24, set. 1991.

Identificação		Código
Disciplina : Política e Sociedade na América Latina		06560188
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Simone da Silva Ribeiro Gomes e Rosangela Schultz		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
O objetivo da disciplina é apresentar aos estudantes as principais teorias sociais clássicas e contemporâneas sobre/produzidas na América Latina.		
Ementa		
Teoria Social latinoamericana. Formação do Estado. Autoritarismo e Ditaduras Militares. Transições Democráticas. Onda Rosa. Indigenismo e Participação Política Étnica. Cultura e Violência. Migrações, refúgios e deslocamentos forçados. Movimentos Sociais na América Latina.		
Programa		
As teorias latino-americanas A formação do Estado Autoritarismo;Ditaduras Militares Transições Democráticas Onda Rosa Indigenismo e Participação Política Étnica Cultura e Violência Migrações Movimentos Sociais na América Latina		
Bibliografia básica		
BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: a América Latina após 1930: economia e sociedade, 2009. DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María (Org.). América Latina hoje: conceitos e interpretações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. WASSERMAN, Claudia. História da América Latina: cinco séculos. Porto Alegre:UFRGS Editora, 1977.		

Bibliografia complementar

BORON, Atilio. Estado, capitalismo e nação na América Latina. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

KOWARICK, Lucio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GALEANO, Eduardo. Veias abertas da América Latina. Várias Edições, 1971.

CARDOSO, Fernando; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina.

Identificação		Código
Disciplina: Pós-Modernidade, Pós-estruturalismo, Pós-Marxismo, Pós-Fundacionalismo: um debate teórico Europeu		06730046
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Leo Peixoto		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
Aprofundar a discussão sobre as noções de pós-moderno, pós-marxismo, e pós-fundacionalismo.		
Ementa		
<p>Esta disciplina busca focar os principais as noções de pós-moderno, pós-marxismo, e pós-fundacionalismo, através da problematização se uma série de conceitos tais como: precariedade do social, contingência, crise da verdade, diferenciação e fragmentação social, indeterminação e complexidade social, etc., conceitos, estes, extremamente contemporâneo no cenário intelectual europeu e que tem tido reflexos nas Ciências Sociais Brasileiras.</p>		
Programa		
<p>Surgimento do debate pós-moderno. A crise dos referentes de verdade, determinação, linearidade. Problematização das noções de precariedade e contingência do social. A crise de diversificação dos elementos culturais e a sua implicação no estabelecimento de determinantes sociais. Aspectos da desconstrução filosófica e social.</p>		
Bibliografia básica		
<p>BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro Zahar 1999 ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro Zahar 1999. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 92 p.</p>		

Bibliografia complementar

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza. Da Sociologia da Ciência à Política Científica. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 1, Junho 1978: 11-56

http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/001/BSousa_Santos_pp11-56.pdf

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

Identificação		Código
Disciplina: Produção e Interpretação de textos científicos		06560093
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: William Héctor Gómez Soto		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Estudar os requisitos e as habilidades para a interpretação, análise e produção de textos científicos		
Objetivo Específicos		
Conhecer as Estratégias e técnicas de análises de textos científicos		
Conhecer as estratégias e técnicas de produção de textos científicos		
Ementa		
Estratégias e técnicas de análises de textos científicos. Oportunizar situações para que o aluno possa fazer uma reflexão sobre seu próprio trabalho, exercitando atividades de análise, crítica e reelaboração. Leitura: concepções, aspectos cognitivos e habilidades. Produção textual: texto, contexto e intertexto; fatores de textualidade. Prática de produção e reflexão de textos. Conhecer os requisitos e técnicas da produção de textos científicos no Brasil.		
Programa		
Estratégias e técnicas de análises de textos científicos Análise, crítica e reelaboração de textos científicos Leitura: concepções, aspectos cognitivos e habilidades Prática de produção e reflexão de textos. Técnicas da produção de textos científicos no Brasil.		

Bibliografia básica

DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3.ed. São Paulo: Contexto. 216 p, 2009
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1985. 238 p

Bibliografia complementar

BIANCHETTI, Lucídio (org.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006
ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977. 170 p
FOLHA DE SÃO PAULO. Manual de redação. 15. ed. São Paulo: Publifolha, 2010. 388 p.
MARQUES, Mario Osorio. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijui, 1998. 163 p
SALOMON, Delcio Vieira. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia de trabalho científico. 4. ed. Belo Horizonte: Interlivros. 301 p, 2008

Identificação		Código
Disciplina: Raça e Gênero nas Ciências Sociais		06560089
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Marcus Vinicius Spolle		
Currículo: Semestral		Caráter: Optativa
Carga horária total: 60		Créditos: 4
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0		EAD: 0 Ext: 0
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Discutir e os conceitos raça e gênero enquanto construções epistemológicas e históricas		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a relação entre raça e construção da identidade nacional - A transformação do conceito a partir das lutas pela igualdade racial - Novas configurações do conceito a partir da globalização - Apresentar o conceito de gênero e suas vinculações com a teoria feminista - Conceber as diversas abordagens de gênero: essencialista, construcionista e as abordagens contemporâneas como a dos estudos queer - Refletir sobre as intersecções entre as categorias de raça, gênero e sexualidade 		
Ementa		
A disciplina discute as diferentes concepções de raça, gênero, construída pelo pensamento social brasileiro e mundial, a partir do final do século XIX até a contemporaneidade. A proposta é discutir as transformações dos conceitos raça e gênero a partir das construções das identidades nacionais, das lutas pela igualdade racial e dos movimentos feministas. Além disso, também trabalha a reatualização desses conceitos com a formação de uma sociedade de consumo de massas e a globalização, principalmente, através das teorias pós-colonialistas, multiculturalistas e teoria queer.		
Programa		
<ol style="list-style-type: none"> 1. A Construção do conceito raça/identidade brasileira <ul style="list-style-type: none"> O racismo brasileiro no século XIX e a identidade nacional O Brasil mestiço/construção da ideia da democracia racial O Brasil sincrético de Florestan Fernandes Desenvolvimentismo do ISEB e as elites negras de Guerreiro Ramos. Racismo à brasileira e Democracia racial (ideologia e discriminação) 		

2. Discussão raça no mundo

Raça e etnia Levy-Strauss

Fanon e o processo de descolonização africana

O pós-colonialismo, o multiculturalismo e as ações afirmativas

Discussão dos conceitos de sexo, gênero e sexualidade

As concepções de gênero: o essencialismo e o construcionismo

Gênero como categoria útil de análise histórica de Joan Scott

Judith Butler e a resignificação do conceito de gênero

3. Interseccionalidades

O "desejo" colonial brasileiro: a construção socio-histórica da ideia de mulata sensual

A figura da "baiana" e a identidade nacional.

Interseccionalidades

4. A operacionalização das categorias de gênero e raça com Avtar Brah

Bibliografia básica

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense. 1986, 148 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação.in: Estudos Avançados, Volume: 8, Número: 20, Publicado: 1994. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000100017>

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, jul/dez 1990, vol.16, p. 5-22.

<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

Bibliografia complementar

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. In: Cadernos Pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 26. p. 329-376, 2006.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100014&script=sci_abstract&tlng=pt

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.2022, 236 p.

FREYRE, Gilberto FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal. 51.ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio. 1998, 569 p.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, volume 24, número 1.2005, p. 77-98. Endereço eletrônico:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100004&script=sci_abstract&tlng=pt

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, Goiânia: UFG, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/0>

Identificação		Código
Disciplina: Regimes e Ideologias Políticas		06560189
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Álvaro Augusto de Borba Barreto		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
Analisar as ideologias políticas contemporâneas e os regimes políticos construídos a partir delas, com vistas a identificar seus fundamentos teóricos, modelos de organização social e institucional		
Ementa		
Regimes e ideologias políticas contemporâneas; Eixo Esquerda-Direita; Liberalismo, Conservadorismo; Fascismo; Anarquismo, Socialismo, Marxismo.		
Programa		
O que são regimes e ideologias políticas Clivagem Esquerda-Direita Liberalismo Conservadorismo Fascismo Anarquismo Socialismo Comunismo Outros "ismos": nacionalismos, regionalismo.		
Bibliografia básica		
ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. [320.52 A467a] [320.1 A467a] MACRIDES, Roy C. Ideologias políticas contemporâneas. Brasília: UnB, 1982 [320.5 M174i] ROSAS, João Cardoso (Org.). Ideologias políticas contemporâneas: mudanças e permanências. São Paulo: Almedina, 2016.		

Bibliografia complementar

ARTURI, Carlo S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 17, p. 11-31, nov. 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hSnBWMwB7BxnWhSxRT935KB/?format=pdf&lang=pt>

FERREIRA, Otávio Dias de Souza. Do frágil consenso ao radical dissenso: rupturas nas disputas por direitos e fissura no processo democrático (1990-2020). *Lua Nova*, n. 118, p. 129-166, jan. 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/xF3mRHCqfBPrftcC5dSQTPd/?format=pdf&lang=pt>

IASI, Mauro Luis. *Consciência e ideologia para além dos muros de pedra*. São Paulo: Cortez, 2023.

MENDONÇA, Daniel; VIEIRA JÚNIOR, Roberto. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13, p.10-136, abr. 2014.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/tZJvsLYfdNvBk78bpcG9h6w/?format=pdf&lang=pt>

TAROUCO, Gabriela. Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 106, p. 133-145, Set-out. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/nNmct5MzdxJKZ5cphwhZbrp/?format=pdf&lang=pt>

Identificação		Código
Disciplina: Sistema Político Brasileiro		06560190
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Álvaro Augusto de Borba Barreto		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
- Analisar o sistema político brasileiro contemporâneo (pós-1988)		
Objetivo Específico		
- Analisar os fundamentos institucionais do sistema político brasileiro;		
- Verificar a dinâmica das relações entre os poderes que compõem o sistema político brasileiro		
Ementa		
Apresenta as diferentes linhas interpretativas acerca do arranjo institucional brasileiro, a partir da análise de seus elementos constitutivos (presidencialismo, federalismo, legislativo bicameral, pluripartidarismo e representação proporcional de lista aberta). A ênfase recai sobre a discussão em torno das condições de governabilidade, especialmente no que tange às relações Executivo-Legislativo.		
Programa		
a. Presidencialismo no Brasil – Características e Linhas interpretativas		
b. Relações Executivo-Legislativo		
c. Relações Executivo-Judiciário		

Bibliografia básica

BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custo de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 4, p. 528-550, jul.-ago. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/9przPh6zP4sTwMds84qcj3B/?format=pdf&lang=pt>

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. *Novos Estudos*, n. 109, p 79-97, nov. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/KBxnHhZWWCPJ5zqJwKTTzSK/?format=pdf&lang=pt>

PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. *Dados*, v. 43, n. 3, p.521-557, 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/BSq8ZhtvdNgkvn33Khzq5Gr/>

Bibliografia complementar

BATISTA, Mariana. O poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010). *Opinião Pública*, v. 19, n. 2, p. 449-473, nov. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/op/a/Sc5dMBhkDntYDK43VSBJLrf/?format=pdf&lang=pt>

DINIZ, Simone. Interação entre os poderes Executivo e Legislativo no processo decisório: avaliando sucesso e fracasso presidencial. *Dados*, v. 48, n, 1, p. 333-369, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/SymzMgnnK9R8pQLcMvB7jFC/?format=pdf&lang=pt>

GOMES, Fábio de Barros Correia. Cooperação, liderança e impasse entre o Legislativo e o Executivo na produção legislativa do Congresso Nacional do Brasil. *Dados*, v. 55, n. 4, p. 911-950, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/wc7Z8RTQyw7nQ8TkyvCck5r/?format=pdf&lang=pt>

PALERMO, Vicente. Brazilian political institutions: an inconclusive debate. *Bras. Political Sci. Rev.*, v. 10, n. 2, p. 1-29, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bpsr/a/WWyPWdYcQvsPF4y3xxtW8pJ/?format=pdf&lang=en>

PERLIN, Giovana; SANTOS, Manoel Leonardo (Org.). *Presidencialismo de coalizão em movimento*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:

<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/38299>

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia da Arte		06560191
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Pedro Robertt		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
- Introduzir o aluno no estudo das artes, nas suas múltiplas manifestações, desde a perspectiva sociológica.		
Objetivos Específicos		
- Propiciar no discente a análise dos fenômenos sociais da arte para a compreensão mais ampla da vida social.		
- Recopilar diversas abordagens e perspectivas da sociologia da arte.		
- Explorar as diversas possibilidades de pesquisa da sociologia da arte.		
- Analisar relações entre o espaço social da arte e outros espaços da vida social como as esferas políticas e econômicas.		
- Analisar diferentes tipos sociais históricos e contemporâneos de artistas.		
Ementa		
Debates e controvérsias na sociologia da arte. Relação com a sociologia da cultura. Condições sociais e históricas de emergência. Aportes da Escola de Frankfurt: indústria cultural e reprodução da arte. Espaço social da arte e outros espaços sociais; relações entre produtores e consumidores; tipos sociais característicos. Estudos de obras e de biografias individuais. Classe, arte e indivíduo.		
Programa		
Unidade I. Debates e controvérsias na sociologia da arte e na sociologia da cultura.		
Unidade II. Condições sociais e históricas de emergência da arte.		
Unidade III. O debate da arte na Escola de Frankfurt.		
Unidade IV. Espaço social da arte e consumos culturais.		
Unidade V. Mundos artísticos e tipos sociais.		
Unidade VI. Sociologia, arte e indivíduo.		

Bibliografia básica

ADORNO, T. A indústria cultural. In: Textos escolhidos. Coleção Os pensadores. Textos escolhidos. Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Várias edições).

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1983.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

Bibliografia complementar

ADORNO, Theodor. Ideias para uma sociologia da música. In: Textos escolhidos. Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural. 1983. pp. 259-268.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: Textos escolhidos. Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural. 1983. pp. 3-28.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, Zouk, 2007.

LAHIRE, Bernard. A cultura dos indivíduos. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VELHO, Gilberto. Sociologia da arte. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia: Ciência e Profissão		06560086
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Pedro Robertt		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Introduzir o aluno no universo da profissão do sociólogo.		
Objetivos específicos		
Discutir a profissão do sociólogo.		
Analisar as diferentes esferas do agir do sociólogo.		
Examinar quais as relações da profissão com instituições e atores e sociais e políticos.		
Contextualizar a profissão do sociólogo no Brasil.		
Ementa		
Análise da profissão de sociólogo enquanto campo científico e campo profissional.		
Programa		
A sociologia como compreensão do indivíduo no contexto social e histórico.		
A imaginação sociológica.		
Imagens sociais da sociologia e a sociologia como profissão.		
A questão da legitimidade da sociologia como ciência.		
A sociologia no mundo contemporâneo.		
O objeto sociológico e os problemas sociais.		
A sociologia inserida na pluralidade dos campos sociais. Sociologia, poder e dominação.		
A proposta da sociologia pública: o debate da intervenção sociológica.		

Bibliografia básica

BERGER, Peter. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2007 [1963]. Várias edições.

CHAMPAGNE, Patrick., LENOIR, Remi. et al. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis Vozes, 1998,

BAUMAN, Zygmunt. Para que serve a sociologia? Diálogos com Michael Hviid Jacobsen e Keith Tester/Zygmunt Bauman. Prefácio e capítulo 1. Rio de Janeiro Zahar, 2015. Disponível em:

https://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/t/r/trecho_paraqueserveasociologia2.pdf. Acesso em: 04/09/2023.

Bibliografia complementar

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Capítulo 11. Medalha de ouro da CNRS, 1993. Petrópolis: Vozes, 2010. pp. 239-247.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Capítulo: Uma ciência que perturba. pp. 16-29. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

SANTANA, Marco Aurélio; BRAGA, Ruy (Orgs.). Sociologia Pública - Cadernos CRH. Volume 22. No. 56. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/FMwMYG8N8fSk3HxVtFgWpcq/?lang=pt>. Acesso em 04/09/2023.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro Zahar 2006.

GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia Econômica		06560192
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Elaine Silveira Leite e Rodrigo Cantu		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
Apresentar os principais conceitos e temas da Sociologia Econômica, perpassando pela abordagem sociológica clássica e contemporânea dos fenômenos econômicos; compreender as ações econômicas concernentes à produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços, crédito e endividamento e seus significados, social e culturalmente produzidos na sociedade atual, bem como apresentar as diversas temáticas que constituem a sociologia econômica na contemporaneidade.		
Ementa		
A disciplina pretende apontar e discutir as principais linhas de pesquisa da Sociologia Econômica, perpassando pelas seguintes temáticas: introdução ao estudo da sociologia econômica clássica e contemporânea; a sociologia da vida econômica; o mercado como construção social; dinheiros e seus significados; bem como as ações econômicas concernentes à produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços, crédito e endividamento e seus significados, social e culturalmente produzidos na sociedade atual.		
Programa		
Unidade 1 – Introdução à Sociologia Econômica clássica e contemporânea. Unidade 2 – A sociologia da vida econômica. Unidade 3 – O mercado como construção social. Unidade 4 – Dinheiros e seus significados. Unidade 5 - Produção, distribuição, troca e consumo. Crédito e endividamento.		
<u>Bibliografia básica</u>		
BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 5. ed. 1998. POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p. SMELSER, Neil J. A sociologia da vida econômica. São Paulo: Pioneira, 1968. 219 p. (Biblioteca Pioneira de Ciências sociais Sociologia). WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed.		

UnB, 1999. 2 v.

Bibliografia complementar

DOUGLAS, Mary. How institutions think. New York: Syracuse Univ. Press, 1986. 146 p.

DUMOND, Louis. Homo aequalis: genese e plenitude da ideologia economica. Bauru: EDUSC, 2000. 280 p. (Coleção Ciências Sociais). ISBN 8586259837.

HIRSCHMAN, Abert O. De consumidor à cidadão: atividades privadas e participação na vida pública. São Paulo: Brasiliense, 1983. 145 p.

ROBERTT, Pedro et al. O novo espírito do capitalismo no Sul: paralelismos e contrastes. Pelotas: UFPel, 2017. 437 p. ISBN 9788551700143.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. Tempo Social, 16(2), 7–34, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000200001>

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia do Trabalho		06560193
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Attila Magno da Silva Barbosa		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
O curso visa discutir o papel do trabalho nas sociedades capitalistas e suas transformações atuais, procurando analisar as mudanças tecnológicas e organizacionais no processo de trabalho e suas implicações na constituição de direitos, identidades sociais, atores coletivos e movimentos sociais.		
Ementa		
Trabalho como categoria estruturante na sociedade capitalista: Gerência científica e taylorismo; da acumulação fordista à acumulação flexível; A reordenação produtiva global: as redes empresariais e a desterritorialização da produção; Flexibilização, fragmentação e heterogeneidade no trabalho: cidadania e direitos do trabalho; Trabalho e gênero; O novo mundo do trabalho para além da fábrica: informalidade e economia solidária; Trabalho e subjetividade: a construção social de um novo trabalhador na contemporaneidade.		
Programa		
Unidade I. O trabalho como categoria estruturante das sociedades capitalistas Unidade II. Das origens da Gerência científica ao taylorismo Unidade III. Do fordismo à acumulação flexível Unidade IV. Ação coletiva, cidadania e direitos sociais Unidade V. A construção da sociedade do trabalho no Brasil Unidade VI. Mercado de trabalho e a questão da informalidade no Brasil Unidade VII. Novas configurações do mundo do trabalho: para além da fábrica Unidade VIII Trabalho e subjetividade no mundo contemporâneo		

Bibliografia básica

- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 379 p.
- GUNET. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo. 1999.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998. 349 p.
- SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, 2012. 335 p.

Bibliografia complementar

- BARBOSA, Attila Magno e Silva. (2011). O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. *Revista De Sociologia E Política*, 19(38), 121–140. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000100008>
- BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. Aparecida: Idéias & Letras, 2007. 310 p.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 611 p.
- CARDOSO, A. **Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual**. Dados [Internet]. 2010;53(4):775–819. disponível: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000400001>
- HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. **A classe operária tem dois sexos**. *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, n.º 3, 1994. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291/14832>

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia do Trabalho (EAD)		06560194
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Attila Magno da Silva Barbosa		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 0	EAD: 60	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
O curso visa discutir o papel do trabalho nas sociedades capitalistas e suas transformações atuais, procurando analisar as mudanças tecnológicas e organizacionais no processo de trabalho e suas implicações na constituição de direitos, identidades sociais, atores coletivos e movimentos sociais.		
Ementa		
Trabalho como categoria estruturante na sociedade capitalista: Gerência científica e taylorismo; da acumulação fordista à acumulação flexível; A reordenação produtiva global: as redes empresariais e a desterritorialização da produção; Flexibilização, fragmentação e heterogeneidade no trabalho: cidadania e direitos do trabalho; Trabalho e gênero; O novo mundo do trabalho para além da fábrica: informalidade e economia solidária; Trabalho e subjetividade: a construção social de um novo trabalhador na contemporaneidade.		
Programa		
Unidade I. O trabalho como categoria estruturante das sociedades capitalistas Unidade II. Das origens da Gerência científica ao taylorismo Unidade III. Do fordismo à acumulação flexível Unidade IV. Ação coletiva, cidadania e direitos sociais Unidade V. A construção da sociedade do trabalho no Brasil Unidade VI. Mercado de trabalho e a questão da informalidade no Brasil Unidade VII. Novas configurações do mundo do trabalho: para além da fábrica Unidade VIII Trabalho e subjetividade no mundo contemporâneo		
Bibliografia básica		
BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista : a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 379 p. GOUNET. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo. 1999. HARVEY, David. Condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.		

7. ed. São Paulo: Loyola, 1998. 349 p.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). **Além da fábrica:** trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, 2012. 335 p.

Bibliografia complementar

BARBOSA, Attila Magno e Silva. (2011). O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. *Revista De Sociologia E Política*, 19(38), 121–140. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000100008>

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios:** insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. Aparecida: Idéias & Letras, 2007. 310 p.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 611 p.

CARDOSO, A. **Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente** desigual. Dados [Internet]. 2010;53(4):775–819. disponível: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000400001>

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. **A classe operária tem dois sexos.** Revista Estudos Feministas, vol. 2, n.º 3, 1994. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291/14832>

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia da Globalização		06560090
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Elaine Silveira Leite		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Oferecer uma discussão plural e atualizada sobre o fenômeno da globalização.		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a globalização em suas variadas dimensões. - Avaliar o agir dos grupos nacionais e multinacionais diante da dinâmica da globalização. - Analisar a o desenvolvimento de diversos processos de globalização. - Identificar quais são as especificidades atuais do capitalismo considerando o fenômeno da globalização. 		
Ementa		
A disciplina aborda os estudos sobre o fenômeno da globalização, desde as últimas décadas do século XX até os dias atuais. São abordados os aspectos econômicos, políticos e culturais da globalização bem como as variadas concepções teóricas e os diversos conflitos que nela se manifestam.		
Programa		
<p>Unidade I. Introdução ao fenômeno da globalização.</p> <p>Unidade II. Discussão conceitual: globalização, mundialização e sistema-mundo.</p> <p>Unidade III. Aspectos políticos, econômicos e culturais da globalização.</p> <p>Unidade IV. Informação, tecnologias e globalização.</p> <p>Unidade IV. Os atores sociais e políticos diante da globalização.</p>		
Bibliografia básica		
<p>SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). A globalização e as ciências sociais. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 572 p. ISBN 8524908351.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 143 p. ISBN 9788571104952.</p> <p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. v.1 (A era da informação : economia sociedade e cultura; 1). ISBN 9788577530366</p>		

Bibliografia complementar

ARRIGHI, Giovanni. Globalização e desenvolvimento desigual. In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, N° 1, Ago-Dez.2007
periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/1481/1109

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. In: Novos rumos, n. 37, p. 4-28, 2002. <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2192>

SASSEN, SASKIA. Será este o caminho? Como lidar com a imigração na era da globalização. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 64, Dezembro 2002, pg.41-54.
<https://journals.openedition.org/rccs/1230>

IANNI, Otávio. Globalização: Novo paradigma das ciências sociais. In: Estudos Avançados. vol.8 no.21 São Paulo May/Aug. 1994. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200009

Identificação		Código
Disciplina: A Sociologia de Henri Lefebvre		06560091
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: William Héctor Gómez Soto		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
<p align="center">Objetivo Geral</p> <p>Estudar o pensamento de Henri Lefebvre e sua contribuição para a sociologia</p> <p align="center">Objetivos específicos</p> <p>Conhecer a teoria sociológica lefebvriana sobre a vida cotidiana</p> <p>Conhecer a contribuição sociológica de Henri Lefebvre sobre as cidades e a produção do espaço</p> <p>Estudar o método lefebvriano dos resíduos e a crítica à modernidade.</p>		
<p align="center">Ementa</p> <p>A crítica à modernidade e ao estruturalismo. A teoria e o método dos resíduos. A sociologia do espaço e do urbano. A teoria do corpo e dos ritmos sociais. Sociologia da vida cotidiana. Sociologia da diferença. Henri Lefebvre e as ciências sociais no Brasil. A crítica lefebvriana do Estado.</p>		
<p align="center">Programa</p> <p>A crítica à modernidade</p> <p>A crítica ao estruturalismo</p> <p>A teoria e o método dos resíduos</p> <p>A sociologia do espaço e do urbano</p> <p>A teoria do corpo e dos ritmos sociais</p> <p>Sociologia da vida cotidiana</p> <p>Sociologia da diferença</p> <p>Henri Lefebvre e as ciências sociais no Brasil</p>		
<p align="center">Bibliografia básica</p> <p>LEFEBVRE, Henri. Lógica formal, lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 301 p</p> <p>LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Lisboa: Letra Livre, 2012. 143 p</p> <p>LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991. 215 p.</p>		

Bibliografia complementar

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 349 p

MACHADO, Carlos R. S.; MARTINS, César Augusto Àvila (org.). Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios. Rio Grande: Editora da Furg, 2011. 124 p

MARTINS, José de Souza. Introdução Crítica a Sociologia Rural. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 224 p.

MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvania Caiuby (org.). O imaginário e o poético nas ciências sociais. Bauru: Edusc, 2005. 314 p

SANTOS, Milton. Espaço & método. São Paulo: Nobel, 1985,1988. 88 p

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia Histórica do Estado		06560195
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Rodrigo Cantu		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo geral:		
- Apresentar e discutir as principais explicações da sociologia histórica para as características dos estados modernos no Norte e no Sul Global, com base na discussão de seus processos de formação.		
Objetivos específicos:		
- Discutir as características comparadas da fiscalidade, burocracia e capacidades estatais no Norte e no Sul Global.		
- Discutir as formas políticas pré-estatais, tais como bandos, tribos e chefaturas		
- Discutir os fatores econômicos e fiscal-militares na origem dos estados europeus e latino-americanos.		
- Discutir a transformação dos estados modernos com base na dinâmica da contestação e no surgimento de direitos		
Ementa		
Fiscalidade, burocracia e capacidades estatais comparadas no Norte e no Sul Global. Formas políticas em sociedades pré-estatais. As hipóteses fiscal-militar e econômica da origem dos estados europeus e latino-americanos. Dinâmica da contestação, direitos e transformação do estado na Europa, nos EUA e na América Latina.		
Programa		
Unidade 1 - A sociologia histórica dos estados modernos no Norte e no Sul Global.		
Unidade 2 - As características comparadas da fiscalidade, burocracia e capacidades estatais no Norte e no Sul Global.		
Unidade 3 - As formas políticas pré-estatais, tais como bandos, tribos e chefaturas		
Unidade 4 - Os fatores econômicos e fiscal-militares na origem dos estados europeus e latino-americanos.		
Unidade 5 - A transformação dos estados modernos e a dinâmica da contestação.		

Bibliografia básica

- WEBER, Max. Política como vocação. In: Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011. 320 W375c 18.ed. (BCS)
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador, vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 301 E42p (BCS)
- MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 301 M369c (BCS)
- TILLY, Charles. Coerção, capital e Estados europeus. São Paulo: Edusp, 1996. 940 T579c (BCS)

Bibliografia complementar

- CANTU, Rodrigo; HONORIO, Kaline; CUEVAS, Benjamín. Crises, ciclos de acumulação e fortalecimento fiscal dos estados na América do Sul (1914-1950). Revista Brasileira de Sociologia, v. 10, n. 24, p. 8-34, 2022. Disponível em <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/861/415> (acesso em 3/9/2023).
- TILLY, Charles. Guerra y construcción del estado como crimen organizado. Revista Académica de Relaciones Internacionales. n.5, 2006, p. 1-26. Disponível em: <https://revistas.uam.es/index.php/relacionesinternacionales/article/download/4866/5335> (acesso em 3/9/2023).
- CENTENO, Miguel Ángel. El Estado en América Latina. Revista CIDOB d'afers internacionals, v. 85-86, p. 11-31, 2009. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/RevistaCIDOB/article/download/130880/180645/> (acesso em 3/9/2023).
- HOFFMAN, Kelly; CENTENO, Miguel Angel. Um continente entortado (América Latina). Tempo social, v. 18, p. 11-46, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MnZ6Z4BGtGb4PQYQBY9FnLr/?format=html&lang=pt> (acesso em 3/9/2023).
- BORBA, Pedro. A construção da ordem política como processo de longa duração: estados pós-coloniais e desenvolvimento desigual na América Latina – c. 1770 a 1945. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/16381/2/Tese%20-%20Pedro%20dos%20Santos%20de%20Borba%20-%20202019%20-%20Completa.pdf> (Acesso em 3/9/2023).
- CORRÊA, Maria Leticia; MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Para uma leitura teórica da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil. Acervo, v. 25, n. 2, p. 17 - 30, 2012. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/319/319> (acesso em 3/9/2023).

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia Latino-Americana		06560196
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: William Héctor Gómez Soto		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Pensar sociologicamente América Latina		
Objetivos específicos		
Analisar as principais interpretações sociológicas desde e da América Latina		
Analisar as conexões epistemológicas entre a sociologia brasileira e o pensamento decolonial		
Ementa		
Pensar sociologicamente América Latina. Colonialismo, dependência e desenvolvimento. Construção e desconstrução da ideia da América Latina O giro decolonial. A América Latina vista desde Brasil e suas interconexões.		
Programa		
Construções da América Latina e suas interpretações; Colonialismo Dependência latino americana; Desenvolvimento na América Latina. Desconstruções da América Latina Deocolonialismo América Latina desde o Brasil		
Bibliografia básica		
CARDOSO, Fernando Henrique. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 143 p		
ECHAVARRIA, Jose Medina. Consideraciones sociologicas sobre el desarrollo economico de America Latina / Jose Medina Echavarría. Buenos Aires: Solar, 1964. 171 p		
IANNI, Octávio. Sociologia da sociologia latino-americana. 2. ed. [Rio de Janeiro]: Civilização Brasileira, [1976]. 186 p		

Bibliografia complementar

BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: a América Latina após 1930 : economia e sociedade v.6. São Paulo: EDUSP, 2009. 558 p. CECEÑA, Ana Esther (org.). Hegemonias e emancipações no século XXI. Buenos Aires: CLACSO, 2005

FRANK, Andre Gunder. Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980. 259 p

GERMANI, Gino. Política e sociedade numa época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massa. São Paulo: Mestre Jou, 1973

SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). Mundialização e sociologia crítica da América Latina. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 287

TOURAINE, Alain. Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetoria Cultural : Ed. da UNICAMP, 1989. 598 p

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia dos Movimentos Sociais		06560197
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Simone da Silva Ribeiro Gomes		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4	EAD: 0	
Prático: 0	Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
O objetivo da disciplina é apresentar aos estudantes teorias clássicas e contemporâneas sobre os movimentos sociais (e noções afins como a ação coletiva, o conflito social, os protestos e contestações)		
Ementa		
Institucionalização dos Movimentos Sociais. Abordagens clássicas na Europa e nos Estados Unidos. Teoria da Escolha Racional, Teoria da Mobilização de Recursos e Teoria do Processo Político. Contribuições do Sul Global. Movimentos Sociais na América Latina. Identidade e Movimentos. Mídias Sociais e Movimentos Sociais. Repertórios da Ação Coletiva. Ciclo de protestos. Desafios Teórico-metodológicos.		
Programa		
O processo de Institucionalização dos Movimentos Sociais Teoria da Escolha Racional Teoria da Mobilização de Recursos; Teoria do Processo Político Contribuições Teóricas do Sul Global Movimentos Sociais na América Latina Identidade e Movimentos Mídias Sociais e Movimentos Sociais Repertórios da Ação Coletiva. Ciclo de protestos Desafios Teórico-metodológicos		

Bibliografia básica

- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1997.
- LE BON, Gustave. Psicologia das multidões. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.
- MARX, Karl. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- SADER, Eder Quando novos personagens entraram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- TARROW, Sidney G. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009
- TILLY, Charles. Contention and democracy in Europe: 1650-2000. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Bibliografia complementar

- BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Coord.). Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 10. ed. 1985 (várias edições)
- KOLLONTAI, Alexandra. A nova mulher e a moral sexual. 3. ed. São Paulo: Global, 1979.
- MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

Identificação		Código
Disciplina: Sociologia, Sociedade e Meio Ambiente		06560198
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: William Héctor Gómez Soto		
Currículo: Semestral		Caráter: Optativa
Carga horária total: 60		Créditos: 4
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4		EAD: 0
Prático: 0		Ext: 0
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo geral		
Fazer uma reflexão sobre a crise ambiental na sociedade contemporânea, em relação à ideia de progresso social, de desenvolvimento e de modernização, assim como dos desafios teóricos e epistemológicos das ciências sociais, especialmente da sociologia.		
Específicos.		
1. Analisar a origem da crise ambiental e suas manifestações		
2. Analisar os desafios epistemológicos, ontológicos e históricos da crise ambiental		
3. Analisar as contribuições da teoria social clássica e contemporânea diante a questão ambiental		
4. Analisar as relações entre a crise ambiental e a racionalidade moderna		
5. Analisar a produção de conhecimento sobre a questão ambiental no Brasil		
Ementa		
Dedica-se ao estudo da produção intelectual que desde os anos 70 centra-se nas questões ambientais, destacando os desafios e debates no campo da sociologia.		
Programa		
Teoria social e meio ambiente Interdisciplinaridade e problema ambiental		
O problema ambiental no Brasil e as ciências sociais		
A sociologia dos conflitos sócio-ambientais		
Sustentabilidade e desenvolvimento		
Bibliografia básica		
ALONSO, Angela; Costa, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos-ambientais. http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf		
BUTTEL, F. Sociologia e meio ambiente: um caminho tortuoso rumo a ecologia humana. Perspectivas, n.15, S.P. pp.69-94. http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1961/1599		
LATOURETTE, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. 149 p.		

Bibliografia complementar

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013. 383 p.

IBGE - Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002 e 2004, disponíveis em <http://www.ibge.gov.br>

FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005, 418 p,

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. 177 p

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 226 p.

Identificação		Código
Disciplina: Teoria Crítica e Sociologia		06560199
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Sílvio César Camargo		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 60 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
<p>O curso visa a um olhar panorâmico e introdutório aos principais problemas e conceitos que caracterizam a chamada teoria crítica da sociedade. Busca enfatizar as contribuições da Teoria Crítica para o campo da Sociologia, mesmo que mantendo as interlocuções necessárias com outros campos do saber, como a Filosofia e a Psicanálise. A investigação dos problemas, atinentes principalmente no que convencionou chamar Escola de Frankfurt, busca um apanhado histórico deste modelo de pensamento e teoria social, com ênfase no desenvolvimento comparativo especialmente em Adorno, Horkheimer, Habermas e Honneth, destacando suas contribuições para a sociologia e a teoria social contemporânea.</p>		
Ementa		
<p>A teoria crítica da sociedade, com ênfase na denominada Escola de Frankfurt. Teoria Crítica e modernidade. Teoria Crítica e herança do marxismo. Georg Lukács e o fenômeno da reificação. Walter Benjamin e as obras de Arte. Primeira geração da Escola de Frankfurt: Adorno e Horkheimer. Segunda geração: Habermas e a ação comunicativa. Terceira geração: Axel Honneth e reconhecimento. O conceito de teoria crítica, e sua atualidade, para além da matriz frankfurtiana.</p>		
Programa		
<p>Unidade I. A ideia original de Teoria Crítica Unidade II. De Lukács à Adorno: reificação e racionalidade Unidade III. A “Dialética do Esclarecimento” e a teoria social Unidade IV. Adorno e a controvérsia do positivismo Unidade V. A crítica habermasiana: a ação comunicativa Unidade VI. Reconhecimento e os novos desafios da teoria crítica</p>		
Bibliografia básica		
<p>ADORNO, Theodor. <i>O Fetichismo na Música e a Regressão na Audição</i>. São Paulo: Abril Cultural: 1983. _____. <i>Introdução à Controvérsia do Positivismo na sociologia alemã</i>. São Paulo: Abril: 1983. _____. & HORKHEIMER, Max. <i>Dialética do Esclarecimento</i>. Rio de Janeiro: Zahar: 1985. HABERMAS, Jürgen. <i>Técnica e Ciência Enquanto Ideologia</i>. São Paulo: Abril Cultural: 1983.</p>		

HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento*. A Gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo: Ed. 34: 2003.

HORKHEIMER, Max. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. São Paulo: Abril: 1983.

Bibliografia complementar

ADORNO, Theodor. *O Ensaio Como Forma*. In: COHN, Gabriel (Org.): São Paulo: Ática: 1986 b. p.167-187.

_____ e HORKHEIMER, Max. *Temas Básicos de Sociologia*. São Paulo: Cultrix: 1978.

ANDERSON, Perry. *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo: Brasiliense: 1989.

ARATO, Andrew & GEBHARDT (Eds.) *The Essential Frankfurt School Reader*. New York: Continuum: 1992.

BENHABIB, Seyla. *Critique, Norm, and Utopia*. New York: Columbia of University Press: 1986.

BENJAMIN, Walter. *Textos de Sociologia*. In: KOTHE, Flávio (Org.). São Paulo: Ática: 1985.

BRONNER, S. and KELNNER, D. (Eds.). *Critical Theory and Society – A Reader*. New York: Routledge: 1989.

CAMARGO, Sílvio. *Modernidade e Dominação: Theodor Adorno e a Teoria Social Contemporânea*. São Paulo: Annablume/Fapesp: 2006.

FRASER, Nancy and HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition – A Political-Philosophical Exchange*. New York: Verso Books: 2004.

FREITAG, Bárbara. *Teoria Crítica Ontem e Hoje*. São Paulo: Brasiliense: 1990.

HABERMAS, Jürgen. *Perfiles Filosófico-Políticos*. Madrid: Taurus: 1975.

HONNETH, Axel. *The Critique of Power. Reflective Stages in a critical social Theory*. London: The MIT Press, 1991.

JAY, Martin. *A Imaginação Dialética*. São Paulo: Contraponto: 2016.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Lisboa: Escorpião: 1986.

MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução*: São Paulo: Paz e Terra: 1978.

NOBRE, Marcos. *Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____ (Org.). *Curso Livre de Teoria Crítica*. São Paulo: Papyrus: 2011.

Identificação		Código
Disciplina: Teoria da Representação Política		06560200
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Álvaro Augusto de Borba Barreto		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Analisar e discutir as diferentes concepções teóricas em torno da representação política.		
Ementa		
Representação política: elementos teóricos e aplicações.		
Programa		
Representação política: elementos teóricos e formas. Representação como espelho ou filtro. O modelo da dupla identidade. Mecanismos de controle do representante. Teorias contemporâneas		
Bibliografia básica		
D'URSO, Flavia. A crise da representação política do Estado perspectivas da soberania em Carl Schmitt, Michel Foucault e Giorgio Agamben. São Paulo: Minha Editora, 2016. URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? Lua Nova, n. 67, p. 191-228. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/4qsH3GhJPTTnmmMhJg8jkhB/?format=pdf&lang=pt YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, v. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/346M4vFfVzg6JFk8VZnWVvC/?format=pdf&lang=pt		

Bibliografia complementar

ABREU, Maria Aparecida (Org.). Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3049/1/Livro-Redistribui%C3%A7%C3%A3o_reconhecimento_e_representa%C3%A7%C3%A3o-di%C3%A1logos_sobre_igualdade_de_g%C3%Aanero

ARCHANJO, Daniela Resende. Representação política: um diálogo entre a teoria e a prática. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 38, p. 65-83, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/S7BrzTJt4WVNqsJ4NJmzG/?format=pdf&lang=pt>

CARREIRÃO, Yan de Souza. Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional. Opinião Pública, v. 21, n. 2, p. 393-430, ago. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/op/a/CLVkx8R8sqQXh4hjygTsGHj/?format=pdf&lang=pt>

ESPOSITO, Roberto. Categorias do impolítico. São Paulo: Autêntica, 2019.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. Eleição e representação. Lua Nova, n. 67, p. 105-138, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/WzLctJ6mDBHky5PhBYsHHcQ/?format=pdf&lang=pt>

Identificação		Código
Disciplina: Teorias da Democracia		06560054
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Bianca de Freitas Linhares		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
Apresentar as principais formulações teóricas democráticas contemporâneas críticas ao paradigma pluralista elitista.		
Ementa		
Panorama da teoria contemporânea elitista pluralista da democracia. Teoria democrática participacionista. Teoria democrática deliberativa. Teoria democrática pós - estruturalista. Outras perspectivas alternativas de democracia.		
Programa		
<ul style="list-style-type: none"> – Paradigma elitista pluralista Joseph Schumpeter; Robert Dahl. – Teoria democrática participacionista Aspectos gerais do participacionismo; Proposta de C. B. Macpherson; Proposta de Carole Pateman. – Teoria democrática deliberativa Aspectos gerais do deliberativismo; Proposta de Jurgen Habermas e seguidores; Proposta de John Rawls e seguidores. – Teoria democrática pós-estruturalista Aspectos gerais da democracia pós - estruturalista; Democracia radical de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe; O desentendimento de Jacques Rancière. 		
Bibliografia básica		
<p>CUNNINGHAM, Frank. Teorias da democracia: uma introdução crítica. Porto Alegre: Artmed, 2009. 285p.</p> <p>HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 354 p.</p> <p>RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Brasília: Ed. da UNB, 1981. 461 p</p>		

Bibliografia complementar

AVRITZER, Leonardo. Democracy and the public space in Latin America. Princeton: Princeton University Press, 2002. 202 p.

DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: Ed. UnB, 2001. 230 p.

HÖFFE, Otfried. A democracia no mundo de hoje. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 564 p.

LOVETT, Frank. Uma teoria da justiça, de John Rawls. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOUZA, Jessé (Org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora [da] UnB, 2001. 479 p.

Identificação		Código
Disciplina: Teoria Social Latino-Americana		06560201
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Simone Da Silva Ribeiro Gomes		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo		
O objetivo da disciplina é apresentar aos estudantes as teorias clássicas e contemporâneas sobre a América Latina, suas abordagens seminais e autores principais.		
Ementa		
Algumas construções da América Latina. O papel das mulheres na teoria social latino-americana. Modernização e a matriz nacional-popular. A marginalidade e o colonialismo interno. O desenvolvimento e a dependência. Limites e possibilidades da teoria social latino-americana.		
Programa		
<p>Construções da América Latina e suas interpretações;</p> <p>Os principais debates da teoria social na América Latina a partir do século XX até as transições à democracia</p> <p>As construções da região, passando pelo papel das teóricas mulheres, até as teorias da modernização e da dependência.</p> <p>As construções históricas e conceituais da região, com base em ensaios clássicos, escritos a partir das independências formais no início do século XIX até meados do século XX</p> <p>Os debates clássicos que orientaram a teoria social latino-americana após a Segunda Guerra Mundial</p>		

Bibliografia básica

CARDOSO, Fernando; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. WASSERMAN, Claudia. História da América Latina: cinco séculos. Porto Alegre:UFRGS Editora, 1977.

KOWARICK, Lucio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. São Paulo. Paz e Terra, 1994.

Bibliografia Complementar

BORON, Atilio. Estado, capitalismo e nação na América Latina. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

AUGUSTA, Nisia Floresta Brasileira. Direitos das mulheres e injustiça dos homens. 4. ed. São Paulo:Cortez. 134 p. (Biblioteca da educação. Serie 3 : Mulher tempo; 3), 1989.

MARINI, Ruy Mauro, "Las Raíces del Pensamiento Latinoamericano" (disponível no Arquivo Ruy Mauro Marini da UNAM/México: http://www.marini-escritos.unam.mx/035_pensamiento_latinoamericano_es.htm).

Identificação		Código
Disciplina: Trabalho, Sociedade e Desigualdades		06560202
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável: Francisco Eduardo B. Vargas		
Currículo: Semestral	Caráter: Optativa	
Carga horária total: 60	Créditos: 4	
Distribuição dos créditos		
Teórico: 4 Prático: 0	EAD: 0 Ext: 0	
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
<p>Analisar a conformação do mercado de trabalho, em específico da sociedade brasileira, bem como a crise da condição salarial na contemporaneidade. Compreender a divisão sociosexual e socio-racial do trabalho. Identificar o papel do Estado e das instituições na elaboração de políticas públicas de emprego que tratam da questão social.</p>		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar as transformações do trabalho nas sociedades modernas, a estruturação da condição salarial, identificando sua conexão com a produção das desigualdades e com a emergência da questão social. - Analisar a formação e a transformação do mercado de trabalho no Brasil, os processos de informalização, precarização e flexibilização do trabalho e a produção das desigualdades sociais - Identificar e analisar as políticas públicas de trabalho e emprego no Brasil, identificando seu papel no enfrentamento da questão social. - Compreender o racismo como fenômeno estrutural presente, portanto, no mercado de trabalho. Observar as desigualdades e as suas múltiplas opressões (raça, classe e gênero). - Identificar e utilizar as principais fontes de dados estatísticos sobre mercado de trabalho no Brasil - Analisar as transformações do trabalho e do mercado de trabalho na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, em conexão com os objetivos e atividades propostos pelo Observatório Social do Trabalho, projeto de pesquisa, ensino e extensão do IFISP/UFPel 		

Ementa

Análise da conformação do mercado de trabalho na sociedade capitalista e no Brasil. Compreender a conformação do mercado de trabalho brasileiro atrelado a desigualdade social. Observar os múltiplos atravessamentos de opressões que marcam a nossa questão social. Entender a crise da condição salarial, as especificidades brasileiras, bem como o papel do Estado e das instituições públicas de emprego no tratamento da questão salarial.

Programa

I – A construção do objeto de investigação:

Trabalho, mercado de trabalho e desigualdades sociais: centralidade e precariedade do trabalho em debate.

Trabalho, cidadania e questão social.

II – As transformações do trabalho, a reestruturação capitalista e a crise nas sociedades contemporâneas:

Transformações do paradigma produtivo, acumulação flexível e empresas em rede.

Transformações da condição salarial, nova questão social e cidadania.

Trabalho, mercado de trabalho e desigualdades sociais.

III – As transformações do mercado de trabalho, as desigualdades e a questão social no Brasil:

A formação do mercado de trabalho brasileiro.

O Estado, a questão social e a cidadania no mercado de trabalho brasileiro.

O mercado de trabalho brasileiro e suas especificidades: a divisão socio racial e sociossexual do trabalho.

A sociedade do trabalho Brasil: desigualdades, padrões do mercado de trabalho brasileiro e a, informalidade.

Bibliografia básica

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **ESTUDOS AVANÇADOS**, 30 (87), 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/TF6hhZK3Z6zCbpTDsdD6Sjg/>

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social.

Novos Estudos Ceprab. São Paulo: março, 2008. P. 71-88. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/rQ69pSZsgmm9ByXjVNRVGwP/?format=pdf>

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 611p.

Bibliografia complementar

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise**. nº 7, 2015. Friedrich Ebert Stiftung. Brasil. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/121>

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: Consequências da reforma trabalhista. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, abr. 2018. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>

JACCOUD, Luciana (org). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3234/1/Livro_Questao_Social.pdf

LIMA, Jacob Carlos; MARTINS JÚNIOR, Angelo. Mobilidades diferenciadas e ilegalidades institucionalizadas: Tendências e contradições do trabalho na contemporaneidade. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 31-51, abr. 2018. <https://doi.org/10.11606/0103->

2070.ts.2018.138076

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001, 2005. 151 p.

Identificação		Código
Disciplina: Universidade e Mundo do Trabalho		06560203
Unidade/Responsável: IFISP - Departamento de Sociologia e Política		
Professor(a) responsável:	Francisco Eduardo B. Vargas	
Currículo: Semestral		Caráter: Optativa
Carga horária total: 60		Créditos: 4
Distribuição dos créditos		
Teórico:	1	EAD: 0
Prático:	0	Ext: 3
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Todos		
Objetivo Geral		
<p>Compreender a função e o papel da Extensão Universitária a partir do desenvolvimento de pesquisa e de atividades com trabalhadores e trabalhadoras de Pelotas e região. Contribuir para o tratamento dos problemas referentes ao emprego e a renda enfrentados pela comunidade.</p>		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar experiências e trajetórias de trabalhadores no mercado de trabalho e suas construções identitárias; - Investigar as práticas profissionais e as ocupações presentes em Pelotas. - Estudar a particularidade do desenvolvimento regional de Pelotas. - Estudar a trajetória profissional de trabalhadores de Pelotas; - Estudar o papel dos sindicatos dos principais setores de Pelotas, bem como seus dilemas. - Identificar as vagas de emprego e facilitar o acesso a elas pelos (as) trabalhadores (as). - Analisar as transformações do trabalho e do mercado de trabalho na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, em conexão com os objetivos e atividades propostos pelo Observatório Social do Trabalho, projeto de pesquisa, ensino e extensão do IFISP/UFPel. - Discutir o significado da Extensão Universitária em uma perspectiva articuladora com o Ensino e a Pesquisa, assim como suas implicações no processo de formação acadêmico-profissional e de transformação social; - Divulgar o conhecimento científico produzido às comunidades acadêmicas e grupos sociais. 		
Ementa		
<p>A disciplina visa aproximar o (a) graduando em Ciências Sociais da comunidade de Pelotas através da realização de pesquisa sobre esse mercado de trabalho, assim como pela realização de atividades com trabalhadores e trabalhadoras que visem entender os principais problemas enfrentados na relação com o emprego e a renda. A partir desse diagnóstico pretende-se contribuir para o tratamento das questões levantadas.</p>		

Programa

1. Identificação do perfil de desenvolvimento do mercado de trabalho de Pelotas e região:
 - a) Elaboração de diagnóstico sobre o mercado de trabalho de Pelotas.
 - b) Execução das atividades de pesquisa, observação e levantamento de dados quantitativos.
 - c) Organização e análise dos dados observados.
 - d) Redação de um relatório de pesquisa.
 - e) Apresentação dos resultados e elaboração de estratégias.

2. Atividades extensionistas:
 - a) Realização de entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras que procuram emprego no Sine e que se qualificam no Senai.
 - b) Realização de entrevistas com os sindicatos de Pelotas.
 - c) Elaboração de relatório sobre os dilemas enfrentados.
 - d) Realização de uma atividade conjunta que envolva o Sine/Pelotas, o Senai/Pelotas e a Prefeitura de Pelotas.
 - e) Elaboração de relatório final.

Bibliografia básica

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 303 p.
FERNANDES, Florestan. **A condição de sociólogo**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 168 p.
OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007. 182 p.

Bibliografia complementar

MOLL, Jaqueline; SEVEGNANI, Palmira (Orgs). **Universidade e mundo do trabalho**: Brasília, 19 e 20 de dezembro de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/universidade_e_mundo_do_trabalho.pdf

RIGO, Luiz Carlos; THOMAZ, Florismar Oliveira; PARDO, Eliane Ribeiro (org.). **Além da universidade** juí: Ed. UNIJUI, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Séc. XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, v. 23, p. 137-202, 2005. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-Boaventura.pdf>

VARGAS, Francisco. A Sazonalidade da Ocupação em Pelotas: uma análise sobre a indústria de conservas vegetais. **Cadernos do ISP**, Pelotas-RS, v. 6, n.6, p. 61-96, 1995.

VARGAS, Francisco. O mercado de trabalho e a questão do emprego no Brasil: Integração precária e desenvolvimento desigual. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, p. 183-203, 2014. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/124/58>

METODOLOGIAS DE ENSINO, ACOMPANHAMENTO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Considerando as competências e habilidades a serem constituídas, a avaliação dos discentes deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos futuros cientistas sociais e docentes da área na educação básica, permitindo-lhes identificar as escolhas adotadas. Deverão ser periódicas e sistemáticas, com procedimentos diversos, incluindo conteúdos desenvolvidos, procedimentos metodológicos e instrumentos de avaliação que conduzam ao perfil do egresso contido na proposta do curso.

Ressalta-se que o curso atende a proposta pedagógica da UFPel, que envolve currículos flexíveis a partir de uma consistente base teórico-metodológica, maior tempo para leitura, maior carga horária de prática de ensino e pesquisa cuja consequência é um processo de ensino-aprendizado construtivo e não repetitivo, e, portanto, um aluno crítico com maiores possibilidades de enfrentar o mercado de trabalho.

O sistema de avaliação dos alunos desenvolve-se, fundamentalmente, através de seminários temáticos ou bibliográficos, fichas de leitura e resenhas, trabalhos de pesquisa de campo, elaboração de artigos e realização de provas escritas individuais ou em grupos. Ao final do curso, o aluno elaborará um Relatório Reflexivo vinculado ao componente curricular de Estágio III, no qual integra a experiência das atividades de regência em sala de aula.

Em conformidade com o Regulamento de Graduação da Universidade (2018), o desempenho acadêmico é resultante do conjunto de procedimentos de avaliação. Os procedimentos, os instrumentos e os critérios de análise para aferição do desempenho do discente nos componentes curriculares serão propostos pelo docente no início do período letivo, e referendados no plano de ensino pelo Departamento de Sociologia e Política, assim como o controle de frequência, que prevê pelo menos 75% de frequência em cada componente curricular. Para fins de acompanhamento pelo Departamento e pelo Colegiado de Curso, o docente deverá realizar o registro semanal da frequência no sistema acadêmico para o acompanhamento discente.

A aprovação no componente curricular ocorrerá quando o educando obtiver, no conjunto das avaliações, desempenho satisfatório, indicado por nota numérica igual ou superior a 7,0.

Recomenda-se ainda, que cada docente discuta os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento ocorra antes do próximo processo avaliativo, de modo a potencializar o caráter formativo da avaliação. As notas de cada avaliação deverão ser registradas no sistema acadêmico, ao longo do período letivo, possibilitando o acompanhamento do discente.

O resultado final do semestre deverá ser registrado no sistema acadêmico com 72 horas de antecedência mínima ao exame. Para poder realizar o exame, o estudante deverá ter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e obter média semestral entre 3 (três) e 6,9 (seis inteiros e nove décimos). A aprovação após exame será obtida se a média entre a nota do exame e a média semestral for igual ou superior a 5,0 (cinco). Os Estágios curriculares não são passíveis de exame pela natureza da atividade, sendo necessária a obtenção da média 7 (sete) para aprovação.

Destaca-se que o processo avaliativo dos componentes curriculares cuja totalidade de seus créditos são ofertados na modalidade EAD, será presencial, com, no mínimo, 60% do peso total.

APOIO AO DISCENTE

A Coordenação do Colegiado, com apoio deste, realiza o acompanhamento da evolução dos estudantes do Curso de Ciências Sociais, a partir dos relatórios disponíveis no Sistema Acadêmico, de modo a orientar o fluxograma dos estudantes ao longo da trajetória acadêmica e, quando necessário, a formulação de planos de estudos individuais, para recuperação de aprendizagens com vias à conclusão do Curso.

A Coordenação do Curso mantém interlocução constante com os diferentes órgãos da UFPel responsáveis pelo suporte aos estudantes da Universidade, com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento desses.

Entre os órgãos da UFPel, destacam-se a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), responsável pelas políticas de assistência aos estudantes; e a Coordenação de Diversidade e Inclusão (CID), vinculada ao Gabinete da Reitoria, responsável pelas políticas de inclusão de estudantes cotistas e minorias no ambiente da Universidade.

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis foi criada no ano de 2007, a partir da identificação da necessidade de atendimento aos estudantes de diversas partes do país, ingressantes através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que passaram a demandar a ampliação do programa de moradia estudantil e a criação de alojamento provisório. Essa foi a motivação para transformar a CAEC (Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários) em uma Pró-Reitoria, aumentando a capacidade de atendimento dos estudantes, com uma estrutura mais adequada para responder positivamente a essas demandas e a outras, que foram se apresentando com a consolidação dessa forma de ingresso na UFPel.

A PRAE conta com duas Coordenações: [a] de Integração Estudantil (CIE); e [b] de Políticas Estudantis (CPE), e são subdivididas em núcleos que acompanham os diversos programas desenvolvidos na Instituição.

A **Coordenação de Integração Estudantil (CIE)** possui três núcleos, que são:

[1] o Núcleo de Serviço Social (NSS), responsável por: [a] estabelecer critérios relativos ao estudo social de discentes participantes da seleção para os programas de assistência estudantil; [b] discutir, elaborar, atualizar e divulgar as normas dos Programas de Assistência Estudantil; [c] realizar a inscrição e seleção para os programas estudantis e processo de ingresso por Cotas Sociais; [d] atender demandas de assistência de estudantes, orientando-os e encaminhando-os aos serviços/setores adequados

[2] o Núcleo de Gestão de Programas (NGP), responsável pela: [a] execução e acompanhamento dos programas de assistência estudantil; [b] operacionalização das listas de pagamento de bolsas dos programas de

assistência estudantil; [c] manutenção dos cadastros dos programas de assistência estudantil.

[3] o Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente (NUPADI): responsável por [a] acompanhar, preferencialmente os estudantes bolsistas da PRAE, a fim de atender a demanda que as defasagens psicossociais e pedagógicas configuram; [b] estudar, diagnosticar e intervir nas causas que geram problemas específicos de aprendizagem, sejam de origem emocional, pedagógica, orgânica ou social, que constituem prejuízos importantes à formação acadêmica, à integridade psíquica do aluno e à sua saúde e bem estar.

A **Coordenação de Políticas Estudantis (CPE)** está estruturada em dois núcleos:

[1] o Núcleo de Moradia Estudantil (NME), responsável por [a] gerenciar a acolhida e permanência dos estudantes vinculados à moradia estudantil, bem como [b] zelar pelas adequadas condições de infraestrutura da Casa do Estudante da UFPel e da Casa dos Estudantes Indígenas e Quilombolas da UFPel.

[2] O Núcleo de Políticas Estudantis (NPE) tem como atribuições: [a] estabelecer um canal direto de comunicação com a categoria discente da Universidade, assim como [b] planejar e implementar programas de interesse dos discentes da UFPel. Entre estes, destacam-se o Programa de Auxílio a Eventos e as Formaturas Institucionais.

A **Coordenação de Diversidade e Inclusão (CODIn)** é o órgão responsável por estabelecer políticas, diretrizes e práticas para a consolidação das ações afirmativas na universidade. À Coordenação de Inclusão e Diversidade compete:

[1] estabelecer políticas e diretrizes na consolidação de ações na comunidade universitária em relação às cotas no ingresso e permanência no ensino superior, em cursos de graduação e pós-graduação, e às cotas no ingresso aos cargos de servidores da UFPel conforme a legislação vigente;

[2] desenvolver estratégias políticas na instituição para o acompanhamento dos grupos de alunos cotistas e servidores efetivados pelas políticas de ação afirmativa, mediante o levantamento de dados diversos e o

incentivo de oferta de políticas institucionais a serem mobilizadas por órgãos e agentes públicos da UFPel e da sociedade em geral;

[3] desenvolver, de forma articulada com toda a Instituição, ações para sensibilização e mobilização da comunidade universitária para a convivência com as diversas realidades presentes na diversidade social (correlacionadas à gênero e sexualidade, à etnia, à tradição das culturas, e à vulnerabilidade socioeconômica) com foco nas diretrizes de uma discriminação positiva, em todos os segmentos universitário e em conjunto com a comunidade envolvente;

[4] fomentar e consolidar o cuidado e atuação no campo da acessibilidade física e psicológica das pessoas integrantes da Universidade, propiciando sua convivência integrada na comunidade universitária;

[5] assessorar órgãos diversos no planejamento e programação de ações que apontem para a atenção à vivência da diversidade na Universidade.

A Coordenação de Inclusão e Diversidade está dividida em três Núcleos:

O **Núcleo de Gênero e Diversidade** (NUGEN) desenvolve atividades relacionadas ao gerenciamento das questões relacionadas aos conflitos e integração entre multigêneros na universidade. Desenvolve ações junto a escolas públicas da educação básica, bem como a promoção de eventos que permitam a aproximação da Universidade e a inclusão dos diversos grupos ligados às ações de gênero tanto internas quanto externas à IES. Atua para uma “revolução acadêmica” na apresentação da produção científica, cultural e artística da comunidade acadêmica e de interação com a CID e Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, Extensão e Cultura, de Gestão da Informação e Procuradoria, divulga a cultura destes grupos multigêneros compartilhando saberes e incentivando a discussão sobre as temáticas da sexualidade e identidade de gênero. Incentiva a ampliação do rol de componentes curriculares e conteúdos programáticos que abordem as temáticas da sexualidade e identidade de gênero. Propõe ações com base nas leis de diretrizes nacionais em favor da transversalidade da temática de gênero nos currículos em todos os cursos da IES. Promove o cumprimento das políticas de gênero através de parcerias e convênios que permitam o acesso aos pós-graduação, o intercâmbio universitário, maior número de bolsas acadêmicas

para as comunidades historicamente discriminadas por sua identidade de gênero. Enquanto ação institucional a UFPel reconhece o registro do nome social mediante matrícula junto à Coordenação de Registros Acadêmicos.

O Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade desenvolve atividades relacionadas ao gerenciamento das vagas ocupadas por cotistas ou direcionadas a estes; atividades educativas e informativas nas escolas públicas de Educação Básica, bem como a promoção de eventos que permitam a aproximação da Universidade e a inclusão dos indígenas, quilombolas e negros, suas famílias, além dos representantes comunitários de onde provêm esses/as estudantes, mediante ações conjuntas construídas pelos envolvidos. Seguindo a ideia de revolução acadêmica permite disponibilizar um espaço permanente, para expor a produção científica, cultural e artística da comunidade acadêmica, ações definidas e implementadas pela CID em conjunto com outros órgãos administrativos da UFPel. Em ação conjunta com a CID divulga a cultura popular e auxiliar na geração de renda dessas comunidades, através do compartilhamento de saberes e técnicas de produção que facilita a comercialização de produtos originários dessas comunidades.

O NUAAD dialoga com as Unidades Acadêmicas informando-as sobre como ocorre a promoção de políticas afirmativas na UFPel. Fiscaliza a forma da implementação das políticas afirmativas, no que tange o acesso e restrição às fraude; incentiva a ampliação do rol de componentes curriculares e conteúdos programáticos que abordem as temáticas da sexualidade, raça/etnia e identidade de gênero e questões étnico-raciais e direitos humanos. Estas atividades ampliam o que se prevê nas leis de diretrizes nacionais em favor da transversalidade de tais temáticas nos currículos, independentemente do perfil e do nível do curso. Promove o cumprimento das ações afirmativas estabelecendo parcerias e convênios que permitam o acesso à pós-graduação, o intercâmbio universitário, maior número de bolsas acadêmicas, entre outras.

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) trabalha para garantir o reconhecimento da diversidade e do direito à educação. Compreende-se que

não basta, para atingir esse objetivo, apenas a compreensão conceitual para concretização destes preceitos, são necessárias ações que viabilizem a chamada Educação Inclusiva e que promovam condições de acessibilidade, apoios, adaptações curriculares e recursos de tecnologia assistiva, visando à eliminação de barreiras e a criação de condições de igualdade de oportunidades para o aluno que apresente necessidades educativas especiais sem, entretanto, caracterizar situação de privilégio.

A educação inclusiva pressupõe o redimensionamento da prática pedagógica, não só para os alunos com deficiência, mas para todos os alunos em processo de escolarização, em todos os níveis e modalidades de ensino, na compreensão de não homogeneização do processo educacional.

Para tanto, os cursos de licenciatura da Universidade Federal de Pelotas, apresentam como um dos eixos articuladores a educação inclusiva, não só nas disciplinas específicas que tratam do tema, mas nas demais propostas no currículo e nas que se referem a prática pedagógica e a prática como componente curricular.

Além disso, a partir da legislação, a Lei 13.409/2016, que implantou as cotas para deficientes no ensino superior e a resolução CONAE, 2008/2010, que estabelece as regras para acessibilidade do/a estudante com deficiência, transtorno do espectro do autismo, altas habilidades e superdotação na UFPEL, os cursos viabilizam, quando necessário, os apoios devidos aos alunos/as, sejam em recursos pedagógicos, estruturais acadêmicos, salientando: [a] a necessidade de reconhecimento da Deficiência ou Transtorno apresentado pelo/a estudante, validada sob matrícula autodeclarada e laudo comprovado; [b] a definição e implementação de respostas educativas adequadas, em articulação com os órgãos de gestão e serviços de apoio cujo envolvimento seja pertinente; [c] o acompanhamento sistemático para o desenvolvimento das ações, medidas e procedimentos oferecidos aos alunos com Deficiência, TEA, Altas Habilidades e Superdotação; [d] a articulação com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI, a fim de solicitar os apoios necessários, bem como atuar frente às orientações recebidas deste órgão de apoio da Universidade; [e] a superação de barreiras conceituais, atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas e pedagógicas, indicadas na legislação que

trata dos direitos da pessoa com deficiência; [f] a formação continuada de professores/as de ensino superior vinculados aos cursos de licenciatura, no que tange a acessibilidade e inclusão, recursos de tecnologia assistiva, entre outros temas pertinentes.

Em acordo com os princípios da educação inclusiva, o atendimento à diversidade para acessibilidade e inclusão proposto neste PPC, divide-se em quatro áreas de intervenção, interligadas:

[1] **À acessibilidade e mobilidade**, que perpassa ações para:

[a] a elaboração entre Gestão da UFPel, do IFISP e das outras Unidades que partilham os espaços do Campus das Ciências Sociais e Humanidades (CCHS) de um plano de acessibilidade para adequação nas instalações que permitam o acesso e a livre mobilidade, oferecendo também apoio, orientação e prioridade no atendimento dos estudantes em questão;

[b] identificação e seleção das salas de aula, em função da melhor acessibilidade;

[c] acompanhamento individualizado que possibilite o deslocamento e o acesso;

[d] treinamento de funcionários quanto à maneira mais adequada de agir em relação ao estudante com deficiência;

[e] orientação aos professores/as para que estes/as possam oferecer aos seus estudantes as condições de bom aproveitamento e participação no espaço de sala de aula;

[f] colocação de placas indicativas, por meio do Sistema Braille, segundo os critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o objetivo de facilitar a localização dos pontos de referência, dentro da Universidade e propiciar maior autonomia a essa população.

[2] **O apoio pedagógico**, com ações voltadas ao/à:

[a] ajustamento no plano de estudos do curso e/ou programas curriculares das disciplinas;

[b] reestruturação dos textos de estudo e apoio, adaptando-os ao nível de conhecimento do vocabulário dos/as estudantes surdos/as, cegos/as e disléxicos/as (ampliado, Braille, registro em áudio ou informatizado, etc.), a partir do apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade;

[c] autorização docente para gravação de aula pelo/a estudante cego/a, paralisado/a cerebral ou com dificuldades motoras;

[d] oferecimento de sumário do que foi ou será ministrado em aula, para acompanhamento do/a estudante e orientação aos tutores vinculados ao NAI;

[e] oferta de cursos de Informática, por meio da utilização dos programas "Virtual Vision" e "Dosvox" (ledores de tela), proporcionando autonomia aos deficientes visuais em seus trabalhos acadêmicos e consultas à Internet; programas de computador e sistemas operacionais (LOGO; Dosvox; Virtual Vision; Motrix; Jaws; etc); informações e aplicações para internet;

[f] possibilidade de recorrer a outras ferramentas de ensino, adaptadas à necessidade do/a estudante, sob orientação do NAI;

[g] descrição compreensiva do que está sendo exposto pelo docente em quadro, transparência, slides ou outros recursos;

[h] ampliação dos prazos de leitura domiciliar e/ou criação de alternativas de estudo e pesquisa, estabelecido pelo sistema de biblioteca da universidade;

[i] apoio pedagógico suplementar pelos/as docentes das disciplinas, quando solicitado pelo/a aluno/a, ou de orientação ao tutor/a encaminhado pelo NAI;

[j] encaminhamento para apoio específico vinculado ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, pela Coordenação do Curso, quando necessário;

[k] oferecimento de intérprete de libras para os/as estudantes surdos/as, de acordo com a viabilização da universidade;

[l] Formação continuada de professores/as e planejamento compartilhado, com vistas ao entendimento e criação de estratégias de apoio pedagógico aos/às estudantes com deficiência, TEA, altas Habilidades e superdotação

[3] O **sistema de avaliação**, que compreende

[a] a adequação à situação e solicitação documentada do aluno e a concordância do docente, as provas escritas poderão ser substituídas por provas orais ou vice-versa;

[b] a adequação do enunciado das provas às necessidades especiais dos/as estudantes;

[c] a definição de um período adicional de tempo para a realização das provas;

[d] a realização das provas, quando necessário, em local separado, com permissão de recursos (reglete, régua-guia, pranchas de/para CSA; maquete, quadro de desenvolvimento, etc) e consultas, se for o caso, e a necessidade especial do/a estudante assim o exigir;

[e] autorização para realização dos exames e provas em época especial, por motivo de deficiência ou doença grave, desde que devidamente comprovada, conforme normatizado pelo Regulamento do Ensino de Graduação, da UFPel (2018)

[4] O **apoio social**, com a

[a] a inserção de percentual de estudantes com Deficiência, TEA e Altas Habilidades e superdotação, em projetos de pesquisa, extensão e bolsas de estudo, cujos índices serão definidos por projeto encaminhado pelo/a docente ao Colegiado de Curso;

[b] a reserva de vagas em estacionamentos, lanchonetes, laboratórios, salas de vídeo e outros espaços comuns dos cursos, atendendo às especificidades da necessidade especial apresentada pelo/a estudante;

[c] o atendimento preferencial em processos de matrícula, aconselhamento, etc, desde que devidamente comprovada a necessidade especial apresentada pelo/a estudante;

[d] o incentivo à inclusão em todos os âmbitos, através de eventos, palestras, participação e criação de fóruns, associações e grupos, cujos direitos dos/as estudantes com necessidades especiais em todos os níveis sejam garantidos e oportunizados.

GESTÃO DO CURSO

A gestão acadêmica do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura objetiva o suporte à formação acadêmica de qualidade, por meio de processos institucionalizados que potencializem o desenvolvimento dos aprendizados dos(as) estudantes e do trabalho dos servidores. A gestão do Curso tem como ponto de partida e chegada, em conformidade com esse objetivo, a participação dos sujeitos envolvidos no processo formativo a partir da avaliação permanente das rotinas do Curso e do Projeto Pedagógico de Curso, articulados junto à comunidade acadêmica pelo Colegiado e Núcleo Docente Estruturante. Na sequência, explicita-se como o processo de avaliação articula o processo de gestão ao Colegiado e NDE e às rotinas acadêmicas do Curso.

Processos de Avaliação Interna e Externa

O processo avaliativo do Curso de Graduação em Ciências Sociais é qualitativo e contínuo, desenvolvendo-se a partir do diálogo e da reflexão que se estabelece, principalmente, no Colegiado do Curso ou em suas instâncias específicas, como o NDE, eno cotidiano das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com o objetivo de implementar um processo contínuo e sistemático de avaliação do Curso de Ciências Sociais, o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante instituíram procedimentos específicos para subsidiar esse processo.

São finalidades, objetivos e princípios da avaliação e auto avaliação do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura:

[a] A avaliação consiste em um processo permanente e contínuo de acompanhamento e monitoramento das atividades realizadas no âmbito do Curso de Ciências Sociais e tem como finalidade promover o desenvolvimento das qualificações e competências na formação dos cientistas sociais – bacharéis

e licenciados, estimulando a reflexão crítica sobre o perfil desejável e o papel dos mesmos nas sociedades contemporâneas.

[b] A avaliação tem como objetivo promover o debate sistemático e o diagnóstico detalhado, coletivamente construído, a respeito dos princípios e finalidades, dos objetivos e dos recursos pedagógicos implementados na formação dos cientistas sociais.

[c] A avaliação deve contribuir para o planejamento e para a definição de ações e políticas a serem implementadas no âmbito do Curso de Ciências Sociais.

[d] A avaliação terá como princípios fundamentais a reflexão crítica e a participação democrática, aberta e plural de todos os segmentos envolvidos no processo de formação dos cientistas sociais – servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes – alicerçando-se no diálogo e na cooperação entre os mesmos e no respeito às diferenças. Neste sentido, entende-se que a avaliação é parte constitutiva do processo de formação dos cientistas sociais, pesquisadores e licenciados.

[e] O processo de avaliação será coordenado pelo/a Coordenador/a do Curso de Ciências Sociais em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante, além de um representante das categorias de servidor técnico-administrativo e de discente do curso.

[f] O Núcleo Docente Estruturante poderá designar pessoas ou comissões específicas para a organização e execução das atividades de avaliação, tais como a realização de debates e seminários, a elaboração de relatórios, a elaboração, aplicação e análise de instrumentos de avaliação, a identificação, levantamento e análise de indicadores específicos de desempenho.

[g] Os resultados finais do processo de avaliação devem ser consolidados em relatório final de avaliação, constituído de diagnóstico e recomendações, devendo o mesmo ser publicizado e encaminhado ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais para debate e definição de ações a serem implementadas, de acordo com os critérios e determinações do Regimento geral da Universidade e também do Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel.

[h] O processo de avaliação deverá desenvolver-se em três etapas diferentes:

[h.1] a identificação dos princípios e finalidades da formação e das qualificações e competências desejáveis dos cientistas sociais (quem é e qual o papel do cientista social);

[h.2] a identificação das concepções didático-pedagógicas que devem orientar a formação (como deve ser a formação do cientista social);

[h.3] o diagnóstico detalhado das condições gerais da formação (como é a formação dos cientistas sociais).

[i] O processo de diagnóstico da formação deverá focalizar os seguintes aspectos:

[i.1] a identificação dos princípios, objetivos e finalidades estabelecidos no projeto pedagógico do Curso;

[i.2] a identificação da estrutura e princípios curriculares e das condições didático-pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem;

[i.3] a identificação da estrutura física e material e dos recursos humanos (professores, servidores técnico-administrativos) envolvidos no processo de formação dos cientistas sociais (bacharéis e licenciados).

[i.4] a identificação do perfil e características socioculturais dos alunos que ingressam, frequentam e concluem o Curso de Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura).

[i.5] a identificação da situação sócio profissional dos egressos do Curso de Ciências Sociais.

[j] O processo de avaliação deverá ser operacionalizado através de instrumentos qualitativos e quantitativos destinados a captar as condições objetivas e subjetivas do processo de formação dos cientistas sociais.

[j.1] Dentre os instrumentos qualitativos, destacam-se:

[j.1.1] aqueles destinados a discutir e refletir sobre o papel do cientista social nas sociedades contemporâneas e sobre as qualificações e competências necessárias à sua formação, a fim de desenvolver suas atividades profissionais.

[j.1.2] aqueles destinados a identificar os princípios pedagógicos, a estrutura curricular e as condições didático-pedagógicas adequadas ao perfil profissional traçado como ideal.

[j.2] Dentre os instrumentos quantitativos, destacam-se:

[j.2.1] aqueles destinados a captar indicadores específicos de desempenho acadêmico do curso e de seu corpo docente e discente;

[j.2.2] aqueles destinados a identificar as condições físicas e materiais e recursos humanos necessários para a implementação do processo de formação (estrutura física, recursos materiais e didáticos, recursos humanos).

[j.2.3] aqueles destinados a traçar o perfil e características socioculturais dos professores, alunos e servidores técnico-administrativos do Curso e dos profissionais já formados (qualificações e competências disponíveis).

[k] Constitui subsídios à avaliação e auto avaliação do Curso os processos:

[k.1] extra curso movidos pela Comissão Própria de Avaliação da UFPel (CPA); Pró-Reitoria de Ensino (PRE), por meio das Coordenações de Ensino e Currículo (CEC) e de Pedagogia Universitária (CPU); e,

[k.2] externos à UFPel, em especial as avaliações vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Regulação do Ensino Superior (SERES) e Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tais como a avaliação de Curso para fins de renovação de reconhecimento; o Conceito Preliminar de Curso (CPC); o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, entre outros.

Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é o órgão de coordenação didático-pedagógica que tem por finalidade superintender o ensino, no âmbito do Curso. O Colegiado é

composto por um representante de cada Departamento necessário à estrutura do Curso e representação discente na forma das normas vigentes.

A Coordenação é eleita através de consulta à comunidade acadêmica do Curso – composta por servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes de graduação – e posteriormente chancelada pelo Colegiado. O Colegiado encaminha à Reitoria a indicação de lista tríplice, encabeçada pelo(a) Coordenador(a) eleito(a), para nomeação à função pelo prazo de 2 anos, renováveis por mais 2.

O Colegiado tem como atribuições:

[1] coordenar e supervisionar o Curso;

[2] receber reclamações e recursos na área do ensino;

[3] apreciar os pedidos de transferência e estudar os casos de equivalência de disciplinas de outras Universidades ou Unidades de Ensino para efeitos de transferência;

[4] elaborar ou rever o currículo, em articulação com o Núcleo Docente Estruturante, submetendo-o à Pró-Reitoria de Ensino e Coordenação de Ensino e Currículo;

[5] emitir parecer sobre os processos relativos a aproveitamento de estudos e adaptação, mediante requerimento dos interessados;

[6] emitir parecer sobre recursos ou representações de alunos sobre matéria didática;

[7] aprovar o Plano de Ensino das disciplinas do curso;

[8] aprovar a lista de ofertas das disciplinas do curso correspondente para cada período letivo;

[9] propor aos Departamentos correspondentes os horários mais convenientes para as disciplinas de seu interesse;

[10] elaborar seu Regimento, para aprovação pelo Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão.

Ao(À) Coordenador(a) de Curso compete:

[1] presidir os trabalhos do Colegiado de Cursos;

[2] responder, perante à Pró-Reitoria de Ensino e ao Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do curso correspondente;

[3] fiscalizar o cumprimento da legislação federal de ensino relativa ao curso;

[4] coordenar a atividade de orientação discente no âmbito do respectivo curso;

[5] designar os professores-orientadores, sempre que necessário;

[6] receber e encaminhar os processos dirigidos ao Colegiado de Curso;

[7] solicitar aos chefes de Departamentos as providências necessárias ao regular funcionamento do curso;

[8] cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado de Curso;

[9] assegurar o regular funcionamento do colegiado de curso, dentro das normas do Estatuto e do Regimento da Universidade e Resolução do Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão;

[10] comunicar ao Diretor da Unidade correspondente as faltas não justificadas de professores às reuniões do Colegiado;

[11] manter contato permanente com os Departamentos necessários ao funcionamento do Curso;

[12] manter contato permanente, encaminhando demandas específicas, dos docentes do Curso;

[13] manter contato permanente, encaminhando demandas específicas, dos discentes do Curso;

[14] representar o Curso nas demandas internas e externas à Universidade;

[15] elaborar, submeter e cumprir Plano de Trabalho para as atividades de Coordenação previstas nas normas institucionais.

Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso tem caráter consultivo, propositivo e de assessoria sobre matéria acadêmica, para acompanhamento e

avaliação do Curso, é responsável e atuante nas definições do Projeto Pedagógico e das suas necessidades, a partir da elaboração, da implementação, da atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

A nomeação dos membros do NDE é realizada por Portaria emitida pelo(a) Diretor(a) da Unidade Acadêmica à qual o Curso está vinculado, e se dá por indicação do Colegiado de Curso.

São atribuições do NDE:

[1] Propor, organizar e encaminhar, em regime de colaboração, a elaboração, reestruturação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), definindo concepções e fundamentos;

[2] Promover melhorias no Currículo do Curso tendo em vista a sua flexibilização e a promoção de políticas que visem sua efetividade;

[3] Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso e melhora geral da qualidade do Curso ao qual se vincula, realizando estudos e atualizações periódicas do PPC, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e análise da adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho e da sociedade;

[4] Acompanhar o desenvolvimento do PPC, referendando, por meio de relatório redigido e assinado por todos os seus membros, a adequação das bibliografias básicas e complementares do curso, de modo a garantir compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da unidade curricular, entre número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros cursos que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, seja físico ou virtual;

[5] Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação e demais legislações relacionadas;

[6] Acompanhar e apoiar o cumprimento das normas de graduação da UFPel e demais normas institucionais aplicáveis;

[7] Estudar políticas que visem à integração do ensino de graduação, da pesquisa e pós-graduação e da extensão, considerando o aprimoramento da área de conhecimento do curso;

[8] Encaminhar à Direção da Unidade as demandas referentes à aquisição de títulos virtuais ou físicos, para adequação das referências bibliográficas ao PPC do Curso;

[9] Disponibilizar o relatório referendado de bibliografias aos avaliadores do INEP/MEC, durante as visitas in loco para fins de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento de curso ou credenciamento institucional;

[9] Acompanhar e apoiar os processos de avaliação e regulação do Curso.

O NDE será constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao Curso, mais o Coordenador de Colegiado de Curso, como seu presidente. Cada membro do NDE representará uma das áreas centrais do Curso: Antropologia, Ciência Política, Sociologia; Metodologia (Pesquisa) e Licenciatura (Ensino). O mandato dos membros será de 3 (três anos), preferencialmente, não coincidentes com o mandato do Coordenador de Curso, permitida recondução.

É importante que seja assegurada a renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade do processo de acompanhamento, avaliação e atualização do curso e de seu Projeto Pedagógico, sendo necessária a manutenção de 1/3 dos membros participantes do último ato regulatório, seja de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso pelo Ministério da Educação, a cada nova eleição de membros.

ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Os egressos dos Cursos da UFPel contam com o Portal de Acompanhamento do Egresso (link: [Portal de Acompanhamento do Egresso \(ufpel.edu.br\)](http://Portal de Acompanhamento do Egresso (ufpel.edu.br))), que tem como objetivo:

“acompanhar os profissionais formados pela UFPel e, através das informações registradas por nossos ex-alunos, identificar o índice de sucesso da instituição com base na inserção de seus egressos no mercado de trabalho. A “pesquisa do egresso” irá proporcionar um diagnóstico que irá auxiliar na identificação de potenciais melhorias em nossos cursos de graduação e pós-

graduação. A partir do diagnóstico a ser extraído da Pesquisa do Egresso será possível planejar e promover a oferta de cursos de formação continuada adequada às necessidades profissionais de cada área de atuação” (UFPel, Portal de Acompanhamento do Egresso, acesso em 05/08/2023).

A cada semestre letivo a Coordenação do Curso notifica os estudantes formados através de mensagem enviada pelo Sistema Acadêmico Cobalto, solicitando que eles atualizem suas informações por meio do Formulário Eletrônico disponibilizado no Portal.

No semestre letivo 2023/1, obteve-se 26 respostas, de egressos dos Cursos de Ciências Sociais – bacharelado e licenciatura, que se formaram na última década. Desses, 88,5% (23) indicaram ter realizado algum curso pós-graduação depois da conclusão do Curso; sendo que 23% dos respondentes (6) concluíram o doutorado. Entre os egressos que realizaram doutorado, 5 indicaram ter participado de projetos de pesquisa durante a graduação (2 do bacharelado e 3 da licenciatura), o que evidencia a importância do envolvimento nesse tipo de ação desde a formação inicial. São também os egressos que participaram de projetos de pesquisa aqueles que mais indicaram atuar na área de formação do curso, 66%; enquanto 63,6% dos que não tiveram acesso ao projetos indicaram não trabalhar na área.

Entre as sugestões que auxiliaram para a qualificação da proposta de curso estão a abordagem que mescla teoria e prática, em especial para a formação de professores para a educação básica, o que vem sendo pensado a partir das disciplinas de Práticas de Ensino, desde o projeto de 2016, e agora se aprofunda com as disciplinas de Extensão e Sociedade. O estreitamento da relação com as escolas de educação básica também é foco de atenção desse Projeto, agora desde o início do Curso, através da curricularização da extensão.

Entre os respondentes do formulário tivemos apenas um egresso que passou pelo PIBID e/ou Residência Pedagógica, o que não permite uma análise apropriada sobre as possibilidades abertas por esses programas às trajetórias dos egressos. A baixa resposta desses estudantes nos demandará um esforço de mobilização para qualificar a avaliação do Curso a partir desse grupo.

INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO – Estratégia de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Gestão

O Curso de Ciências Sociais – Licenciatura busca consolidar a formação do professor da área conectada às demandas escolares e sociais, articulando, a partir da escola envolvida, processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação. A partir dessa interlocução garante-se uma formação de qualidade, cujo processo didático-pedagógico é balizado pela interatividade, colaboração e multidimensionalidade, desenvolvendo o senso crítico reflexivo e criativo no percurso formativo.

Institucionalmente, o Curso está representado e participa ativamente da Comissão das Licenciaturas, que mobiliza as representações dos Cursos de Licenciaturas da UFPel em torno de assuntos de comum interesse; e do Fórum de Integração entre Ensino Superior e Educação Básica, articulado pelo Núcleo das Licenciatura e Estágios, da Coordenação de Ensino e Currículo, da Pró-Reitoria de Ensino (NULICE/CEC/PRE), que tem a atribuição de protagonizar o diálogo da Instituição com as redes de ensino básico e superior da cidade de Pelotas, RS, o que tem aproximado a UFPel das instituições formadoras de professores e das escolas de educação básica da cidade.

A articulação com essas escolas de educação básica permite o desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão universitária que contemplem demandas da rede pública de ensino médio e fundamental, e os desafios de uma formação acadêmica aderente à realidade concreta que perpassa a vida escolar. Nas disciplinas de Prática de Ensino os estudantes são convidados a aprofundar o entendimento teórico e prático sobre o ensino de Ciências Sociais na educação básica, com estudo e pesquisa da legislação, dos referenciais curriculares, dos temas centrais e transversais e do planejamento de aula, incluindo exercício de docência em sala de aula.

Prioritariamente, a articulação com as escolas de educação básica se dá a partir da acolhida dos estudantes nos Estágios Curriculares Obrigatórios, quando são realizadas atividades de pesquisa do entorno escolar, das dinâmicas das escolas e suas turmas e do perfil discente, assim como das rotinas e processos escolares, em preparação ao segundo momento, de exercício da

docência no Ensino Médio, prioritariamente. Ao final da sequência de estágios obrigatórios, os estudantes realizam projetos temáticos junto às escolas e, sistematizam as experiências de todo o processo a partir da produção de relatório reflexivo, artigo científico ou anteprojeto de pesquisa. Desse modo, se induz a participação dos estudantes nos processos seletivos para os Cursos de Pós-Graduação, tão logo esses concluam o Curso.

Para grande parte dos estudantes, esse momento de presença sistemática na Escola é antecipado pela participação nos programas de bolsas para estudantes de licenciatura, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa Residência Pedagógica (PRP). Esses programas articulam, a partir do projeto institucional e de área, professores da Universidade e de Escolas previamente selecionadas, que orientam a formação de estudantes do Curso, a partir de ações nas escolas campo. Atualmente, o Curso de Ciências Sociais – Licenciatura mantém projetos ativos tanto no PIBID como no PRP.

A partir dessa atualização do Projeto de Curso, soma-se aos Estágios e Programas Institucionais, o desafio de estreitar a relação com as escolas básicas a partir das disciplinas de Extensão e Sociedade – de 1 a 11, que serão cursadas até o 5º semestre letivo, portanto, antes do período dos Estágios Obrigatórios. Para operacionalizar as práticas extensionistas articuladas à formação do professor de Ciências Sociais, está prevista a aproximação com as redes de ensino básico, de modo a qualificar a formação e potencializar a inserção junto às escolas através do exercício de Transposição Didática de conteúdos acadêmicos para conhecimentos escolares.

O levantamento das temáticas em articulação às teorias básicas de cada disciplina constitui desafio inicial de emparceiramento com as escolas. Propõe-se que sejam promovidos exercício de pesquisa junto aos estudantes e professores das escolas, em diálogo colaborativo que qualifique as orientações e alcance das produções desenvolvidas nos exercícios de transposição didática. A espiral reflexiva proposta tem duplo ponto de partida: um nas teorias acadêmicas e o outro nas práticas e experiências sociais vividas nas comunidades escolares, tendo como objetivo articular ambos para a construção de produtos de ensino que façam sentido e possam qualificar o processo de

ensino-aprendizado nas Ciências Sociais tanto na Escola, como na Universidade.

No âmbito desse processo de estreitamento das relações formativas entre a UFPel e as escolas de educação básica, foi criado o Grupo de Pesquisa – Ensino de Sociologia na Educação Básica, junto ao CNPq, que serve como espaço institucional de articulação entre programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão, que envolvam a formação docente no Curso.

Para além das ações integradas ao currículo do Curso, o Departamento de Sociologia e Política e as Unidades Acadêmicas que colaboram com a formação ofertam, a partir de projetos de professores, possibilidades de bolsas de ensino, pesquisa e extensão que contribuem com a qualificação da formação do(a) acadêmico(a).

INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO

A formação do licenciado em Ciências Sociais é realizada a partir dos princípios da flexibilidade e da interdisciplinaridade. O núcleo constituído pelos componentes curriculares de Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Metodologia e Ensino é diversificado a partir da oferta de disciplinas obrigatórias e optativas de outros departamentos e unidades acadêmicas, tais como História, Geografia, Estatística, LIBRAS, Fundamentos da Educação e Ensino.

Em paralelo a essa diversificação curricular, o Colegiado e o NDE realizam ações permanentes, a partir da contribuição dos docentes, técnicos e discentes dos cursos, tal como ocorreu em 2015, quando uma comissão de professores/as, do Departamento de Sociologia e Política da UFPel, elaborou o Projeto de Ensino intitulado “Construção do Conhecimento, Metodologia e Prática Profissional nas Ciências Sociais” que teve como foco a melhoria da qualidade do ensino e da formação profissional dos Cientistas Sociais nos cursos de bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais da UFPel.

Um dos objetivos desse projeto foi proporcionar maior formação teórico-metodológica, a preparação para a docência e, para a atuação do egresso no mercado de trabalho, o que proporcionou base para confecção de propostas para esse PPC.

Nessa proposta, encerrada em 2017, estavam vinculadas seis bolsas de monitoria, contemplando três discentes da licenciatura e três do bacharelado, cinco professores/as efetivos, e mais um bolsista do Programa de Pós-graduação em Sociologia, que atuou como colaborador do projeto. Essa experiência em curso aponta para a possibilidade de institucionalização de um programa de tutoria e de apoio acadêmico aos alunos de graduação, sendo este fomentado pelos próprios alunos da pós-graduação e ex-alunos oriundos dos Cursos de Ciências Sociais vinculados aos Cursos de Mestrado em Sociologia e Ciência Política, conjuntamente com os bolsistas do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) dos Programas de Pós-Graduação, como forma de promover tal interação.

Somam-se as práticas docentes de estudantes das Pós-Graduações em Ciência Política e Sociologia que têm sido desenvolvidas na graduação de Ciências Sociais sob a supervisão de professores/as do curso. Outra forma de colaboração com a graduação é através da atuação de PNPDs dos Programas de Pós-Graduação através de regência de classe, e de realização de projetos de extensão.

Existe um conjunto de eventos acadêmicos e científicos que estão sendo organizados de forma integrada, com o aval dos Programas de Pós-Graduação, Coordenação de Colegiados e Departamentos vinculados ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da UFPel, como o Encontro Internacional de Ciências Sociais (EICS), Semanas Acadêmicas, Seminários e Jornadas, com destaque para a Semana Integrada de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (SIIPE), organizado pela UFPel anualmente e que reúne apresentações de trabalhos científicos e culturais de todas as áreas do conhecimento. Além desses, os estudantes são estimulados a participarem das ações da Pós-Graduação em conjunto com os de graduação em Projetos de Ensino e Pesquisa.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A Educação a Distância

Conforme Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 faculta às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade à distância, integral ou parcialmente. De acordo com artigo. 2º, a oferta das disciplinas com carga horária integral ou parcial em EAD deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria. Nesse sentido, o § 2º diz que, as avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais. Além disso, a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, permite aos cursos presenciais ofertar até 40% da carga horária do curso na modalidade EAD.

A Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação (TIC), com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Decreto 9.057 de 2017).

A partir desta concepção, na UFPel, compreende-se que EAD: caracteriza-se por ser uma modalidade de educação configurada pela distância física e temporal entre os sujeitos envolvidos, cujo processo de ensino/aprendizagem e de interação é mediado pelo uso de tecnologias educacionais digitais, em especial o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Instituição, gerido pelo Núcleo de Políticas de Educação a Distância (NUPED). O NUPED, além do AVA, gerencia as políticas para a Educação a Distância na UFPel como um todo.

O NUPED visa pensar, organizar e qualificar o suporte à utilização de tecnologias digitais e a EAD na UFPel. As mudanças estruturais na universidade,

relacionadas à Educação a Distância (EAD), representam um avanço na organização da área. O NUPED, vinculado ao gabinete da Pró-Reitoria de Ensino, assume a responsabilidade pela proposição de políticas e suporte (tecnológico e pedagógico) à Educação a Distância (EAD). Sua estrutura é composta por uma seção de apoio a tecnologias educacionais (SATE) que presta apoio à utilização de tecnologias para o ensino na Universidade, envolvendo a preparação de materiais didáticos, Recursos Educacionais Abertos (REA) e a formação de docentes nestas tecnologias. Uma seção de políticas institucionais para EAD (SPIEAD), responsável pela proposição e implantação de políticas institucionais relativas à EAD e a Unidade Universidade Aberta do Brasil (UUAB) que é responsável por prestar atendimento administrativo e pedagógico aos cursos e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil.

O NUPED tem como objetivo a proposição e implementação de políticas institucionais, metodologias pedagógicas e suporte tecnológico para o uso de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) no âmbito educacional englobando o ensino, a pesquisa e a extensão. Tornando-se referência em acessibilidade, inclusão e práticas exitosas em educação via plataformas digitais. Para isso, conta as seções: SATE – Seção de Apoio a Tecnologias Educacionais e a SPIEAD - Seção de Políticas Institucionais para EAD. A SATE tem o compromisso de prestar apoio e formação para a utilização de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) na criação de projetos educacionais de ensino, pesquisa e extensão a partir de métodos ativos e efetivos para os processos de ensino, de aprendizagem e de avaliação no âmbito do fazer docente englobando o ensino, a pesquisa e a extensão. A SPIEAD, por sua vez, tem como tarefa a proposição de políticas institucionais e apoio à implementação de metodologias pedagógicas na criação colaborativa de projetos educacionais de ensino, pesquisa e extensão. Compete ainda a esta seção o apoio à implementação de políticas institucionais elaboradas pelo NUPED/SPIEAD por meio de ações colaborativas com a SATE e a UAB.

Ressalte-se que as duas seções que compõem o NUPED prestam todo o suporte a discentes e docentes, elaborando em parceria com os docentes, materiais didáticos de apoio, apresentações, cursos e treinamentos, oferecendo

tutoriais que orientam discentes e docentes a tirarem o melhor proveito possível dos recursos oferecidos, a fim de facilitar o ensino, a pesquisa e a extensão.

A partir do suporte do NUPED, a Universidade Federal de Pelotas estruturou seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a partir da Plataforma MOODLE (Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment), que é a base para a oferta de componentes curriculares nos cursos da modalidade EAD, ou ainda, como ferramenta complementar às aulas presenciais. O MOODLE permite a gestão da aprendizagem e de trabalhos colaborativos. Outra característica do MOODLE é a flexibilidade de configurar e disponibilizar conteúdos, recursos e atividades de forma simples e rápida. O MOODLE da UFPel foi batizado pelo nome “e-AULA”, desde a Pandemia da COVID-19, e foi fundamental para o suporte para o Ensino Remoto Emergencial entre 2020 e 2021. Desde aquele momento, o NUPED, então NATE (Núcleo de Apoio às Tecnologias Educacionais), são oferecidos cursos aos professores para uso do AVA. Naquele momento, os docentes ganharam experiência e qualificação para o uso de ferramentas pedagógicas na modalidade EAD.

Para utilização do e-AULA, o estudante tem à disposição, na biblioteca do Campus Anglo, equipamentos conectados à rede, que podem ser utilizados para acesso ao conteúdo disponibilizado digitalmente. Na Biblioteca do CCHS, sediada no Prédio do CEHUS (Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem), também há computadores conectados à Internet que permitem o acesso dos estudantes para realização de atividades acadêmicas. Além disso, o e-AULA pode ser acessado pelos estudantes por meio de smartphones, tablets ou notebooks, que podem ser conectados à rede wi-fi UFPel (WUFPEL), que é disponibilizada por meio do sistema acadêmico “Cobalto”. O e-AULA está integrado ao sistema administrativo e acadêmico Cobalto, que é próprio da UFPel e constitui um espaço de interação e integração com outros sistemas. Essa infraestrutura permite que sejam ofertadas disciplinas total ou parcialmente na modalidade de Ensino a Distância, conforme previsto na Resolução UFPel nº 27 de 14 de setembro de 2017; e, além disso, a integração do sistema Cobalto com o e-AULA facilita o suporte acadêmico para os componentes curriculares ofertados presencialmente.

Para os componentes curriculares planejados para oferta na modalidade EAD, projeta-se uma metodologia fundamentada nos referenciais pedagógicos e nos princípios do NUPED, aqui resumidos na forma das seguintes concepções:

[a] visão de conhecimento que está em permanente construção;

[b] entendimento de que os conteúdos de ensino tem origem em ações de curadoria, criação individual e coletiva e reuso, devendo ser armazenados em repositórios abertos para uso público;

[c] compreensão de que a Educação com utilização de recursos digitais amplia as possibilidades de criação de situações de ensino e de aprendizagens;

[d] conhecimento de que as atividades de ensino incluem preocupação com acolhimento e cuidado dos aprendentes, bem como com a disposição permanente para escutas sensíveis, possibilitando, assim, estratégias de aprendizagem que coloquem o estudante como protagonista;

[e] entendimento de que a aprendizagem ocorre em processos de construção, a partir da ação do sujeito e de interações que lhe sejam significativas (associados à bagagem cognitiva);

[f] consciência de que atividades que pressupõem uso da criatividade e de interatividade podem potencializar aprendizagens cooperativas e colaborativas que sejam significativas;

[g] compreensão de que o desenvolvimento da autonomia e das relações de cooperação e colaboração influenciam positivamente na ampliação do processo cognitivo;

[h] visão de avaliação como parte permanente da formação que objetiva contribuir para que docentes e discentes avaliem os processos e atividades de ensino e de aprendizagem.

O Curso presencial de Ciências Sociais – Licenciatura da UFPel orientado pelas normativas do MEC e do COCEPE oferece disciplinas optativas na modalidade EAD, e prevê a possibilidade de ofertas parciais de disciplinas mesclando a modalidade presencial com EAD. Detalha assim em seus planos de disciplinas a organização das atividades presenciais; os mecanismos de avaliação específicos para as atividades de EAD, e plano alternativo para o caso

de os intermediantes primariamente elencados fiquem temporariamente indisponíveis.

Não há previsão para contratação de tutoria para o apoio ao(à) docente de cursos presenciais, sendo este responsável pela gestão do ambiente da turma e mediação pedagógica junto aos estudantes. Por isso, o planejamento da oferta de disciplinas nesse formato precisa ser precedida da formação específica para a modalidade e customização do e-AULA levando em consideração os limites e possibilidades da modalidade.

Em termos de estrutura física e virtual conta-se, com material didático através de títulos disponíveis na biblioteca virtual, nas dependências do IFISP os/as estudantes possuem acesso à internet através do WUFPEL, e temos um laboratório de informática com acesso à internet para uso de estudantes de graduação no prédio do IFISP.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas do Curso estão distribuídas em diferentes prédios da Universidade, e podem ser listadas em salas de aulas, salas de professores, Biblioteca, Sala do Centro Acadêmico, Laboratório de Informática, entre outros, tal como se segue:

- Salas de Aula do prédio do Campus das Ciências Humanas e Sociais, do Centro de Artes, do Campus II e em outros prédios da UFPel, equipadas com DataShow, ou com o equipamento à disposição para uso.
- Sala para transmissão de videoconferências
- Sala de Professores/as
- Biblioteca de Ciências Sociais (CEHUS)
- Centro Acadêmico de Florestan Fernandes – CAFF
- Laboratório de Informática

A avaliação da infraestrutura é de responsabilidade do NDE que encaminha para providenciada Coordenação de Curso e Direção do Instituto, que gesta o espaço físico.

Biblioteca

A Universidade dispõe do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Pelotas (SisBi/UFPel), subordinado ao Gabinete da Vice-Reitoria, constitui-se, pela Coordenação de Bibliotecas e pelas 08 (oito) bibliotecas da instituição: Biblioteca CampusPorto, Biblioteca da Odontologia, Biblioteca de Ciências Agrárias, Biblioteca de Ciências Sociais, Biblioteca de Ciências e Tecnologia, Biblioteca de Educação Física, Biblioteca de Medicina, Biblioteca do Direito.

Os principais serviços oferecidos pelas bibliotecas são:

- Consulta local;
- Empréstimo domiciliar;
- Comutação Bibliográfica (COMUT);
- Empréstimo de salas de estudos;
- Visitas guiadas à biblioteca;
- Reserva e renovação de materiais online;
- Treinamento de usuários;
- Treinamento no Portal de Periódicos da CAPES;
- Repositório Institucional (Guaiaca);
- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER);
- Acesso à internet para pesquisas acadêmicas e consulta ao acervo;
- Catalogação na fonte de trabalhos acadêmicos
- Vídeos instrucionais em Libras
- Minha biblioteca.com.br
- Auxílio na normalização de trabalhos acadêmicos.

O SisBi/UFPel utiliza sistema especializado de gerenciamento da biblioteca, possibilitando fácil acesso ao acervo que está organizado por áreas de conhecimento, agilizando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência dos cursos da instituição. Opera com o sistema Pergamum que é um software especializado em gestão de bibliotecas, facilitando assim a gestão de informação, ajudando a rotina diária dos usuários da biblioteca.

O acervo é composto de bibliografias básicas e complementares, assim como outros suportes às atividades de ensino, pesquisa e extensão. As coleções das bibliotecas contêm diferentes tipos de materiais de informação: livros, e-books, trabalhos acadêmicos: Tese, Dissertação e Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCC) e de Especialização (TCCP), periódicos, folhetos, CD- ROM, CD, DVD, acervos de formatos acessíveis às pessoas com deficiência e outros, os quais são organizados e catalogados de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR2 e classificados pela tabela de Classificação Decimal de Dewey- CDD.

Oferece acesso a fontes de informação on-line: Portal de Periódicos da CAPES, Portal de Periódicos da UFPel, Repositório Institucional, E-books Springer. Além de contar com as seguintes assinaturas anuais:

Plataforma Minha Biblioteca: É um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil – Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva – que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet. Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes terão acesso rápido e fácil a milhares de títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Target GEDWeb: é um sistema de gestão de normas e documentos regulatórios que foi desenvolvido para gerenciar grandes acervos de normas e informações técnicas. Conta com mais de 16.000 Normas ABNT NBR/NM; Mais de Normas Internacionais e Estrangeiras. 49 entidades internacionais (BSI, AFNOR, AENOR, JIS, ASME, API, IEEE, NFPA e outras); Mais de 12 mil Diários Oficiais; Projetos de Norma Brasileira em Consulta Nacional; Mais de 8.000 Regulamentos Técnicos/Portarias do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); Normas Regulamentadoras do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego); Mais de 115.00 Resoluções ANEEL (Agência Nacional do Sistema Elétrico); Procedimentos ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico); Mais de 110.000 Procedimentos ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); Mais de 130.000 Resoluções MAPA

(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Legislações CONAMA, entre outros.

eBook Academic Collection Esta coleção é uma maneira fácil das bibliotecas oferecerem aos seus usuários, uma extensiva coleção de eBooks em texto completo nas suas áreas de pesquisa. A coleção abrange todas as áreas do conhecimento, oferecendo mais de 170.000 e-books, esta coleção inclui títulos de principais editores universitários, como Oxford University Press, MIT Press, State University of New York Press, Cambridge University Press, University of California Press, McGill-Queen's University Press, Harvard University Press and many others. Additional academic publishers include Elsevier, Ashgate Publishing, Taylor & Francis, Sage Publications and John Wiley & Sons.

QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Servidores Docentes – DESP/IFISP

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto – Professor Titular - Doutor em História pela PUCRS (2001), Mestre em História pela UFRGS (1996), Especialista em Ciência Política pela UFPel (1992) e graduado em Comunicação Social pela Universidade Católica de Pelotas (1989) e em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (1989).

Prof. Dr. Áttila Magno e Silva Barbosa – Professor Associado I – Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia, bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia, mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará e doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Estágio Pós-doutoral no Dipartimento di Sociologia e Diritto dell'Economia dell'Università di Bologna - Itália.

Profa. Dra. Bianca de Freitas Linhares – Professora Adjunta - Doutora em Ciência Política (UFRGS). Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Ciências Sociais (2003) e mestrado em Ciência Política (2006) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Carlos Artur Gallo Cabrera - Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS, Porto Alegre, 2016], com Estágio Doutoral realizado junto à Facultad de Ciencias Políticas y Sociología da Universidad Complutense de Madrid [UCM, Madrid - Espanha, 2014-2015]

Prof. Dr. Daniel de Mendonça – Professor Associado- Vice Chefe de Departamento - Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997), mestrado (2001) e doutorado (2006) em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estágio pós-doutoral em Ideology and Discourse Analysis (2009) pela University of Essex, Reino Unido.

Profa. Dra. Elaine da Silveira Leite – Professora Adjunta - membro do Programa de Pós- Graduação em Sociologia (UFPel). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/2005), é Mestre em Engenharia de Produção com ênfase em Dinâmica Organizacional e do Trabalho (UFSCar/2007). Realizou o Doutorado Sanduíche na New York University, no Departamento de Artes e Políticas Públicas (2009/2010). É doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2011). Realizou Pós-Doutorado (CAPES/PNPD) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (2012/2013).

Prof. Dr. Francisco dos Santos Kieling – Professor Adjunto – Coordenador do Cursos de Ciências Sociais – Bacharelado e Licenciatura – do IFISP/UFPel – Doutor em Sociologia (UFRGS - 2020), Mestre em Sociologia (UFRGS - 2008), Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS - 2005).

Prof. Dr. Francisco Eduardo Beckenkamp Vargas – Professor Associado - graduação em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Pelotas (1985), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994), "Diplôme d'études approfondies" (D.E.A.) em Ciências Sociais: "Cultures et Comportements Sociaux" pela "Université de Paris V" (René Descartes) (1997), doutorado em Sociologia pela "Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines" (2008) e pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues - Professor Adjunto - Possui Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas pela Faculdade Porto Alegrense

de Ciências e Letras (1981), Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996), Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003).

Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle – Professor Adjunto - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP (1986), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo - USP (2001), doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2010) e Pós-doc no Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra.

Profa. Dra. Naiara Dal Molin – Professora Associada - Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora no Instituto Federal Sul Rio-grandense, Campus Lajeado. Responsável pelo NEABI (Núcleo de Estudos Afro- brasileiro e Indígena).

Profa. Dra. Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha – Professora Adjunta. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1996), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011).

Prof. Dr. Pedro Alcides Robertt Niz – Professor Associado - Possui graduação em Sociologia pela Universidade da República do Uruguai (1990), Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1997) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006).

Prof. Dr. Rodrigo Cantu de Souza - Professor Adjunto Possui graduação em Ciências Econômicas pela UFPR (2006), mestrado em Sociologia pelo IUPERJ (2009) e doutorado em Sociologia pelo IESP-UERJ (2016).

Prof. Dr. Romério Jair Kunrath – Professor Associado Graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) com Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Profa. Dra. Rosangela Marione Schulz – Professora Associada - Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003).

Profa. Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes - Professora Adjunta. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. É doutora em Sociologia pelo IESP - Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, onde foi bolsista do CNPQ. Realizou período sanduíche (2014 - 2015) na UNAM- Universidad Nacional Autonoma de Mexico. É mestre em Sociologia pela Univesité Paris VII - Paris Diderot (2011).

Profa. Dra. Vera Lucia dos Santos Schwarz – Professora Ajunta - Possui mestrado em Ciência Política (2000) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutorado em Educação, pela Universidade Federal de Pelotas (2023). Formada em Ciências Sociais (1995) pela Universidade Federal de Pelotas.

Prof. Dr. William Hector Gomez Soto – Professor Associado. Possui graduação em Economia - Universidad Nacional Autonoma de Nicaragua (1986), mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (1991) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002).

Servidores Técnico-Administrativos

Assistente em Administração – **André Almeida Herckthever** – Secretário do Colegiado de Curso de Ciências Sociais – Graduação em Engenharia Agrícola.

Assistente em Administração - **Alexandro Brum Sosa** –Chefe do Núcleo Administrativo - IFISP - Graduação em Licenciatura em Geografia (Universidade Federal de Pelotas, 2010)

Assistente em Administração – **Gabriela da Silva Chaves** – Secretária do IFISP e do Departamento de Sociologia e Política.

GRUPOS DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA

- Grupo de Pesquisa Democracia e Políticas Públicas (Dpop) –
<https://www.facebook.com/grupodpop/>
<https://wp.ufpel.edu.br/dpop/o-dpop/>
- Grupo de Estudos e Pesquisa Novas Sociologias (GENS) –
<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/501497;>
<https://twitter.com/genufpel>
- Grupo de Pesquisa - Ensino de Sociologia na Escola Básica –
dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/709213
- Observatório Social do Trabalho –
<https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>
- Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais –
<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/>
- Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – LEPAARQ –<https://wp.ufpel.edu.br/lepaarq/>
- Laboratório Interdisciplinar de estudos feministas –
<https://www.facebook.com/labfeminista/>
- Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som –<https://leppais.wordpress.com/>
- Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero (D'GENERUS) –
<https://wp.ufpel.edu.br/dqgenerus/>
- NETA – Núcleo de Etnologia Ameríndia – <http://neta.ufpel.edu.br/>
- Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME) –
<https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/>

REFERÊNCIAS

LEIS

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei 13.415/2017 – Institui o “novo” Ensino Médio. Brasília, 2017

BRASIL. Lei 13.409/2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 2016.

BRASIL. Lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Brasília, 2014

BRASIL. Lei nº 12.852/ 2013 – Dispõe sobre os Direitos dos jovens. Brasília, 2013

BRASIL. Lei nº 11.788/2008 – Lei de Estágio. Brasília, 2008

BRASIL. Lei nº 11.645/2008 - Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei 10.639/2003 – Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005 – Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei n 10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília; 2000

BRASIL. Lei nº 9.795/1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 6.888/1980 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo, regulamentada pelo Decreto Nº 89.531/1984. Brasília, 1980

DECRETOS

BRASIL. Decreto 9.057/2017 – Regula a oferta da EAD. Brasília, 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.096 – Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Brasília, 2007

BRASIL. Decreto nº 4281/2002 que Regulamenta a Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 – Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 2002.

BRASIL. Decreto nº 65.881/1969 – Aprova o Estatuto da UFPel. Brasília, 1969.

BRASIL. Decreto nº 49.529/1960 – Cria a Universidade Rural do Sul. Brasília, 1960

BRASIL. Decreto-Lei nº. 750/ 1969 – Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Brasília, 1969.

RESOLUÇÕES

CNE-MEC

BRASIL/CNE. Resolução CNE nº 07/2018 – Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018

BRASIL/CNE. Resolução CNE/CEB, nº 03/2016 - Diretrizes Curriculares Nacionais para atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Brasília, 2016.

BRASIL/CNE. Resolução CNE/CP nº 02/2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores. Brasília, 2015.

BRASIL/CNE. Resolução CNE/CEB, nº 08/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, 2012a.

BRASIL/CNE. Resolução CNE/CEB, nº 05/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, 2012b.

BRASIL/CNE. Resolução CNE/CEB, nº 01/2012 – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012c.

BRASIL/CNE. Resolução CNE/CEB, nº 01/2012 – Estabelece Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental. Brasília, 2012d.

BRASIL/CNE. Resolução CNE/CEB, nº 04/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, 2010.

BRASIL/CNE. Resolução CNE/CP nº1 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

BRASIL/CNE. Resolução CNE/CES nº 17/2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Brasília, 2002.

COCEPE-UFPEL

UFPEL. Resolução COCEPE nº 30/2022 – Dispõe sobre o Regulamento da Integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da UFPEL. Pelotas, 2022.

UFPEL. Resolução COCEPE nº 08/2021 – Dispõe sobre o aproveitamento de estudos realizados no âmbito do Programa de Residência Pedagógica para cômputo de carga horária dos estágios curriculares supervisionados e/ou estudos integradores dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPEL, 2021.

UFPEL. Resolução Nº 29/2018/COCEPE/UFPEL – Regulamento do Ensino de Graduação –Pelotas: UFPEL, 2018.

UFPEL. Resolução COCEPE nº 27/2017 – Aprova Indicadores de Qualidade para os Projetos, Programas e Atividades de Ensino a Distância. Pelotas: UFPel, 2017.

UFPEL. Resolução COCEPE nº 25/2017 – Aprova Política Institucional da Universidade Federal de Pelotas para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. Pelotas: UFPel, 2017

UFPEL. Resolução COCEPE nº 10/2015 – Dispõe sobre o Regulamento geral dos programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão da UFPEL. Pelotas, 2015.

UFPEL. Resoluções COCEPE UFPel nº 03 e 04/2009 – Dispõe sobre os estágios obrigatórios e não obrigatórios no âmbito dos cursos da UFPel. Pelotas, 2009

PARECERES

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3/2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 492/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, 2001.

BRASIL/CNE. Parecer nº 028/2001 – Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

Outras Normas

UFPEL. Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Pelotas: UFPel, 2023.

UFPEL. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022–2026 da UFPel. Pelotas: UFPel, 2022.

- UFPEL. Diretrizes para elaboração do Projeto Pedagógico de Curso. Pelotas: UFPel/Coordenação de Ensino e Currículo/Pró-Reitoria de Ensino, 2022.
- UFPEL. Guia de Integralização da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da UFPel. Pelotas: UFPel, 2019, disponível em: [Guia-de-integralizacao.pdf \(ufpel.edu.br\)](http://ufpel.edu.br/Guia-de-integralizacao.pdf), acesso em 02/03/2023;
- BRASIL. Portaria MEC nº 2.117/2019 – Autoriza os cursos presenciais ofertar até 40% da carga horária do curso na modalidade EAD. Brasília, 2019.
- BRASIL. Portaria MEC nº 1.134/2016 - Faculta às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade à distância, integral ou parcialmente. Brasília, 2016.
- UFPEL. Portaria nº 031/2012. Altera a denominação de ISP para IFISP. Pelotas: UFPel, 2012.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Bases Legais. Ministério da Educação: CNE. 2000.
- UFPEL. Portaria nº. 23/1983-GR-UFPel – Coloca em efetivo funcionamento o Instituto de Sociologia e Política. Pelotas: UFPel, 1983.
- UFPel. Regimento Geral da Universidade – Pelotas, 1977.

Estudos e Pesquisas

- BRASIL/MEC. Sumário Executivo das Propostas do GT de Formação Inicial de Professores. Brasília: MEC, 2023.
- BRASIL/MEC. Censo Escolar. Brasília, 2022.
- IBGE. Censo Populacional. Brasília, 2022.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios. Brasília, 2016.
- KUNRATH, Romério. Relatório de Pesquisa – Construção do Conhecimento, Metodologia e Prática Profissional nas Ciências Sociais. Pelotas: UFPel, 2016.